



# **Conectivos e Conexão de Orações: Interfaces**

# **ANAIIS**



**III Seminário do  
Grupo de Pesquisa  
Conectivos e Conexão  
de Orações**

Organizadores

Ana Beatriz Arena (UERJ-FFP)

Ana Cláudia Machado Teixeira (UFF)

Monclar Guimarães Lopes (UFF)

**uff**  
2022

# *Anais do III Seminário do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações*

*Ana Beatriz Arena  
Ana Cláudia Machado Teixeira  
Monclar Guimarães Lopes  
- Organizadores -*

**1ª edição  
Niterói – RJ  
Letras da UFF  
2022**



**Universidade Federal Fluminense  
Instituto de Letras  
Niterói – RJ**

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema Edoc Brasil

Anais do I Seminário do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações / organização Ana Cláudia Machado Texeira; Ana Beatriz Arena;; Monclar Guimarães Lopes. - 1. Ed. - Niterói: Letras da UFF, 2022 - v. 1, n.1.

342p.  
Inclui sumário

ISBN 978-65-00-45448-2

1. Linguística. 2. Linguagem e línguas. 3. Descrição e Análise Linguística. 4. Conectivos. 5. Conexão de Orações.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	
1. Conectivos e Conexão de Orações: interfaces  Ana Beatriz Arena (FFP/UERJ) Ana Cláudia Machado Teixeira (UFF)	<b>006</b>
<b>LINGUÍSTICA FUNCIONAL CENTRADA NO USO</b>	
2. Estratégias emergentes de conexão textual-discursiva: o caso de “vá lá” e “note que”  Ana Cláudia Machado Teixeira (UFF) Gabriela Alves Conceição (UFF) Whika Mello da Silva (UFF)	<b>015</b>
3. Usos polissêmicos de <i>e aí</i> e <i>espera aí</i> : marcadores discursivos instanciados por advérbios no português brasileiro contemporâneo  Milena Torres de Aguiar (FFP/UERJ) Brenda da Penha de Oliveira (FFP/UERJ) Carolina Santos Martins (FFP/UERJ)	<b>045</b>
4. <i>Portanto</i> como estratégia coesiva conclusiva: um diálogo entre as linguísticas funcional e textual  Ana Beatriz Arena (FFP/UERJ) Fernanda Capulot Ruas (FFP/UERJ)	<b>069</b>
5. Produtividade da construção conectora contrastiva [mas olha]  Vania Rosana Mattos Sambrana (UFF)	<b>096</b>
6. A construcionalização de [de acordo com X]  Myllena Paiva Pinto de Oliveira (UFF)	<b>111</b>
7. [Sem <i>Vdicendi que</i> ]: um conector hipotático de adição encontrado em relações hipotáticas integradas e desgarradas  Samara Costa Moura (UFF)	<b>129</b>
8. Análise funcional centrada no uso das construções passivas complexas  Maria Luiza Guimarães da Costa Cruz (UFF)	<b>151</b>
9. Construções “em vez de” e “ao invés de”: níveis de substituição  Leandro Freitas da Horta (UFF)	<b>176</b>
10. A desigualdade estabelecida pela construção <i>ocorre que</i> no português contemporâneo: um estudo baseado no uso  Priscilla Hoelz Pacheco (UFF)	<b>200</b>

<b>GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL E LINGÜÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL</b>	
11. Coordenação de miniorações por meio de <i>mas</i> em português: uma análise discursivo-funcional  Gabriel Henrique Galvão Passetti (UNESP/São José do Rio Preto) Erotilde Goreti Pezatti (UNESP/São José do Rio Preto)	<b>216</b>
12. Uma análise discursivo-funcional de usos não disjuntivos da conjunção ‘ou’ no português falado  Sandra Denise Gasparini Bastos (UNESP/São José do Rio Preto) Beatriz Goaveia Garcia Parra de Araujo (UNESP/São José do Rio Preto) Nathalia Pereira de Souza Martins (UNESP/São José do Rio Preto)	<b>240</b>
13. Gênero conto e conexão de orações: uma análise à luz da Sistêmico-Funcional  Thamara S. de Castro (ColUni-UFF/UERJ) Isadora de V. Picanço (UERJ)	<b>255</b>
<b>CONEXÃO, DISCURSO E ENSINO</b>	
14. Tradições discursivas narrativa e argumentativa: uma análise da junção no modo escrito de enunciar  Mateus Dias Santana (UNESP – FCL Assis-Araraquara) Lúcia Regiane Lopes-Damasio (UNESP- FCL Assis-Araraquara)	<b>278</b>
15. Conexão e ensino de língua portuguesa nos PCN e na BNCC  Lúcia Deborah Araujo (CPII) Claudia Moura da Rocha (UERJ)	<b>298</b>
16. Oralidade e escrita: considerações sobre os marcadores discursivos na modalidade oral da língua portuguesa  Bruna Marques Prazeres (PUC-SP) Danilo Silva Monteiro (PUC-SP)	<b>315</b>
17. Orações coordenadas: um ensino pautado na leitura crítica e reflexão sobre o funcionamento dos operadores argumentativos  Luciene Maildes da Silva (UFAPE) Angela Valéria Alves de Lima (UFAPE)	<b>328</b>

# CONECTIVOS E CONEXÃO DE ORAÇÕES: INTERFACES

## CONNECTIVES AND CLAUSE CONNECTION: INTERFACES

Ana Cláudia Machado Teixeira (UFF)  
Ana Beatriz Arena (UERJ-FFP)

Com grande satisfação, apresentamos aos estudiosos do campo da linguagem a terceira edição dos Anais do CCO. Trata-se de uma coletânea de diversos trabalhos apresentados ao longo do III Seminário do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações, realizado nos dias 18 e 19 de outubro de 2021, de forma remota. Os Anais do CCO, nesta terceira edição, contam com dezesseis trabalhos, redigidos por pesquisadores de diversas regiões do Brasil. Os textos aqui reunidos têm em comum a temática da conexão de orações e/ou o uso de conectivos a partir do olhar da Linguística Funcional e de suas interfaces.

Em *Estratégias emergentes de conexão textual-discursiva: o caso de “vá lá” e “note que”*, Ana Claudia Teixeira (UFF), Gabriela Alves Conceição (UFF) e Whika Mello da Silva (UFF) discutem sobre a emergência de elementos de caráter (inter)subjetivo que funcionam em termos de conexão para além da frase, unindo porções textuais e muitas vezes informações subentendidas na própria situação enunciativa. Com base na Linguística Funcional Centrada no Uso, as autoras promovem uma comparação entre “vá lá” e “note que”, a fim de melhor compreender como a configuração morfossintática e a relação semântico-pragmática contribuem para a atuação desses elementos procedurais na articulação do texto.

Primeiramente, as autoras estabelecem algumas definições importantes, considerando que “note que” e “vá lá” são conectores de nível *lato*, que promovem conexão textual-discursiva do tipo Operador Discursivo (OD) e Marcador Discursivo (MD) respectivamente. Os dados exemplificados são da modalidade escrita da língua, sobretudo de natureza opinativa, e a análise se volta para os contextos fonte e os contextos de isolamento desses dois elementos procedurais, reconhecendo seus padrões de uso. Por fim, as autoras destacam que tais manobras linguísticas são essenciais, visto que, para além de ocuparem um lugar relevante na articulação de ideias, por meio do OD e do MD,

é possível captar os sentidos que, intencionalmente, estão expressos pelo produtor do texto.

Em *Usos polissêmicos de “e aí” e “espera aí”*: marcadores discursivos instanciados por advérbios no português brasileiro contemporâneo, Milena Torres de Aguiar (FFP/UERJ) e Brenda da Penha de Oliveira (FFP/UERJ) ancoram-se na Linguística Funcional Centrada no Uso e na Gramática Textual-Interativa para descrever usos polissêmicos das construções “e aí” e “espera aí” no português contemporâneo, destacando, em ambas as construções, a função de marcador discursivo (MD). Segundo Aguiar e Oliveira, os MD são conceituados como unidades linguísticas independentes que atuam na articulação e no gerenciamento dos processos de construção textual, aos quais se atribui uma categoria pragmática.

Os dados foram coletados do *Corpus* do Português e do *Corpus* Discurso & Gramática (D&G), e a análise se deu em dimensão sincrônica. Com base nos traços definidores dos MD propostos por Risso *et al* (2015), as autoras reconhecem que “e aí” e “(es)pera aí”, em todos os seus usos como Marcador Discursivo, possuem as seguintes variáveis: exterioridade ao conteúdo relacionado, independência sintática e não autonomia comunicativa, sendo “e aí” marcador sequenciador e marcador interacional, enquanto “(es)pera aí” é um marcador interacional. As autoras concluem que estamos diante de duas novas microconstruções, que assumem função de caráter discursivo-pragmático.

Em *Portanto como estratégia coesiva conclusiva: um diálogo entre as linguísticas funcional e textual*, Ana Beatriz Arena (FFP/UERJ) e Fernanda Capulot Ruas (FFP/UERJ) investigam o conector conclusivo *portanto* em redações nota mil de candidatos do Enem, de todo o Brasil, coletadas na internet. O estudo concentrou-se nos parágrafos finais cujas orações iniciais eram introduzidas por *portanto* e objetiva comprovar a hipótese central de que o gênero textual “Redação do Enem” exerce pressão de informatividade, levando a determinados padrões de uso do conector decorrentes do nível de articulação textual, da posição na oração e da modalização.

Baseadas nos pressupostos teóricos da LFCU e da LT, as autoras tencionaram verificar três objetivos específicos, quais sejam: verificar se a estratégia de conexão estabelecida por *portanto* em parágrafos que veiculam conclusão além de retomar o texto globalmente, mantendo a unidade temática, introduz porções textuais que apresentam informações novas, promovendo progressão textual; identificar como se constituem os

princípios da ordenação linear e da marcação nos padrões de uso analisados e, por último, investigar se as modalizações deontica e epistêmica são fatores pragmático-discursivos que contingenciam padrões de uso intersubjetivos. Norteadas por esses objetivos, destacam que dentre outras evidências importantes encontradas nas análises, puderam confirmar que *portanto* pode introduzir informações novas no parágrafo conclusivo final de um texto de opinião. Tal comprovação revela que esse conector promove uma manobra distinta dos padrões de uso mais regulares de conectores dessa natureza. Por conta disso, as autores destacam que o gênero textual “Redação do Enem” constitui ambiente linguístico favorável tanto aos usos mais centrais quanto aos mais marginais do *portanto*.

Em *Produtividade da Construção Conectora Contrastiva [mas olha]*, Vania Rosana M. Sambrana (UFF) inicia esclarecendo que seu objeto de estudo é um marcador discursivo que cumpre o papel de conector no nível textual-interativo, uma vez que liga duas porções textuais que veiculam sentidos oriundos de pontos de vistas opostos. Dando ênfase ao enfoque construcional, ancora seu trabalho na Linguística Funcional Centrada no Uso e defende que a motivação semântico-sintática para a atuação da construção conectora contrastiva [mas olha]<sub>cc</sub> não pode ser justificada apenas pelos mecanismos tradicionais de subordinação e coordenação.

Com base em dados de uso real, em perspectiva sincrônica, a autora vai estabelecendo a diferença entre os usos de [mas olha] como marcador discursivo e [mas olha]<sub>cc</sub> como conector contrastivo, quantificando a produtividade a partir de três padrões de uso. Conclui que, funcionalmente, o uso como conector contrastivo é favorecido pelo efeito de persistência (HOPPER, 1991), fenômeno presente desde a formação de *mas* e *olha* como marcadores discursivos. Por fim, a autora destaca que, como a veiculação dos sentidos extrapolam as fronteiras oracionais, não é possível relacionar, de acordo com a gramática tradicional, que o uso de [mais olha]<sub>cc</sub> ocupa, na linearidade textual, o lugar de uma locução conjuntiva adversativa coordenativa.

Em *A construcionalização de [de acordo com x]*, Myllena Paiva Pinto de Oliveira (UFF) investiga a construcionalização da construção conectora *de acordo com X* a partir de uma pesquisa diacrônica, buscando comprovar a hipótese de que a construção seja um elemento conector já estabelecido como um nó na língua. Para dar conta dessa comprovação, o objetivo geral da pesquisa é rastrear no *corpus* selecionado no site

*Corpus do Português* e identificar o momento em que a construção se estabelece como conectivo no português.

Tendo como variáveis de análise a metonímia, a metáfora e o chunking, a autora identifica que a construção se consolida no século XIX, momento em que as subpartes são menos composicionais, destacando-se principalmente a abstratização do item *acordo*.

Em [*SEM V<sub>DICENDI</sub> QUE*]: *um conector hipotático de adição, encontrado em relações hipotáticas integradas e desgarradas*, Samara Costa Moura (UFF) objetiva descrever o uso e investigar a origem do conector aditivo que atua tanto na articulação hipotática integrada quanto na desgarrada do português.

Em termos de investigação, a autora destaca que as análises empreendidas nas ocorrências selecionadas no base de dados *Now do Corpus do Português* apontam que esse subesquema não composicional da língua pode instanciar mais de uma construção: de conexão aditiva [*sem V<sub>dicendi</sub> que*] e de construção modal/condicional [[*sem*][oração não finita]]. Para dar conta da hipótese de que a menor composicionalidade e maior vinculação da construção aditiva em relação à modal/condicional são fortes indícios de que a primeira tem sua origem na recategorização da última, a autora se apoia na perspectiva da construcionalidade que viabiliza a reconstrução, mesmo que hipotética, da trajetória diacrônica das construções com base em sua gradiência sincrônica.

Em *Análise funcional centrada no uso das construções passivas complexas*, Maria Luiza Guimarães da C. Cruz (UFF) analisa as construções passivas complexas (CPC), pelo viés sincrônico da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), e defende que a agentiva da passiva pode ser classificada como uma oração mais periférica no protótipo das substantivas. Valendo-se de uma análise qualiquantitativa de dados retirados de *O Corpus do Português*, Cruz desenvolve seu texto a fim de comprovar que as CPC apresentam um padrão de transitividade distinto do das construções ativas, que essa característica é refletida no agente oracional e que a agentiva da passiva exhibe pontos de interseção com as adjetivas e com as adverbiais, em decorrência de sua natureza limítrofe.

Aplicando os parâmetros de transitividade de Hopper e Thompson (1980), a autora reconhece cinco graus de transitividade nas CPC, organizados em três padrões, transitividade alta, média e baixa, comprovando que as CPC possuem, estruturalmente, menos dois níveis de transitividade: (i) agentividade do sujeito e (ii) afetamento do objeto. Nas sequências, ao avaliar a gradiência entre substantiva com função de agente da passiva e adverbiais introduzidas por preposição, Cruz confirma que o agente da passiva é um

termo argumental não obrigatório e, por conseguinte, não prototípico. Por fim, categoriza as orações subordinadas com função de agente da passiva como substantivas não prototípicas.

Em *Construções “em vez de” e “ao invés de”: níveis de substituição*, Leandro Freitas da Horta (UFF) apresenta um trabalho com os conectores não prototípicos, “em vez de” e “ao invés de”, nas variedades brasileira, angolana e moçambicana da língua portuguesa. O autor argumenta a favor da importância de se reconhecerem novas relações sintáticas para essas construções a partir de uma investigação pautada em situação real de comunicação. Nesse sentido, com base nos pressupostos teóricos de modelos centrados no uso, a saber o Funcionalismo Linguístico e a LFCU, empreende análise procurando diferenciar ambas as construções.

Valendo-se de dados coletados no *Corpus do Português NOW*, em sincronia contemporânea, Horta identifica percentagem elevada do uso de *em vez de* nas três variedades investigadas, 84,89%, ao passo que a construção *ao invés de* constitui apenas 15,10% do total. Os resultados mostram que “em vez de” substitui uma informação pela outra; já “ao invés de” substitui por meio da oposição de informação, configurando-se como conectores substitutivos da língua portuguesa dentro do contexto das orações hipotáticas adverbiais, distinção que se reflete nas três variedades do português consideradas. Por fim, o autor confirma que o estudo do pluricentrismo linguístico permitiu observar que, quanto à forma, as construções são bem parecidas; no entanto, a diferença é significativa na seleção lexical entre as orações, evidenciando a diferença cultural entre os lugares observados.

Em *A desigualdade estabelecida pela construção “ocorre que” no português contemporâneo: um estudo baseado no uso*, Priscilla Hoelz Pacheco (UFF) descreve, de forma preliminar, a construção “ocorre que”, a qual, após mudanças construcionais, passou a funcionar como conector interfrasal de contraste. A autora adota referencial teórico dos modelos baseados no uso com o intuito de verificar de que modo *ocorre que* estabelece desigualdade entre segmentos, funcionando ainda como parte de uma estratégia de focalização da informação subsequente, no momento em que o falante constrói seus argumentos.

Contando com um *corpus* formado de pronunciamentos de senadores federais, transcritos e disponíveis no website do Senado Federal, referentes aos anos de 2018 e 2019, Pacheco analisa 66 ocorrências do seu objeto de estudo sob a ótica prioritariamente qualitativa. Tomando como base os pressupostos teóricos apresentados

por Neves (1984; 2011) e Azeredo (2019) no que diz respeito à coordenação adversativa, a autora encontrou os seguintes valores majoritários para “ocorre que”: desigualdade, por contraposição em direção oposta; desigualdade, por eliminação da consecução do estabelecido no trecho anterior e desigualdade, por realce. Por fim, Pacheco postula que “ocorre que” seria uma partícula poderosa de realce de argumento mais forte dentro da estruturação da informação, utilizada pelo falante como instrumento para atingir seu propósito comunicativo, o de convencimento do interlocutor.

Em *Uma análise discursivo-funcional de usos não disjuntivos da conjunção “ou” no português falado*, Sandra Denise G. Bastos (UNESP/São José do Rio Preto), Beatriz Goaveia G. P. de Araujo (UNESP/São José do Rio Preto) e Nathalia Pereira de S. Martins (UNESP/São José do Rio Preto) propõem uma investigação da coordenação oracional alternativa sob o aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional (GDF). A partir de uma revisão bibliográfica das diferentes estratégias comunicativas que podem ser codificadas por meio da conjunção *ou* em português, as autoras se concentram nos usos não disjuntivos marcados por essa conjunção.

A amostra analisada é composta de dados reais da modalidade falada das diversas variedades do português, e as autoras se baseiam na GDF para fundamentar a explicação da coordenação oracional como um fenômeno do Nível Morfosintático que reflete a combinação de Atos Discursivos no Nível Interpessoal. Nos resultados, Bastos, Araujo e Martins demonstram que, nos usos não disjuntivos de *ou*, há o emprego de estratégias interpessoais voltadas para a relação falante-ouvinte ou para a organização discursiva, como a correção de uma informação expressa anteriormente ou a introdução de um novo Movimento no discurso.

Em *Coordenação de miniorações por meio de mas em português: uma análise discursivo-funcional*, Gabriel Henrique Galvão Passeti (UNESP/São José do Rio Preto) e Erotilde Goreti Pezatti (UNESP/São José do Rio Preto) buscam descrever a coordenação adversativa de miniorações por meio do conector *mas*. O banco de dados utilizado foi composto por materiais obtidos da Internet e permitiram evidenciar, a partir da base teórica da Gramática Discursivo-Funcional no que concerne ao nível da análise pragmática, que cada membro da minioração consiste num Ato Discursivo e que *mas* marca a função retórica Concessão, exercida pelo primeiro membro.

Os resultados demonstram que a coordenação adversativa de miniorações se origina no Nível Interpessoal, isto é, no nível que diz respeito à retórica e à pragmática, estando, portanto, a serviço das relações inter-humanas que a língua institui.

Em *Gênero conto e conexão de orações: uma análise à luz da sistêmico-funcional*, Thamara S. De Castro (ColUni-UFF/UERJ) e Isadora de V. Picanço (UERJ) evocam os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular para ressaltar a importância de se estimular a reflexão sobre o potencial dos recursos linguísticos utilizados em textos. Assim, com base na Linguística Sistêmico-Funcional, as autoras buscam demonstrar como as escolhas das formas de conexão contribuem para a construção textual dos contos *O homem cuja orelha cresceu* e *O arquivo*.

Em síntese, sob a ideia de que escolha produz significado, Castro e Picanço identificam as relações táticas e lógico-semânticas que compõem cada etapa do gênero, relacionando-as à função comunicativa das partes do texto. Nos dois contos, as autoras observam o predomínio de estruturas coordenadas, que marcam o ritmo da transformação das personagens ao longo do texto, verificando, ainda, como as estruturas linguísticas de coesão textual influenciam na produção de sentido do texto literário, contribuindo para o desenrolar das etapas que constroem seu enredo.

Em *Tradições discursivas narrativa e argumentativa: uma análise da junção no modo escrito de enunciar*, Mateus Dias Santana (UNESP - FCL Assis-Araraquara) e Lúcia Regiane Lopes-Damasio (UNESP - FCL Assis-Araraquara) objetivam analisar as relações linguístico-discursivas entre mecanismos de junção (MJs) e tradições discursivas (TDs) narrativa e argumentativa no modo escrito de enunciar. Para cumprir esse objetivo com base em textos produzidos por alunos regularmente matriculados no 7º ano do EF II, os autores focam em três questionamentos: (i) qual o funcionamento sintático-semântico dos MJs nas TDs narrativa e argumentativa e de que modo esse funcionamento revela-se sintomático das tradições investigadas?; (ii) quais as relações entre as TDs analisadas e questões referentes à fala/oralidade e escrita/letramento, enquanto fatos linguísticos – fala e escrita – e práticas sociais – oralidade e letramento?; e (iii) o que os resultados descritivo-analíticos do funcionamento dos MJs podem revelar acerca da aquisição dessas tradições (narrativa e argumentativa) em correlação com as relações entre o sujeito e a linguagem a partir da (sua) imagem do modo escrito de enunciação?

Considerando a perspectiva teórico-metodológica que alia a concepção de texto dialógica, a partir do conceito de TDs (KABATEK, 2006), e ao modelo funcionalista de junção (RAIBLE, 2001), os autores destacam que os resultados revelam rastros da circulação do sujeito pela escrita no que concerne à constituição sintática da textualização.

Em *Conexão e Ensino de Língua Portuguesa nos PCN e na BNCC*, Lúcia Deborah Araujo (CPII) e Claudia Moura da Rocha (UERJ) discutem como os documentos oficiais brasileiros sobre ensino, em especial os PCN e a BNCC, abordam o uso de conectivos e a conexão de orações no ensino de língua portuguesa. Araujo e Rocha ancoram-se em trabalhos dedicados ao tema, os quais se voltam para o estudo da textualidade, e fazem uma breve revisão dessas obras, apresentando várias definições de coesão e coerência, elencando suas funções.

Na sequência, as autoras fazem uma análise dos dois documentos oficiais e buscam verificar se eles tratam da relevância de se ensinar ao aluno a identificar nos textos lidos e a empregar nos textos produzidos por ele os mecanismos responsáveis pela coesão textual para que alcance a coerência nos textos produzidos. A pesquisa das autoras demonstra que o tema é abordado nos PCN e na BNCC e que o texto assume a centralidade do ensino. No que diz respeito aos fatores de textualidade, o tema também é contemplado em ambos os documentos, sendo mencionadas a coesão, a coerência e a conexão das orações, assim como o uso de recursos linguísticos responsáveis por garantir a coesão referencial e sequencial.

Em *Oralidade e escrita: os marcadores discursivos na modalidade oral da língua portuguesa*, Bruna Marques Prazeres (PUC-SP) e Danilo Silva Monteiro (PUC-SP) retomam reflexões a respeito da oralidade da língua portuguesa e principalmente, do processo de identificação dos marcadores discursivos na língua falada.

Os autores fazem um levantamento dos conceitos de marcadores discursivos ou marcadores conversacionais em textos de referência, buscando no percurso desses estudos rastrear a identificação dos marcadores discursivos, suas funções e como operam. A partir desse objetivo, pretende-se levantar pontos significativos para abarcar o estudo da modalidade oral da língua, a fim de contribuir as pesquisas da análise da conversação.

Em *Orações coordenadas: um ensino pautado na leitura crítica e reflexão sobre o funcionamento dos operadores argumentativos*, Luciene Maildes da Silva (UFAPE) e Angela Valéria Alves de Lima (UFAPE) tencionam evidenciar como o estudo das chamadas orações complexas e, mais especificamente, das orações coordenadas pode ser explorado de forma a ampliar a competência leitora dos alunos a partir de uma sequência didática desenvolvida com base em estratégias de leitura e na reflexão sobre os usos das orações coordenadas nos gêneros textuais artigo de opinião e editorial.

Tendo como *corpus* as respostas dos discentes nas atividades de compreensão textual e AL, levando em consideração o papel das orações coordenadas na construção

de textos argumentativos, os resultados apontam para uma ampliação da competência leitora e do nível de letramento dos estudantes, demonstrando a percepção dessas orações como estruturas a favor da construção argumentativa dos textos. Torna-se evidente, portanto, que a tradicional perspectiva do ensino dos períodos compostos na educação básica com base na classificação a partir da identificação das conjunções que introduzem as orações pode ser revista a partir do funcionamento dos operadores argumentativos integrado aos estudos do texto a partir de estratégias de leitura e da análise dos usos dessas estruturas nos contextos.

Com a divulgação desses textos, nosso objetivo principal é oportunizar reflexões que possam ampliar as perspectivas de análise dos conectivos e dos diferentes processos de conexão de orações. Como os leitores poderão perceber, os textos são um convite ao aprofundamento dos estudos desses elementos que são cruciais na organização dos textos tanto em língua portuguesa quanto em outras línguas.

# ESTRATÉGIAS EMERGENTES DE CONEXÃO TEXTUAL-DISCURSIVA: O CASO DE “VÁ LÁ” E “NOTE QUE”

## EMERGING TEXTUAL-DISCURSIVE CONNECTION STRATEGIES: THE CASE OF “VÁ LÁ” AND “NOTE QUE”

Ana Cláudia Machado Teixeira (UFF)

Gabriela Alves Conceição (UFF)

Whika Mello da Silva (UFF)

**Resumo:** Estudos da língua em uso são o alvo da pesquisa funcionalista, uma vez que nos interessa flagrar o desenvolvimento de elementos menos ou mais procedurais em seus contextos específicos bem como analisar o comportamento desses elementos na situação comunicativa. Nesse cenário, elementos de conexão textual-discursiva surgem como pistas ou indicadores de crenças e opiniões do falante, constituindo-se como mediadores da intersubjetividade estabelecida na díade comunicativa. Neste artigo, realizamos uma análise sincrônica de *note que* e *vá lá* a partir do site [corpusdoportugues.org/now](http://corpusdoportugues.org/now) comparando os usos em contextos fonte e em contextos de isolamento (DIEWALD, 2006) a fim de atestar a emergência desses elementos. Ainda no âmbito metodológico, promovemos uma comparação entre *note que* e *vá lá*, objetivando identificar como a configuração morfossintática e a relação semântico-pragmática particularizam a atuação desses elementos na articulação do texto e quais os tipos de sequências textuais em que os novos usos tendem a se fixar. Resultados parciais indicam que os elementos tendem a se fixar em sequências injuntivas e argumentativas e que as subpartes dos elementos, em contextos específicos de articulação textual-discursiva, formam um elo de correspondência simbólica, consolidando *note que* como um OD e *vá lá* como um MD.

**Palavras-chave:** Marcadores discursivos; Operadores discursivos; Conexão textual-discursiva; Linguística Funcional Centrada no Uso.

### Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar elementos de conexão textual-discursiva, do tipo operador discursivo, doravante OD, e marcador discursivo, doravante MD, como elementos procedurais da gramática atuantes no nível pragmático da língua portuguesa, analisando-os sob a perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso, doravante LFCU. Trata-se, portanto, da emergência de elementos de caráter (inter)subjetivo que funcionam em termos de conexão para além da frase, unindo porções textuais e muitas vezes informações subentendidas na própria situação enunciativa. Esse tipo de conexão, dessa forma, pode abarcar a situação linguística e extralinguística.

É importante destacar que estamos considerando esse nível de conexão como *lato*, uma vez que articula crenças e atitudes do produtor textual, veicula intenções manifestadas no projeto de texto que se direcionam para seu interlocutor, evidencia a instância da enunciação na medida em que também deixa por conta do interlocutor a

composição de uma das porções de texto que estão sendo conectadas. Portanto, marca a posição particular desse produtor ao mesmo tempo que estabelece estratégias de argumentação e convencimento. Tais estratégias permitem que se ponha em relevo a opinião desse autor e que essa opinião seja focalizada por seu interlocutor. Para além dessa manobra, os elementos de conexão estudados permitem que o autor construa um caminho interpretativo de forma a convencer o interlocutor a aderir ao projeto de dizer desse autor.

Para dar tratamento aos nossos objetos de pesquisa, estabelecemos algumas definições importantes. Consideramos que os dois elementos procedurais aqui estudados são conectores de nível *lato*, que promovem conexão textual-discursiva do tipo OD e MD. Assumimos com Risso, Silva e Urbano (1996, p.21) que MD é uma categoria composta por:

[...] um amplo grupo de elementos de constituição bastante diversificada, envolvendo, no plano verbal, sons não lexicalizados, palavras, locuções e sintagmas mais desenvolvidos, aos quais se pode atribuir homogeneamente a condição de uma categoria pragmática bem consolidada no funcionamento da linguagem. Por seu intermédio, a instância da enunciação marca presença forte no enunciado, ao mesmo tempo em que se manifestam importantes aspectos que definem sua relação com a construção textual-interativa.

Arelada a essa caracterização dos MD, no que se refere à instância da enunciação, destacamos o caráter de excedência que esses elementos têm (cf. TANTUCCI, 2018), já que reforçam a expressividade ao mesmo tempo em que marcam a presença do produtor do texto, portanto sobrelevando a propriedade pragmática. Esse caráter se relaciona com duas variáveis estabelecidas pelos autores: a relação exterior ao conteúdo proposicional e a relação sintática independente com a estrutura oracional, na medida em que essa exterioridade e essa independência podem ser comprovadas pela excedência do MD na proposição.

A fim de caracterizar o elemento “note que”, apresentamos a definição de operador argumentativo, doravante OA, de Koch e Elias (2016, p.64):

Os *operadores* ou *marcadores argumentativos* são, pois, elementos linguísticos que permitem orientar enunciados para determinadas conclusões. São, por isso, responsáveis pela *orientação argumentativa* dos enunciados que introduzem, o que vem a comprovar que a *argumentatividade* está inserida na própria língua. (grifos das autoras)

Como exemplificamos em (1) a seguir, “note que” é constituído de características de *operador argumentativo*, já que permite orientar enunciados para determinadas conclusões, articulando as duas porções textuais com as quais se envolve por meio de elementos linguísticos ou implicações semânticas que alguns elementos fazem. Ao mesmo tempo, vale-se de características de MD, na medida em que não só coloca em destaque a instância da enunciação devido ao alto caráter intersubjetivo e ao caráter de excedência (cf. TANTUCCI, 2018), mas também põe em evidência um trecho do texto, mantendo o relevo atencional a fim de garantir a adesão do interlocutor.

- (1) Possibilidade 2: um ataque direcionado. Essa parece a forma mais factível para o desenvolvimento do ataque pelas informações que temos até o momento. Neste caso, teriam sido usadas técnicas hackers mais convencionais, que poderiam passar tanto por malwares quanto engenharia social (o famoso golpe). *Note que* boa parte dessas técnicas poderiam ser neutralizadas por meio da configuração de autenticação em duas etapas no Telegram, o que tornaria consideravelmente mais difícil invadir a conta do procurador no aplicativo. Esse método permitiria que o hacker tomasse controle do número telefônico de Dallagnol. Isso pode ser feito enganando algum funcionário da operadora ou tendo um contato mal-intencionado dentro da própria empresa. Desta forma, seria fácil obter o código de acesso ao Telegram enviado por SMS, (...)

No exemplo, a característica de operador manifesta-se por meio da articulação entre as duas porções textuais, utilizando-se o termo “técnicas hackers”, que, inserido na porção antecedente a “note que”, é retomado na porção subsequente com a expressão “dessas técnicas”. Estamos entendendo que essa retomada ora realizada por repetição da mesma expressão, ora por uma anáfora indireta, ora, como em (1), pela retomada por uma expressão nominal definida cuja composição inclui parte do termo introduzido na porção textual anterior, caracteriza uma estratégia típica de operador argumentativo. Ao mesmo tempo, como MD, coloca em destaque a instância da enunciação devido ao alto caráter intersubjetivo evocado pela forma verbal “note”. Cristalizada na terceira pessoa do singular do imperativo afirmativo, “note” promove uma exortação ao interlocutor a fim de que ele focalize determinado trecho do texto, mantendo o relevo atencional para garantir a adesão do interlocutor. Além disso, como MD, assume um caráter de excedência, já que corrobora com a expressividade almejada pelo produtor do texto e encontra-se numa relação exterior ao conteúdo proposicional e numa relação sintática independente com a estrutura oracional. Tal fato pode ser observado no próprio trecho que pode ser lido sem a presença de *note que*.

Na porção subsequente, o produtor faz uma observação no sentido de esclarecer o que foi destacado anteriormente, encaminhando-a como solução ou explicação ou

interpretação ao interlocutor. No caso de (1), a ideia é explicar o que faz esse tipo de técnica e mostrar a fragilidade dela ao indicar um tipo de neutralização possível. No escopo do artigo, publicado no site “Olhar digital”, a questão era a de identificar as manobras digitais realizadas pelos hackers que acessaram o telefone do ex-procurador a fim de divulgar ações duvidosas executadas por ele. Portanto, a argumentação se dá em prol da fragilidade das plataformas digitais no que se refere à segurança dos dados pessoais.

A estratégia articulada por *note que* evidencia o caminho interpretativo oferecido ao interlocutor, uma vez que a explicação contida na porção textual subsequente marca, destaca e põe em relevo um via “mais adequada” dessa interpretação. Por isso, estamos considerando que o produtor textual conduz a um caminho interpretativo para que o interlocutor siga por ele. Por conta dessa estratégia específica que se constitui de características de OA e MD, postulamos que elementos de conexão textual-discursiva do tipo de *note que* são Operadores Discursivos.

Partindo mais especificamente para as microconstruções *note que* e *vá lá*, nossa hipótese é que, atuando em contextos que estamos chamando de “fonte” (DIEWALD, 2002, 2006), tais estruturas são constituídas por subpartes que exprimem sentidos originais, mais prototípicos, mais referenciais, atuando ora em predicados transitivos circunstanciais e ora em períodos compostos por subordinação. Ao longo de uma trajetória, tais subpartes passaram por mudanças linguísticas, relativas aos processos de mudanças construcionais e construcionalização, perderam sua autonomia, levando, em contextos de isolamento, à cristalização desses elementos, constituindo um elo de correspondência simbólica que as vincula. A partir da conseqüente rotinização, passaram a ser codificadas numa unidade que articula um novo e único sentido convencionalizado em prol da eficiência comunicativa, atuando em contextos específicos de uso, em situações sintático-semânticas e discursivo-pragmáticas específicas, desempenhando funções específicas. Nesse sentido, nossos objetos de estudo passaram de um domínio concreto, referencial, fonte para um abstrato ligado às relações textuais procedurais (inter)subjetivas, formando, assim, novos signos na rede dos conectores textuais-discursivos.

Em *vá lá*, o verbo parte do domínio de deslocamento no espaço para um mais abstrato de deslocamento nos posicionamentos, nas crenças e opiniões; o locativo, por sua vez, parte de um sentido físico-espacial de lugar para um lugar na opinião. Em *note que*, o verbo de cognição ainda codifica uma atividade mental, ou seja, não corresponde

a ações do mundo material, mas refere-se a reações mentais, de pensamentos, sentimentos e percepções. No domínio das relações textuais (inter)subjetivas, essa atividade de “reação perceptiva” leva o interlocutor para o trecho do texto em que deve direcionar sua atenção, a fim de exortar o interlocutor a fazer uma leitura interpretativa. Há um caráter mais procedural, colocando em jogo a focalização de uma determinada proposição que se deseja pôr em relevo.

Com relação ao *note que*, como postulamos, esse elemento procedural da gramática atua na interseção entre OA e MD, tendo uma atuação híbrida, daí evidenciar uma operação refinada e articulada que conecta elementos da superfície textual, sem perder o caráter de excedência, típico dos articuladores pragmáticos.

Como microconstruções, types individuais específicos, participam de um esquema cuja macrofunção engloba funções particulares. Postulamos que *note que*, como OD, promove uma extensão da rede  $X_{que}^{Connect}$  que se move da microssintaxe para a macrossintaxe com a  $X_{que}^{ConnectTextual-discursiva}$ . A fim de demonstrar essa extensão, trazemos o estudo do conector “uma vez que” elaborado por Cezário et al (2015) e Cezário e Silva (2019), como um tipo de conector adverbial.

Segundo os autores, a forma verbal “vez” pertencia a uma oração e a forma “que” a outra oração, dependente. Assim, de duas orações – uma principal e outra encaixada iniciada com o pronome relativo “que”, tendo como antecedente “uma vez”, passa por um processo de abstratização e chunking (BYBEE, 2010), um tipo de processo cognitivo que promove encadeamento. Assim, muda as fronteiras estruturais, passando a atuar como um conector adverbial na articulação da expressão de causa. Por sua vez, a presença de um esquema  $X_{que}$  já realizado no nível do constructo pelas formas “sempre que”, “toda vez que”, “logo que”, segundo os autores, permitiu que o falante, por analogia a esta forma já existente, recrutasse o item *uma vez* para o slot *X* da construção expressando causa e em outros contextos condição.

Para dar conta da formação da rede construcional de conectores no século XVIII, os autores (2015) elaboram a representação dessa rede na figura abaixo que dá conta dos conectores por eles estudados. Destacamos que tais conectores adverbiais estão relacionados à microssintaxe, no âmbito do período, já os conectores textuais-discursivos, alvo de nossas pesquisas, estão relacionados à macrossintaxe, no âmbito do discurso.

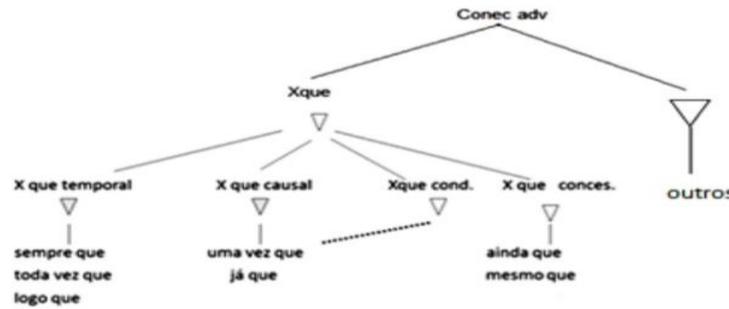


Figura 1: Rede Xque para conectores adverbiais em Cezário et al (2015, p.239)

Os conectores da rede  $Xque_{Conect}$  unem orações adverbiais com a oração núcleo, estabelecendo relação semântica e relação de interdependência sintática com ela.

Como entendemos que tudo é motivado na língua, postulamos que *note que* se forma por extensão metafórica da rede altamente produtiva Xque no polo da forma; já no polo do conteúdo, postulamos que o recrutamento do verbo de percepção “notar” é motivado pela função recorrente desse tipo de verbo como MD. Portanto, é o verbo que promove a inferência, por meio de um *mismatch*, que se define como um desencontro entre uma atuação precedente, em nosso caso de Xque como conector da microssintaxe, e uma neanálise, em nosso caso de Xque como conector da macrossintaxe.

Apresentamos, então, uma esquematização dessa extensão na figura 2, abaixo:

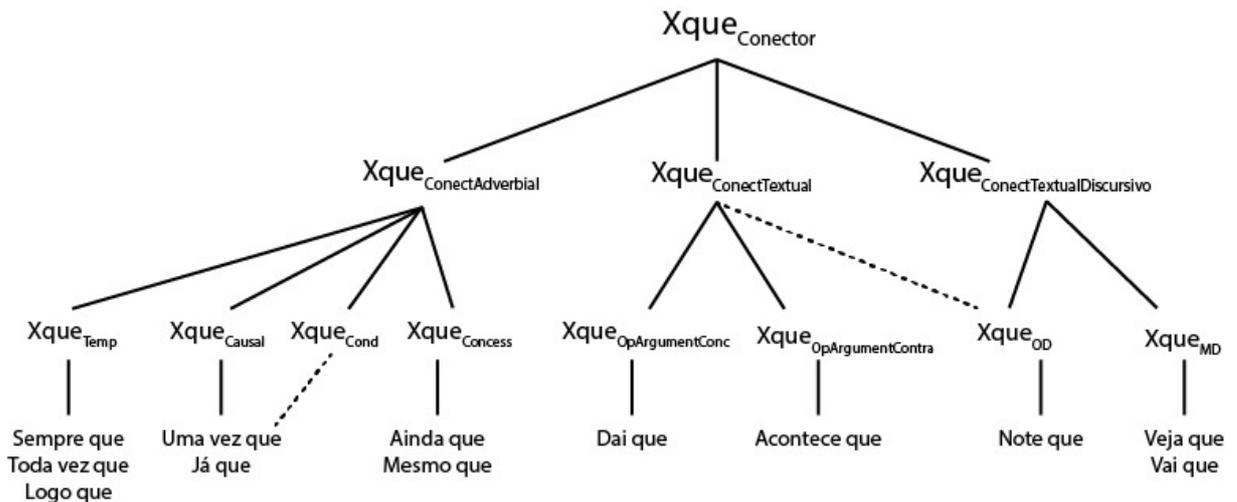


Figura 2 – Proposta de extensão da rede  $Xque_{Conector}$

Na rede  $Xque_{Conector}$ , os conectores da rede postulada por Cezario et al (2015) atuam em relações no âmbito do período, portanto relativo à microssintaxe. No centro da rede, encontramos elementos que atuam como OA no âmbito da macrossintaxe textual, ou seja,

elementos de conexão no nível acima do período. Na direita, um grupo de conectores  $X_{que}$  que atuam no âmbito da enunciação e do discurso, portanto, ainda nessa instância macrotextual, com relevo para as propriedades pragmáticas e discursivo-funcionais que estão na base de articulação desses elementos.

O que define *note que* como um OD e não um conector adverbial é a atuação pragmática-enunciativa pelo alto caráter intersubjetivo associado à ligação de porções textuais para além do período. Soma-se a isso a seleção do verbo “notar” que, como verbo de percepção, se presta comumente a chamar a atenção para algo, nesse caso, solicitando que se observe alguma particularidade em algum ponto do texto específico a fim de conectar o ponto de vista do autor na porção textual subsequente. Demonstramos essa articulação que estamos considerando híbrida, por meio da linha pontilhada entre a  $X_{que}^{ConectTextual}$  e a  $X_{que}^{ConectTextualDiscursivo}$ .

Registramos que os conectores  $X_{que}^{ConecTextual}$  apresentados na figura são alguns daqueles que atuam como OA, apesar de sabermos que os elementos procedurais como “daí que” e “acontece que” podem atuar também como conectores adverbiais no âmbito da parataxe ou mesmo da hipotaxe, dependendo do contexto. Frisamos, então, que, na representação da figura 2, optamos por indicar apenas os usos de “daí que” e “acontece que” como OA. Tal opção se alinha ao que vimos discutindo até aqui: demonstrar como vislumbramos a extensão da rede para os conectores textuais-discursivos de base  $X_{que}$ . Salientamos, portanto, que essa rede de conectores  $X_{que}$  pode ser expandida a partir da inclusão de outros contextos de usos para os elementos já destacados ou mesmo a partir da inclusão de outros elementos de conexão que podem ainda vir a ser estudados.

Retomando mais especificamente os elementos procedurais – *vá lá* e *note que* – no que tange à emergência desses elementos, constatamos a existência de trajetórias rumo à abstratização das subpartes com consequente cristalização na forma bem como a articulação de novos sentidos. Por conta disso, apoiados em Traugott e Trousdale (2013), podemos caracterizar nossos objetos de pesquisa como microconstruções quando atuantes como elementos de conexão textual-discursiva. Assim, assentados na realidade da língua em uso, cumpre-nos observar e descrever em que contextos as microconstruções tendem a atuar de forma a estabelecer os objetivos da interação por meio de sua função de OD e MD.

Como estamos tratando dos níveis de integração sintático-semântica de *note que* e *vá lá* para atestar a emergência de novos usos, não nos ateremos a flagrar a trajetória de mudança linguística por meio de micropassos ao longo do tempo. Dessa forma, por meio

das dimensões fonológica, morfossintática, semântica, pragmática e discursiva observadas no par forma-conteúdo, descrevemos usos distintos tanto como elementos constituintes de um período simples ou composto quanto como constituintes de elementos de conexão em seus contextos específicos, demonstrando a contribuição da abordagem construcional da gramática ao dar tratamento holístico aos dados.

Assim, embasados na LFCU, nosso objetivo neste artigo é atestar a emergência desses elementos de conexão textual-discursiva. Por conta disso, para a análise da emergência de *note que* e *vá lá*, nos detemos no exame dos fatores da arquitetura das construções descritos na seção 2.

O artigo está estruturado em três seções além desta introdução e da conclusão. Na primeira, destacamos pressupostos teóricos da LFCU que embasam nossas análises. No segundo, com o intuito de demonstrar o estatuto construcional de nossos objetos de pesquisa e atestar sua emergência, tratamos dos fatores da arquitetura das construções a partir da abordagem construcional de Traugott e Trousdale (2013). Na terceira seção, apresentamos nossas análises levando em conta os contextos fonte e os contextos de isolamento, quando nossos objetos de pesquisa já se encontram convencionalizados. Metodologicamente, ao evidenciar, de um lado, os elementos em seus contextos fonte, com usos incorporados à estrutura frasal e, de outro, os elementos em seus contextos de isolamento, com usos voltados à conexão textual-discursiva, tencionamos evidenciar a emergência desses usos mais abstratos e intersubjetivos. Neste texto, analisamos artigos de opinião em colunas jornalísticas, notícias, entrevistas, reportagens, sobretudo de cunho opinativo, em que se percebe a predominância do tipo textual argumentativo, expositivo e injuntivo, retirados do site [corpusdoportugues.org/now](http://corpusdoportugues.org/now).

## **1. Perspectiva teórica da LFCU**

Com base nos fundamentos teóricos que têm pautado pesquisas e produções bibliográficas de relevância (CUNHA, OLIVEIRA e MARTELOTTA, 2003; OLIVEIRA e ROSÁRIO, 2009; TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013), os princípios da Linguística Funcional Centrada no Uso norteiam este artigo. Nesse contexto, partimos do pressuposto de que a gramática das línguas se constrói a partir do discurso, do uso concreto, criativo e interacional da língua; além disso, orienta-se pela premissa de que conhecimento de mundo e conhecimento de linguístico se inter-relacionam.

Nossas pesquisas consideram, como Traugott e Trousdale (2013, p.3), que uma abordagem construcional para a linguagem leva em conta que a “estrutura linguística não é inata e que ela deriva de processos cognitivos gerais”. Para os autores, esses processos, na verdade, são “ações em que falantes e ouvintes se engajam, incluindo produção on-line e percepção”. Portanto, tais processos são decisivos para investigarmos como uma motivação pode vir a ser expressa por uma inovação e ser convencionalizada como uma mudança na comunidade linguística. A linguagem, nesse modelo, “é uma rede de relações entre construções” (2013, p.45), daí que as mudanças estão interconectadas, podendo levar ao aumento ou à contração dessa rede.

Outro conceito que se ajusta ao quadro de trabalho da abordagem construcional adotada é o de gramática. Na LFCU, a gramática tem concepção holística, em que nenhum nível é autônomo ou nuclear, compreendendo semântica, morfossintaxe, fonologia, pragmática em conjunto. A própria gramática, entendida como conhecimento de um “sistema linguístico, é linguagem específica” (TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013, p. 45) e está conectada à estrutura de uma língua em particular, como o português, por exemplo. Na LFCU, uma abordagem centrada no uso para a construção da gramática percebe a linguagem tanto estruturada como variável. Dentre os modelos de gramática que se baseiam na construção como unidade mínima da língua, optamos por nos pautar em Croft (2001).

Nessa concepção de gramática como molde do discurso, classes como a dos elementos de conexão textual-discursiva, embora tenham significado parcialmente sintático e pragmático-discursivo e, nesse último, tenham escopo maior do que uma sentença, são naturalmente incorporadas à gramática de uma língua.

Neste artigo, examinamos os padrões de uso de *note que*, OD, e *vá lá*, MD, e consideramos esses elementos como *construções*, tomados como pareamentos simbólicos de sentido e forma, nos termos de Goldberg (1995; 2006) e Croft (2001). Nesse exame, levamos em conta o enfoque da LFCU, nos termos de Traugott e Trousdale (2013) e Bybee (2010), sob o pressuposto de que a língua, em todos os seus níveis, é uma rede de construções, e de que a estrutura das línguas humanas, embora apresentem uma regularidade aparente em suas formas, estão em constante mudança.

Tendo em conta o arcabouço teórico da LFCU, promovemos uma análise desses elementos de conexão textual-discursiva a partir do conceito de microconstruções, types individuais de forma e conteúdo forjados em contextos específicos e que veiculam conteúdos distintos das subpartes que as compõem. Tais microconstruções atuam como

elementos procedurais, já que têm sentido abstrato, sinalizam relações linguísticas, perspectivas e orientações dêiticas. Como Traugott e Trousdale (2013, p.11) descrevem: “elas [as construções] contribuem com informação sobre como combinar conceitos em uma representação conceptual”. Ou seja, são elementos relacionadores no discurso.

## **2. Fatores da arquitetura das construções: atestando a emergência de novos usos**

A atuação dos fatores de esquematicidade, produtividade e composicionalidade está vinculada aos estágios de mudança pelos quais as construções passam. Dessa forma, nesta seção, tencionamos notabilizar a emergência dos elementos procedurais estudados neste artigo por meio de análises do grau de cada um desses fatores.

Apesar de não pretendermos rastrear os micropassos da mudança linguística, visto que nos atemos a comprovar esses novos usos em dados do português contemporâneo, destacamos que os usos flagrados numa dada sincronia remetem a uma trajetória ao longo do tempo de um estágio mais concreto a outro mais abstratizado. Esses estágios de mudança ainda estão sendo investigados no contexto da nossa pesquisa acerca de uma tipologia de elementos de conexão textual-discursiva compostos por *verbos* junto a outros elementos, como *que* e a alguns locativos, como *aí*, *aqui* e *lá*.

### *2.1. Esquematicidade*

Sendo um dos fatores que determinam a arquitetura de uma construção, a esquematicidade, de uma maneira geral, é “uma propriedade de caracterização que crucialmente envolve abstração. Um esquema é uma generalização taxonômica de categorias, sejam linguísticas ou não” (TRAUGOTT e TROUSDALE, 2003, p.13). Segundo os autores, (2013, p.14), “esquemas linguísticos são abstratos, grupos semanticamente gerais de construções, sejam procedurais sejam de conteúdo”. Eles são abstrações que se estabelecem “através de conjuntos de construções que são (inconscientemente) percebidas pelos usuários da língua sendo intimamente relacionados uns aos outros em uma rede construcional”.

Os graus de esquematicidade se relacionam aos níveis de generalidade ou especificidade da rede construcional, “esquemas são frequentemente discutidos em termos de espaços (slots) e em como estruturas simbólicas são reunidas dentro deles (2013, p.14)”. Nesse sentido, a ideia de gradiência é intrínseca à de esquematicidade.

Para os autores (2013, p.16), a gradiência se realiza de duas maneiras: na primeira, é atribuída em uma escala de “mais ou menos em que a boa formatividade é uma questão de convenção”, ou seja, o grau de esquematicidade está relacionado ao grau de convenção da construção – quanto mais esquemático, mais convencionalizado. Na segunda realização, a gradiência se relaciona às distinções hierárquicas que podem ser feitas na taxonomia da construção. A ideia é a de que níveis mais altos comportam mais slots com menos restrições de preenchimento e níveis mais baixos, menos slots com mais restrições.

Como observamos anteriormente, as microconstruções *note que* e *vá lá* são substantivas, assim caracterizadas em termos de especificidade fonológica. Nesse sentido, ao se tratar do fator esquematicidade, vamos analisá-las sob a perspectiva da gradiência, conforme orienta a teoria. A primeira maneira de realização da esquematicidade em termos de gradiência é o grau de convencionalidade, tendo em vista que esses usos já não comportam análises no nível do predicado de onde postulamos que essa estrutura se origine. Vejamos as diferenças entre o uso como parte do predicado e o uso como elementos procedurais de conexão textual-discursiva.

- (2) Quando for fazer xixi, tudo o que você precisa fazer é coletar uma quantidade expressiva da urina em um recipiente esterilizado, como um pote de exame, por exemplo. Depois é só tampá-lo e deixar que o xixi descanse paradinho, em uma superfície plana, por 24 horas. # No dia seguinte, caso *note que* se formou uma camada fina e esbranquiçada sobre a urina é possível que você esteja esperando um bebê.

*Corpusdoportugues.org/now, reportagem, tipo expositivo*

- (3) Ao falar de economia de maneira mais abrangente, poderia esclarecer seu ponto de vista dando um exemplo sobre as possibilidades de investimento de forma ampla e outro, mais específico, em o desenvolvimento de o turismo. Assim, todos seriam contemplados. *Note que* em certas circunstâncias apenas um exemplo ou explicação adicional sobre a informação que interessa a o ouvinte poderá ser suficiente. Esse é, sem dúvida, o maior e mais importante segredo de a comunicação: ter a consciência de o que os ouvintes desejam.

*corpusdoportugues.org/now, artigo de opinião, tipo argumentativo*

- (4) Porém, como relacionamento, meio que deu uma balançada. Mas isso não foi o motivo assim, específico. Eu falei, ' não tô bem, *vá lá*, faça seu trabalho, espaiреça um pouco, divirta-se' ", explicou o astro. # Sobre a possibilidade de reatarem o romance, Léo afirmou que o término é definitivo.

*corpusdoportugues.org/now, reportagem, tipo injuntivo*

- (5) Por certo, todos os assuntos serão submetidos ao jogo de enormes interesses. # Evidentemente, não se pensou, nem de longe, na lista apresentada, no tema principal da sociedade brasileira: a educação das gerações. Mas, *vá lá*. Isso também já se sabia. A cultura política de toda essa cúpula não consegue alcançar os sentidos da educação no mundo.

*corpusdoportugues.org/now, artigo de opinião, tipo argumentativo*

Comparando os usos de *note que* em (2) e (3) e os usos de *vá lá* em (4) e (5), podemos identificar que nos primeiros exemplos de cada par temos elementos integrados à estrutura do predicado. Mesmo que entendamos usos convencionais em estruturas de predicado, a atuação dessas combinações é mais lexical, no sentido de articularem sentidos e funções como verbo pleno e como seus complementos, oracionais ou não. Conforme postulado por Teixeira (2015), essas estruturas de predicado são o *locus* da mudança, já que usualmente de lá partem usos mais abstratos, mais convencionalizados, forjando elementos mais procedurais. Por essa razão, estamos considerando esses contextos como fonte de elementos mais procedurais, como elementos da gramática que se prestam à conexão (inter)subjativa e à coesão textual-interativa.

Nesse sentido, nessa primeira maneira de realização da esquematicidade, *o grau de convencionalidade*, estamos atrelando usos mais concretos, originais, fonte à atuação no nível do predicado cujos contextos originaram estruturas mais procedurais, no nível da marcação do discurso.

A partir da segunda maneira de realização do fator esquematicidade, como substantivas, entendemos que no nível de microconstruções esses elementos procedurais de cunho pragmático são exemplares de construções mais esquemáticas como *Xque* e *VLOCMD*. São, portanto, instanciações que subscrevem os usos mais concretos desses esquemas, tendo em vista que em níveis mais altos comportam mais slots com menos restrições de preenchimento e níveis mais baixos, como os aqui estudados, comportam menos slots com mais restrições.

Como observamos anteriormente, por ora nos detemos na descrição dessas microconstruções, contudo, a título de exemplificação, trazemos um exemplo de Arena e Teixeira (2021) em que o esquema *Xque* é instanciado pela microconstrução *daí que* e um exemplo de Teixeira (2015) em que o esquema *VLOCMD* é instanciado pela microconstrução *vamos lá*. A ideia é apresentar a nossa linha de investigação de que *note que* e *vá lá* são microconstruções, distinções hierárquicas que tencionamos fazer na taxonomia de construções produtoras de conectores textuais-discursivos, tais como os esquemas aqui apresentados.

- (6) Entendemos que a educação passa pela formação dos processos que interferem na existência do cidadão enquanto ser social e político, *daí que* o interesse em dar continuidade ao trabalho intelectual, ao aprimoramento pessoal foram as razões que nos conduziram ao doutorado em educação, por considerá-lo o locus privilegiado para questionamentos acerca de saberes profissionais. (Tese de doutorado. Maria Solange Pereira, 2001)

Nesse exemplo, a microconstrução *daí que* representante do esquema *Xque* atua como um conector lógico-argumentativo, um tipo de OA, contribuindo com a tessitura textual na medida em que conecta porções do texto e aponta para a expressão de resultado por meio do estabelecimento de relações argumentativas seja de consequência seja de conclusão.

No estabelecimento da rede de conectores, entendemos que exemplares como *daí que* em (6) e *note que* em (3) são instanciações de um mesmo esquema *Xque*, atuando como nós distintos em seus usos específicos, contudo ligados na medida em que estabelecem a função conectora. Entendemos que, no nível das microconstruções, *daí que* atua em um nível mais sintático de conexão interfrasticamente, já *note que* atua em um nível mais pragmático de conexão em que se incluem particularidades como explicitação de crenças e posições do produtor do texto sobre o que é dito na proposição. Por conta disso, no último caso, estamos postulando um nível “lato” no que se refere aos desdobramentos da conexão entre partes do discurso, porém, como também é constituído de característica de operador, consideramos esse elemento procedural como um operador discursivo.

A título de exemplificação da construção mais esquemática *VLocMD* a qual *vá lá* integra, apresentamos o MD *vamos lá*.

- (7) Sim, na linguagem do Senado a "nobreza" pode vir junto com a "mentira", a "excelência" com a "culpa", mas *vamos lá* – isto não é defeito, mas virtude.  
*corpusdoportugues.org/now, blog, tipo argumentativo*

Em (7), a microconstrução *vamos lá*, representante do esquema *VLocMD*, atua como MD na articulação de pontos de vista estabelecidos pelo produtor textual no contexto. Com a seleção do verbo na 1ª. pessoa do plural, o foco se movimenta para o ouvinte, ou seja, o falante passa a codificar significados em relação às atitudes do ouvinte. É uma estratégia de fortalecimento de sua expressividade, nessas situações discursivas, convencionalizando as implicaturas conversacionais na medida em que a construção com *vamos* atua como uma forma linguística sistematizada para exprimir a parceria de pontos de vista entre o falante e o ouvinte, caso esse típico do tipo de texto argumentativo e exortativo.

Nesse caso, entendemos que exemplares como *vá lá* em (5) e *vamos lá* em (7) são instanciações de um mesmo esquema *VLocMD*, atuando como nós distintos em seus usos específicos. A exemplo do que acontece com *note que* em (2), ambos os exemplares

atuam em um nível mais pragmático de conexão em que se marca a posição clara de um produtor textual que direciona a sua opinião para seu interlocutor com o propósito de convencê-lo.

## 2.2. *Produtividade*

Segundo Traugott e Trousdale (2013, p.17):

A produtividade de uma construção é gradiente. Ela refere-se a esquemas (parciais) e se relaciona com sua extensibilidade (BARÖDAL, 2008), i) na medida em que elas sancionam outras construções menos esquemáticas, e ii) na medida em que elas são limitadas (BOAS, 2008).

Nesse sentido, a produtividade de uma construção pode se relacionar ao quanto ela tem seus usos estendidos. Quanto mais usada uma construção é, maior a possibilidade de aumento na quantidade de instanciações distintas dessa construção, conseqüentemente a tendência é o aumento da sua produtividade. A questão da gradiência se refere à extensibilidade e à restrição que são geradas pelas pressões de informatividade típicas das relações interativas. A expressividade torna-se relevante nas trocas comunicativas, já que o falante deseja dissuadir e persuadir seu interlocutor. No jogo da linguagem, por outro lado, é imperativo ser coerente e tangível o que, de certa forma, inibe usos incomuns e ininteligíveis.

A produtividade está ligada à frequência token e type da construção, que são conceitos amplamente discutidos na literatura do FL. Segundo Bybee (2010), a frequência token diz respeito ao número de vezes em que a mesma unidade ocorre em um texto, já a type, ao número de diferentes expressões de um padrão particular.

Traugott e Trousdale (2013) traçam um paralelo entre frequência token e frequência do constructo e frequência type e frequência da construção. Dessa forma, o aumento na frequência de uso significa aumento na frequência do constructo. Segundo os autores (2013), quanto mais os falantes usam instâncias de uma construção e as repetem, mais rotinizadas e automatizadas elas se tornam. De outro lado, quanto mais rotinizadas e automatizadas essas instâncias são, mais se tornam disponíveis para diferentes colocações, ampliando a gama de possibilidades de usos types distintos. Nesse último caso, há aumento de frequência type.

O *locus* original da pesquisa funcionalista está no nível mais baixo, concernente aos usos efetivos ou constructos, o uso da língua nos contextos de uso. É com base nos tokens

que se chega à proposição dos níveis (micro, meso, macro, conforme Traugott (2008)), uma vez que, a partir das microconstruções *types*, trabalha-se com níveis mais abstratos, com virtualidades, e não com usos efetivos.

Com relação a esse fator, estamos estudando essas microconstruções a partir de dois esquemas maiores; *note que* seria um OD atrelado a uma rede maior dos conectores do esquema  $X_{\text{queConexãoTextualDiscursiva}}$ , forjado a partir do domínio funcional da conexão. Conforme postulamos, esse OD composto por uma subparte com elemento “que” é resultado de uma extensão dessa rede maior de conectores  $X_{\text{que}}$  que se desdobra em elementos mais sintáticos e em elementos mais pragmáticos. Essa postulação carece de maiores pesquisas que estão sendo desenvolvidas no projeto atual por meio da microconstrução *note que*, bem como *acontece que*, *vai que*, *veja que* entre outras.

Já *vá lá* é um MD atrelado à rede de marcadores  $V_{\text{LocMD}}$ , tendo sido estudado por Teixeira (2015) em sua tese de doutorado. Na oportunidade, foi levantado que esse MD atua como microconstrução articulando posições e crenças, assim como atitudes do produtor textual acerca do que está sendo dito em prol da articulação de seu ponto de vista junto ao interlocutor. Portanto, uma atuação intersubjetiva, exemplificando o potencial desses elementos nos textos. Esse MD é extremamente produtivo, atuando em contextos distintos e articulando sentidos distintos, marcando, assim, novas extensões, como pode ser observado nos exemplos abaixo:

- (8) Nós conhecemos a ilha hoje à tarde, pelas mãos do próprio Jean-Paul, no INFOLAB, numa telona full HD de 52 polegadas, e babamos. *Vá lá* e comprove.

*corpusedportugues.org/now, blog, tipo injuntivo*

Em (8), a posição tanto do verbo quanto do advérbio, em sequência, não os define como microconstruções, visto que o sentido indicado pelo verbo *ir* é de deslocamento concreto no espaço, portanto, pleno em sua origem. Com relação ao advérbio *lá*, esse elemento indica um lugar físico. O contexto em que se insere essa combinação de *vá lá* representa uma sequência injuntiva de um blog, em que o produtor textual tenciona apresentar informações sobre um lugar específico, com o propósito de imprimir imparcialidade, o que revela exposição de ideias, uma forma de situar-se no conhecer. Ao constituir seu texto, o autor faz uma escolha quanto à direção para abordar o assunto, selecionando *vá lá* apenas como uma exortação a prática de uma ação.

- (9) Só isso. Ainda que, *vá lá*, os tradicionais adversários tivessem se juntado em Belo Horizonte, que, ao menos, tal união tivesse honrado a política com uma liderança real.  
*corpusedoportugues.org/now, blog, tipo argumentativo*

Em (9), observamos a microconstrução *vá lá*, que, a partir de um sentido fundado em situações extralinguísticas, se desloca para outro fundado na expressão do falante. Esse sentido expressivo se embasa numa atitude mais pessoal ao contrário do proposicional, que corresponderia a uma atitude menos pessoal. Nesse estágio, a atitude do falante exprime sua subjetividade com respeito à situação discursiva ancorada no contexto, portanto, maior subjetividade atuando na convencionalização da unidade. Estruturalmente, percebe-se uma função modalizadora, típica de comentário pessoal, ortograficamente marcada pelas vírgulas, que se sumariza no gradiente deslocamento no espaço (emissor) > deslocamento na expressividade (opinião). O contexto específico formado pelo gênero blog e a sequência tipológica argumentativa favorecem a convencionalização da construção numa função particular. Em termos de abstratização, o deslocamento do sentido mais referencial para um mais expressivo atesta transferência entre domínios. Assim, tanto a forma verbal *vá* quanto o locativo *lá*, ao contrário de (4), não exprimem seus sentidos prototípicos.

### 2.3. Composicionalidade

Traugott e Trousdale (2013, p.19) esclarecem que a composicionalidade está relacionada à transparência de ligação entre forma e sentido. É “geralmente pensada em termos tanto de semântica (o significado das partes e do todo) quanto das propriedades combinatórias do componente sintático”. No que se refere à abordagem construcional, a composicionalidade é analisada em termos de compatibilidade e incompatibilidade entre os aspectos da forma e do sentido. Dessa forma, “se o constructo é semanticamente composicional, então tão logo o falante produza uma sequência sintaticamente convencional o ouvinte entende o sentido de cada item individual”, assim “o ouvinte será capaz de decodificar o sentido do todo”. Se, ao contrário, o constructo não for composicional, “haverá uma incompatibilidade entre o significado dos itens individuais e o significado do todo” (2013, p.19).

Com relação à analisabilidade, conceito que se relaciona com a composicionalidade, os autores entendem a primeira com um subtipo da última, sendo ambas gradientes. Para os autores, a analisabilidade está ligada ao quanto o falante

reconhece o significado das partes que compõem o todo e ao quanto ele trata essas partes distintamente. Assim, como pode ser analisado nos exemplos abaixo, as combinações dos elementos (ou subpartes) nos conectores (verbo e elemento “que” ou locativo), apesar de poderem ser identificadas individualmente em termos morfofonológicos, não o são em termos de propriedades sintáticas bem como as da dimensão do sentido da construção. Ao contrário, as combinações precisam ser tratadas conjuntamente, levando em consideração, inclusive e sobretudo, o contexto em que estão inseridas.

A seguir exemplos com a microconstrução *note que* e *vá lá*:

- (10) Olhando para a frente, projeções oficiais dos Estados revelam a perspectiva de déficits médios anuais de R\$ 35, 2 bilhões em 2019-2020. Levados ao final dos atuais mandatos, implicariam a acumulação de R\$ 70, 4 bilhões em nova rodada de atrasados. Caos financeiro. *Note que* a reforma em exame implicaria um ajuste de um terço dos atuais déficits. Daí sua importância. # Por trás disso, está principalmente a explosão dos déficits previdenciários, que, depois de virem crescendo a taxas altas, pularam de uma média de R\$ 23 bilhões em 2006-12, para R\$ 101, 9 bilhões, em 2018, e tendem a continuar subindo rapidamente.

*corpusdoportugues.org/now, artigo de opinião, tipo argumentativo*

- (11) Nem é necessário citá-los, pois diariamente eles estão na mídia. Por certo, todos os assuntos serão submetidos ao jogo de enormes interesses. # Evidentemente, não se pensou, nem de longe, na lista apresentada, no tema principal da sociedade brasileira: a educação das gerações. Mas, *vá lá*. Isso também já se sabia. A cultura política de toda essa cúpula não consegue alcançar os sentidos da educação no mundo

*corpusdoportugues.org/now, artigo de opinião, tipo argumentativo*

Tanto em (10) quanto em (11), temos microconstruções atuando como conectores textuais discursivos, sendo o primeiro OD e o segundo um MD. Ao analisarmos esses contextos, observamos que esses elementos facilitam o processamento do discurso e evidenciam a presença do produtor textual, sinalizando ao interlocutor de que maneira ele deve compreender a informação transmitida na sequência. Dessa forma, funcionam como coadjuvantes, na medida em que enfatizam o rumo da interlocução, acentuando a intersubjetividade. Por conseguinte, inserem-se, predominantemente, em sequências tipológicas argumentativas que permitem uma leitura exortativa, uma vez que é extremamente intersubjetiva.

Assim, como podemos examinar nos exemplos anteriores, as subpartes *verbo* + elemento *que* ou *verbo* + *locativo*, apesar de não sofrerem contrações na forma, não mais são analisáveis como elementos autônomos que se relacionam na estrutura sintática da frase. As microconstruções possuem funções conectoras e suas subpartes estão cristalizadas em termos de sintaxe, uma vez que as fronteiras se deslocam. Já em termos

de função, fica clara a atuação como conector, sobretudo levando em consideração a análise pragmática e discursivo-funcional na medida em que articulam outros sentidos em prol da organização e coesão textual.

No caso de *vá lá*, em que já havia uma integração no predicado como verbo e complemento circunstancial, há uma mudança no nível, uma vez que esse complemento está fundido ao elemento verbal, funcionando como um afixoide. Nos termos de Traugott e Trousdale (2013, p.154), um afixoide é um elemento que se torna semelhante a afixos por ter um significado especializado quando incorporado em compostos. Eles ainda não são afixos porque correspondem a lexemas, isto é, formas que não se ligam, mas o seu significado difere de quando são utilizados como lexemas independentes.

Em *note que*, a fronteira se desloca para depois do elemento *que*, como podemos observar em (10). Dessa forma, há também uma fusão das subpartes em um mesmo nível hierárquico, ao contrário da atuação da conjunção integrante no período composto por subordinação.

Por fim, Traugott e Trousdale (2013) observam que esses fatores reunidos funcionam como variáveis de análise para verificarmos a mudança linguística em curso, ou seja, para identificarmos os micropassos da mudança. Dessa forma, se um constructo for mais esquemático, mais produtivo e menos composicional, temos que a mudança ou está consolidada ou está em vias de se consolidar. Se, ao contrário, o constructo for menos esquemático, menos produtivo e mais composicional, a mudança pode estar ainda no nível da inovação. É importante não perder de vista que em todos os níveis da análise há gradiente e, assim, neste estudo, optamos por indicar como essas variáveis atuam em cada contexto em que estão inseridas.

Nesta seção, procuramos identificar a emergência de *note que* e *vá lá*, a partir do suporte teórico da LFCU. Esses elementos procedurais são extremamente importantes e nosso propósito é estudá-los de forma a incorporá-los às pesquisas dos mecanismos de conexão, atestando a necessidade de trabalharmos com a gramática plural, contextualizada, tão necessária à pesquisa e ao ensino de língua portuguesa.

### **3. Análise dos contextos e padrões de uso de *note que* e *vá lá***

Esta seção tem como objetivo principal evidenciar os padrões de uso dos elementos de conexão textual-discursiva emergentes *note que* e *vá lá* em seus respectivos contextos de uso. Entendemos que tais contextos motivam o recrutamento desses elementos para

articular a intencionalidade do produtor do texto, suas crenças e atitudes em relação ao que diz e/ou apresenta.

### 3.1. *Vá lá* e *Note que* – usos vinculados à estrutura frasal

Ao analisar *vá lá* e *note que* vinculados à estrutura frasal, identificamos que a atuação dos elementos no período se realiza separadamente: em *vá lá*, há uma fronteira entre o verbo e o locativo, sendo este um complemento do verbo. Nesse contexto, interpretamos *vá lá* num período simples em que “vá” figura como verbo transitivo circunstancial e “lá” como um advérbio de lugar.

No caso de *note que*, a fronteira também se posiciona entre o verbo e seu complemento encabeçado pela conjunção integrante. Portanto, nos dois casos, os elementos não constituem uma única estrutura, ou seja, não constituem uma microconstrução. Nesses contextos, os usos prototípicos, mais referenciais, que chamamos de fonte, fazem com que esses elementos sejam percebidos como itens semanticamente autossuficientes e sintaticamente dependentes, não tendo o caráter de excedência de que fala Tantucci (2018). Assim, os elementos são percebidos como itens lexicais.

Em outras palavras, nesses contextos, *vá lá* se apresenta com um verbo de movimento “ir”, representando a ação de sair de um lugar próximo e se deslocar para um lugar mais distante, e o locativo, como seu complemento circunstancial, indica um espaço físico distanciando tanto do produtor textual quanto de seu interlocutor.

O mesmo ocorre com o verbo “note” que continua sendo nesses contextos frasais um verbo de percepção relacionado à entrada da informação na mente do falante, que pode vir a figurar como verbo de conhecimento. Ainda nesses contextos frasais, a conjunção integrante “que” exerce sua função de ligar o verbo ao seu complemento oracional.

Observe os exemplos, primeiro com *vá lá* e depois com *note que*, ambos empregados em seus contextos fonte:

- (12) Como é que você vai combater a violência sem resolver esse problema? Não é dando armas. É ajustando um Brasil. De maneira que todos tenham lugar ao sol. Como pode um país que se diz celeiro do mundo conviver com a fome? *Vá lá* no vale do Jequitinhonha que você vai encontrar a fome.

*Corpusdoportugues.org/now, entrevista, tipo argumentativo*

Nesse contexto, considerado fonte, o verbo significa literalmente o deslocamento para um lugar distante de onde se localiza o produtor textual, configurando exatamente um deslocamento para um ponto distante do falante. O locativo refere-se a um lugar distante no espaço físico-concreto — o vale do Jequitinhonha, mencionado logo em seguida. Nesse contexto, o locativo “lá” funciona como complemento circunstancial do verbo “ir”, estando em um nível sintático inferior ao do verbo, subordinado a ele. Assim, a interpretação sintática se organiza no esquema [(você) vá [lá]], em que o sujeito “você” é classificado como desinencial e pode ser recuperado pelo contexto. Pode-se constatar, então, que os itens atuam separadamente, tendo autonomia semântica e sintática e “lá” funciona cataforicamente, tendo como referente um item dentro da estrutura frasal, o adjunto adverbial de lugar “no vale do Jequitinhonha”.

Considerando que esse fragmento foi retirado de uma entrevista, a opinião do interlocutor (o entrevistado) é de suma importância, havendo um espaço reservado para a sua voz dialogar com a voz do entrevistador. Além disso, o teor de intersubjetividade é relevante, uma vez que há um interlocutor direto (o entrevistador) e ainda os interlocutores-espectadores (leitores do jornal onde a entrevista seria publicada). Isso pode ser evidenciado pelo uso do modo imperativo e da terceira pessoa do singular em “(você) vá” que, embora não seja uma ordenação cristalizada, é muito comum no tipo textual injuntivo que instiga a ação do interlocutor, leva a decisões, possibilitando algumas escolhas guiadas. Esse tipo textual também está presente em textos argumentativos pela necessidade de adesão por parte do interlocutor.

Mesmo que *vá lá*, conectado ao sujeito “você”, subentendido, gere uma vinculação bastante sólida com o interlocutor, a sugestão de “ir ao vale do Jequitinhonha” é um recurso utilizado pelo autor para conferir veracidade ao seu discurso, para convencer o leitor de que o que ele diz é um fato. Essa indicação, dentro do projeto de dizer do autor, fortalece a sua argumentação a partir de um acontecimento real, seguindo a linha da consonância entre a sua opinião e a comprovação dela.

- (13) Ronaldo deixou Espanha em 2018, rumando à Juventus de Itália, com 311 gols apontados no campeonato espanhol e depois de ter conquistado quatro Bolas de Ouro enquanto representou o Real Madrid.

Há quem note que ele só não está na lista por ser “de outro planeta”, enquanto o site Spotbible que reúne uma das maiores comunidades mundiais de adeptos do futebol,

destaca as conquistas de Ronaldo e frisa que Espanha decidiu “apagar” o craque de sua história.

*Corpusdoportugues.org/now, notícia, tipo expositivo*

Em (13), o esquema verbo + complemento é expresso por meio de duas orações: uma principal, OP, em que o verbo seleciona uma oração subordinada, encabeçada pela conjunção integrante “que”, funcionando como complemento do verbo transitivo de percepção “note”. As fronteiras sintáticas desse recorte de texto devem ser assim analisadas: Há [quem note][que ele só não está na lista] por ser “de outro planeta”. Com isso, pode-se notar que a oração subordinada substantiva objetiva direta, OSSOD, relaciona-se com a OP através da ligação feita pela conjunção integrante “que”. Nesse caso, o verbo tem seu sentido mais básico preservado, pois significa uma atividade cognitiva, assim como a conjunção integrante, visto que atua unindo as orações. Dessa maneira, podemos observar que os itens “note” e “que” têm sua independência mantida em termos de referencialidade, preservando seu sentido pleno, mais lexical.

Destacamos o caráter informativo do gênero discursivo entrevista, marcado pelo tipo textual expositivo. Nesse tipo de texto, a (inter)subjetividade não é muito presente, visto que não se objetiva a adesão do leitor ao que se expõe, pretende-se apenas informá-lo de forma mais impessoal. Dessa maneira, o uso da terceira pessoa do singular no Modo Subjuntivo em “note” não tem relação mais explícita com o interlocutor. Nesse contexto, não há cristalização da flexão verbal, essa está condicionada à relação que se estabelece entre os elementos da frase, é um caso de concordância verbal.

Por conta desse contexto, consideramos um caso de emprego prototípico, no contexto fonte, em que os itens não se encontram unidos em uma estrutura, mas, sim, funcionando de forma independente em níveis sintáticos diferentes, conservando suas características lexicais.

Em suma, quando vinculados à estrutura frasal, o verbo e a conjunção integrante ou o verbo e o locativo, atuam no contexto definido como fonte, conservando suas características originais, mais voltadas à referencialidade: têm a autonomia semântico-sintática dos itens lexicais; são intrínsecas ao conteúdo temático do texto, estabelecendo ligações em níveis mais ligados à microssintaxe, portanto em relações interfrásticas. Além disso, a relação da interação com o interlocutor é atestada por meio das expressões principalmente em decorrência da flexão, que, por sua vez, não são a representação de uma forma fixa, mas dependente das relações sintáticas estabelecidas.

### 3.2 *Vá lá* e *Note que* – usos como microconstruções, MD

*Vá lá*, quando funciona como MD, é uma microconstrução que compõe a rede do esquema VLOCMD. Essa microconstrução é formada pelo verbo “ir” cristalizado na terceira pessoa do singular e pelo afixoide “lá”. Nesse caso, “lá”, como afixoide, carrega o traço semântico de afastamento: algo que é descomprometido, desengajado.

O verbo expressa a noção de afastamento e sintaticamente sua forma se fixa na terceira pessoa, indicando o direcionamento do discurso do falante ao interlocutor. Já o afixoide “lá” se conecta com a ideia de afastamento, se relacionando com algo com o que não se tem comprometimento, como postulado por Teixeira (2015). Esses não são os sentidos originais do verbo nem do locativo, mas é possível perceber que há um elo de correspondência que une os sentidos básicos aos usos inovadores, como MD. Hopper (1991) nos informa que esse nível de abstratização, ou seja, os usos fora do contexto mais referencial, ainda carregam um resquício do sentido original que ele classifica como “princípio da persistência”.

A necessidade de se estabelecer uma relação com o interlocutor nasce da natureza dos textos em que é comum o emprego desse marcador: textos argumentativos. O estabelecimento de uma ponte que evidencia a intersubjetividade da situação comunicativa é inerente a esse tipo de texto, pois seus autores pretendem direcionar a atenção do seu interlocutor de modo a convencê-los. Os marcadores em geral servem à argumentação, direcionando a atenção do leitor para determinados aspectos e deixando outros pontos em segundo plano. *Vá lá*, especificamente, atua nos contextos em que o falante discorda, buscando, portanto, invalidar ou enfraquecer a opinião de outrem. Vejamos nos exemplos:

- (14) Talvez a um adolescente do presente soe tão espantoso quanto mirar inscrições pré-históricas, mas *vá lá*: antes da internet, descobrir bandas era uma tarefa árdua.  
*Corpusdoportugues.org/now, notícia, tipo argumentativo*

Esse é um fragmento retirado de uma notícia sobre uma mostra de discos e K7s publicada na página virtual de um jornal. Considerando-se que na atualidade não se usa constantemente esse tipo de dispositivo para ouvir músicas, em detrimento dos recursos online, é justificada a escolha do autor em mencionar de início os adolescentes, faixa etária que provavelmente teve pouco ou nenhum contato com os discos e fitas. Por não conhecerem essas mídias, certamente, os adolescentes as entendem como coisas antigas

e ultrapassadas em termos tecnológicos. O autor, por outro lado, tem uma visão diferente da que ele entende terem os mais jovens. Observe que *vá lá* introduz, junto à conjunção *mas*, o trecho em que a opinião do autor surge, em contraste com a que ele reporta. Além disso, ele a emprega buscando gerar identificação, uma empatia do leitor. Mesmo que seja um fragmento de notícia, o autor se desprende da impessoalidade e se conecta com seu leitor em tom argumentativo.

O verbo encontra-se morfologicamente cristalizado: terceira pessoa do singular no Modo Imperativo, evidenciando, portanto, a conexão que o autor busca estabelecer com quem o lê, ou seja, *vá lá* articula, não partes do texto, mas o texto com a situação comunicativa onde se insere. Nesse sentido, podemos perceber que o MD não é parte do conteúdo proposicional desse texto, não havendo, inclusive, referência espacial à qual possam se relacionar os itens *vá* e *lá*. Nesse contexto, configura-se uma reanálise: não mais se lê *vá* como verbo e *lá* como complemento circunstancial; empregados como MD, *vá lá* é uma estrutura única, uma microconstrução, composta por subpartes cuja semântica não é mais tão transparente, isto é, seu significado se altera, mantendo-se somente um elo de correspondência no que concerne ao distanciamento, um sentido de pouca importância em relação ao que foi trazido como fato/informação, porque já sabido, reconhecido, evidente.

- (15) É a expressão mais acabada do que costumo chamar de “democracia sob cabresto” ou de “democracia tutelada”. Por quê? Movimentos que poderiam ser, *vá lá*, a expressão genuína e legítima ou de minorias ou de populações vulneráveis nada mais são do que uma franja de um partido político. Ou esse partido se apodera de uma organização popular, aparelhando-a, ou se oferece para o serviço da “cafetinagem” ideológica.

*Corpusdoportugues.org/now, artigo de opinião, tipo argumentativo*

Nesse trecho de alto teor opinativo, o autor, referindo-se a um organizador de um protesto que é integrante de um partido político, explica o termo que cunhou para nomear situações como a que está em pauta. Para isso, ele emprega, além do MD *vá lá*, outro recurso que fortalece e evidencia a intersubjetividade da situação comunicativa: a pergunta retórica. Tal recurso, aliado ao uso de *vá lá*, tornam clara a importância da interação em um texto que objetiva o convencimento, a persuasão. Nesse caso, o *vá lá* introduz a opinião para em seguida refutá-la. Ele considera em partes a visão oposta, incorporando-a ao seu discurso como estratégia para descredibilizá-la: mesmo que fossem a expressão mais verdadeira das porções mais vulneráveis da sociedade, como

alguns podem dizer, ele ainda as percebe como algo que esconde a face de um partido político.

Nesse trecho, também fica evidente a característica dos MD de poderem ser retirados da frase sem prejuízo ao conteúdo temático e sem desorganização sintática — considerando-se como pista o fato de estarem entre vírgulas. Porém, haveria empobrecimento do ponto de vista pragmático, visto que o MD *vá lá* impulsiona a opinião do autor por conceder certo espaço a outro ponto de vista. Em outros termos, permitir que outro discurso atravesse o dele reforça os pontos fracos da opinião de que ele discorda e fortalece a sua própria avaliação da situação. Retirar o MD, portanto, causa prejuízos no sentido da articulação interacional.

Os prejuízos serem exclusivamente em termos pragmáticos demonstra que não há conservação do sentido básico, que estamos indicando serem aqueles mais referenciais, mais ligados ao sentido lexical dos termos. Essa é uma trajetória comum entre os elementos procedurais da gramática: saem de um uso mais referencial, mais concreto, e passam a exprimir noções mais abstratas — muito embora seu sentido primário persista (Hopper, 1991), passível de ser recuperado; neste caso, pela noção de distanciamento que o autor confere à opinião oposta inserida em seu texto.

Além disso, as subpartes de *vá lá* encontram-se plenamente convencionalizadas, não há possibilidade de interpretação do verbo separado do locativo, uma vez que não mais cumprem essa função, pois estão cristalizados e passam a articular uma única função. Articulando a função marcadora do discurso, *vá lá* revela autonomia na apresentação formal, que não varia em decorrência do emprego, estando a forma verbal fixada na terceira pessoa do singular do Modo Imperativo.

*Note que*, quando funciona como OD, é uma microconstrução que integra a rede do esquema *Xque* e, mais especificamente, da rede  $V_{\text{percep}}\text{que}$ . Essa microconstrução é formada pelo verbo “notar” cristalizado na terceira pessoa do singular e pelo elemento “que”. O verbo “notar” se refere a uma atividade mental, que, de acordo com Souza (2006, p. 461), são verbos que expressam as formas como os humanos experienciam o mundo, estando suas crenças, valores e desejos atravessados aos sentidos desses verbos. Nesse sentido, o emprego de *note que* reflete a subjetividade do produtor textual que, ao selecionar esse OD, coloca-se mais em evidência no enunciado. Em termos de propriedades da forma, o verbo não seleciona um complemento; já em termos de propriedades do conteúdo, a semântica é bastante preservada no que tange à detenção da atenção e à focalização acionada pelo sentido mais básico de “notar”.

Assim, tem-se que, funcionando como OD, *note que* tem mais transparência do que o MD *vá lá*. Podemos considerar, portanto, que comparativamente ao MD *vá lá*, *note que* não esteja ainda convencionalizado a ponto de as fronteiras sintáticas estarem totalmente desfeitas. De acordo com as análises empreendidas até o momento, as microconstruções da rede Xque são menos “descoladas” da sentença que encabeçam do que as da rede VLocMD. A principal hipótese é que isso se deve principalmente à subparte “*que*” em função do seu potencial caráter integrador, resquício de sua atuação como conjunção integrante no período composto, os contextos fonte. Já a subparte “*lá*” é mais integrada à subparte “*vá*” em função do resquício de sua atuação como verbo+complemento no período simples, os contextos fonte.

A conexão intersubjetiva que se percebe em textos em que *note que* é selecionado pelo autor advém da necessidade de convencer típica de tipos textuais argumentativos, tipologia em que ocorre com mais frequência, devido seu alto teor argumentativo. O direcionamento da atenção do interlocutor é ainda mais forte quando ocorre o emprego de verbos perceptivos como *note* e *veja*, isso porque, ao selecionar um verbo de atividade mental, o produtor textual delimita um caminho interpretativo ressaltando um determinado ponto em detrimento dos outros. *Note que*, como OD, não é o único responsável pelo destaque de porções textuais, mas evidencia o relevo proposto pelo autor. Essa microconstrução atua, portanto, reforçando o ponto de vista do produtor do texto. Observemos nos exemplos:

- (16) Uma boa maneira de descobrir se você está no lugar certo passa por uma profunda autorreflexão. O que você faz e a empresa onde atua correspondem ao verdadeiro significado do trabalho?

O que você faz da vida? Trabalho na Apple. *Note que* a pergunta não é sobre onde você trabalha, porém a maioria entra no piloto automático e define a empresa em primeiro lugar. No mundo onde a ditadura do cargo impera, soa melhor encher a boca para dizer “eu trabalho na Apple” do que “sou o empresário que faz o melhor cachorro quente da cidade”.

*Corpusdoportugues.org/now, artigo de opinião, tipo argumentativo*

Nesse trecho, o autor aborda a questão do trabalho, desenvolvendo a sua opinião acerca do significado que o trabalho tem na vida de quem o executa. Para dar prosseguimento ao texto, ele emprega o OD *note que* para destacar um aspecto de sua opinião. Essa recuperação da pergunta, a retomada antes do prosseguimento da argumentação é a característica procedural de *note que*, uma das que permite associá-lo a MD. Além dessa conexão puramente textual, *note que* articula ainda o texto e a situação pragmática e intersubjetiva, na medida em que o autor direciona o ponto que seu leitor

precisa prestar atenção, juntamente com outras estratégias, como o emprego do pronome você e a pergunta retórica, que, mesmo respondida como exemplo, convida o leitor a participar. A intersubjetividade, em textos argumentativos, é um recurso largamente utilizado pelos produtores textuais como forma de traçar de forma mais definida um caminho por onde o leitor deve seguir na sua interpretação.

A caracterização dessa microconstrução como OD deve-se, principalmente, a esta estratégia: ela orienta o leitor. O uso da forma verbal no imperativo e na terceira pessoa do singular personaliza o direcionamento e colaboram para que a ideia escolhida pelo autor seja destacada, relevada. Essa focalização acontece em decorrência de o sentido mais básico do verbo “notar” persistir, como nos orienta Hopper (1991), de forma proeminente. Embora essa subparte mantenha sua semântica bastante conservada, seu funcionamento como verbo cede lugar ao de OD com a intenção de destacar um ponto certo e importante na articulação de uma opinião. Nesse sentido, está vedada ao leitor a interpretação pelo esquema Verbo + complemento. Para comprovar isso, podemos retirar *note que* do texto, sem prejuízo à compreensão. *Note que* não integra o conteúdo proposicional, estando sintaticamente independente da sentença. Há empobrecimento no nível da pragmática, caso o retiremos, uma vez que não haveria mais um elemento focalizador que enfatize a argumentação do produtor textual.

- (17) Mas nem tudo é assim tão simples de decidir. Diferentemente da simples aplicação da operação NOT, cujo resultado depende apenas do valor de uma única condição, há decisões mais intrincadas que dependem da combinação dos valores de duas ou mais condições. Por exemplo: suponhamos que a decisão a ser tomada seja ir ou não ao cinema e imaginemos que, para que você decida ir, é necessário estar de folga no trabalho. Mas *note que* atender a esta condição é necessário porém não suficiente, pois também é preciso ter dinheiro para o ingresso. Portanto há que combinar as duas condições: você irá ao cinema se estiver de folga E (AND) tiver a grana da entrada.

*Corpusdoportugues.org/now, tutorial, tipo expositivo*<sup>1</sup>

O trecho foi retirado de um texto publicado em um site cujas publicações são tutoriais sobre tecnologia, e esse fragmento, especificamente, aborda as operações lógicas. Temos aqui uma sequência tipológica explicativa e, embora não seja a mais frequente nos empregos do OD *note que*, tem relevância no que diz respeito à função que esse conector textual-discursivo desempenha. Neste trecho, ele atua destacando também um aspecto específico do projeto de texto do autor com o objetivo não de convencer o

---

<sup>1</sup> Na análise, tratamos o fragmento como uma sequência explicativa, pois ambas as tipologias são tomadas como sinônimas neste trabalho.

interlocutor, mas de tornar o mais claro possível o que se pretende explicar. No projeto de dizer do produtor textual, direcionar o discurso ao seu leitor é fundamental para que consiga a adesão, nesse caso, no sentido de compreensão, e, para isso, emprega também exemplos construídos com o pronome “você”. A utilização desse pronome promove, nesse contexto, maior proximidade.

As subpartes da microconstrução estão mais integradas, não dependendo, então, do contexto que a cerca para que o verbo esteja conjugado no Imperativo e na terceira pessoa do singular. Isso pode ser observado quando se retira *note que* da sentença: “Mas atender a esta condição é necessário, porém não suficiente, pois também é preciso ter dinheiro para o ingresso”. É importante destacar que não há prejuízo sintático, não se torna uma sentença agramatical, justamente porque não há vinculação do OD com o conteúdo, a função dele é direcionar a atenção do leitor para um aspecto que pode parecer confuso, daí podermos conferir o objetivo de facilitar a compreensão. Assim, sabendo o produtor que pode haver confusão quanto à diferença entre necessidade e suficiência, ele destaca esse ponto em específico. Ao destacar, ele se coloca claramente nesse texto, pois transparece a sua crença na dificuldade de compreensão dessa sutil diferença.

A acepção de relevo que esse OD evidencia, parte de seu sentido básico, da semântica de percepção de um ponto específico do verbo “notar” que o compõe. Mais uma vez podemos entender que o elo semântico que liga a microconstrução ao seu emprego prototípico ainda é perceptível, mesmo que execute uma função diferente de articulação entre discurso e contexto pragmático.

Por conta dos distintos comportamentos no polo da forma e do conteúdo nos contextos que vimos apresentando nesta seção, compreendemos que os elementos procedurais *note que* e *vá lá* atuam na macrossintaxe do discurso, conectando porções textuais e contribuindo com a progressão do texto.

## **Conclusão**

A análise atenta aos dados permite postular, entre outros aspectos, as duas microconstruções aqui investigadas – *note que* e *vá lá* – como exemplos de OD e de MD. Evidenciamos em ambas a propriedade de chamar a atenção do interlocutor, que desloca sua referência do contexto situacional para o âmbito do falante. Essa atuação faz ressaltar a função articuladora textual-interacional das microconstruções sob análise, já que

evidenciam usos típicos de conexão textual e intersubjetiva, contribuindo simultaneamente com a progressão do texto.

Após realizarmos levantamento das funções discursivas assumidas pelas referidas microconstruções no contexto de uso, observamos que, de modo geral, os dois elementos têm suas subpartes cristalizadas, pois houve um deslocamento das fronteiras estabelecidas nos usos mais prototípicos, seja como verbo e complemento circunstancial numa dada oração, como em *vá lá*, seja como verbo e complemento oracional num período composto, como em *note que*. Dessa mudança de fronteira e cristalização das subpartes, configura-se um elo de correspondência simbólica que remete ao uso como microconstrução, como observamos na análise dos dados.

Seja num contexto condicional que passa a favorecer uma concessão em prol da argumentação do produtor textual, como *vá lá*, seja num contexto de exposição cuja subvalorização da primeira parte põe em relevo a valorização de um ponto de vista também em prol da argumentação de um autor, como em *note que*, os elementos procedurais de conexão lato auxiliam o projeto de dizer do autor, na medida em que contribuem para a orientação de um caminho interpretativo. Nessa estratégia, o produtor textual põe à mostra sua intencionalidade com a finalidade de convencer, persuadir e conquistar a adesão do seu interlocutor.

Nessa perspectiva, apreender e reconhecer tais manobras linguísticas no texto, que operam no plano procedural da gramática, são essenciais, visto que para além de ocuparem um lugar relevante na articulação de ideias, por meio do OD e do MD, é possível captar os sentidos que, intencionalmente, estão expressos pelo produtor do texto. À vista disso, ainda que esses itens não sejam descritos em diversos compêndios tradicionais, compreendemos que esses elementos linguísticos são fundamentais para a construção textual e, potencialmente, podem atuar como uma ferramenta para o desenvolvimento da criticidade do alunado na educação básica.

Consideramos que os elementos procedurais de conexão textual-discursiva em estudo possam contribuir para a pesquisa funcionalista que tem por princípio o exame da língua em seus contextos efetivos de uso. Entretanto, novas pesquisas são necessárias, incluindo dados históricos, a fim de verificar os micropassos da mudança linguística e a hipótese de uma rede de construções que atuam no nível da conexão textual-(inter)subjetiva.

**Abstract:** Studies of language in use are the target of functionalist research, since we are interested in capturing the development of less or more procedural elements in their specific contexts as well as analyzing the behavior of these elements in the communicative situation. In this scenario, elements of textual-discursive connection, which we call discursive operators and markers, appear as clues or indicators of the speaker's beliefs and opinions, constituting themselves as mediators of the intersubjectivity established in the communicative dyad. Complex structures such as *vá lá* and *note que*, emerging in Portuguese, focus on information, establish interpersonality as the speaker calls attention to a certain passage or textual element with the aim of activating the information in the interlocutor's memory and to check the understanding of what was said, to highlight certain information in relation to others, to direct a point of view, to guide a reading in order to provoke the adhesion of the interlocutor to its communicative purpose. Furthermore, we promote a comparison between these procedural elements in order to better understand how the morphosyntactic configuration and the semantic-pragmatic relationship contribute to the performance of these elements in the articulation of the text.

**Keywords:** Discursive markers; Discursive operators; Textual-discursive connection; Usage-Based Functional Linguistic.

### Referências bibliográficas

ARENA, A. B.; TEIXEIRA, A.C.M. A expressão de resultado do conector *daí que*: mudança linguística em perspectiva funcional centrada no uso. **Fórum linguístico**, revista do programa de pós-graduação em linguística da UFSC, 2021.

BYBEE, J. **Language, usage and cognition**. Cambridge: cup, 2010.

CROFT, William. **Radical Construction grammar: syntactic theory in typological perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CUNHA, M. A. F. da; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (orgs.). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A/ Faperj, 2003.

GOLDBERG, A. **A construction grammar approach to argument structure**. Chicago: The university of Chicago Press, 1995.

\_\_\_\_\_. **Constructions at work**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HOPPER, P. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E & HEINE, B. *A approaches to grammaticalization*, v.1 Amsterdam: Benjamins, 17-37, 1991.

OLIVEIRA, M. R. de; ROSÁRIO, I. C. (Org.). **Pesquisa em linguística funcional: convergências e divergências**. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2009.

RISSO, M. S. *et al.* Marcadores discursivos traços definidores. In: KOCH, I.G. V. (org.) **Gramática do português falado**. Vol. VI. Campinas: Ed. DaUNICAMP/FAPESP, 1996.

SOUZA, M. M. de. Querer, pretender, considerar: os processos mentais no gênero editorial. In: PG LETRAS 30 ANOS, 2006, Recife-PE, UFPE. **Anais**. v. 1. Recife-PE, 2006. p. 457-469. Disponível em: Acesso em: 17 set. 2021.

TEIXEIRA, A.C.M. **Construção verbal marcadora discursiva VLocMD: uma análise funcional centrada no uso.** 2015. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

TRAUGOTT, E. C. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English", in Regine Eckardt, Gerhard Jäger, and Tonjes Veenstra, eds., *Variation, Selection, Development--Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 219-250, 2008.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. A. **Constructionalization and constructional changes.** Oxford: OUP, 2013.

VOTRE, S. J. ; MARTELOTTA, M.E; CEZARIO, M. M. da C. **Gramaticalização.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

# USOS POLISSÊMICOS DE *E AÍ* E *ESPERA AÍ*: MARCADORES DISCURSIVOS INSTANCIADOS POR ADVÉRBIOS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

## POLYSEMIC USES OF *E AÍ* AND *ESPERA AÍ*: DISCURSIVE MARKERS INSTANCED BY ADVERBS IN CONTEMPORARY BRAZILIAN PORTUGUESE

Milena Torres de Aguiar (FFP/UERJ)  
Brenda da Penha de Oliveira (FFP/UERJ)  
Carolina Santos Martins (FFP/UERJ)

**Resumo:** Fundamentados nos pressupostos da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), segundo a qual a “análise de fenômenos linguísticos deve estar baseada no uso da língua em situação concreta de intercomunicação” (CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 14), e na Linguística Textual-Interativa, mais especificamente nos trabalhos de Risso *et all* (2002, 2015), buscamos descrever os usos polissêmicos da construção “e aí” e “espera aí” no português contemporâneo, dando maior relevo a sua função como marcador discursivo (MD), resultado de um possível processo de mudança linguística. Numa perspectiva sincrônica, tomamos como base o *Corpus* Discurso & Gramática e o *Corpus* do Português e realizamos um estudo prioritariamente qualitativo. Parte-se da hipótese de que, ao usarmos, em contextos específicos, um advérbio ao lado de outro elemento, formamos um *chunk* (Bybee, 2003), ao qual é atribuído o papel de MD. De forma geral, os MD são conceituados como unidades linguísticas independentes que atuam na articulação e no gerenciamento dos processos de construção textual e aos quais se atribui uma categoria pragmática.

**Palavras-chave:** Linguística Funcional Centrada no Uso; Gramática Textual-Interativa; E aí; Espera aí; Marcador Discursivo.

### Introdução

O presente artigo tem como objeto de pesquisa os usos polissêmicos das microconstruções “e aí” e “(es)pera aí” em uso no Português Contemporâneo, privilegiando suas funções como Marcador Discursivo (em outros termos, MD). Baseadas na Linguística Funcional Centrada no Uso, vertente que compatibiliza pressupostos funcionalistas e cognitivistas, e na Gramática Textual-Interativa, assumimos como hipótese que, em contextos específicos da atual sincronia, “e aí” e “(es)pera aí” formam um *chunk* (Bybee, 2003), em que cada item se distancia da sua função original e, juntos, geram um novo pareamento de forma-sentido (Croft, 2001), o qual se presta a um novo papel, o de marcador discursivo, como podemos ver nos exemplos a seguir:

(1) I: a parede ((riso)) as paredes todas são... brancas... pô... o chão é de tábuas corridas... tem uma passagem assim maneira da cozinha pra sala... com um balcãozinho... que a gente vai fazer um bar ali... e pô... a decoração estão comprando todos os móveis lá na Tok&Stok...

estou gastando a maior grana ((riso)) mas tá ficando legal... minha mãe me ajuda também... dá uns toques lá... que ela... gosta desses negócios de decoração... e é ( ) eu gosto de lá... tem um sonzinho... não tem televisão... nem computador ((riso)) não tem cama também... só tem uma cama de casal ((riso)) e o colchão... colchão tem... e aí? mais o quê?

E: o que mais? [você que me diz... ué...] (D&G, Daniel, Ensino Superior, Rio de Janeiro, Descrição de Local Oral)

(2) Ahhhhhh parece que sou eu voltando a ter aquela pureza de sentimento, aquela emoção das primeiras surpresas e entendendo que ser criança é muito bom. Ter criança por perto é tão bom quanto ser... (pelo menos, é isso que me resta né kkkkk com meus 31). **Peraí!** Será que estou ficando emotiva por causa do domingo que está vindo [Dia das Mães]!!! Vocês também??? Quem AMA ser mãe???", finalizou Letícia. (CP, Revista Quem, Letícia Santiago)

Os marcadores discursivos, de modo geral, são conceituados como unidades linguísticas independentes que atuam na articulação e no gerenciamento dos processos de construção textual, no contexto de uso da língua.

Com o objetivo de analisar e descrever os usos polissêmicos das construções marcadoras discursivas “e aí” e “(es)pera aí” na sincronia atual e reconhecê-las como um MD, de acordo com os traços definidores propostos por Risso *et all* (2015), realizamos uma pesquisa prioritariamente qualitativa, mas também quantitativa de tais marcadores. Coletamos e analisamos dados de dois *corpora*: *Corpus* do Português e *Corpus* Discurso & Gramática (D&G). Do primeiro, observamos o *Corpus Now* e, do último, os cinco tipos de textos orais e escritos, das cidades de Niterói, Rio de Janeiro, Juiz de Fora, Rio Grande e Natal.

A respeito do “e aí”, chegamos a um total de 106 *tokens*, divididos em sete *types* de uso: marcador interacional questionador, marcador sequenciador temporal, marcador sequenciador de adendo, marcador sequenciador de retomada tópica após inserção, marcador sequenciador de fecho de tópico; conector de causalidade; além de seu uso primário, em que cada item da construção atua de forma independente. Já em relação ao “(es)pera aí”, coletamos 80 *tokens* divididos em quatro padrões funcionais distintos: indicador de lugar, solicitador de tempo, solicitador de calma e marcador focalizador, sendo os três últimos usos como MD.

Na próxima seção, trazemos a fundamentação teórica, em que apresentamos os pressupostos que embasam e norteiam nossa pesquisa. A seção seguinte é a de resultados, em que, ao analisar nossos dados, descrevemos os usos polissêmicos encontrados dos marcadores discursivos “e aí” e “(es)pera aí” e os investigamos de acordo com os postulados de Risso *et all* (2015). Por fim, nossas considerações finais.

## 1. Pressupostos teórico-metodológicos

Nesta seção, expomos os pressupostos teóricos da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), abordagem que concilia a Linguística Funcional norte-americana e a Linguística Cognitiva. De acordo com a LFCU, a gramática é concebida

“como uma estrutura em constante mutação/adaptação, em consequência das vicissitudes do discurso. Logo, a análise de fenômenos linguísticos deve estar baseada no uso da língua em situação concreta de intercomunicação.” (CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 14).

Fundamentados nessa teoria, apresentamos os conceitos essenciais que norteiam a investigação das construções marcadoras discursivas “e aí” e “(es)pera aí” em uso no português contemporâneo. Logo, nos baseamos em estudiosos como Givón, Traugott, Trousdale, Croft, Bybee, entre outros.

Um dos conceitos basilares da LFCU é a compreensão de que a língua é uma rede de construções. Isso significa dizer que a língua é um inventário constituído de construções, pareamentos de forma e de sentido, que estão interconectadas a outras construções. Esse inventário está em aberto; a partir do uso que os falantes fazem cotidianamente da língua, novos nós são formados na rede. Dessa forma, a língua é moldada pelo uso.

Em nossa pesquisa, assumimos como hipótese que o uso em contextos específicos de um advérbio ao lado de outro elemento da língua pode formar um *chunk* (Bybee, 2003). O *chunking* ocorre quando dois ou mais itens da língua são usados tão frequentemente juntos, que ficam cristalizados e os falantes começam a entendê-los como um só. Dessa maneira, temos, por exemplo, a conjunção “e” mais o advérbio “aí” que formam o *chunk* “e aí” e, também, o verbo “espera” e o advérbio “aí” que formam o *chunk* “espera aí”. Cada item dentro do *chunk* encontra-se distanciado de sua função original e juntos, no *chunk*, compõem uma nova construção na língua, a qual se presta a um novo papel, a de marcador discursivo.

Nessa nova configuração, “e aí” e “espera aí” têm seu grau de analisabilidade e composicionalidade reduzidos, conforme os postulados de Traugott & Trousdale (2013). Analisabilidade refere-se à contribuição que cada componente tem na estruturação morfossintática, isto é, não há mais como analisar os elementos separadamente; já a composicionalidade tem a ver com níveis de predicabilidade do sentido do todo a partir dos sentidos das partes. Notamos assim que, na construção “e aí”,

a conjunção "e" não coordena elementos de mesma hierarquia sintática (como em “Estudei e trabalhei”); já na construção “(es)pera aí”, o verbo “esperar” não seleciona argumentos (como em “*Espera* o almoço), e, em ambas as construções, o advérbio "aí" não atua como dêitico espacial (como em “O livro está *aí* em cima da mesa).

Ressaltamos que houve uma redução da composicionalidade, não ao ponto de ambas as construções se tornarem totalmente opacas, pois as partes ainda fornecem pistas para o sentido do todo, e são justamente suas funções originais que permitem o recrutamento de cada elemento para a formação dessa nova construção. Na construção “e aí” notamos que ainda perdura a capacidade da conjunção “e” de conectar, mas, nesta nova função, conecta partes do discurso. No caso do “espera aí”, encontramos traços do sentido original de “aguardar” presente no verbo “esperar”. Em ambas as construções, percebemos um desbotamento do advérbio de lugar “aí”, pois não há mais um apontamento para um lugar do espaço.

A construção, como já apontado, é o par forma e sentido, de acordo com Croft (2001). Esse pareamento, que serve a qualquer construção, são “esquemas abstratos e convencionais, que se instanciam no uso linguístico por meio de ocorrências específicas” (FURTADO DA CUNHA, 2017, p. 112). Assim, é por meio dos construtos que se pode apreender a rede esquemática de cada construção. O construto, segundo Traugott & Trousdale (2013), é o uso de dada construção em contexto real de interação comunicativa. Com essa rede esquemática, proposta por Traugott (2008), é possível verificar o processo individual de gramaticalização de cada construção e, também, perceber semelhanças e diferenças entre as construções. Cabe destacar que gramaticalização é um processo de mudança a partir do qual uma construção, em contextos pragmáticos específicos, adquire novas funções.

Desse modo, na rede esquemática, temos o primeiro nível que é o construto, o qual se relaciona à frequência *token*, isto é, à quantidade de ocorrências de uma construção em um *corpus*. Os demais níveis – microconstrução, mesoconstrução e macroconstrução – relacionam-se à frequência *type*, isto é, à quantidade de tipos de uma determinada construção a partir de itens diferentes que preenchem os *slots* (espaços em aberto). Apresentamos a seguir os níveis esquemáticos da rede [X Adv]<sub>MD</sub> da qual fazem parte as microconstruções marcadoras discursivas “e aí” e “(es)pera aí”:

- a. Macroconstrução: Pareia forma e sentido em um esquema altamente abstrato e genérico, incorporando estruturas com inúmeras possibilidades de

preenchimento. As construções *e aí* e *(es)pera aí* em análise fazem parte da macroconstrução  $[X \text{ Adv}]_{\text{MD}}$ , a qual tem variadas mesos e microconstruções; por isso, pode ser considerada um esquema produtivo na língua.

b. Mesoconstrução: envolve o conjunto de similaridades sintáticas e semânticas de microconstruções específicas. A macroconstrução  $[X \text{ Adv}]_{\text{MD}}$  abarca mesoconstruções, em que, no lugar de X, é possível preencher com conjunções, verbos e advérbios, por exemplo; e, em *Adv*, o *slot* pode ser preenchido por advérbios como *aí*, *lá*, *aqui* e *ali*. “E aí” é formado por *conjunção + advérbio aí*; “espera aí” por *verbo + advérbio aí*.

c. Microconstrução: são as construções individuais. O esquema abstrato  $[X \text{ Adv}]_{\text{MD}}$  tem suas realizações na interação entre os falantes, concretizando-se em microconstruções como as marcadoras discursivas “e aí” e “(es)pera aí” analisadas nesta pesquisa.

d. Construto: são as ocorrências (*tokens*) das microconstruções empiricamente atestadas; portanto, o *locus* da mudança e inovação. As microconstruções *e aí* e *(es)pera aí* podem ser flagradas em construtos como:

(3/4) I: pô... trabalhar fazendo sanduíche... fazer hambúrguer... cheese palheta... big palheta... leva alface... tomate... cebola... molho branco... molho inglês... molho de champignon...

E: *espera aí* ((riso)) seu José... *e aí* como é que o senhor faz esse... esse sanduíche? (D&G, entrevistador, Rio de Janeiro, Relato de Procedimento oral)

Também verificamos, em nossa pesquisa, a noção semântica de expansão, a polissemia. O processo polissêmico consiste numa trajetória de abstratização, no qual uma determinada construção exerce, em uma determinada sincronia, função e/ou sentidos distintos que se relacionam. Segundo Martelotta e Kenedy (2015), podemos afirmar que “há um conjunto de processos de mudança atuando com relativa regularidade sobre os elementos linguísticos, estendendo-lhes o sentido” (MARTELOTTA E KENEDY, 2015, p. 20). Isso nos leva a duas perspectivas: 1) histórica, em que esses processos podem carregar uma sequência de mudanças ocorridas no tempo; 2) sincrônica, em que se pode observar um conjunto de polissemias coexistindo. É com base nesta perspectiva sincrônica que desenvolvemos a nossa pesquisa, apresentando os usos polissêmicos de “e

“e aí” e “(es)pera aí”, já que acreditamos que “e aí” e “(es)pera aí” possuem usos polissêmicos, analisados na seção seguinte.

Esta pesquisa também está apoiada na Gramática Textual-Interativa (GTI), nos estudos de Risso, Silva e Urbano (2002, 2015) sobre os marcadores discursivos, porque acreditamos que as construções “e aí” e “(es)pera aí” fazem parte desta classe nas interações cotidianas desta sincronia. Por serem os Marcadores Discursivos um amplo grupo com diversos rótulos, já que, comumente, muitos recursos discursivos que não se sabem como classificar são rotulados como marcadores, tais estudiosos desenvolveram um vasto trabalho sobre esta classe e, principalmente, apresentaram seus traços definidores, dos quais nos valem para analisar “e aí” e “(es)pera aí”.

## 2. Resultados

Nesta seção, apresentamos alguns resultados da análise dos dados coletados, reconhecendo “e aí” e “(es)pera aí” como marcadores discursivos em uso na atual sincronia. Além disso, pretendemos confirmar a hipótese de que “e aí” e “(es)pera aí”, em contextos específicos, formam um *chunk* (Bybee, 2003), em que cada item da construção se distancia da sua função original e, juntos, geram um novo pareamento de forma-sentido (Croft, 2001), o qual se presta a um novo papel, o de marcador discursivo.

### 2.1. Usos Polissêmicos do “e aí”

Para classificar os usos de “e aí”, coletamos e analisamos 106 construtos e chegamos a dois grandes padrões funcionais distintos como marcador discursivo, de acordo com os postulados de Risso *et all* (2015), “e aí” voltado para a orientação da interação e o voltado para a articulação do discurso, que serão apresentados nas subseções a seguir.

Cabe destacar que também encontramos usos em que “e aí” está mais próximo de seu sentido concreto, de acordo com uma configuração sintática específica de sua classe gramatical, ou seja, com “e” atuando como conjunção aditiva e “aí” como advérbio dêitico espacial, conforme vemos no próximo exemplo:

(5) [...] porque antes... ali não era um... um es... um estúdio... era uma biblioteca... e o som fica abafado pelos livros também... porque tem muitos livros... tem duas estantes uma em

cada canto da parede... e aí embaixo da janela fica a bateria... em frente a caixa de som... (D&G, Carlos, Ensino Médio, Rio de Janeiro, Descrição de Local oral)

Em (5), o fato de o falante estar em uma sequência de descrições de seu estúdio nos leva a compreender que a conjunção “e” conecta orações que contêm essa descrição, e o advérbio “aí” está sendo usado como dêitico espacial, marcando o lugar em que fica a bateria.

Passemos, a seguir, aos usos polissêmicos de “e aí” como marcador discursivo.

### 2.1.1. "E aí" como marcador interacional

Antes de introduzirmos este primeiro papel de “e aí” como MD, é necessário esclarecermos que o conceito de Risso *et al* (2015) sobre interação apresenta uma abrangência considerável,

não se referindo apenas ao processo de relação interpessoal bem caracterizado (envolvimento do falante com o ouvinte ou vice-versa), mas também ao processo de manifestação pessoal, quando, por exemplo, o falante verbaliza avaliações subjetivas a propósito das significações proporcionais, envolvendo-se, pois, com o conteúdo, ou compromete, retoricamente, seu interlocutor. (RISSO *et al*, 2015, p.454).

Os autores também apontam para o fato de que, a partir do entendimento de texto “como unidade globalizadora, sociocomunicativa, que ganha existência dentro de um processo interacional” (RISSO *et al*, 2015, p.375), qualquer mecanismo com estatuto textual, a exemplo dos MD, cumpre sempre, em maior ou menor grau, uma função orientadora da interação.

Dessa forma, Risso *et al* (2015) distinguem o marcador interacional em fragilmente orientador, secundariamente orientador e basicamente orientador. Os usos da construção “e aí” como interacional apontam para sua função como basicamente orientador, pois ocorrem "quando há uma nítida orientação por parte do falante em direção ao ouvinte, ou deste ao falante." (RISSO *et al*, 2015, p.375).

Analisando nossos dados, verificamos que *e aí* em seu uso como MD basicamente interacional atua como um questionador; e é esta função que descrevemos a seguir.

#### a. Questionador

Os questionadores recebem esse nome porque estão sempre acompanhados de uma interrogativa, em que se puxa um (novo) assunto ou se incentiva o ouvinte a ser mais preciso, a dar mais detalhes sobre algo dito anteriormente:

(6) Safadão, segurando o filho caçula, Dom, recepcionou João Miguel ao lado da mulher, Thyane Dantas. "**E aí**, João, beleza?", perguntou o cantor para o fã, que mesmo vestido com uma camiseta do ídolo não disfarçou a timidez e o rosto assustado pela surpresa. (CP, UOL, Wesley Safadão.)

O questionador “e aí”, em (6), dá início à interação, é com ele que todo o processo de comunicação será iniciado; desse modo, “e aí” funciona quase como uma espécie de cumprimento. Notamos neste uso que há uma nítida orientação do falante para o ouvinte junto de uma interrogativa.

(7) I: [...] meu colega me parou... e me perguntou o que que... eu tinha... recebido de presente de dia dos namorados... eu ri... olhei pra ele e falei “ah... ganhei esse par de brincos...” aí ele: “hum:: bonitinho...” aí eu falei assim “**e aí**... Leandro... e você... como foi?” (D&G, Simone, Ensino Fundamental, Niterói, Narrativa Recontada oral)

Em (7), a falante conta para o amigo sobre o que ganhou de dia de namorados, e, com uma pergunta encabeçada por “e aí”, pergunta sobre o que ele (o amigo) recebeu de presente de dia dos namorados. Observamos que a construção “e aí”, além de ser uma nítida orientação do falante para que o ouvinte assuma o turno de fala, também é usada para dar seguimento à interação; logo, apresenta traços de um uso como sequenciador. Antes, a interação conversacional estava voltada para o dia dos namorados da falante e depois passa a se voltar para o do ouvinte, continuando o tópico.

(8) I: [...] ele era mais novo do que eu ( ) não queria deixar... a gente namorar... mas não adiantava nada... a gente namorava escondido assim mesmo... ela entrava... ficava um ambiente assim meio/ encarnando... ficava me encarnando... entendeu? ((riso)) ficava me encarnando porque ele era mais novo... muito fofoqueiro também... entendeu? tem mais alguma coisa?

E: ah... **e aí**? tá... estão namorando... **e aí**? agora conta tudo ((risos)). (D&G, entrevistador, Rio de Janeiro, Narrativa de Experiência Pessoal oral).

Em (8), podemos observar o diálogo entre informante e entrevistador. Ao contar sobre seu relacionamento, a informante deixa a entrevistadora curiosa a respeito do desfecho da história do casal e usa o “e aí” para fazer perguntas de modo que a informante lhe dê mais detalhes e sane sua curiosidade. Notamos, mais uma vez, uma nítida

orientação do falante para que o ouvinte assuma o turno de fala e uma nuance do papel sequenciador, já que há um direcionamento para que o interlocutor continue sua história.

### 2.1.2. "E aí" como marcador sequenciador tópico

A respeito da articulação do discurso, os usos encontrados de "e aí" no papel de marcador sequenciador podem ser descritos como sequenciador tópico, o qual é responsável pela "organização tópica, estabelecendo aberturas, encaminhamentos, retomadas e fechados de tópicos em posições intra ou inter tópicos" (RISSO *et al*, 2015, p. 374).

Os sequenciadores tópicos estão envolvidos no

amarramento textual das porções de informação progressivamente liberadas ao longo do evento comunicativo e, simultaneamente, no encaminhamento de perspectivas assumidas em relação ao assunto, no ato interacional. (RISSO *et al*, 2015, p.391).

Desse modo, o MD "e aí" atua em usos mais discursivos como um questionador como também em contextos em que promove elos textuais. Ao analisar detalhadamente os usos da construção marcadora discursiva "e aí" como sequenciador tópico, notou-se algumas nuances a respeito de suas propriedades discursivo-pragmáticas:

#### a. Sequenciador Temporal

(9/10) I: eu..eu sei fazer pizza... [...] deixa aquecer até uma certa temperatura mais ou menos... **e aí** despeja o fermento biológico... né? [...] e depois acrescenta mais ou menos duzentos e cinquenta gramas... trezentas gramas de farinha de trigo... **e aí** você mistura até ficar consistente... depois você desliga o fogo... e despeja essa massa... essa mistura... numa... numa... bandeja... né? (D&G, Carlos, Ensino Médio, Rio de Janeiro, Relato de Procedimento oral)

Em (9) e (10) o falante encadeia processos que precisam ocorrer necessariamente um após o outro. Observamos então que, nesse caso, "e aí" vem designando uma noção de ordem temporal. Ainda há, neste uso como MD, uma função conectiva do "e"; porém, "aí" já começa a esvaziar seu sentido de lugar para um sentido mais de ordem temporal.

#### b. Sequenciador de Adendo

(11) depois você desliga o fogo... e despeja essa massa... essa mistura... numa... numa... bandeja... né? **e aí** essa bandeja tem que estar com óleo antes... untada... (D&G, Carlos, Ensino Médio, Rio de Janeiro, Relato de Procedimento oral)

Em (11), notamos que “e aí” está sendo usado como sequenciador de adendo, continuando o tópico anterior, mas realizando uma explicação do que foi dito antes, ou seja, de um dos processos mencionados anteriormente para a execução da receita. Neste uso, “e aí” já começa a atuar de forma mais integrada como MD, um todo de sentido e forma. “Aí” apresenta uma natureza anafórica, um uso mais textual do que físico do locativo. Mesmo assim, ainda podemos capturar a natureza aditiva de “e”.

### c. Sequenciador de Retomada Tópica Após Inserção

Nesta função, “e aí” recupera o fluxo temático central após este ser interrompido em decorrência de uma inserção de parênteses:

(12) I: [...] aí na aula lá... a::... a gente estava fazendo muita bagunça... [...] aí a:: minha colega foi... não estava parando de falar... aí a professora falou/ a diretora (disse) “cala a boca...” aí ela foi e (falou...) () a pessoa que me contou... disse que não ouviu... né? o que ela disse... **e aí** a diretora foi mandou ela ir para o gabinete... (D&G, Patrícia, Ensino Médio, Rio de Janeiro, Narrativa Recontada oral)

Em (12), a falante está narrando um acontecimento vivenciado por uma colega e não por ela. Para esclarecer ao ouvinte sobre o motivo da falta de informações, a falante interrompe a história e abre um parêntese para explicar esse motivo. E, para voltar ao fluxo central de sua narrativa, a falante faz uso da construção “e aí”. Este uso se assemelha ao anterior em relação à atuação de forma e sentido de “e aí”, mas o contexto pragmático é um pouco distinto, já que, no anterior, era “e aí” que encabeçava o adendo e, neste, “e aí” recupera o que há antes do adendo.

### d. Sequenciador de Fecho de Tópico

Este sequenciador indica a finalização do tópico, podendo acrescentar, entre os nexos que encadeia, noções como conclusão, efeito ou resultado:

(13) I: [...] só... só restou amizade mesmo... entre nós dois... ela depois voltou pro namorado dela... separou de novo... eu::... fiquei noivo... me separei... **e aí**... estou aí... (D&G, Fábio, Ensino Fundamental/Supletivo, Niterói, Narrativa de Experiência Pessoal oral)

Em (13), após contar sobre dois namoros que não deram certo, o falante usa "e aí" para finalizar o tópico "relacionamentos amorosos", deixando que o ouvinte conclua que, provavelmente, este falante está solteiro. Neste uso, "e" ainda guarda resquícios de sua natureza conectiva, unindo as orações, mas junto ao "aí", que adquire uma natureza mais conclusiva, compõe um todo de forma e sentido.

### 2.1.3. "E aí" como conector de causalidade

Neste uso, "e aí" estabelece uma relação de causa-consequência entre os tópicos que encadeiam; por essa razão, está aparentemente mais próximo da conexão *stricto sensu*, encaminhando-se para um uso mais conectivo do que discursivo. Ainda não é, de fato, um conector, porque na maioria dos dados a construção "e aí" não está totalmente integrada ao restante da estrutura sintática, pelo contrário, vem separada por reticências, guardando um pouco de seu papel discursivo:

(14) I: [...]a minha mãe estava na rua... aí... ela veio andando na ca/ na... pela... pela... pela rua... quando chegou perto de casa... ela... caiu no chão... e aí... meu pai pegou ela... levou ela até em casa... no colo... (D&G, Flávia V., Ensino Fundamental, Rio de Janeiro, Narrativa Recontada oral)

Observamos que, em (14), o falante entrelaça a causa (ela... caiu no chão) e a consequência (meu pai pegou ela... levou ela até em casa... no colo...) através da construção "e aí". Pensando em termos de gradiência, "e aí" conector de causalidade é mais integrado sintaticamente ao período do que "e aí" sequenciador, que, por sua vez, é mais integrado do que o interacional ao promover o encadeamento do discurso.

Por outro lado, "e aí" conector de causalidade é menos dependente sintaticamente do que um conector mais gramaticalizado, que já tem um uso mais antigo, fixado e difundido na comunidade linguística, como os conectores *porque* e *pois*.

## 2.2. Usos Polissêmicos do "espera aí"

Para classificar os usos do "(es)pera aí", coletamos e analisamos 80 construtos e chegamos a um total de quatro padrões funcionais distintos. Apresentamos a seguir.

### 2.2.1. *Indicador de Lugar*

No uso como indicador de lugar, cada item da microconstrução “(es)pera aí” está mais perto do seu sentido concreto. O verbo “esperar” está próximo do sentido, de acordo com Aurélio (2005), de “estar ou ficar à espera de”, ou esperar um momento, com uma ideia temporal. O advérbio “aí” também está no seu sentido concreto, o espacial. Assim, juntos, “(es)pera aí” é usado para pedir ao outro que aguarde em algum lugar, que não se desloque, como podemos ver no exemplo a seguir:

(15) Marocas fala que não confia nela e Betina se irrita: "Pra mim, chega... Samuca, eu retiro a minha proposta... Não tá mais aqui quem falou...". Betina vai saindo, mas Samuca intervém: "**Pera aí**, Betina... Como as criações da Marocas são a alma da Miudeza, quem tem que decidir se aceita ou não a sua proposta é ela...". Betina reage, fecha a cara. (CP, Extra, personagem Samuca)

Verificamos, em (15), que há uma tentativa de deslocamento, “Betina vai saindo”, e o falante, utilizando o “pera aí”, intervém com o objetivo de a pessoa não se mover, esperar no lugar, não sair.

### 2.2.2. *Solicitador de Tempo*

Neste uso, “espera aí” é utilizado pelo falante apenas para que seu interlocutor aguarde um momento. Ao analisar os dados, notamos que a semântica espacial do advérbio “aí” está mais desbotada, visto que, neste contexto de uso, não há a iminência de deslocamento do interlocutor, o que faria o falante lhe pedir para ficar parado em algum lugar. A ideia que prevalece é a temporal, promovida pelo “espera”.

Foi possível perceber em nossa análise que o uso como solicitador de tempo pode se dar em diferentes contextos pragmáticos, como os apresentados a seguir.

#### a. *Interrupção da Fala*

Neste contexto, ao usar “espera aí”, o falante deseja que seu interlocutor, o qual está com o turno de fala, aguarde um momento para que ele possa falar. Assim, com “espera aí”, há uma interrupção da fala do outro. Vejamos o exemplo a seguir:

(16) I: pô... trabalhar fazendo sanduíche... fazer hambúrguer... cheese palheta... big palheta... leva alface... tomate... cebola... molho branco... molho inglês... molho de champignon...

E: **espera aí** ((riso)) seu José... e aí como é que o senhor faz esse... esse sanduíche?

I: torra ele na chapa... aí abre três fatias de pão... aí coloca alface num... tomate noutro... coloca em todas elas... coloca um pouco de molho... molho inglês... molho de champignon... coloca ketchup... mostarda... aí está pronto o big palheta... (D&G, José, CA Supletivo, Rio de Janeiro 2, Relato de Procedimento, oral, entrevistador)

Em (16), o informante está listando os ingredientes do seu hambúrguer. De repente, o entrevistador interrompe seu José utilizando o "espera aí". Dessa forma, há uma interrupção do turno do outro para solicitar um tempo e tirar uma dúvida, "como é que o senhor faz esse... esse sanduíche?". Verificamos que há a ideia temporal promovida pelo verbo "esperar" e que o advérbio de lugar "aí" está com o sentido mais desbotado, mais longe do seu sentido espacial, já que o seu José não estava realizando um deslocamento que fizesse o entrevistador pedir que ele ficasse parado em algum lugar. A ideia era, apenas, de aguardar um momento.

#### b. Marcador de Mudança no Discurso

Neste contexto, "espera aí" é usado para que se aguarde um momento, mas há uma mudança no discurso indireto para o discurso direto e vice-versa. Assim, temos um contexto um pouco diferente do anterior, pois não há uma interrupção do interlocutor durante a produção do discurso. O narrador conta uma história usando o discurso indireto e com "(es)pera aí" mostra o ponto em que um personagem da história inicia seu turno no momento da narrativa contada. Vejamos o exemplo a seguir:

(17) Gael (Sergio Guizé) é um homem problemático e com atitudes extremas. Após sua lua-de-mel, ele e Clara (Bianca Bin) comparecem a um jantar na casa da matriarca Sophia (Marieta Severo). Tinha tudo para ser uma celebração em família, mas se transforma em uma disputa assim que Gael percebe que Renato (Rafael Cardoso), médico que já havia demonstrado interesse em Clara antes da jovem casar, está ali também: "**Pera aí**. Que cê tá fazendo aqui? Pirou?" (CP, Gshow, personagem Gael)

Em (17), observamos que o falante narra a história de alguns personagens e com "pera aí" muda do discurso indireto para o direto, apontando a fala do personagem em um momento do discurso que passa a ser direto. Logo, o "pera aí" não é para o interlocutor que está com o falante no momento em que este narra a história; e sim, de um personagem da história para o seu interlocutor durante a história narrada. Notamos, assim, que "pera

aí”possui a semântica de aguardar um momento, mas não é direcionado ao interlocutor da entrevista a fim de interrompê-lo, como no contexto visto anteriormente.

### c. Preenchedor de Pausa

Este é o contexto em que, ao usar “(es)pera aí”, o falante, dentro de seu turno de fala, pede ao ouvinte que aguarde um momento para que ele possa pensar, mantendo, assim, o seu turno. Desse modo, “espera aí” funciona como um preenchedor de pausa para pensar e continuar a fala ou linha de raciocínio:

(18) aí tem a minha sala ... aí do outro lado tem onze sala ... aí ... no meio ... do colégio tem um pátio ... aí tem ... a cozinha ... que tem ... quatro pia ... pronto ... aí tem os banheiro ... **peraí** ... deixa eu ver quantos banheiro tem ... três ... das criança ... das mulheres e o dos homens ... quatro banheiro ... (D&G, Daniele, Ensino Fundamental, Natal, Descrição de Local oral)

Nesse caso, a falante suspende por um momento sua fala para pensar quantos banheiros têm no seu colégio, o que se confirma em seguida com “deixa eu ver quantos banheiro tem”. Fazendo uso de “peraí”, a falante consegue pedir um momento para pensar e, ao mesmo tempo, manter seu turno sem ser interrompida. Também percebemos que a pausa é bem marcada na escrita por meio das reticências (...) e da marca de alongamento (::)

### 2.2.3. *Solicitador de calma*

Notamos que, como solicitador de calma, “espera aí” é utilizado pelo falante em uma interação de maior tensão, intencionando pedir ao seu interlocutor que se acalme, que saia do estado de nervosismo em que se encontra.

Foi possível perceber em nossa análise que o uso como solicitador de calma acontece em contextos pragmáticos específicos, alguns semelhantes aos de solicitador de tempo, como apresentado a seguir.

#### a. Interrupção da fala

Neste contexto, ao usar “espera aí”, o falante interrompe o turno do outro para pedir que ele se acalme.

(19) “Não estou te entendendo. Pra que esse papo idiota?”, perguntará a morena. “Pra testar seu nível de resiliência. Não sei se você percebeu, mas eu e o Alain estamos juntos. Ele te contou? Pela sua cara, já vi que o Alain não te contou nada. Típico de homem. O sonho deles é ter as duas. Eu não topo, não sei você”, dirá a pilantra. “Você é baixa”, ofenderá Cris. “**Pera aí**. Só comecei a aceitar as investidas do Alain depois que você terminou com ele. Você terminou, não esquece. Deixou ele solto. Ele está soltinho, miga”, alfinetará Isabel. (CP, Observatório da TV, personagem Isabel)

Em (19) percebemos uma situação de tensão, uma discussão entre as personagens Isabel e Cris; e, após uma ofensa de Cris, Isabel interrompe a falante possuidora do turno e inicia sua fala com “pera aí”; pedindo que a outra fique calma.

#### b. Marcador de Mudança no Discurso

Neste contexto, “espera aí” é usado para que o interlocutor fique calmo, mas também há uma mudança do discurso indireto para o direto e vice-versa. Vejamos o exemplo a seguir:

(20) A prima de João, colocará mais lenha na fogueira, já que ela, gosta do casal Patotinha Mágica. “Eu amei! E ainda salvou a Manu! Achei tão romântico!”, cravará a prima de João, deixando todos do recinto, completamente sem graça. Mas o radialista, tentará se livrar da saia justa com Moana. “**Peraí**, Moana... A Clarissa falou isso, porque...”, acrescentará o jovem, que será cortado por Moana. “Não tô chateada por causa da Clarissa. Tô chateada porque você fica tão descompensado com essa garota que é capaz de arriscar sua própria vida”, finalizará Moana, nitidamente decepcionada com João Guerreiro. (CP, Observatório da TV, personagem João)

Em (20) constatamos o uso de “(es)pera aí” com o sentido de “fique calmo”, em um contexto de mudança no discurso. Nesse exemplo, é narrado que o radialista João está em uma situação tensa, como relatada em “deixando todos do recinto, completamente sem graça” e a fala do personagem, o discurso direto, é introduzida com o uso do “peraí” na tentativa de se explicar a Moana. O uso neste contexto mostra que “(es)pera aí” não é direcionado ao narrador, que está com a palavra até então, e sim, a outra personagem da história a quem o discurso direto se destina.

#### 2.2.4. Marcador Focalizador

Neste contexto, “(es)pera aí” é usado para focalizar o que está sendo abordado, chamando a atenção do interlocutor, geralmente, para alertar sobre alguma indignação do

locutor. O falante usa “espera aí” e continua seu turno sem ser interrompido. Neste caso, “espera aí” não é direcionado ao interlocutor para que ele fique calmo, e sim, para que o próprio falante extravase seu rancor e continue a expor suas ideias em relação a algo delicado que merece atenção. Vejamos o exemplo a seguir:

(21) Eu medito há um ano. Me sinto cansada semanalmente. O volume de trabalho é muito grande. Mas, **perai!** Sou uma só. A gente não pode gastar tempo e energia com o que não vale a pena. É uma coisa que venho aprendendo com a maturidade. Aos 20 anos, eu estava ali, no auge dessa energia, mas com 40 não. (CP, Jornal Extra, Giovanna Antonelli)

Em (21), há um contexto de indignação; Giovanna Antonelli relata a rotina pesada de seu trabalho e com um “perai” a atriz chama a atenção para o fato de ser uma só e precisar poupar energia para as coisas que valem a pena. Notamos que, neste contexto, em nossos dados, “(es)pera aí” é bem marcado pela pontuação, sendo acompanhado, em alguns deles, pela marca de alongamento (::), e, também, pelo ponto de exclamação, como no exemplo (21). Além disso, observamos que, em contextos como este, “(es)pera aí” tende a ser utilizado com o “mas”, como também podemos observar no exemplo anterior.

### 2.3. Marcadores Discursivos

Os marcadores discursivos constituem um grupo amplo e de difícil definição, já que seus constituintes partem de classes gramaticais diversas. De acordo com os postulados de Risso *et all* (2015), os MD assumem no ato comunicativo ou o papel de marcador sequenciador, o qual tem a função de “promover como nexos coesivos, a articulação dos segmentos do discurso” (RISSO *et all*, 2015, p. 374), ou o de marcador interacional, o qual assume a função orientadora da interação. Como vimos, o marcador “e aí” exerce os dois papéis e “(es)pera aí” atua como marcador interacional.

Risso *et all* (2015), a partir de um extenso trabalho com o objetivo de estabelecer traços básicos definidores dos marcadores discursivos, descrevem variáveis que identificam e caracterizam tais traços. E é de acordo com as dez variáveis estabelecidas pelos autores que analisamos os marcadores discursivos “e aí” e “(es)pera aí”.

A variável 1 — Padrão de Recorrência — averigua a frequência de uso do marcador discursivo, variando entre baixa frequência (traço 1), média frequência (traço 2) e alta frequência (traço 3). Notamos, nos dados coletados, um uso maior do marcador “e aí” como “sequenciador”, que, por encadear partes do discurso, apresenta-se em

contextos mais abrangentes e de uso mais indiscriminado. Em relação ao “(es)pera aí”, mesmo sendo produtivo como solicitador de tempo e marcador focalizador, não é um MD interacional tão utilizado quanto outros que atuam no papel de preenchedor de pausa (*bem, aí*) ou de checagem de atenção (*né?, tá?*), porque “(es)pera aí” é uma microconstrução carregada de muito conteúdo e específica a alguns contextos. Assim como o “e aí” questionador, o “(es)pera aí” possui motivação própria para seu uso. Apoiamo-nos em Freitag (2009), para afirmar que “marcadores discursivos, entretanto, não são necessariamente elementos esvaziados, meros preenchedores de pausa”. Por esta razão, classificamos “e aí” sequenciador como de alta frequência; já “e aí” interacional e “(es)pera aí” como de baixa frequência.

A variável 2 — Articulação de segmentos do discurso — está relacionada à função textual dos marcadores, a de articular segmentos do discurso como nexos coesivos, e apresenta três variáveis: sequenciador tópico (traço 1), sequenciador frasal (traço 2) e não sequenciador (traço 0). Como já mencionado, encontramos usos do marcador “e aí” sequenciador como sequenciador tópico, já que está voltado para a organização em posição intra ou intertópica, e não para a organização da estrutura frásica. Já o marcador “e aí” interacional e o “(es)pera aí” não desempenham papel de sequenciador, tanto na frase quanto no tópico, sendo assim, não sequenciadores.

A variável 3 — Orientação da interação — também está relacionada à função textual dos marcadores, buscando medir a orientação da interação entre falante e ouvinte. Tem três traços: secundariamente orientador (traço 1), basicamente orientador (traço 2) e fragilmente orientador (traço 0). De antemão, é preciso lembrar que o conceito de interação dos autores é abrangente, como exposto anteriormente no subtópico 2.1.1, pois os autores afirmam que “todo mecanismo com estatuto textual, como os MD, cumpre sempre uma função orientadora da interação, ainda que fragilmente” (RISSO *et all*, 2002, p.26). Dessa forma, o “e aí” sequenciador se apresenta como fragilmente orientador já que “a interação se define apenas em função da própria natureza do evento conversacional [...] com envolvimento recíproco dos parceiros” (RISSO *et all*, 2002, p.26). O “e aí” interacional e o “(es)pera aí”, como pontuado diversas vezes, apresenta nítida orientação do falante para o ouvinte; por isso, é basicamente orientador.

A variável 4 — Relação com o conteúdo proposicional — verifica se o marcador discursivo agrega alguma informação conteudista às porções que toma por escopo. Divide-se em três traços: exterior ao conteúdo (traço 1), não exterior ao conteúdo (traço 0) e não se aplica (traço 2). Entretanto, Risso *et all* (2015) salientam que, embora a

unidade não contribua diretamente para o conteúdo referencial, ela deve contribuir para a modalização desse conteúdo, assim como para o movimento organizacional do discurso.

Em relação aos marcadores estudados, “e aí” e “(es)pera aí”, identificamos que sua atuação é exterior ao conteúdo escopado.

(23) I: ( ) o que eu mais faço é café...

E: **e aí**... como é que você faz café? me conta aí... passo a passo como é que faz café que eu vou aprender finalmente como é que se faz café... (Entrevistador: Bolsistas de Iniciação Científica e/ou Aperfeiçoamento do CNPq)

(24) O Google vem usando nomes de sobremesa para cada grande versão do Android, mas alega que está difícil escolher um doce para o Android Q. **Peraí**, como é? Nós temos nove sugestões de pratos que poderiam ser adotados, incluindo alguns bastante famosos no Brasil, como Queijadinha, Quindim e Quebra-queixo. (CP, Tecnoblog, Felipe Ventura)

Por meio dos exemplos (22) e (23), podemos notar que “e aí” e “(es)pera aí” não têm relação com o conteúdo proposicional, pois os marcadores discursivos introduzem a proposição com os questionamentos dos falantes, mas não somam informações contedistas a esses questionamentos.

A variável 5 — Transparência semântica — é medida através do uso no sentido lexical previsto no dicionário ou no estrutural previsto na gramática. Apresenta quatro traços: totalmente transparente (traço 2), parcialmente transparente (traço 1), opaco (traço 0) e não se aplica (traço 3). Identificamos os marcadores discursivos estudados como parcialmente transparentes, pois ainda há resquícios do sentido primário. Para exemplificar, notamos que, em (24), a conjunção “e”, ainda que não coordene elementos de mesma hierarquia sintática, conecta partes do discurso. Já, em (25), o verbo “esperar” carrega ainda o seu sentido de “aguardar”.

(24) I: [...] em frente à cama tem a televisão... que fica também na frente da janela... assim:... e o que mais? que ela fica no alto... [...] à noite assim... eu durmo **e aí** eu ”a:i não... tenho que apagar a televisão...” aí levanto... vou lá... a... aí... desligo... é um saco... (D&G, Mônica, Rio de Janeiro, Ensino Superior, Descrição de Local Oral)

(25) aí a gente brincamos ... fomo ... fomo lá no parque ... aí ((riso)) aí ... **perai** ... no parque ... aí brinquei no avião:: na roda gigante ... (D&G, Wesley, Ensino Fundamental, Natal, Narrativa de Experiência Pessoal, Oral)

A variável 6 — Apresentação formal — observa se o marcador discursivo apresenta mais de uma forma; por isso, divide-se em dois traços: forma única (traço 1) e forma variante (traço 2). Ao observar nossos dados, constatamos que o marcador

discursivo “e aí”, em ambos os usos, apresenta forma única. Já o “(es)pera aí” varia no plano fonológico, ao sofrer uma erosão fonética e fusão, apresentando-se como “pera aí” e, até mesmo, “perai”.

A variável 7 — Relação sintática com a estrutura oracional — busca identificar se o marcador discursivo desempenha função essencial, integrante ou acessória e apresenta dois traços: sintaticamente independente (traço 1) e sintaticamente dependente (traço 0). Analisando os dados, percebemos que os marcadores “e aí”, em ambos os papéis, e “(es)pera aí” não estão atrelados aos outros termos do período; por isso, os classificamos como sintaticamente independentes.

(26) I: [...] tirei a terra com barro... coloquei a terra adubada... **e aí** plantei... as coisinhas todas que já estavam:/ já era/já não eram mais sementes... elas já eram... esqueci a palavra... (D&G, Rafaela, Rio de Janeiro, Ensino Superior, /Relato de Procedimento Oral.)

(27) Hawilla: E não é que eu seja contra... Mas, **perai**, isso não está certo. O cara não está entregando. (CP, Globo Esportes, Hawilla)

Nos exemplos (26) e (27), podemos observar que “e aí” e “(es)pera aí”, respectivamente, não estão vinculados sintaticamente ao restante do período em que atuam, podendo, até mesmo ser retirados dele sem prejudicar a estrutura sintática presente. Ambos não exercem função essencial, integrante ou acessória na oração.

A variável 8 — Demarcação prosódica — verifica se o marcador discursivo vem acompanhado de pauta demarcativa e divide-se em dois traços: com pauta demarcativa (traço 1) e sem pauta demarcativa (traço 0). Observamos que os marcadores “e aí”, tanto como marcador sequenciador quanto como marcador interacional, e “(es)pera aí” vêm acompanhados de pauta demarcativa, identificada pela acentuada variação melódica percebida através dos sinais de pontuação, como alongamentos (:), reticências (...) e ponto de exclamação (!), que antecedem e/ou sucedem as construções.

(28) I: [...] eu tinha muitas dores nos joelhos e dores nos pés... eh:: nunca dava jeito... até que um ortopedista me mandou fazer aula de balé... fui... fui fazer... minha mãe me matriculou... **e aí**::... eh::... não só os meus pés melhoraram... meus joelhos... como também minha auto-estima... (D&G, Lina, Niterói, Ensino superior, Narrativa Recontada Oral)

(29) Numa quinta-feira à noite, Vitória Strada liga para um delivery de comida japonesa. Ao soletrar seu nome para cadastro, ouve da atendente: “**Perai!** Quem está falando é a Maria Vitória da novela?”. Ao receber a afirmativa desconfiada, a funcionária desabafa: “Menina, eu sofro muito vendo você na TV!”. (CP, Jornal Extra)

A variável 9 — Autonomia comunicativa — procura examinar se o marcador discursivo tem autonomia suficiente para constituir enunciado por si próprio. Apresenta dois traços: comunicativamente autônomo (traço 1) e não comunicativamente autônomo (traço 0). Verificamos que os marcadores “e aí”, em ambos os papéis, e “(es)pera aí” são comunicativamente não autônomos visto que não possuem conteúdo proposicional em si próprios; eles dependem dos outros elementos do discurso para atuarem.

(30) I: [...] aí tem... negócio de macete... tem... revis::ta... pra ler... é que... é que nem revista em quadrinho... tem assim dois bonequinho pequenininho... pra treinar...  
E: uhn... uhn...**e aí?** como é que faz isso? (Entrevistador: Bolsistas de Iniciação Científica e/ou Aperfeiçoamento do CNPq)

(31) I: gosto da ... da:: como é? do::**perai::** eu só gosto da novela sabe de quem? de ... de:: fera ferida... (D&G, Wesley, Ensino Fundamental, Natal, Relato de Opinião, Oral)

No exemplo (30), podemos observar que "e aí" não apresenta autonomia comunicativa, até porque o falante, após usar o marcador discursivo, precisa acrescentar informações com mais uma pergunta, e esta sim proporciona maior clareza ao seu questionamento. Em (31) também reparamos essa não autonomia comunicativa; o “(es)pera aí” é usado como um preenchedor de pausa, que não tem seu uso autônomo na comunicação, só exercendo sua função dentro do discurso.

A variável 10 — Massa fônica — define como critério o número de sílabas tônicas que o marcador apresenta. Divide-se em dois traços: até três sílabas tônicas (traço 1) e além de três sílabas tônicas (traço 2). Os marcadores discursivos estudados, “e aí” e “(es)pera aí”, se configuram como até três sílabas tônicas.

Definidas as dez variáveis e seus respectivos traços, Risso *et all* (2015) notaram que alguns desses traços apareciam de forma mais estável que outros; assim, nomearam-nos de *núcleo-piloto definidor dos marcadores discursivos*. Os traços que compõem esse núcleo piloto são: exterioridade dos MD em relação ao conteúdo proposicional, independência sintática e falta de autossuficiência comunicativa; contrabalanceados com um dos aspectos da articulação tópica (sequenciador tópico, sequenciador frasal, não sequenciador) e um dos da orientação da interação (basicamente orientador, secundariamente orientador, fragilmente orientador). Dessa forma, esses cinco traços constituem o núcleo-piloto, os quais, como podemos observar, os marcadores discursivos em análise preenchem completamente:

- “e aí” sequenciador tópico: exterior ao conteúdo proposicional, com independência sintática, comunicativamente não autônomo, sequenciador tópico e fragilmente orientador.
- “e aí” interacional: exterior ao conteúdo proposicional, com independência sintática, comunicativamente não autônomo, não sequenciador e basicamente orientador.
- “(es)pera aí”: exterior ao conteúdo proposicional, com independência sintática, comunicativamente não autônomo, não sequenciador e basicamente orientador.

Ainda segundo Risso *et all* (2015), o marcador discursivo pode sinalizar articulações textuais e relações interpessoais, assim se distinguindo em dois subconjuntos: os basicamente sequenciadores e os basicamente interacionais. No primeiro, os MD são responsáveis por amarrar as porções textuais, estabelecendo funções entre tópicos e frases; já no último são incumbidos de orientar a interação. Constatamos que “e aí” sequenciador possui traços que o caracterizam como um marcador discursivo basicamente sequenciador, já “e aí” questionador e “(es)pera aí” são marcadores basicamente interacionais.

### 3. Conclusão

A partir dos pressupostos teóricos da Linguística Funcional Centrada no Uso e da Gramática Textual-Interativa, realizamos uma pesquisa prioritariamente qualitativa de cunho sincrônico, com o objetivo de descrever os usos polissêmicos das microconstruções “e aí” e “(es)pera aí”, destacando seu papel como Marcador Discursivo; e, também, de comprovar, apoiados nos traços definidores de Risso *et all* (2015), que estamos diante de novas microconstruções na língua, as quais exercem verdadeiramente o papel de marcador discursivo. Sendo assim, podemos afirmar que ambas as microconstruções em análise neste artigo assumem função de caráter discursivo-pragmático, ao reconhecer, segundo os postulados de Risso *et all* (2015), “e aí” como marcador sequenciador e marcador interacional, e “(es)pera aí” como marcador interacional.

A respeito do “e aí”, é preciso ressaltar que a análise no *Corpus Now* ainda não findou; até o momento chegamos a um total de 106 *tokens*, divididos em sete *types* de uso: marcador interacional questionador (18 *tokens*), marcador sequenciador temporal

(32 *tokens*), marcador sequenciador de adendo (7 *tokens*), marcador sequenciador de retomada tópica após inserção (5 *tokens*) marcador sequenciador de fecho de tópico (24 *tokens*); conector de causalidade (18 *tokens*); além de seu uso primário, em que cada item da construção atua de forma independente (2 *tokens*).

Em relação ao “(es)pera aí”, coletamos 80 *tokens*, os quais dividimos em quatro padrões funcionais distintos: indicador de lugar (15 *tokens*); solicitador de tempo – contexto de interrupção da fala (12 *tokens*), contexto de mudança no discurso (10 *tokens*), contexto de preenchedor de pausa (15 *tokens*) – ; solicitador de calma – contexto de interrupção da fala (6 *tokens*), contexto de mudança no discurso (7 *tokens*); marcador focalizador (15 *tokens*); sendo os três últimos usos como Marcador Discursivo.

Durante a observação dos traços definidores dos MD propostos por Risso *et all* (2015), chegamos à conclusão de que o “e aí” e o “(es)pera aí”, em todos os seus usos como Marcador Discursivo, possuem as variáveis do núcleo-piloto, a saber: exterioridade ao conteúdo relacionado, independência sintática e comunicativamente não autônomo; além do contrabalanceamento entre articulação tópica – apenas “e aí” tem seu papel como sequenciador tópico, “(es)pera aí” atua como não sequenciador – e orientação da interação – “e aí” e “(es)pera aí” atuam como basicamente orientadores.

Esperamos que, com esta pesquisa, possamos contribuir com as análises linguísticas e, para mais, pretendemos auxiliar no ensino de Língua Portuguesa, integrando a realidade do uso linguístico dos nossos estudantes à disciplina de sala de aula.

**Abstract:** Based on the assumptions of Usage-Based Functional Linguistics, according to which the “analysis of linguistic phenomena must be based on the use of language in a concrete situation of intercommunication.” (CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 14), and in Textual-Interactive Grammar, more specifically in the works of Risso *et all* (2002, 2015), we seek to describe the polysemic uses of the construction “e aí” and “espera aí” in Contemporary Portuguese, giving greater emphasis to its function as a discursive marker (DM), the result of a possible process of linguistic change. In a synchronic perspective, we took as a basis the *Corpus* Discurso & Gramática and *Corpus* Now and carried out a primarily qualitative study, but also quantitative. It starts from the hypothesis that when we use, in specific contexts, an adverb next to another element, we form a chunk (Bybee, 2003), which is assigned the role of DM. In general, DM are conceptualized as independent linguistic units that work in the articulation and management of textual construction processes and to which a pragmatic category is attributed.

**Keywords:** Usage-Based Functional Linguistics; Textual-Interactive Grammar; E aí; Espera aí; Discursive Marker.

## Referências Bibliográficas

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio: O dicionário da Língua Portuguesa*. 6ª. ed. rev. e atual. Curitiba: Positivo, 2005.

BYBEE J. L. Mechanisms of Change in Grammaticalization: the Role of Frequency. IN: JANDA, R.; BRIAN, J. (orgs.) *Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.

CROFT, W. *Radical Construction Grammar. Syntactic Theory in Typological Perspective*. New York: Oxford University Press, 2001.

CUNHA, M. A. F. da; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso. In: CEZARIO, M. M.; CUNHA, M. A. F. da. (Org.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2013. p. 13-39.

FREITAG, Raquel MeisterKo. Marcadores Discursivos não são vícios de Linguagem. *Interdisciplinar: Revista de Estudos de Língua e Literatura*, v. 4, n. 4, p. 22-43, jul/dez de 2007.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. As construções de movimento causado e ditransitiva: elos de polissemia. *D.E.L.T.A*, São Paulo, n. 33.1, p. 109-132, 2017.

MARTELOTTA, M. E.; KENEDY, E. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: *Linguística Funcional: Teoria e Prática*. São Paulo: Parábola, p. 11- 20, 2015.

OLIVEIRA, M. R. de. Pronomes adverbiais locativos em cartas do português: trajetória, ordenação e função. *Rev. Est. Ling.*, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p.179-206, jan./jun., 2009.

RISSO, M. S.; SILVA, G. M. de O. e; URBANO, H. Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. V. (org). *Gramática do português falado*. 2 ed., , v.VI. São Paulo: Unicamp, 2002, p. 21-57

\_\_\_\_\_. Marcadores discursivos. In: JUBRAN, C. S. (org). Gramática do português culto falado no Brasil: a construção do texto falado. São Paulo: Contexto, 2015, p. 371-481, v.1.

TAVARES, M. A. Gramática emergente e o recorte de uma construção gramatical. In.: SOUZA, Edson Rosa de (org). FuncionalismoLinguístico: Análise e Descrição. São Paulo: Contexto, 2012. p. 33-51

TRAUGOTT, E. C. Grammaticalization, constructions and incremental development of language: suggestions from the development of Degree Modifiers in English. IN: ECKARDT, Regine; JÄGER, Gerhard and VEENSTRA, Tonjes (eds.). *Variation, Selection, Development – Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008.

TRAUGOTT, E. C. & TROUSDALE, G. *Constructionalization and Constructional Change*. Oxford University Press:Oxford, 2013.

CORPUS DISCURSO & GRAMÁTICA. Disponível em: <http://deg.uff.br/corpus-dg/>

CORPUS DO PORTUGUÊS. Disponível em: <http://www.corpusdoportugues.org/>

# **PORTANTO COMO ESTRATÉGIA COESIVA CONCLUSIVA: UM DIÁLOGO ENTRE AS LINGUÍSTICAS FUNCIONAL E TEXTUAL**

## **PORTANTO AS A CONCLUSIVE COHESIVE STRATEGY: A DIALOGUE BETWEEN FUNCTIONAL AND TEXTUAL LINGUISTICS**

Ana Beatriz Arena (FFP/UERJ)  
Fernanda Capulot Ruas (FFP/UERJ)

### **Resumo**

Neste artigo investigamos o conector conclusivo *portanto* em textos de candidatos do Enem, de todo o Brasil. De um total de cem redações, a análise concentrou-se nos parágrafos finais cujas orações iniciais eram introduzidas por *portanto*, conector selecionado por ser o mais frequente (50%), em comparação com a soma de todos os outros encontrados (37%) e com parágrafos não introduzidos por conector (13%). A coleta de dados foi feita pela internet, onde redações nota mil do Enem são de domínio público. Como base teórica, utilizamos princípios da Linguística Funcional e da Linguística Textual por serem abordagens que se concentram nos contextos de uso efetivo da língua. A hipótese principal é que o gênero textual “Redação do Enem” exerça pressão de informatividade, levando a determinados padrões de uso do conector decorrentes do nível de articulação textual, da posição na oração e da modalização. Logo, objetivamos verificar a) se, ao articular parágrafos conclusivos, *portanto*, além de retomar o texto globalmente, mantendo a unidade temática, introduz também porções textuais que apresentam informações novas, promovendo progressão textual; b) o papel dos princípios da ordenação linear e da marcação nesses padrões; c) se as modalizações deontica e epistêmica são fatores pragmático-discursivos que contingenciam padrões de uso intersubjetivos. Entre os diversos achados, destaca-se a confirmação de que *portanto* pode introduzir informações novas no parágrafo conclusivo final de um texto de opinião, o que foge aos padrões de uso mais regulares de conectores dessa natureza, havendo fortes indícios de que o gênero textual “Redação do Enem” constitui ambiente linguístico favorável tanto aos usos mais centrais quanto aos mais marginais do *portanto*.

**Palavras-chave:** Portanto; Estratégia coesiva; Articulador conclusivo; Linguística Funcional; Linguística Textual.

### **Introdução**

Neste artigo, investigamos uma das estratégias de conexão conclusiva empregadas em redações produzidas por candidatos do Enem, de todo o Brasil. Voltamos nosso olhar para o *portanto*, conector canônico, que faz parte de uma rede de conectores, dentre os quais vários que não encontram amparo nas gramáticas normativas, mas que têm sido recorrentemente recrutados para estabelecer conexão conclusiva, como *desse modo*, *sendo assim*, *posto isso*, *daí que* etc. Esse conjunto de conectores, + canônicos ou + marginais, são estratégias coesivas e compõem uma rede de elementos de conexão que vem se especializando na expressão de resultado, aplicado pragmaticamente como consequência ou conclusão, de acordo com o contexto (ARENA, 2015). Nosso foco, neste trabalho, é o uso de *portanto* com valor conclusivo.

Tradicionalmente, considera-se que a expressão da conclusão seja introduzida por uma conjunção conclusiva. De modo geral, as gramáticas normativas listam um grupo comum de elementos que estabelecem essa relação: *logo, portanto, por isso, assim, e, pois* (este último posposto ao verbo), descrevendo esses recursos linguísticos com objetivos predominantemente morfossintáticos, que é a conexão de orações. Apresentam, assim, de forma mais restrita a função dos conectivos, sem levar em consideração os aspectos semânticos, pragmáticos e discursivos. O gramático Rocha Lima define conjunções como:

Conjunções são palavras que relacionam entre si: a) Dois elementos da mesma natureza (substantivo + substantivo, adjetivo + adjetivo, advérbio + advérbio, oração + oração, etc.). b) Duas orações de natureza diversa, das quais a que começa pela conjunção completa a outra ou lhe junta uma determinação. Conjunções são palavras que relacionam entre si: a) Dois elementos da mesma natureza (substantivo + substantivo, adjetivo + adjetivo, advérbio + advérbio, oração + oração, etc.). b) Duas orações de natureza diversa, das quais a que começa pela conjunção completa a outra ou lhe junta uma determinação. (ROCHA LIMA, 2011, p. 34)

O autor classifica as conjunções em dois tipos, as do primeiro chamam-se coordenativas; as do segundo, subordinativas. Dentre as conjunções coordenativas estão as conclusivas, que são classificadas da seguinte forma: “Relacionam pensamentos tais, que o segundo encerra a conclusão do enunciado no primeiro. São: *logo, pois, portanto, conseqüentemente, por conseguinte, etc.*” (ROCHA LIMA, 2011, p. 236)

Cunha e Cintra (2008) definem conjunções como vocábulos gramaticais que relacionam tanto orações e termos semelhantes dentro de uma mesma oração e as classificam como coordenadas e subordinadas. Definem como conjunções coordenadas as que relacionam termos ou orações de idêntica função gramatical na mesma oração. Classificam as conjunções coordenativas em cinco: aditivas (*e, nem*); adversativas (*mas, porém, todavia, contudo, no entanto, entretanto*); alternativas (*ou, repetida ou não; ora, quer, seja, nem, quando repetidas*); conclusivas (*logo, pois, portanto, por conseguinte, por isso, assim*).

Contudo, a expressão da conclusão não está limitada ao uso das conjunções conclusivas listadas pelas gramáticas normativas, pois existem outras estratégias utilizadas para a veiculação desse valor, podendo se dar por meio de diferentes recursos gramaticais, como os articuladores textuais ou operadores argumentativos.

Assim, a escolha de trabalhar com redações do Enem justifica-se pelo fato de os candidatos terem de redigir um texto de acordo com todas as normas estabelecidas no

edital da prova, entre elas o respeito à tradição gramatical, o que condiz com a bagagem adquirida pelo educando durante todo o contexto escolar, que normalmente resulta da priorização da estrutura sintática e de usos linguísticos previstos na norma padrão, listados nas gramáticas e tidos como exemplares. Entretanto, os alunos, por vezes, empregam formas distintas das convencionais para estabelecer conexão conclusiva; são formas que fogem do padrão normativo para concluir períodos e parágrafos, as quais não recebem a devida atenção, sendo muitas vezes descartadas ou ignoradas no processo de aprendizagem da língua.

A coleta de dados mostrou-se produtiva, pois identificamos o emprego de diferentes conectores conclusivos, evidenciando que estratégias além das listadas nas gramáticas normativas também se mostram como opções boas e válidas para o usuário da língua. Por sua maior frequência de uso, selecionamos o *portanto* para ser investigado à luz da Linguística Funcional em diálogo com a Linguística Textual e visamos a identificar seus padrões de uso. Além disso, *portanto* é também o representante mais central da categoria tradicionalmente reconhecida como “conjunção”, mas que, neste trabalho, identificamos como conector, articulador textual ou operador argumentativo. Nosso intuito, ao trazer essa problematização, é contribuir para os estudos sobre as estratégias de conexão conclusiva, reconhecendo suas motivações sintático-semânticas e pragmático-discursivas.

As hipóteses foram levantadas com base na análise de redações redigidas por estudantes que participaram do vestibular do Enem. A hipótese central é que o gênero textual exigido pelo modelo Enem – texto dissertativo-argumentativo com apresentação de proposta de solução – exerça pressão de informatividade, levando a determinados padrões de uso do conector. Um deles, decorrente de sua função coesiva, seria a introdução de porções textuais que promovem progressão textual, a despeito de se tratar de um parágrafo conclusivo. Sendo assim, nossos objetivos são confirmar se ocorre de fato pressão de informatividade exercida pelo modelo Enem, permitindo-nos verificar a) se, ao articular parágrafos conclusivos, *portanto*, além de retomar o texto globalmente, mantendo a unidade temática, introduz também porções textuais que apresentam informações novas, promovendo progressão textual; b) o papel dos princípios da ordenação linear e da marcação nesses padrões; c) se as modalizações deôntica e epistêmica são fatores pragmático-discursivos que evidenciam intersubjetividade. Em se confirmando a introdução de informações novas, este é um achado que foge aos costumeiros padrões de uso de conectores empregados no parágrafo final de textos de

opinião, confirmando que os usos linguísticos podem ser contingenciados também pelo gênero textual, no caso “Redação do Enem”. Este trabalho se desenvolve à luz de princípios da Linguística Funcional em articulação com princípios da Linguística Textual.

O artigo está organizado da seguinte forma: primeiramente, trazemos uma síntese da contribuição de dois estudos linguísticos sobre o *portanto*; em seguida, apresentamos os fundamentos teórico-metodológicos que embasam as análises, a Linguística Funcional e a Linguística Textual; dando prosseguimento, analisamos os dados selecionados do *corpus* formado para este estudo; por fim, expomos as conclusões geradas a partir das análises.

## 1. O *portanto* para além da tradição gramatical

As gramáticas tradicionais apresentam o *portanto* como um conectivo canônico, isto é, uma conjunção, ideal para a construção de conclusões ou fechamentos de ideias. Entretanto, seu uso não se baseia somente na prescrição tradicional, conforme vemos a seguir.

Em seu estudo sobre o *portanto*, Lopes, Pezatti e Novaes (2001) identificam diferentes funções para esse elemento linguístico, classificando-o semanticamente como conector, advérbio, articulador discursivo (retomador de tópico, encaminhador de tópico, fechador de tópico e reformulador de termos), sinalizador de interação e marcador conversacional.

Como articulador discursivo retomador de tópico, *portanto* é utilizado para retomar um tópico discursivo que estava sendo tratado e foi interrompido por algum tipo de digressão, visto que o falante realiza uma espécie de paráfrase da sequência já dita. Como encaminhador de tópico, *portanto* pode ser substituído por “assim”; segundo as autoras, a informação contida na frase em que *portanto* ocorre contribui para a progressão temática do texto, mas decorre simultaneamente da informação previamente introduzida. Como articulador discursivo reformulador de termos, *portanto* é usado para reformular a informação contida no sintagma anterior. Por fim, como fechador de tópico,

“portanto” pode ser utilizado para o encerramento de um discurso, com uma clara função de introdutor de coda. A coda tem propriedade de fazer a ligação entre o momento de início e fim do discurso e o presente da enunciação, trazendo produtor e leitor de volta ao ponto do início do discurso. (LOPES, PEZATTI, NOVAES, 2001, p. 215).

Para Defendi (2015, p.9), “a construção *portanto* comporta-se principalmente como marcador de fecho de raciocínio lógico, mas também aparece nos casos em que, mais do que conduzir a um final de raciocínio, funciona como um sinal imprescindível de marca de final de interação”. Esse postulado está de acordo com a categorização “articulador discursivo fechador de tópico” proposta de Lopes, Pezatti e Novaes (2001).

No presente estudo, identificamos usos do *portanto* como articulador discursivo fechador de tópico, com a ressalva de que “tópico”, nos nossos dados, é um texto inteiro. Quanto ao que propõe Defendi (2015, p. 9), há que se discutir em que se constitui esse “final” de raciocínio ou de interação em redações do Enem, em face do que se evidencia em nossos dados, constituídos por textos que se encerram com propostas de ação. Por fim, vale lembrar que empregamos o termo conector de forma ampla, que compreende as funções identificadas pelas autoras das duas obras supracitadas.

Como acabamos de ver neste breve levantamento de dois estudos linguísticos sobre o *portanto*, existem diferentes perspectivas a respeito dos conectores especializados em conclusão, de como eles se formam e suas classificações; sendo assim, as hipóteses de como funcionam e possibilidades de como devem ser abordados variam. Todas as vertentes são muito importantes e produtivas para o entendimento do funcionamento e uso dessas estratégias conclusivas. Para além das listagens restritas das gramáticas tradicionais, o ensino da língua materna precisa dar conta da grande variedade de recursos gramaticais para expressar as diferentes relações estabelecidas entre porções do texto, incluindo-se a conexão conclusiva.

Este trabalho se desenvolve à luz da Linguística Funcional em articulação com princípios da Linguística Textual, que passamos a apresentar na próxima seção.

## **2. Pressupostos teóricos**

A fim de embasar o que propomos neste artigo, contamos com os pressupostos teóricos da Linguística Funcional de orientação norte-americana articulados com os da Linguística Textual.

### *2.1 Linguística Funcional de orientação norte-americana*

As pesquisas funcionalistas são orientadas para o estudo da língua em diversas situações de uso efetivo. Furtado da Cunha, Oliveira e Martelotta (2003) destacam que,

segundo essa corrente teórica, a língua existe como um constitutivo flexível em seu sistema, em função dos propósitos existentes em seu uso, não sendo possível entender a língua sem levar em consideração o comportamento dos seus usuários. O funcionalismo prevê a força do uso como motor propulsor da mudança, de modo que a análise funcionalista tem como ponto fundamental a consideração de aspectos além dos gramaticais como *corpus* de estudo, pois entende-se que a linguagem tem uma estrutura não rígida, maleável e sujeita a mudanças. No funcionalismo linguístico, a linguagem é concebida como um instrumento de comunicação e de interação social, seu objeto de estudo é baseado no uso real, sendo impossível a separação entre sistema e uso: um funciona como o gerador do outro.

Desse modo, a perspectiva funcionalista da linguagem dá um passo para além da teoria de “sistema” de Saussure, ainda considerada, por alguns estudiosos, fundamental para os estudos linguísticos. Dentre os postulados saussurianos, está a teoria do sistema de signos linguísticos, segundo a qual o estudo da língua é desenvolvido em seu aspecto puramente formal, ou seja, concebida como um sistema, no qual a regularidade e as relações de sentido são estabelecidas por leis internas, inerentes ao próprio sistema.

Para Saussure (1974), a língua é tida como um sistema de signos linguísticos que funciona segundo leis internas e próprias que em nada se relacionam com o que lhe é exterior. Nesse sistema, não há lugar para o estudo do sujeito, já que ele é apenas o usuário da língua, cujo funcionamento não depende dele – a língua já está dada e não cabe a ele alterá-la ou criticá-la, mas das relações criadas e mantidas entre os signos linguísticos que a constituem. (FERIGOLO, 2009, p.74)

A Linguística Funcional firma-se com Givón, que elenca um grupo de premissas interessantes para caracterizar a visão funcionalista, que se antepõe à concepção saussuriana de língua como sistema cujo funcionamento não é afetado pelo sujeito. Para Givón (1995, *apud* FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003, p. 34-35), a linguagem é uma atividade sociocultural; a estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas; a estrutura é não arbitrária, motivada, icônica; mudança e variação estão sempre presentes; o sentido é contextualmente dependente e não atômico; as categorias não são discretas; a estrutura é maleável e não-rígida; as gramáticas são emergentes; as regras de gramática permitem algumas exceções.

Furtado da Cunha, Oliveira e Martelotta (2003) igualmente pontuam que o Funcionalismo Linguístico concebe a linguagem como instrumento de interação social e possui interesse de investigação linguística que busca, no contexto discursivo, a

motivação para os fatos da língua. Os domínios da sintaxe, da semântica e da pragmática são relacionados e interdependentes. A estrutura é uma variável, pois os usos da língua, ao longo do tempo, é que dão forma ao sistema. Os autores introduzem nove princípios básicos do funcionalismo; entretanto, como este é um estudo sincrônico, selecionamos três desses princípios que mais diretamente se aplicam aos usos do *portanto* como conector conclusivo, enfocados neste trabalho:

- **Iconicidade** – “Os linguistas funcionais defendem a ideia de que a estrutura da língua reflete, de algum modo, a estrutura da experiência.” Todavia, destacam que, na “língua que usamos diariamente, especialmente na língua escrita, existem por certo muitos casos em que não há relação clara, transparente, entre forma e conteúdo”. Nessa versão mais branda do princípio da iconicidade, um subprincípio, o da ordenação linear, se mostra importante para o nosso estudo. Segundo esse subprincípio, “a informação mais importante tende a ocupar o primeiro lugar da cadeia sintática, de modo que a ordem dos elementos no enunciado revela a sua ordem de importância para o falante” (FURTADO DA CUNHA; OLIVEIRA; MARTELOTTA, 2003, p. 30-32).
- **Marcação** - Prevê que, em determinadas formas binárias, a marcação ocorre na estrutura que exibe uma propriedade ausente na outra, considerada menos marcada na língua. As formas não marcadas seriam mais automatizadas pelos usuários, sendo, portanto, estruturas mais corriqueiras e usuais. Assim, “o princípio de *marcação*, (...), estabelece três critérios principais para a distinção entre categorias marcadas e categorias não marcadas, em um contraste gramatical binário” (*Ibidem*, p. 34): complexidade estrutural, em que a estrutura marcada tende a ser mais complexa (ou maior) que a estrutura não marcada correspondente; distribuição de frequência, em que a estrutura marcada tende a ser menos frequente do que a estrutura não marcada correspondente e complexidade cognitiva, em que a estrutura marcada tende a ser cognitivamente mais complexa do que a estrutura não marcada correspondente.
- **Informatividade** – “A informatividade manifesta-se em todos os níveis da codificação linguística e diz respeito ao que os interlocutores compartilham, ou supõem que compartilham, na interação” (*Ibidem*, p. 43). Do ponto de vista cognitivo, uma pessoa se comunica para informar o interlocutor sobre algo, que pode ser do mundo externo ou mais subjetivo, do seu mundo interior, podendo ser ainda algum tipo de manipulação que pretende exercer sobre esse interlocutor.

Apesar de, na literatura funcionalista, informatividade estar mais relacionada à codificação da informação nos referentes nominais, no presente artigo postulamos que *portanto*, em face de seu caráter eminentemente anafórico, recupera informações anteriores, estabelecendo relação, segundo Lyons (1981, *apud* FURTADO DA CUNHA; OLIVEIRA; MARTELOTTA, 2003, p. 44), “entre expressões linguísticas e o que elas representam no mundo ou no universo discursivo”.

Logo, os princípios da iconicidade, marcação e informatividade estão previstos nos padrões de uso de *portanto*, destacando-se, na presente sincronia, a persistência de traços que remontam à sua formação, como explica Defendi (2015):

Etimologicamente, *portanto* tem a seguinte formação: por (preposição) e tanto (advérbio ou adjetivo – noção de quantidade), que traz como traços semânticos a noção de quantidade. Essa ideia, pressupostamente pretérita da expressão por tanta quantidade, pode ser, metaforicamente, usada com valor anafórico, ou seja, uma retroação à porção do texto já expressa. Assim, em um texto, principalmente argumentativo, *portanto* passa a ser usado como marcador de conclusão textual, o que lhe garante sinalizar a intenção de que o leitor tanto recue no texto para resgatar alguma informação (movimento anafórico) quanto sinalize o final de um raciocínio lógico que foi apresentado no texto. (DEFENDI, 2015, p.9)

Assim, *portanto*, em perspectiva sincrônica, é uma forma gramaticalizada, isto é, trata-se de uma construção gramatical que passou por mudanças sintáticas, semânticas e pragmático-discursivas até que emergisse seu uso como conector.

Quanto à **iconicidade**, identificamos, na forma gramaticalizada do *portanto*, traços da sua forma-fonte, enquadrando-se no que Hopper (1991, p. 17) denomina “princípio da persistência”. Desse modo, por ser o resultado da combinação de um elemento de conexão, a preposição *por*, com um elemento anafórico, o advérbio *tanto*, *portanto* apresenta restrições de uso em virtude desses traços persistentes na sua forma atual, sendo empregado pelos usuários da língua como um elemento de conexão predominantemente anafórico.

Ainda relativamente à iconicidade, destacamos o subprincípio da ordenação linear porque o *portanto* é um conector que ainda apresenta mobilidade na oração, ocupando diferentes posições na cadeia sintática, o que possivelmente se relaciona com a persistência do seu traço adverbial.

Quanto ao princípio da **marcação**, interessa-nos, especificamente, a distribuição da frequência de uso do *portanto* no parágrafo conclusivo, em relação à dos outros

conectores identificados no total de redações coletadas para formar o *corpus* deste trabalho.

Por fim, no que diz respeito ao princípio da **informatividade**, o referente de *portanto* não é um termo ou expressão lexical, mas, sim, informações ou porções textuais do discurso apresentadas anteriormente, garantindo dessa forma a unidade temática. Acreditamos que o princípio de informatividade na perspectiva da linguística funcional dialoga francamente com o mesmo princípio segundo a linguística textual, visto que, ao retomar o que foi dito antes e manter a unidade temática, o uso de *portanto* indica que o enunciador compartilha conhecimentos com seu interlocutor.

## 2.2 Linguística Textual

Além da Linguística Funcional, a outra vertente linguística que contribui para o estudo do *portanto* como estratégia de conexão conclusiva é a Linguística Textual, que surgiu na Europa, mais precisamente na Alemanha, por volta da década de 1960. Autores como Halliday, Weirich, Ducrot, Dressler, entre outros, trouxeram uma nova visão aos estudos realizados pela ciência do texto, e, com isso, a Linguística Textual gerou uma nova forma de investigar e analisar textos, contribuindo muito para a pesquisa e ensino na área.

Na década de 70, com a expansão da Linguística Textual, surge o interesse pelo texto, considerado a unidade básica de sentido. A intenção era realizar descrição linguística que não fosse limitada pelo nível da frase. De acordo com Koch (1997, p. 68):

O que se percebeu, em um primeiro momento, foi justamente a necessidade de ultrapassar os limites da frase, para dar conta de certos fenômenos como referenciação, seleção do artigo, concordância de tempos verbais, relação semântica entre frases não ligadas por conectivos, vários fatores de ordem prosódica, e assim por diante.

Segundo Fávero e Koch (2000, p.11),

sua [da Linguística Textual] hipótese de trabalho consiste em tomar como unidade básica, ou seja, como objeto particular de investigação, não mais a palavra ou a frase, mas sim o texto, por serem os textos a forma específica de manifestação da linguagem.

A Linguística Textual estuda o texto levando em consideração o conjunto de sua construção, tendo um viés interdisciplinar, pois olha para vários fatores linguísticos, como o pragmático, o semântico, o lexical, gramatical, ou seja, fatores que

complementam a estrutura e funcionalidade do objeto de estudo dessa corrente linguística. Para Koch (2004):

A Linguística Textual toma, pois, como objeto particular de investigação não mais a palavra ou a frase isolada, mas o texto, considerado a unidade básica de manifestação da linguagem, visto que o homem se comunica por meio de textos e que existem diversos fenômenos linguísticos que só podem ser explicados no interior do texto. O texto é muito mais que a simples soma das frases (e palavras) que o compõem: a diferença entre frase e texto não é meramente de ordem quantitativa; é, sim, de ordem qualitativa. (KOCH, 2004, p. 11)

Em outra obra, Koch (2005) aponta que a construção de textos é estabelecida, na maior parte dos casos, por meio de recursos linguísticos denominados articuladores textuais, operadores de discurso ou marcadores discursivos. Esses recursos são importantes na argumentação e na articulação entre as partes de um texto (orações, parágrafos e sequências maiores), para que este se constitua como uma unidade de sentidos. A autora apresenta a seguinte definição sobre os articuladores:

Tais articuladores podem relacionar elementos de conteúdo, ou seja, situar os estados das coisas de que o enunciado fala no espaço e/ou no tempo, bem como estabelecer entre eles relações de tipo lógico-semântico; podem estabelecer relações entre dois ou mais atos de fala, exercendo funções enunciativas discursivo-argumentativas; e podem, ainda, desempenhar, no texto, funções de ordem meta-enunciativa. (KOCH, 2005, p. 133)

Os articuladores textuais orientam a sequência do discurso, tornando-o coeso e contribuindo no estabelecimento da coerência. Assim, constituem-se como marcas linguísticas importantes da argumentação e atuam, de acordo com Koch (2016, p. 121-122), em três diferentes níveis: a) organização global do texto, evidenciando as articulações das sequências ou partes maiores do texto; b) organização no nível intermediário, assinalando os encadeamentos entre parágrafos ou períodos; c) organização no nível microestrutural, indicando os encadeamentos entre orações e termos das orações.

Os articuladores textuais são muito importantes na formação de um texto, em sua argumentação e sentido, e podem ser divididos em três grandes classes: os de conteúdo proposicional, os enunciativos ou discursivo-argumentativos e os meta-enunciativos (KOCH, 2005, p. 133). Desses três grupos, destacamos os que se aplicam aos padrões de uso de *portanto*: articuladores enunciativos ou discursivo-argumentativos.

Segundo Koch (2005), os articuladores enunciativos ou discursivo-argumentativos formam o grupo dos que encadeiam atos de fala distintos, introduzindo,

entre eles, relações discursivo-argumentativas: contrajunção, justificativa, explicação, generalização, disjunção argumentativa, especificação, comprovação, entre outras. No caso de *portanto*, a relação introduzida é a conclusiva, sendo esta a função essencial do conector em estudo.

Já os articuladores meta-enunciativos, ainda segundo a autora, comentam a própria enunciação, podendo ser delimitadores de domínio, organizadores textuais, modalizadores epistêmicos, modalizadores deônticos, atenuadores, afetivos etc. No que diz respeito aos dados desta pesquisa, esta articulação não é exercida pelo *portanto* propriamente, mas, sim, por elementos linguísticos que fazem parte da estrutura sintático-semântica e pragmático-discursiva articulada pelo conector. No nosso estudo, as modalizações epistêmica e deôntica, conforme definidas por Koch (2005), merecem atenção especial:

- “*modalizadores epistêmicos*: assinalam o grau de comprometimento/engajamento do locutor com relação ao seu enunciado, o grau de certeza com relação aos fatos enunciados.” (KOCH, 2005, p. 136, grifos da autora)
- “*modalizadores de caráter deôntico*: indicam o grau de imperatividade/facultatividade atribuído ao conteúdo proposicional.” (KOCH, 2005, p. 137, grifos da autora)

Sobre o fato de modalizadores epistêmicos evidenciarem o grau de comprometimento do falante, cabe mencionarmos brevemente o estudo funcionalista de Lucena (2008) sobre o tema. A autora reconhece que, apesar de haver diferentes concepções a respeito da categoria evidencialidade, esta determina a qualificação epistêmica, “uma vez que o sujeito enunciator só procede à avaliação da probabilidade de um estado-de-coisas quando tem evidências para reconhecer sua estimativa de ocorrer ou não no mundo” (LUCENA, 2008, p. 15). Adiante, em sua pesquisa, Lucena (2008, p. 20) assume que “evidencialidade é uma categoria que diz respeito à origem ou fonte do conhecimento e que se relaciona com o nível de (des)comprometimento do falante com seu discurso”.

Nascimento (2010) também fala sobre modalizadores e os define como estratégias argumentativas que permitem ao responsável pelo discurso atribuir, em um enunciado, uma avaliação ou ponto de vista sobre o conteúdo da enunciação ou sobre ela própria. Assim, na modalização como estratégia argumentativa, o locutor, ao fazer uma

avaliação, a realiza em função do outro, deixando pistas referentes a como quer que seu discurso seja lido. Nascimento (2010) apresenta, então, uma proposta de classificação para modalizadores, a partir de uma concepção semântico-pragmática desse fenômeno. Novamente, destacamos apenas as modalizações epistêmica e deôntica, que são as que verificamos em nossos dados.

Segundo o autor, na modalidade epistêmica, o locutor expressa uma avaliação sobre o valor de verdade da exposição, comprometendo-se ou não com o conteúdo expresso. A modalidade se divide em assertiva, quando o falante considera verdadeiro o conteúdo da proposição, e se compromete com ela; quase-assertiva, quando o falante considera o conteúdo da proposição quase certo, ou como hipótese e conseqüentemente não se compromete com o valor de verdade das informações; delimitadora, estabelece limites dentro dos quais se deve considerar verdadeiro o conteúdo abordado, comprometendo-se parcialmente com o dito.

Quanto à modalidade deôntica, o linguista apresenta novas perspectivas, visto que, durante um tempo, essa modalidade vinha sendo definida como expressão de obrigatoriedade e permissão. Chega, assim, à seguinte classificação: de obrigatoriedade, quando expressa que o conteúdo da proposição é algo que deve ocorrer obrigatoriamente e que o provável interlocutor deve obedecê-lo; de proibição, quando expressa que o conteúdo da proposição é algo proibido e deve ser considerado como tal pelo provável interlocutor; de possibilidade, quando expressa que o conteúdo da proposição é algo facultativo e/ou quando o interlocutor tem a permissão para exercê-lo ou adotá-lo.

Como vimos até aqui, a Linguística Textual dá importância a fatores e critérios de textualidade presentes na manifestação linguística, levando em consideração que o sujeito possui uma perspectiva ideológica, valores e um conhecimento de mundo particular. Nessa perspectiva, são de nosso interesse também os estudos de Antônio Marcuschi, para quem “a Linguística Textual é a descrição da correlação entre a produção, a constituição e a recepção de textos” (MARCUSCHI, 2002, p. 26). Portanto, com base nesta correlação, destacamos o tratamento do autor sobre gêneros e tipos textuais, visto que nosso objeto de estudo se realiza pragmaticamente no gênero redação escolar e linguisticamente na tipologia textual dissertativa-argumentativa.

A seguir, apresentamos brevemente a perspectiva de Marcuschi (2002) sobre os gêneros e tipos textuais.

### *2.2.1 Gêneros e tipos textuais*

Segundo Marcuschi (2002), os gêneros são como eventos textuais altamente dinâmicos, maleáveis e plásticos. Surgem em virtude das necessidades e atividades socioculturais. Eles se desenvolvem funcionalmente de acordo com o tempo e as mudanças nas culturas.

Usamos a expressão gênero textual como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. Se os tipos textuais são apenas meia dúzia, os gêneros são inúmeros. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais e assim por diante. (MARCUSCHI, 2002, p. 3)

O autor pontua, ainda, que, devido a seus usos e condicionamentos sociopragmáticos caracterizados como práticas sociodiscursivas, é difícil estabelecer uma definição formal aos gêneros textuais. Eles são inúmeros em diversidade de formas, possuem denominações ambíguas, e assim como surgem podem desaparecer.

Já os tipos textuais são, segundo o linguista, construções teóricas definidas linguisticamente. Vejamos aqui como ele os define:

Usamos a expressão tipo textual para designar uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas). Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção. (MARCUSCHI, 2002, p.3)

A característica básica dos tipos textuais é sua definição através de traços linguísticos predominantes. Logo, um tipo textual é caracterizado pela junção de traços que formam uma sequência, e não um texto.

Uma vez que o tipo textual predominante solicitado pelo Enem é o dissertativo-argumentativo, apresentamos a seguir algumas considerações conceituais sobre essa tipologia para contribuir para a análise dos dados. Salientamos que existem linhas teóricas que diferenciam dissertação de dissertação-argumentação. Também existem autores que consideram que a dissertação pode ser argumentativa ou não, e outros acham que a dissertação é sempre argumentativa.

A esse respeito, vale destacar que, para Garcia (1981), a dissertação tem como propósito principal expor ou explicar, explicar ou interpretar ideias, enquanto a

argumentação visa, sobretudo, a convencer, persuadir ou influenciar o leitor ou ouvinte. O autor esclarece ainda que:

(...) Na dissertação, expressamos o que sabemos ou acreditamos saber a respeito de determinado assunto; externamos nossa opinião sobre o que é ou nos parece ser. Na argumentação, além disso, procuramos principalmente formar a opinião do leitor ou ouvinte, tentando convencê-lo de que a razão está conosco, de que nós é que estamos de posse da verdade. (GARCIA, 1981, p. 370)

Granatic (1990), à semelhança de Garcia (1981), explica que dissertação é o tipo de composição na qual expomos ideias gerais, seguidas da apresentação de argumentos que as comprovem. De acordo com a autora, uma redação dissertativa é composta de três partes organizadas a partir de um tema, que é ampliado nos argumentos: introdução, desenvolvimento e conclusão. Na introdução, os argumentos são apenas mencionados. O desenvolvimento é a parte em que há a explicação do que se expôs na introdução; a autora destaca que são usados elementos que estabelecem “conexão entre os argumentos apresentados” ou estabelecem “ligação com o parágrafo anterior”. Já a conclusão, isto é, “o último parágrafo” remete ao que foi dito nos parágrafos anteriores, na qual se reafirma o tema (GRANATIC 1990, p. 73-85). As contribuições da autora são importantes para o nosso estudo porque, embora nosso recorte seja o parágrafo conclusivo, reconhecemos que este está articulado por meio de operadores a todas as demais partes que compõem o gênero textual redação de tipologia dissertativa-argumentativa.

Nesta pesquisa, não nos aprofundamos nas distinções teóricas entre dissertação e argumentação e tratamos a proposta do Enem como dissertativa-argumentativa, na qual o autor expressa seu conhecimento, sua opinião sobre o assunto abordado e ainda busca formar a opinião do leitor. Sendo assim, tratamos texto dissertativo-argumentativo como aquele em que o autor apresenta um raciocínio de análise de contextos e defesa de ponto de vista, utilizando explicações, fundamentação e comprovação de fatos.

Por fim, reforçamos que os princípios aqui destacados da Linguística Funcional e da Linguística Textual constituem embasamento coerente e adequado para o tratamento que propomos para a conexão conclusiva articulada pelo *portanto* nos parágrafos conclusivos dos textos dissertativo-argumentativos dos vestibulandos do Enem, visto que ambas as teorias olham o texto e o contexto de uso dos articuladores textuais de maneira interligada.

#### 4. Metodologia

O *corpus* de estudo desta pesquisa foi formado por cem redações que obtiveram nota máxima no vestibular do Enem, todas de domínio público na internet; para tal, foi utilizado o motor de busca do *Google*. Os temas são diversos, visto que foram coletados textos de diferentes anos (2012 até 2020) do vestibular nacional.

Após a leitura das redações, nosso foco se voltou para o último parágrafo do texto, reconhecido como conclusivo, no qual o autor apresenta seu posicionamento final, articulando-o com o que foi desenvolvido nos parágrafos anteriores. O primeiro critério de seleção foi fazer um levantamento dos conectores empregados a fim de identificar aquele que apresentasse maior frequência de uso na articulação do parágrafo em questão. Cumprida essa etapa, encontramos que, em 50 (50%) dos textos, o parágrafo conclusivo foi articulado pelo conector *portanto*; em 37 (37%), por conectores diversos e, em 13 (13%), o parágrafo final não foi articulado por um conector, embora o candidato houvesse empregado formas verbais (*Conclui-se*) ou expressões verbais (*Fica exposto*) com intuito de apresentar a conclusão de seu texto. Definimos, então, que o conector a ser estudado neste trabalho seria *portanto*.

Em seguida, foi determinado que a zona de interesse compreenderia primeiramente a estrutura oracional da qual o *portanto* fizesse parte, no início do parágrafo conclusivo, e, num segundo momento, se estenderia para o restante desse mesmo parágrafo. Não se deixou também de recorrer a todo o texto antecedente à conclusão sempre que foi necessário acessar informações pertinentes à análise. Dessa forma, seria possível observar com mais propriedade e segurança o contexto de uso do conector *portanto*.

A fim de proceder à análise dos dados propriamente, elencamos alguns critérios: a) o recorte do parágrafo conclusivo como *corpus*; b) a morfossintaxe do segmento linguístico do qual o *portanto* faz parte; c) a construção semântica e pragmática do discurso. Com estes critérios, tornou-se possível observar alguns padrões de uso do conector. Para este trabalho, selecionamos padrões para submeter à análise dos dados: a) o uso de *portanto* como articulador macrotextual (global), promovendo continuidade e progressão textual e b) seu uso em estruturas típicas de modalização deôntica e espistêmica.

A análise dos dados se dá à luz de uma interface entre a Linguística Funcional e a Linguística Textual, pois ambas as abordagens admitem entendimento e análise dos usos linguísticos considerando-se o seu contexto sintático-semântico e pragmático-discursivo.

O tratamento dos dados é prioritariamente qualitativo, mas um levantamento quantitativo é feito sempre que necessário.

## 5. Análise de dados

Nesta seção realizamos a análise do uso de *portanto* como estratégia de conexão conclusiva, empregada em redações produzidas por candidatos do Enem, de todo o Brasil. A função mais frequente desse conector é promover continuidade textual, mantendo a unidade temática, por meio de remissões anafóricas; todavia, há casos em que o *portanto* também pode contribuir para a progressão textual, a despeito de ocorrer no parágrafo final de um texto.

Identificamos alguns padrões de uso nas redações analisadas, dos quais destacamos dois. O primeiro padrão é aquele em que o conector conclusivo *portanto* exerce a função de articulador textual em nível global ou macrotextual, contribuindo para a coesão de sequências maiores do texto. Este é um padrão recorrente em todos os dados e está de acordo com o recorte feito nesta pesquisa, visto que nosso foco é o uso do *portanto* em parágrafos finais das redações do ENEM, caso em que o conector retoma, anaforicamente, todo o conteúdo exposto anteriormente.

Relacionado ao seu uso como um articulador em nível global, observamos uma característica incomum em parágrafos conclusivos, que é a capacidade de o *portanto*, ao lado da sua função coesiva regular de retomada de porções anteriores do texto, promover progressão textual, projetando o texto para a frente. Esse uso possivelmente se deve ao modelo de redação solicitado pelo ENEM: o tipo textual predominante solicitado por esse exame vestibular é texto de opinião, no qual predomina a tipologia dissertativa-argumentativa. De acordo com esse modelo de prova, os concorrentes devem concluir a discussão e apresentar uma proposta de intervenção ou solução para a questão discutida. Como resultado desse modelo, as redações produzidas pelos candidatos tendem a trazer informações novas no parágrafo de conclusão, no qual muitas vezes defendem suas propostas de intervenção com argumentos. Logo, mesmo sendo um parágrafo conclusivo, o texto progride. É o que demonstramos nos dados (1) e (2):

*(1) É necessário, portanto, que medidas sejam tomadas para facilitar o acesso democrático ao cinema no país. Posto isso, o Ministério da Cultura deve, por meio de um amplo debate entre Estado, sociedade civil, Agência Nacional de Cinema (ANCINE) e profissionais da área, lançar um Plano Nacional de Democratização ao Cinema no Brasil, a fim de fazer com que o maior número possível de brasileiros possa desfrutar do universo dos filmes.*

*Tal plano deverá focar, principalmente, em destinar certo percentual de ingressos para pessoas de baixa renda e estudantes de escolas públicas. Ademais, o Governo Federal deve também, mediante oferecimento de incentivos fiscais, incentivar os cinemas a reduzirem o custo de seus ingressos. Dessa maneira, a situação vivenciada em ‘‘Cine Hollywood’’ poderá ser visualizada na realidade de mais brasileiros.*

No exemplo acima, no primeiro período do parágrafo final, *portanto*, ao estabelecer coesão, no nível global, entre a conclusão e os parágrafos anteriores do texto, garante a continuidade textual. O conector retoma conteúdos abordados ao longo do texto, sintetizados na sequência *facilitar o acesso democrático ao cinema no país*. Além disso, sinaliza para a necessidade de intervenção, como se vê no fragmento: *É necessário, portanto, que medidas sejam tomadas para facilitar o acesso democrático ao cinema no país*. Em seguida, outro conector, *Posto isso*, introduz período com a proposta de intervenção, acrescentando informações novas ao texto e argumentando em favor delas: *Posto isso, o Ministério da Cultura deve, por meio de um amplo debate entre Estado, sociedade civil, Agência Nacional de Cinema (ANCINE) e profissionais da área, lançar um Plano Nacional de Democratização ao Cinema no Brasil, a fim de fazer com que o maior número possível de brasileiros possa desfrutar do universo dos filmes (...)*. A oração introduzida pelo conector de finalidade *a fim de apresenta a justificativa do autor quanto à importância da sua proposta*, numa tentativa de envolver o leitor, fazendo-o aderir a ela. Após essa justificativa, a proposta de intervenção segue sendo detalhada e novas informações vão sendo acrescentadas: *destinar certo percentual de ingressos para pessoas de baixa renda e estudantes de escolas públicas e oferecimento de incentivos fiscais, incentivar os cinemas a reduzirem o custo de seus ingressos. Dessa forma, embora todo esse movimento argumentativo se dê no parágrafo final, verificamos, paralelamente às necessárias retomadas, sinais de progressão, pois novas informações vão sendo sucessivamente apresentadas e defendidas pelo candidato.*

(2) *Urge, portanto, que indivíduos e instituições públicas cooperem para mitigar a intolerância religiosa. Cabe aos cidadãos repudiar a inferiorização das crenças e dos costumes presentes no território brasileiro, por meio de debates nas mídias sociais capazes de desconstruir a prevalência de uma religião sobre as demais. Ao Ministério Público, por sua vez, compete promover as ações judiciais pertinentes contra atitudes individualistas ofensivas à diversidade de crença. (...)*

No exemplo (2), também é possível observar que, no primeiro período do parágrafo final, articulado pelo *portanto*, novamente em nível global, é apresentada a conclusão do texto, na qual o autor também sinaliza para a necessidade de uma

intervenção. Em seguida, ele apresenta duas propostas de intervenção. A primeira traz informações novas em parte, pois inicialmente apenas retoma alguns conteúdos tratados anteriormente, como o papel da sociedade, na figura do “cidadão”, para combater a intolerância religiosa (*inferiorização das crenças e dos costumes*); no entanto, ao argumentar a favor da sua primeira proposta, o autor introduz subtemas ainda não tratados anteriormente, como os *debates nas mídias sociais*. Já na segunda proposta de intervenção, o autor apresenta de imediato informações novas, expondo o que compete ao Ministério Público fazer: *promover as ações judiciais pertinentes contra atitudes individualistas ofensivas à diversidade de crença. Dessa maneira, mesmo com algumas retomadas e ainda que não apresente argumentos para a segunda proposta de intervenção, o autor faz o texto progredir na conclusão com a introdução de algumas informações novas que vieram no bojo das propostas de intervenção.*

No dado exemplificado em (3), é possível observar que *portanto* apresenta o mesmo padrão de uso dos casos anteriores, porém a distribuição das informações está organizada de forma diferente no parágrafo conclusivo. Vejamos:

*(3) Portanto, cabe ao poder público intensificar os investimentos no acesso à produção cultural do país, sobretudo, ao cinema, mediante replanejamento orçamentário, que viabilize a destinação de mais verbas para a construção de cinemas nos municípios, com o propósito de que mais brasileiros possam usufruir dessa importante ferramenta para o lazer. Outrossim, as instituições de ensino, como as escolas e as universidades, devem promover a democratização do acesso ao cinema, por meio da exibição gratuita de filmes em, por exemplo, auditórios e quadras escolares em horários noturnos, com o fito de que todas as parcelas sociais possam ser atendidas.*

Em (3), o parágrafo conclusivo é novamente introduzido pelo *Portanto*, que articula, no nível global, o parágrafo final com os anteriores, e também promove progressão textual. A diferença em relação aos dados exemplificados em (1) e (2) reside na forma como as informações são apresentadas neste terceiro caso, visto que, aqui, *portanto* é o introdutor direto da primeira proposta de intervenção, que vem seguida da segunda no período posterior, sem que o autor faça antes uma retomada dos conteúdos discutidos nos outros parágrafos, como vimos nos outros dois exemplos. Essa retomada é feita de forma diluída ao longo do desenvolvimento do parágrafo. As duas propostas de intervenção, uma que *cabe ao poder público* e outra que deve ser promovida pelas *instituições de ensino, como as escolas e as universidades* são seguidas dos seus respectivos argumentos, por meio dos quais o autor defende suas propostas: *com o propósito de que mais brasileiros possam usufruir dessa importante ferramenta para o*

*lazer e com o fito de que todas as parcelas sociais possam ser atendidas. Ainda que tenha distribuição das retomadas e da progressão textual distinta daquela dos casos exemplificados anteriormente, mais uma vez vemos o conector *portanto* introduzindo um parágrafo no qual observamos o texto progredir por meio de informações novas na conclusão.*

No último dado exemplificado nesta primeira parte da análise, *portanto* apresenta padrão de uso apenas parcialmente semelhante aos anteriores, como podemos conferir em (4):

(4) *Portanto, fica evidente a importância do cinema para a construção de uma sociedade mais culta e a necessidade de democratização desse recurso. Nesse âmbito, cabe ao Ministério da Educação e da Cultura promover um maior acesso ao conhecimento e ao lazer, por meio da instalação de cinemas públicos nas áreas urbanas mais periféricas - que deverão possuir preços acessíveis à população local -, a fim de evitar a situação de alienação e insuficiência intelectual presente nos membros das classes mais baixas. Desse modo, o cidadão brasileiro poderá atingir a condição de plenitude da essência, prevista por Aristóteles, destacando-se, logo, das outras espécies animais, através do conhecimento e da cultura.*

De forma semelhante ao que ocorre nos dados (1) e (2), o conector *portanto* introduz a conclusão, articulando, no nível macrotextual, o parágrafo final com os anteriores, promovendo coesão textual ao retomar sinteticamente o conteúdo discutido ao longo da sua explanação: “*a importância do cinema para a construção de uma sociedade mais culta e a necessidade de democratização desse recurso*”. Mantém-se, assim, a unidade temática do texto. Entretanto, no período seguinte, introduzido pelo articulador textual “*Nesse âmbito*”, o candidato não traz informações novas em sua proposta de intervenção. Ele atribui responsabilidades *ao Ministério da Educação e da Cultura* e, ao detalhar sua proposta de intervenção, retoma conteúdos apresentados em parágrafos anteriores: *instalação de cinemas públicos nas áreas urbanas mais periféricas - que deverão possuir preços acessíveis à população local*; na sequência, apresenta a justificativa para a sua proposta, novamente retomando conteúdos apresentados repetidamente em segmentos textuais anteriores: *a fim de evitar a situação de alienação e insuficiência intelectual presente nos membros das classes mais baixas*. Logo, o que se observa neste dado é que o autor mantém a unidade temática, mas tem dificuldade de fazer o texto progredir, inclusive nos parágrafos de desenvolvimento. Confirma-se, assim, que a função de fazer o texto progredir não é intrínseca aos padrões de uso do *portanto*, podendo não acontecer, como no dado (4). Isso pode se dever a vários fatores,

relacionados a motivações externas, pragmáticas, como intencionalidade do autor, mas também a dificuldades de desenvolvimento do texto, como parece ser o caso em questão.

Por fim, é possível observar que, após o período articulado pelo *portanto*, o parágrafo continua, sendo apresentada a proposta. Esta característica se dá devido ao modelo Enem: concluir a discussão e apresentar a proposta.

Assim, nos três primeiros parágrafos analisados é possível observar que há progressão textual na conclusão, pois há apresentação de novas informações. Vale ressaltar que nesses casos, em que há informações novas, no conjunto do texto, o autor faz uma crítica sobre o tema em debate, e a proposta de intervenção só aparece no final do último parágrafo.

Um segundo padrão de uso observado em nossos dados tem a ver com a posição ocupada pelo conector na oração em que é empregado e o tipo de articulação executada. Como foram selecionados apenas parágrafos articulados pelo *portanto*, em todos os casos ele se encontra na primeira oração do primeiro período do parágrafo final. No entanto, seu posicionamento na oração é variável. Dos 50 casos analisados, *portanto* aparece na primeira oração do parágrafo conclusivo nas seguintes posições, articulando as seguintes porções textuais: 22 ocorrências em posição não inicial, porém sendo antecedido por apenas um outro termo ou expressão, introduzindo a conclusão global do texto; 17 ocorrências na posição inicial da oração, introduzindo a conclusão global do texto; 8 ocorrências na posição inicial da oração, introduzindo de imediato a proposta de intervenção e depois a conclusão global do texto; 3 ocorrências em posição não inicial, porém antecedido de apenas um outro termo ou expressão, introduzindo de imediato a proposta de intervenção, seguida da conclusão global do texto.

Sendo assim, há 25 (50%) ocorrências do *portanto* na posição inicial e 25 (50%) em posição não inicial; neste segundo caso, normalmente o conector é a segunda palavra da oração. Por sua vez, quanto à articulação promovida pelo *portanto* entre o parágrafo final e os anteriores, sabemos que esta se dá globalmente em todos os 50 parágrafos (100%) analisados, no entanto, em 11 (22%) deles, antes de fazer a conclusão global, o autor apresentou primeiro a proposta de intervenção.

Com base no levantamento da posição ocupada pelo *portanto* na oração em que é empregado, podemos reconhecer como os princípios funcionalistas da ordenação linear e da marcação atuam nos usos do *portanto*. Considerando-se que não há diferença de frequência entre o uso na posição inicial (50%) ou intermediária (50%), consideramos ambas as formas como não marcadas, ou menos marcadas, para o uso do *portanto*,

possivelmente por serem, do ponto de vista cognitivo e estrutural, de baixa complexidade para o usuário em função de serem duas formas já bastante corriqueiras. Como nos dados não foram encontrados usos na parte final da oração em que o *portanto* é empregado, há indícios de que este seja um uso mais marcado, em vista de sua possível baixa frequência em uma amostra mais representativa.

Esses achados relacionam-se diretamente com o princípio da ordenação linear, pois, por ocorrer com mais frequência nas posições iniciais da oração, *portanto* introduz informações consideradas de maior importância para o usuário. Lembramos que, no Enem, é no parágrafo conclusivo que, além de concluir o texto globalmente, recuperando informações dadas ao longo do desenvolvimento, o candidato cumpre uma das exigências mais importantes do modelo: a proposta de intervenção; neste momento, apresenta informações novas, podendo até mesmo argumentar em defesa da sua proposta. Dada a importância do parágrafo conclusivo no modelo, é possível que esta seja a motivação pragmática para a ocorrência do *portanto* nas posições mais iniciais da oração em que é usado.

O terceiro padrão identificado e selecionado para análise foi o uso do conector *portanto* em estruturas linguísticas típicas de modalização deôntica e epistêmica. Conforme dito anteriormente, a modalização é uma categoria que, entre outros traços, traduz as noções de possibilidade, dever, obrigação, necessidade, ou expressa grau de certeza do emissor em relação aos fatos expostos. Vale destacar que, em nenhum dos casos, a modalização em si é exercida pelo *portanto*, uma vez que ele não é um articulador modalizador, mas, por estar numa estrutura de modalização deôntica ou epistêmica, é afetado pragmaticamente por estas.

A modalidade deôntica está presente no discurso que dita normas, condutas, que avalia como obrigatório. Abrange expressões relacionadas a noções de necessidade, obrigação, permissão e proibição. Dos 50 dados em análise, foram levantadas 28 (56%) ocorrências de *portanto* em construções linguísticas que expressam modalização deôntica. Nos fragmentos de (5) a (7), que foram recortados da parte inicial dos seus respectivos parágrafos, ilustramos usos do *portanto* nas estruturas modalizadas de caráter deôntico:

(5) *Portanto, cabe ao poder público intensificar os investimentos no acesso à produção cultural do país, sobretudo, ao cinema, mediante replanejamento orçamentário, que viabilize a destinação de mais verbas para a construção de cinemas nos municípios, com o propósito de que mais brasileiros possam usufruir dessa importante ferramenta para o lazer.*

(6) *Portanto, são essenciais medidas operantes para a reversão do estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira.*

(7) *Há, portanto, a necessidade de integração e assistência desses estrangeiros por parte do governo, o que pode ser feito por meio da legalização deles no Brasil, do fornecimento de condições básicas para a vida e da criação de projetos sociais que busquem a integração e qualificação.*

Em (5), expressa-se a obrigatoriedade, a partir do modalizador que é o verbo pleno “*caber*”. A responsabilidade abordada pelo modalizador recai sobre o “*poder público*”. No dado (6), se estabelece explicitamente a responsabilidade de cumprir os atos determinados, de modo que a obrigatoriedade recai sobre “*medidas operantes para a reversão do estigma...*”. Neste caso, o modalizador aparece na estrutura de predicado nominal “*são essenciais*”. Em (7), o modalizador é o sintagma nominal “*necessidade*”, que estabelece uma obrigatoriedade que recai sobre o enunciado “*de integração e assistência desses estrangeiros por parte do governo*”.

Em nossos dados, a modalização deôntica como estratégia argumentativa confirma o que Garcia (1981) postula, de que o locutor, ao fazer uma avaliação, a realiza em função do outro, deixando pistas referentes a como quer que seu discurso seja lido. Por ser um gênero textual predominantemente opinativo, o teor argumentativo é fortalecido por esse fator pragmático-discursivo, codificado em estruturas sintáticas conforme as descritas de (5) a (7). Tendo em vista que o objetivo do enunciador, é convencer, persuadir ou influenciar o leitor, a modalidade deôntica evidencia um padrão de uso caracterizado pela intersubjetividade, já que quem escreve está tentando ganhar a adesão do leitor, demonstrando que ele, o autor do texto, está de posse da verdade.

Os casos de modalização deôntica encontrados abrangem expressões relacionadas a noções de necessidade e obrigação, mas não foram encontrados casos relacionados a permissão ou proibição.

Por sua vez, a modalidade epistêmica parte de determinações já conhecidas pelo autor, do registro do saber, abordando noções como certo, provável e possível, além de indicar o grau de comprometimento do autor com o que ele diz. Dos 50 dados, foram identificadas 22 (44%) ocorrências de construções em que se observa modalização epistêmica; em alguns casos a modalidade epistêmica aparece mesclada com a evidencialidade, duas funções pragmáticas.

Em nossos dados, a evidencialidade se constrói a partir do conhecimento do autor, exposto nas informações e nos argumentos dados nos parágrafos anteriores. Assim,

persuade o leitor a inferir com ele, mas, para marcar que sua informação é confiável, que deve ser tomada como verdade, emprega, como marca linguística, um elemento lexical que sugere comprovação, como o verbo “evidenciar”, ou o adjetivo “evidente”; outros verbos também evidenciam esse conhecimento, como “perceber”, “notar”. Observamos que, nas construções em que o conector *portanto* articula parágrafo marcado pela modalidade epistêmica mesclado à evidencialidade, essas duas funções pragmáticas são de natureza intersubjetiva, motivadas pelo grande interesse que o autor tem de afetar o leitor. Os exemplos de (8) a (12) ilustram essas interpretações:

*(8) Torna-se evidente, portanto, a complexa situação que envolve a manipulação do indivíduo com a seleção de dados na rede virtual.*

*(9) Evidencia-se, portanto, que a manipulação advinda do controle de dados na internet é um obstáculo para a consolidação de uma educação libertadora.*

Em (8) e (9), *portanto* participa de uma construção linguística em que se observa modalidade epistêmica assertiva, pois o autor se compromete com o valor de verdade das informações. Ao estabelecer coesão entre o parágrafo final e todos os anteriores, o conector retoma anaforicamente todo o conhecimento exposto nos parágrafos anteriores, nos quais se observam informações relativas ao saber do autor.

Em (8), no parágrafo final, faz uso da construção “*Torna-se evidente*”, concluindo que *a situação que envolve a manipulação do indivíduo com a seleção de dados na rede virtual é complexa, reforçando conhecimento veiculado anteriormente no desenvolvimento, isto é, de que a maior parte das informações acessíveis ao público é composta de conteúdos previamente selecionados, descontextualizados ou alterados.*

*Em (9), as mesmas estratégias argumentativas estão presentes, com a ressalva de que a construção na qual a modalização epistêmica está presente tem como marca linguística uma forma verbal: “Evidencia-se”. Por sua vez, o conector portanto, como no caso anterior, introduz conclusão que retoma conteúdos apresentados anteriormente: a manipulação advinda do controle de dados na internet é um obstáculo para a consolidação de uma educação libertadora é uma paráfrase do que o autor expõe ainda na introdução, quando ressalta os principais impactos da manipulação, com destaque à influência nos hábitos de consumo e nas convicções pessoais dos usuários.*

Cabe ainda dizer sobre os fragmentos (8) e (9) que estes são exemplares em que as funções pragmáticas modalidade epistêmica assertiva e evidencialidade se confundem. Nesse contexto sintático-semântico e pragmático, o conector *portanto* restringe-se à sua

função mais frequente de elemento coesivo anafórico, mantenedor da unidade temática, sem introduzir diretamente informações novas.

Além da modalidade epistêmica assertiva, identificamos três quase-assertivas:

(10) *Infere-se, portanto, que assegurar a privacidade e a liberdade de escolha na internet é um grande desafio no Brasil.*

(11) *Pode-se perceber, portanto, que as raízes históricas e ideológicas brasileiras dificultam a erradicação da violência contra a mulher no país. Para que essa erradicação seja possível, é necessário que as mídias deixem de utilizar sua capacidade de propagação de informação para...*

(12) *Nota-se, portanto, que tal realidade necessita de solução, é resultado de preconceito social e que tem efeito negativo.*

Nesses três últimos dados, o uso das formas verbais “*Infere-se*”, “*Pode-se perceber*” e “*Nota-se*” veiculam o comprometimento do autor com o valor de verdade da proposição com menor intensidade do que as formas “*Torna-se evidente*” ou “*Evidencia-se*”. Inferir, perceber e notar são verbos mais mentais, cognitivos, de modo que acabam afetando o interlocutor de forma mais sutil do que os outros dois. Por isso, os dados (10) a (12) são aqui categorizadas como modalização epistêmica quase-assertiva, por apresentarem o conteúdo articulado pelo *portanto* como algo quase-certo ou verdadeiro. Nesses casos, ao concluir, o enunciador não se compromete totalmente com o valor de verdade das informações, usando colocações mais subjetivas.

Nas estruturas exemplificadas de (8) a (12), *portanto* apenas retoma conteúdos expressos anteriormente, mantendo a unidade temática, sem apresentar diretamente informações novas e, conseqüentemente, sem contribuir para a progressão textual no último parágrafo da redação. Este parece ser um padrão de uso do conector quando empregado em construções com modalização epistêmica.

Por fim, apenas a título de esclarecimento, a modalidade epistêmica delimitadora, que estabelece limites dentro dos quais se deve considerar verdadeiro o conteúdo abordado, comprometendo-se parcialmente com o dito, não foi identificada no *corpus* analisado

## 6. Considerações finais

Neste estudo, analisamos o conector *portanto* como estratégia coesiva. Observamos que os padrões de uso do conector são contingenciados pelo gênero textual “redação do Enem”, de tipologia dissertativo-argumentativa. Identificamos três padrões:

O primeiro é o uso do *portanto* como articulador textual no nível global, retomando informações velhas/dadas e, com isso, promovendo continuidade textual. Verificamos também que, nessa articulação, *portanto* pode introduzir informações novas, estabelecendo a progressão textual, embora esta não seja uma função intrínseca ao conector. A ocorrência da progressão textual é uma função que consideramos pouco frequente em parágrafos conclusivos, por isso este achado nas redações produzidas por candidatos do modelo de vestibular Enem pode ser decorrente da pressão de informatividade exercida pelo contexto de uso.

O segundo padrão de uso encontrado refere-se aos princípios da ordenação linear e da marcação, tendo sido possível verificar que pressões sintático-semânticas e pragmático-discursivas também contingenciam usos mais frequentes em determinadas posições na cadeia sintática, indicando que o que é mais importante para o usuário vem nas posições iniciais e que, por isso, essas posições são estruturalmente menos marcadas.

O terceiro padrão de uso identificado é aquele em que, ao articular o parágrafo conclusivo, *portanto* ocorre, com frequência, em estruturas linguísticas que expressam modalização deôntica (56%) ou epistêmica (44%). Esse contexto pragmático afeta o conector e, ao mesmo tempo, é favorecido por sua função como orientador argumentativo. O conector *portanto* assume caráter pragmático, ao articular parágrafo marcado pela modalidade epistêmica mesclada à evidencialidade: essas duas funções pragmáticas são de natureza intersubjetiva, sendo motivadas pelo grande interesse que o autor tem de afetar o leitor. Na função como orientador argumentativo, *portanto* orienta o texto para a conclusão e, com isso, reforça e destaca as modalizações deôntica e epistêmica. É como as funções do *portanto* e as dos modalizadores fossem retroalimentadoras.

Por fim, este estudo evidenciou que o conector *portanto* é estratégia coesiva de alto teor argumentativo, que orienta o leitor para a conclusão desejada pelo enunciador, com caráter, por vezes, intersubjetivo, especialmente quando em estruturas deônticas.

**Abstract:** In this article, we investigate the conclusive connector *portanto* in Enem candidates text from all over Brazil. From a total of one hundred essays, the analysis focused on the final paragraphs whose opening sentences were introduced by *portanto*, the most frequent (50%) connector used, compared to the sum of all others found (37%), as well to those paragraphs not introduced

by a connector (13%). Data collection was carried out over the internet, where the essays that reached maximum grade are available. As a theoretical basis, we use principles of Functional and Textual Linguistics, since both theories are interested in contexts of use. The main hypothesis is that the genre “Redação do Enem” is a sort of informativeness pressure, leading to certain patterns of use of *portanto* that results from the level of textual articulation, the position in the sentence and the modalization. Thus, we aim to verify a) if, when articulating conclusive paragraphs, *portanto*, in addition to resuming the text globally, maintaining the thematic unit, also introduces textual portions that present new information, leading to textual progression; b) the role of linear ordering and marking principles in these patterns; c) if deontic and epistemic modalizations are pragmatic-discursive factors that bring about uses related to intersubjectivity. Among the various findings, we highlight the confirmation that *portanto* can introduce new information in the final concluding paragraph of an opinion text, going beyond the more regular use patterns of connectors of this nature, strongly indicating that the genre “Redação do Enem” constitutes linguistic context favorable to both the more central uses of *portanto* and the more marginal ones.

**Keywords:** Portanto; Cohesive strategy; Conclusive articulator; Functional Linguistics; Textual Linguistics.

## Referências bibliográficas

CINTRA, L. F. L.; CUNHA, C. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DEFENDI, C. L. Processos de conclusão do texto argumentativo. *Estudos Linguísticos* (São Paulo, 1978), v. 44, n. 1, p. 53-64, 2015. Recuperado de <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/872>

FÁVERO, L. L., KOCH, I. G. V. *Linguística textual: introdução*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FERIGOLO, J. A língua enquanto sistema e a língua enquanto produção de sentidos para o sujeito. *Raído*, v. 3, n. 6, p. 73-84, 2009.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. T. (Org.). *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A / Faperj, 2003

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. 9ª. Ed. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1981.

GRANATIC, B. *Técnicas básicas de redação*. São Paulo: Ed. Scipione, 1995.

HOPPER, P. On some principles of grammaticalization. In: TRAUOGOTT, E. C.; HEINE, B. (orgs.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991

KOCH, I. G. V. Linguística Textual: retrospecto e perspectivas. *ALFA: Revista de Linguística*, v. 41, 1997.

\_\_\_\_\_. *A coesão textual*. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. *Desvendando os segredos do texto*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Linguística Textual: uma entrevista com Ingedore Villaça Koch. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem — ReVEL*. v. 1, n. 1, agosto de 2003. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

\_\_\_\_\_; ELIAS, V. M. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016.

LOPES, A. C. M.; PEZATTI, E. G.; NOVAES, N. B. As construções com *portanto* no português europeu e no português brasileiro. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 5, 2001.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

NEVES, M. H. M. *Ensino de língua e vivência de linguagem: temas em confronto*. São Paulo: Contexto, 2010.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

# PRODUTIVIDADE DA CONSTRUÇÃO CONECTORA CONTRASTIVA [MAS OLHA]

## PRODUCTIVITY OF CONTRASTIVE CONNECTIVE CONSTRUCTION [MAS OLHA]

Vania Rosana Mattos Sambrana (UFF)

**Resumo:** Partindo do pressuposto que construções são unidades básicas da língua, tomamos a construção conectora contrastiva [mas olha] como objeto de estudo. Em análise preliminar, nos termos de AUTOR (2021), trata-se de um marcador discursivo que cumpre o papel de conector no nível textual-interativo, uma vez que liga duas porções textuais que veiculam sentidos oriundos de pontos de vista opostos. Com ênfase no enfoque construcional, já que nossa orientação teórico-metodológica segue a Linguística Funcional Centrada no Uso, representamos virtualmente nosso objeto como [mas olha]<sub>CC</sub>. Com este trabalho, pretende-se demonstrar a produtividade gerada a partir da instanciação da construção [mas olha]<sub>CC</sub> e suas implicâncias no que diz respeito aos mecanismos de integração de construções. Dessa forma, neste trabalho, defendemos que a motivação semântico-sintática para a atuação da construção [mas olha]<sub>CC</sub> não pode ser justificada apenas pelos mecanismos tradicionais como subordinação e coordenação, entre outros. Sendo assim, extrapolando as fronteiras oracionais, as análises pontuam que o recrutamento de [mas olha]<sub>CC</sub> preenche o papel de conector lógico-contrastivo, porquanto estabelece relações semânticas no domínio do contraste em que duas porções do discurso se opõem. Na investigação desse fenômeno, apontamos a necessidade de um estudo com foco no que diz respeito à sintaxe discursiva (MARCUSCHI, 1986; MARTÍN ZORRAQUINO; PORTOLÉS, 1999; AUTOR, 2021).

**Palavras-chave:** Construção; Conector Contrastivo; Sintaxe Discursiva.

### Introdução

Com base na Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), representada por Martelotta (2011), Cezario e Furtado da Cunha (2013), Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013), Furtado da Cunha, Oliveira e Martelotta (2015), Oliveira e Rosário (2015) e Rosário e Oliveira (2016), entre outros, este estudo se insere no âmbito dos estudos funcionalistas com ênfase na vertente construcional da gramática. Tal encaminhamento estabelece que as construções, consideradas como pareamentos de forma-função, integram uma rede interconectada nos mais variados níveis de esquematicidade e, conseqüentemente, de representatividade contextual. Dado esse universo de construções e esquemas simbólicos, e, restringindo nosso campo de análise, objetivamos demonstrar a atuação da construção [mas olha]<sub>CC</sub> em ocorrências como:

- 1) Acho que fofinho só os que aparecem em filmes mesmo, todos limpinhos, rosinhas e pequeninos... hahaha! Ahahaha, adorei! Nunca tinha ouvido falar em Iômere, haha, e olha que sou de Santa Catarina. E nunca vi um porco assim gigante, queria ver! E quando você vê no zoológico os porcos são mais tipo Babe:) hahahaha bizarro! **Mas olha**, se isso te

serve de consolo, porcos normais não são de esse jeito. Estão muito mais pra Babes do que pra essa coisa alienígena. Claro, não são tão cor-de-rosas e bonitinhos, mas definitivamente não são bizarramente gigantes. (<http://blog.beyond-obvious.net/o-dia-em-que-eu-vi-o-porco/>)

De um total de 440 dados de análise, pontuamos que o fragmento (1) evidência o recrutamento de [mas olha] em função conectora contrastiva no nível textual-discursivo. A conexão apontada em Rosário (2016) e a realização da progressão textual (KOCH, 2013) não podem ser explicadas apenas por um critério sintático da existência de um conector “mas”, porquanto percebe-se que outro elemento se junta à conjunção para formar o *chunk mas olha*.

Em primeira análise, caracterizamos o uso de *mas olha* como marcador discursivo pela funcionalidade apresentada no contexto e pela organização linear do discurso. Primeiramente, *mas olha* encontra-se sintaticamente independente da estrutura argumental que se segue. E, em acréscimo, devido ao apoio discursivo, pontuamos que *mas olha* relaciona o enunciado à situação do discurso (HEINE; KALTENBÖCK; KUTEVA, 2019)<sup>2</sup>.

Em uma segunda análise, averiguamos um número considerável de dados que demonstram contextos de uso de “*mas olha*” interligando porções textuais que, por sua vez, trazem pontos de vista que se contrastam. Captamos, assim, usos como no fragmento (1), em que o falante, ao visualizar a figura do porco da raça Iômere, contrasta a noção do que seria o tamanho de um porco normal com o tamanho do porco visualizado. Dessa forma, a interpretação da porção textual posterior à expressão *mas olha* é condicionada à interpretação da porção textual anterior. Sendo assim, não consideramos esse uso como uma expressão que apenas favorece a progressão textual, mas também um fenômeno que exige a tomada e retomada de interpretações por parte do ouvinte/leitor. Dessa forma, há um aumento de demanda cognitiva por parte do ouvinte. Em suma, o marcador discursivo *mas olha* é reconfigurado a partir dos usos que ampliam sua gama funcional como mais um elemento conector no rol dos conectores não prototípicos da gramática (MARTÍN ZORRAQUINO; PORTOLÉS, 1999; SOUZA, 2008; ROSÁRIO e SAMBRANA, 2021).

A partir desse ponto, neste trabalho, assumimos o *link* entre a classe dos marcadores discursivos e a classe dos conectores. Sendo assim, defendemos que o uso de

---

<sup>2</sup> Segundo os autores, marcadores discursivos são “expressões invariáveis que são sintaticamente independentes de seu ambiente, geralmente destoam prosodicamente do resto do enunciado e sua função é relacionar um enunciado à situação discursiva, isto é, à organização dos textos, à interação entre falante e ouvinte e/ou às atitudes do falante.” (HEINE; KALTENBÖCK; KUTEVA, 2019, p. 2). Tradução nossa.

*mas olha* como conector contrastivo, tomado sincronicamente, é formado por *chunking* entre o marcador discursivo *mas* e o marcador discursivo *olha*, “ambos prototípicos em suas classes”, (ROSÁRIO e SAMBRANA, 2021, p. 227).

Diante desse postulado, assumimos que, ao analisarmos a produtividade de [mas olha]<sub>CC</sub>, contribuímos para o entendimento das nuances limítrofes entre a categoria de conector e a categoria de marcador discursivo (TRAUGOTT, 1995; URGELLES-COLL, 2010).

Além da Introdução, este artigo apresenta cinco seções organizadas na seguinte ordem: 1. Pressupostos Teórico-metodológicos; 2. A Construção Conectora Contrastiva [mas olha]; 3. A produtividade de [mas olha]<sub>CC</sub>; 4. Resultados; e, por fim, as Referências Bibliográficas.

## **1. Pressupostos Teórico-metodológicos**

Como apontado na introdução, nosso modelo teórico tanto de embasamento conceitual como de direcionamento analítico segue a Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). Esse modelo teórico dá-se início com os estudos do Grupo de Pesquisa Discurso e Gramática (D&G). Como primeiro direcionamento, agregou-se a perspectiva funcionalista de vertente norte-americana do início dos anos 70, como Talmy Givón, Paul Hopper, Sandra Thompson, Wallace Chafe, Joan Bybee, Elizabeth Traugott, entre outros, e a vertente cognitivista, representada por George Lakoff, Ronald Langacker, Adele Goldberg, William Croft, entre outros. Enquanto a Linguística Funcional foca suas análises nos contextos linguísticos e na situação extralinguística, a Linguística Cognitiva trata das capacidades cognitivas que auxiliam a conceptualização das categorias linguísticas a partir das experiências entre os usuários da língua e meio sócio-cultural (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013).

Em tendência atual, sem se distanciar da vertente funcionalista e da premissa de que a estrutura da língua emerge à medida que ela é usada, a partir dos trabalhos de Goldberg (1995, 2006) e Croft (2001), a LFCU adota a perspectiva construcional da gramática como uma ferramenta de análise e descrição dos estados de língua. Nesse direcionamento, amplia-se a noção de que a língua se configura com base nas interações reais entre falantes e ouvintes e, conseqüentemente, que o produto dessas interações são unidades linguísticas e seus padrões de usos. Dessa forma, a noção de que as unidades

básicas da língua são tomadas como pareamentos de forma-função torna-se o principal ponto de partida de estudos no eixo entre discurso e gramática.

Nesse direcionamento, as pesquisas representativas da LFCU destacam aspectos contextuais em que as trajetórias de mudança podem ser consideradas em perspectiva sincrônica, via gradiência, ou em perspectiva diacrônica, via gradualidade. Seguindo esse direcionamento, outros grupos de pesquisa lançam mão da LFCU para orientar seus estudos. Um desses grupos é o Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações com sede na UFF.

Dado esse posicionamento, a LFCU surge, no Brasil, como um modelo teórico de análise linguística que se insere entre os modelos baseados no uso. Entre os representantes, Martelotta (2011), Cezario e Furtado da Cunha (2013), Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013), Oliveira e Rosário (2015) e Rosário e Oliveira (2016), entre outros, estabelecem os princípios teóricos e os direcionamentos analíticos da LFCU.

Como ponto de partida, Martelotta (2011), *Mudança Linguística: uma abordagem baseada no uso*, propõe a noção de que a mudança é um fator inerente das línguas naturais, uma vez que seus usuários estão em constante reconceptualização de sua relação com o ambiente bio-sócio-cultural. Em comparação, as regularidades tanto estruturais como pragmáticas são indícios de que a gramática segue rotas de convencionalização impulsionadas por mecanismos cognitivos e sociointerativos, por vezes, similares.

Com o lançamento de *Linguística Centrada no Uso: uma homenagem a Mário Martelotta*, Cezario e Furtado da Cunha (2013) fundamenta-se no princípio de que o discurso e a gramática não só interagem, mas, mutuamente, se constroem numa adaptação recíproca. Nessa obra, conceitos básicos, categorias analíticas, mecanismos de mudança e descrições de padrões de uso ganham visibilidade e ratificam a LFCU como um modelo teórico.

Oliveira e Rosário (2015), intitulado *Linguística Centrada no Uso: teoria e método*, destaca-se por lançar trabalhos que discutem a modelagem da língua a partir de aspectos funcionais. Nessa obra, conforme comenta Furtado da Cunha (2015) na apresentação, temas como a formação de uma construção, gramaticalização de construções, o papel do contexto, as motivações pragmático-discursivas, a direcionalidade da mudança, a dimensão do uso na abordagem da LFCU e as perspectivas sincrônica e diacrônica têm relevância central em reafirmar as bases do modelo.

Entre outras obras, Rosário e Oliveira (2016) discutem a tendência, cada vez mais presente, da abordagem construcional da gramática nas pesquisas funcionalistas. Embora

a LFCU seja essencialmente de cunho funcionalista, os autores admitem uma inter-relação entre o funcionalismo e o cognitivismo, o que já estava previsto desde o início do modelo. O fato novo é o consenso de que o que é amplamente utilizado da proposta da abordagem cognitivista é a teoria da Gramática de Construções, como idealizada por Goldberg (1995; 2006), Croft (2001), Traugott (2008), Traugott e Trousdale (2013), Hilpert (2014) e Cunha, Silva e Bispo (2016). Sendo assim, sem desconsiderar a teoria da gramaticalização, o artigo joga luz sobre a teoria da construcionalização (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013), vista como um viés que arremata a tendência do funcionalismo em se aproximar dos estudos cognitivistas.

Como tendência mais recente dos estudos praticados sob o modelo da LFCU, Rosário e Lopes (2019) cunham o termo *construcionalidade*, reafirmando o caráter construcionista do modelo e advogando a favor de uma pesquisa sincrônica capaz de mapear, através de diferentes níveis de transparência entre categorias semântico-sintáticas e discursivo-pragmáticas, alterações que comprovem a dinamicidade da língua. Como este trabalho centra-se em análise sincrônica, o mesmo se inscreve na noção de *construcionalidade*. Assim se define construcionalidade:

Relação sincrônica estabelecida entre construções, de tal sorte que (i) duas construções A e B apresentam horizontalmente algum grau de parentesco, ou (ii) uma construção menos esquemática pode ser associada verticalmente a uma ou mais construções de natureza mais esquemática. (ROSÁRIO; LOPES, 2019, p. 92)

Quanto ao encaminhamento metodológico, reiteramos que este trabalho apresenta uma pesquisa em andamento, vinculada ao grupo de pesquisa Conectivos e Conexão de Orações – CCO<sup>3</sup>. Como nosso objetivo é demonstrar a produtividade da construção contrastiva [mas olha], utilizamos como principal direcionamento metodológico a quantificação da frequência *token*, aquela que contabiliza o número de vezes que um dado aparece em determinado *corpus*, e a frequência *type*, que é a frequência de tipo, nos moldes de Bybee (2003). Para esse quantitativo *type*, comparamos ocorrências entre diferentes bases morfossintáticas em que os elementos *mas* e *olha* se apresentam no *corpus* levantado.

Seguindo esse encaminhamento, nosso *corpus* é sincrônico, representativo do século XXI. O gênero discursivo que caracteriza o *corpus* de análise é *blogue*, um gênero

---

<sup>3</sup> O grupo de pesquisa CCO pode ser acessado em <https://linktr.ee/conectivos>.

informal e midiático-eletrônico. Em uma captação aleatória da fonte de dados do *site Corpus* do Português, na versão *now* dialetos/Brasil, recolhemos um total de 500 ocorrências de *mas* acompanhado de *olha*. Desses 500 dados, procedemos um descarte de 60 dados. Com esse procedimento, selecionamos 440 dados para análise. Sendo assim, depois de efetuado o descarte, caracterizamos morfossintaticamente os três *types*. Esses 440 dados são utilizados para comparação das bases morfossintáticas, que aferimos como: (i) uso de *mas olha* como junção de conjunção + verbo pleno; (ii) uso de *mas olha* como marcador discursivo; (iii) uso de *mas olha* como conector contrastivo. O resultado dessa seleção é demonstrado em forma de tabela.

Na Tabela 1, demonstramos o quantitativo geral de dados selecionados para as análises quantitativa e qualitativa. Os três *types* são:

Contextos de Uso		
Mas + Verbo pleno	Marcador Discursivo	Conector Contrastivo
216	121	103

**Tabela 1: Quantitativo geral de dados selecionados**  
**Fonte: Autoria nossa**

Registramos, metodologicamente, que dos 500 dados levantamos efetuamos um descarte de 60 dados, que constam no *corpus* como ocorrências repetidas. Sendo assim, em uma primeira análise, temos disponíveis 440 dados, ou *tokens* para a análise.

Pela Tabela 1, em nosso *corpus* de análise, registramos 216 ocorrências de *mas olha* em configuração mais lexical, configurada como arranjo de conjunção *mas* seguida de verbo pleno *olha*; 121 ocorrências de *mas olha* em configuração de marcador discursivo, porquanto apoia sentidos discursivos dentro do contexto; e 103 dados de uso de *mas olha* em configuração de conector contrastivo, uma vez que executa uma ligadura entre porções textuais.

Em seguida, como o objetivo é demonstrar a produtividade da construção contrastiva [mas olha] diante de outros tipos contextuais, traçamos uma comparação entre os usos exclusivos de [mas olha] como marcador discursivo e os usos exclusivos de [mas olha] na função de conector contrastivo. Este último procedimento tem base em Rosário e Sambrana (2021), porquanto os autores constatam que o recrutamento de *mas olha* em contextos de uso específicos, ou seja, que veiculam sentidos lógico-contrastivos, justifica sua caracterização como uma nova construção – [mas olha]<sub>CC</sub>.

## 2. A Construção Conectora Contrastiva [mas olha]

No século XXI, a construção [mas olha] recrutada como conector contrastivo é flagrada em ocorrências como:

2) Eu sei que você é um cara experiente, bom de cama, cê é foda, na cama cê esculacha, na sala ou no quarto, cê é sinistro etc etc etc... Quem sou eu pra vir dar pitaco na sua arte de passar o rodo nas meninas, né? **Mas olha...** Eu tenho a seguinte teoria: algumas coisas na vida jamais serão excessivas. Inclua aí nessa lista dinheiro, bons amigos, conhecimento, almoço na casa da vó, saúde e peitos. Eu até incluiria aí na lista a cerveja, mas lembrei do povo depressivo nas reuniões do AA e mudei de ideia. ([http://www.areah.com.br/colunas/geral/coluna/10394/1/pagina\\_1/dez-movimentos-do-cara-bom-de-cama.aspx](http://www.areah.com.br/colunas/geral/coluna/10394/1/pagina_1/dez-movimentos-do-cara-bom-de-cama.aspx))

3) no começo é difícil administrar os sentimentos, a gente sai da sala de parto sentindo todo amor, mas a vida real é diferente das flores, das visitas, das enfermeiras que aparecem ao toque da campanha. No comercial de margarina a mãe aparece linda no quarto do baby de madrugada (de escova no cabelo e unha feita), sempre sorrindo, sem olheiras... **Mas olha**, console-se gata. Como vc viu, são muitas as mães que passam por isso. Mas a gente vence. E um dia vc vai olhar pra trás e apenas lembrar dessa época. E acredite, um dia vai sentir saudade de quando ele era recém-nascido rrsrs. (<http://www.carolesuasbabybobeiras.com/2011/06/da-solidao-de-ser-mae.html>)

4) O infanticídio é uma realidade para algumas culturas indígenas. Fato. Para eles faz total sentido. Fato. É um assassinato de um ser humano indefeso. Fato. Três fatos incontestes. Daí a dificuldade de discutir o assunto. **Mas olha...** estava pensando aqui nessa suposição que foi levantada na discussão acima sobre indígenas não baterem em seus filhos. Para além de exemplos antropológicos, tenho um exemplo real. Minha avó era indígena. Viveu em tribo até os 15 anos, etnia Munduruku, sul do Pará. E batia pra valer no meu pai e meus tios. (<http://www.cientistaqueviroumae.com.br/2013/02/educacao-sem-violencia-porque-bater-nao.html>)

Os fragmentos (2), (3) e (4) exemplificam um uso muito peculiar e específico da expressão *mas olha*. Primeiramente, os usos registrados não podem ser considerados uma soma da conjunção *mas* e do verbo pleno *olha*. Pelos exemplos acima, percebe-se a autonomia sintática de *mas olha*, marcada pela pontuação que acompanha a expressão em suas fronteiras, tanto à esquerda como à direita. Por sua vez, fica evidente que os usos de *mas olha* em (2), (3) e (4) não se caracterizam apenas como marcadores discursivos. Admitimos que o recrutamento de [mas olha]<sub>CC</sub> funcionalmente apoia a organização do discurso, orientando interpretações em torno de sentidos no domínio da oposição, isto é, em nosso caso, os sentidos se opõem por meio de relações de contraste estabelecidas pelas porções textuais. Na linearidade textual, tomada aqui como organização linear do discurso, as relações contrastivas prototípicas são veiculadas pelas sequências proposicionais posicionadas anteriores e posteriores à expressão *mas olha*. Dessa forma,

verificamos que o ouvinte necessita de uma retomada em sua interpretação, o que podemos pontuar como um fenômeno que se situa entre a organização textual, os objetivos sociocomunicativos dos falantes e a organização do discurso interativo. Nos termos de Marcuschi (1986) e Martín Zorraquino e Portolés (1999), trata-se do nível discursivo da análise linguística.

Sob a orientação desse posicionamento, em (2), observamos que o falante/escritor contrasta a importância que o seu interlocutor atribui ao seu desempenho sexual com outros aspectos da vida cotidiana que, no seu ponto de vista, são mais importantes. Em continuação às observações, em (3), o falante/escritor contrasta a imagem da figura da mãe idealizada pela mídia com as situações reais do cotidiano de uma mãe com seu bebê. Seguindo os arranjos contextuais já analisados, em (4), o falante/escritor contrasta a crença de que os índios não batem em seus filhos com o exemplo de sua vó índia que, segundo seu relato, batia em seus filhos.

Observando esse padrão de organização discursiva, constatamos que a interdependência de interpretação entre as porções textuais se relaciona com o fenômeno da coesão textual em um nível mais amplo, direcionado à organização das estruturas do discurso.

Sendo assim, com o relevo sincrônico dado pela noção de *construcionalidade*, o uso de *mas olha* como marcador discursivo é neoanalisado para o uso como conector<sup>4</sup>, ligando duas proposições ou duas porções textuais mais afastadas na linearidade textual, como é o caso do fragmento (4). Formatada para efeitos de contraste, essa configuração pressiona a interpretação do sentido de *mas olha* como um elemento que, ao chamar a atenção ou dar uma advertência, sinaliza que a informação que se segue opor-se-á ao sentido atribuído à informação anterior. Em relação às análises de (2), (3) e (4), defendemos que há um vínculo semântico-pragmático entre as porções textuais, porquanto o entendimento da porção textual 1 condiciona o entendimento da porção textual 2. Dessa quase indissociabilidade interpretativa, *mas olha* é o elemento que conecta as duas proposições ou porções textuais mais amplas, se for o caso, daí a função de conector e o efeito de coesão discursiva defendido por Rosário e Sambrana (2021).

Em concordância com Rosário e Oliveira (2016), admitimos que o processo de criação de novos constructos raramente advém de material linguístico inédito. Como muitas pesquisas da LFCU têm demonstrado, os novos constructos surgem de um

---

<sup>4</sup> Dito isso, sinalizamos a necessidade de investigações futuras sobre sanções no domínio da conexão.

esquema mais geral, com base em fórmulas anteriormente convencionalizadas. Novos constructos também podem surgir pelo acúmulo de funcionalidade assumido por certas construções. Como essa criação marca a passagem de estágios de contextos de uso, novos constructos são tomados como mais abstratos.

Outro ponto relevante, em defesa da função de conector contrastivo, é a função textual-interativa que denominamos como conector discursivo (ROSÁRIO e SAMBRANA, 2021). O caráter de ligadura semântica, indexado pelo uso de *mas olha* à construção do texto somado à constituição das fronteiras oracionais, diluídas por pausas, material interveniente ou pontuação de término de frase, entre outras, possibilita caracterizar *mas olha* como um conector discursivo. Dessa forma, o aspecto canônico de conectivo frasal ou conectivo intraoracional (CRYSTAL, 1988; CAMARA JR., 1977) perde uma de suas características mais centradas na gramática tradicional, que torna a classe das conjunções uma categoria gramatical, a restrição colocacional.

### 3. A Produtividade de [mas olha]<sub>cc</sub>

Produtividade diz respeito aos fatores construcionais pelos quais as construções podem ser descritas. Na proposta de Traugott e Trousdale (2013), as construções podem ser descritas e, conseqüentemente, diferenciadas uma das outras em relação aos fatores de produtividade, esquematicidade e composicionalidade. Esses fatores dimensionam características internas e externas das construções. Como as construções são pareamentos de forma e sentido, os diferentes graus de detecção desses fatores estabelecem um contínuo entre formas mais lexicais e formas mais gramaticais.

Neste trabalho, produtividade conjuga noções de frequência *type* e frequência *token*, nos termos de Bybee (2003). Esta é a quantificação de ocorrências de uso, aquela é a quantificação de tipos de padrão de uso. Nesses termos, produtividade refere-se à aferição em perspectiva quantitativa com a finalidade de embasar a perspectiva qualitativa de uma pesquisa. A esse procedimento a LFCU chama de método misto de análise (CUNHA LACERDA, 2016).

A seguir, trazemos o Quadro 1 com aferição da frequência, conforme nossas observações anteriores. Para melhor compreensão, acrescentamos um exemplar de cada contexto de uso ao Quadro 1:

Contextos de Uso		
Conjunção + Verbo pleno	Marcador Discursivo	Conector Contrastivo
216	121	103
a) Gosta de frango cozidinho e leite. Mas a alimentação básica é a ração. Não rouba nada que vê, ainda que esteja ao seu alcance, <b>mas olha</b> a gente com um olhar tão, tão de pelo amor de Deus que a gente não resiste e acaba cedendo aos seus caprichos. ( <i>Corpus</i> do Português, Br, <i>blog</i> , XXI)	b) Espero que tds fiquem bem... assim como espero e acredito que viverei intensamente esse amor impossível... e de verdade... ã ligo se ele tiver outro... o que vai contar é o que ele é quando está comigo. Isso sim me importa. Preciso de pessoas pra conversar... se quiserem... <b>Mas olha...</b> de ser criticada eu já tô cheia... se ã podem ajudar ã estravem. ( <i>Corpus</i> do Português, Br, <i>blog</i> , XXI)	c) Mas é tanta coisa, que até o anjinho se perdeu, coitado do Mateus Solano, atuando tão bem e tendo que estar em todos os núcleos. Quanto ao hospital, já ouvi boatos que rola muita coisa em hospitais relacionados a fofoca e paqueras, <b>mas olha</b> , não está mais crível. Se César é tão preocupado com a imagem dele e do hospital, isso não ocorreria. Verossimilhança né? ( <i>Corpus</i> do Português, Br, <i>blog</i> , XXI)
TOTAL DE DADOS: 440 <i>tokens</i>		

**Quadro 1: Frequência *type* e *token* com exemplário**  
Fonte: Autoria nossa

Diferentemente da Tabela 1, que demonstra a frequência *token* de cada contexto de uso de *mas olha* em diferentes níveis de esquematicidade, o Quadro 1 traz exemplares da apresentação das formas de *mas* e *olha*. A produtividade em questão é aferida quando se compara a totalidade de dados captados com a totalidade por contextos de uso. Dos 440 dados, ou frequência *token geral*, o *type* mais produtivo do *corpus* selecionado é aquele em que a conjunção *mas* atua em contexto de coordenação adversativa, cuja a contraparte coordenada inicia-se pelo verbo pleno *olha*, porquanto assume um complemento, como demonstrado no exemplo (a). Em nossos dados, esse tipo de contexto contabiliza 48% do total de dados. Por sua vez, o contexto de uso de *mas olha* em função de marcador discursivo, como no exemplo (b), com 121 ocorrências, contabiliza 28% do total dos dados. O contexto de uso menos produtivo se configura em *mas olha* com função de conector contrastivo, o que é exemplificado em (c). Embora em menor número, *mas olha* em função de conector contrastivo não é, em relação aos contextos de uso estritamente formados por marcador discursivo, notadamente, menos frequente. Como conector contrastivo, *mas olha* contabiliza, em nosso *corpus*, 24% dos dados levantados.

#### 4. Resultados

Demonstrado pela produtividade dos três padrões de uso selecionados, o resultado quantitativo aponta que, funcionalmente, o uso de *mas olha* como conector contrastivo é favorecido por um fenômeno que ocorre desde a formação de *mas* e *olha* como marcadores discursivos, denominado como efeito de persistência (HOPPER, 1991). Conforme afirma Rosário e Sambrana (2021), o uso de [mas olha] como conector contrastivo é formado por *chunking* entre o marcador discursivo *mas* e o marcador discursivo *olha*, “ambos prototípicos em suas classes” e muito frequentes (ROSÁRIO e SAMBRANA, 2021, p. 227).

Como parte de nossos resultados, completamos o quadro anterior com a porcentagem aferida na seção 3, o que demonstramos no Quadro 2:

Contextos de Uso		
Conjunção + Verbo pleno	Marcador Discursivo	Conector Contrastivo
216	121	103
48%	28%	24%
a) Gosta de frango cozidinho e leite. Mas a alimentação básica é a ração. Não rouba nada que vê, ainda que esteja ao seu alcance, <b>mas olha</b> a gente com um olhar tão, tão de pelo amor de Deus que a gente não resiste e acaba cedendo aos seus caprichos. ( <i>Corpus</i> do Português, Br, <i>blog</i> , XXI)	b) Espero que tds fiquem bem... assim como espero e acredito que viverei intensamente esse amor impossível... e de verdade... ã ligo se ele tiver outro... o que vai contar é o que ele é quando está comigo. Isso sim me importa. Preciso de pessoas pra conversar... se quiserem... <b>Mas olha...</b> de ser criticada eu já tô cheia... se ã podem ajudar ã estravem. ( <i>Corpus</i> do Português, Br, <i>blog</i> , XXI)	c) Mas é tanta coisa, que até o anjinho se perdeu, coitado do Mateus Solano, atuando tão bem e tendo que estar em todos os núcleos. Quanto ao hospital, já ouvi boatos que rola muita coisa em hospitais relacionados a fofoca e paqueras, <b>mas olha</b> , não está mais crível. Se César é tão preocupado com a imagem dele e do hospital, isso não ocorreria. Verossimilhança né? ( <i>Corpus</i> do Português, Br, <i>blog</i> , XXI)
TOTAL DE DADOS: 440 <i>tokens</i>		

**Quadro 2: Frequência *type* e *token* com exemplário e porcentagem**  
**Fonte: Autoria nossa**

No Quadro 2, a proporção de 28% de aparecimento de marcador discursivo *mas olha* em comparação com 24% de aparecimento de conector contrastivo *mas olha* embasa nossa verificação quanto aos elos entre as categorias. Defendemos que a incidência de uma frequência *token* fortalece, em alguns fenômenos, a mesma frequência de incidência de uso de uma construção “similar”, quando tomado como uma extensão de sentidos. Essa extensão de sentidos pode ser caracterizada como um limite difuso entre as

categorias. Dessa forma, essa extensão pode ser estabelecida, desde que os sentidos estejam contidos em um domínio mais amplo. No nosso caso, teorizamos como o domínio do contraste. Entretanto, até aqui, não descartamos que se trata de duas categorias gramaticais específicas, advogamos por um inter-relacionamento na questão da frequência de uso e do compartilhamento de sentidos funcionais.

Outro ponto relevante, que merece nosso apontamento, conforme Rosário e Sambrana (2021), é o efeito de coesão que contribui para o processo de integração de porções textuais e partes do discurso. Dessa forma, a construção textual-discursiva contribui para cumprir os objetivos sociocomunicativos dos falantes ao passo que as estruturas discursivas da gramática se moldam.

Como a veiculação dos sentidos extrapolam as fronteiras oracionais, não é possível relacionar, de acordo com a gramática tradicional, que o uso de [mas olha]<sub>CC</sub> ocupa, na linearidade textual, o lugar de uma locução conjuntiva adversativa coordenativa. Esse posicionamento se dá, principalmente, pelo sentido de interdependência semântica das porções textuais que se contrastam, uma vez que, em conformidade com a gramática tradicional, orações coordenadas são semanticamente independentes (AZEREDO, 2012).

Em suma, com nossas análises, verificamos que o uso de *mas olha* em função de conector discursivo contrastivo apresenta um nível de interdependência semântica engatilhada pela pressão cognitiva do efeito de retomada do processamento das informações. Verificamos também que a produtividade entre os diferentes *types*, [mas olha]<sub>MD</sub> e [mas olha]<sub>CC</sub>, nos permite apontar tanto um elo funcional entre as duas categorias quanto um tipo de reforço de frequência de uso que uma categoria exerce sobre a outra na sincronia da língua.

**Abstract:** Assuming that constructions are the basic units of language, we take the contrastive connecting construction [mas olha] as object of study. In a preliminary analysis, in the terms of AUTHOR (2021), it is a discursive marker that plays the role of connector at the textual-interactive level, since it connects two textual portions that convey meanings from opposing points of view. Emphasizing the constructional approach, since our theoretical-methodological orientation follows Usage-Centered Functional Linguistics, we virtually represent our object as [mas olha]<sub>CC</sub>. With this work, we intend to demonstrate the productivity generated from the instantiation of the construction [mas olha]<sub>CC</sub> and its implications with regard to the mechanisms of integration of constructions. Thus, it is argued that the semantic-syntactic motivation for such a performance of the construction [mas olha]<sub>CC</sub> cannot be justified only by the traditional mechanisms of subordination and coordination, among others. Thus, extrapolating the clause boundaries, the analyzes point out that the recruitment of [mas olha]<sub>CC</sub> fulfills the functional role of a logical-

contrastive connector, as it establishes semantic relations in the domain of contrast in which two portions of the discourse are opposed. As the main direction in the investigation of this phenomenon, we point out the need for a closer investigation in the discursive syntax (MARCUSCHI, 1986; MARTÍN ZORRAQUINO; PORTOLÉS, 1999; AUTOR, XXXX).

**Keywords:** Construction; Contrastive Connective; Discursive Syntax.

## Referências Bibliográficas

AZEREDO, J. C. de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 3. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Publifolha, 2012. 583 p.

BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. (orgs). *The handbook of historical linguistics*. United Kindom: Blackweel, 2003, p. 604-623.

CAMARA JR., M. J. *Dicionário de linguística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1977. 266 p.

CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (orgs). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2013. 191 p.

CROFT, W. *Radical construction grammar: syntatic theory in typological perspective*. New York: Oxford University Press, 2001. 416 p.

CRYSTAL, D. *Dicionário de linguística e fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CUNHA, M. A. F. da; SILVA, J. R.; BISPO, E. B. O pareamento forma-função nas construções: questões teóricas e operacionais. *Revista Linguística*. Rio de Janeiro, v. especial, p. 55-67, dez. 2016. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/poslinguistica/revistalinguistica>. Acesso em: fev. 2018.

CUNHA LACERDA, P. F. A. da. O papel do método misto na análise de processos de mudança em uma abordagem construcional: reflexões e propostas. *Revista Linguística*. Rio de Janeiro, v. especial, p. 83-101, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/5440>. Acesso em: 5 out. 2017.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (orgs). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2013. p. 13-39.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (orgs) *Linguística funcional: teoria e prática*. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. 128 p.

- GOLDBERG, A. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. 1. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1995. 265 p.
- GOLDBERG, A. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006. 280 p.
- GOLDBERG, A. Constructionist Approches. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (orgs). *The oxford handbook of construction grammar*. New York: OUP. 2013. p. 10-21.
- HEINE, B.; KALTENBÖCK, G.; KUTEVA, T. On the rise of discourse markers. *Researchgate*. Preprint, p. 1-24, jun. 2019, DOI: 10.13140/RG.2.2.31703.73129. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/333783353>. Acesso em: 27 de ago. 2019.
- HILPERT, M. *Construction grammar and its application to English*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014. 220 p.
- HOPPER, P. J. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (eds). *Approches to grammaticalization*. v. I. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1991. p. 17-35.
- KOCH, I. V. *A coesão textual*. 22. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. 84 p.
- MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986. 94 p.
- MARTELOTTA, M. E. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011. 136 p.
- MARTÍN ZORRAQUINO, M. A.; PORTOLÉS, J. Los marcadores discursivos. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (orgs). *Gramática descriptiva del español*. Madri: espasa, v. 3, 1999. p. 4055-4213.
- OLIVEIRA, M. R. de; ROSÁRIO, I. da C. do (orgs). *Linguística centrada no uso: teoria e método*. 1. ed. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2015. 153 p.
- ROSÁRIO, I. C. Reflexões sobre o critério da (in)dependência no âmbito da integração de orações. *Línguas & Letras*. Cascavel, v. 17, n. 35, p. 252-272, jun. 2016. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/12744>. Acesso em: 1 maio. 2018.
- ROSÁRIO, I. da C.; LOPES, M. G. Construcionalidade: uma proposta de aplicação sincrônica. *Soletras*. Rio de Janeiro, n. 37, p. 83-102, jan.-jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/soletras.2019.36318>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- ROSÁRIO, I. da C. do; OLIVEIRA, M. R. de. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa*, São Paulo. v. 60. n. 2 p. 233-259, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5794-1608-1>. Acesso em: 4 abr. 2018.

ROSÁRIO, Ivo da Costa; SAMBRANA, Vania Rosana Mattos. Análise funcional da construção conectora contrastiva “mas olha”. *Soletras*. Rio de Janeiro, n. 41, p. 216- 234, jan.-jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/soletras.2921.54267>. Acesso em: 10 fev. 2021.

SOUZA, T. B. *Conectivos coordenativos portugueses: por um estudo do sentido no universo textual*. 2008. 164 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói, Rio de Janeiro.

TRAUGOTT, E. C. The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization. In: Paper presented at *I CHL XII Manchester*, Stanford University, CA 94305-2150, USA, 1995. p. 1-23. Disponível em: <https://web.stanford.edu/~traugott/papers/discourse.pdf>. Acesso em: 5 março 2020.

TRAUGOTT, E. C. Grammaticalization, constructions and incremental development of language: suggestions from the development of degree modifiers in English. In: CKARDT, R. et al. (orgs). *Variations, Selection, Development: probing the evolutionary model of language change*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2008. p. 219- 250.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013. 280 p.

URGELLES-COLL, M. *The syntax and semantics of discourse markers*. Great Britain: MPG Books Group, 2010. 172 p.

# A CONSTRUCIONALIZAÇÃO DE [DE ACORDO COM X]

## THE CONSTRUCIONALIZATION OF [DE ACORDO COM X]

Myllena Paiva Pinto de Oliveira (UFF)

**Resumo:** Este artigo tem como foco a construcionalização da construção conectora [de acordo com X]. Procedemos a uma pesquisa diacrônica, adotando Corpus do Português como fonte de dados. A hipótese aqui postulada é que *de acordo com* seja uma construção conectora já estabelecida como um nó na língua. Esta pesquisa se filia à Linguística Funcional Centrada no Uso, para qual o conceito de construção como pareamento de forma e significado é fundamental, assim como também são importantes os processos cognitivos de domínio geral que influenciam na mudança da língua. O objetivo geral desta pesquisa, então, é demonstrar em que momento a construção se estabelece como conectivo no português. A construção se consolida no século XIX, quando é possível perceber que as subpartes, sobretudo o item lexical *acordo* (por abstratização), não são mais completamente analisáveis, tonando-se menos composicionais. Detectamos, assim, que contribuem a metonímia, a metáfora e o *chunking* para a construcionalização da construção.

**Palavras-chave:** conformidade; conectivo; construcionalização.

### Introdução

Este trabalho é uma extensão da pesquisa de doutorado na qual investigamos sincronicamente a expressão da conformidade em língua portuguesa. Está vinculado ao Grupo de Pesquisa Conectivo e Conexão de Orações, com sede na Universidade Federal Fluminense.

O interesse por construções conformativas em geral tem crescido nos últimos anos. Os trabalhos de Pereira (2014), Santos (2008, 2018), Oliveira (2018) e Vieira e Sousa (2019), para citar alguns, demonstram que a conformidade em língua portuguesa ainda carece de investigações cada vez mais profundas sobre as suas formas de expressão.

No português contemporâneo, além dos tradicionais conectores (conjunções e preposições) reconhecidos em compêndios gramaticais, como *segundo*, *conforme*, *como*, *consoante*, algumas diferentes construções desempenham função conformativa, por exemplo *que nem*, *pelo que*, *com base em*, *de acordo com*. Esta última é o alvo de nosso interesse neste artigo.

Carioca (2016) demonstra a motivação metafórica para o uso evidencial de *de acordo com*. A autora propõe que *de acordo com* perde significado lexical e ganha conteúdo mais gramatical durante sua trajetória, tornando-se uma expressão conjuntiva. Essa construção, na perspectiva da autora, desempenha uma função evidencial porque aparece em contexto no qual o autor quer expressar “baixo comprometimento” com o

conteúdo enunciado, atribuindo a terceiros a autoria de um determinado trecho ou certa ideia.

Rosário e Oliveira (2020) propõem que há, pelo menos, dois tipos diferentes de conformidade, a evidencial e a circunstancial. O primeiro tipo engloba o uso que Carioca (2016) identificou para conectores do tipo *de acordo com* – expressão conjuntiva de evidencialidade. O segundo tipo está relacionado a um uso no qual a construção imprime um parâmetro/critério sobre o evento disposto em outro segmento da frase.

A partir de agora, consideramos a construção [de acordo com X], compreendendo que X é um *slot* vazio, a ser preenchido por elementos de determinadas categorias. Vejamos a seguir dois dados, retirados do *Corpus do Português*.

[1]

Se a gente tiver a oportunidade de ter uma legislação que possibilite os partidos políticos serem custeados seria melhor. O Governo quer prorrogar o FEF até dezembro de 1999. OP – Isso significaria, **de acordo com alguns parlamentares**, um prejuízo enorme para muitos estados e municípios do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Há necessidade dessa prorrogação? NO – O prejuízo existe, principalmente para os estados e municípios do Nordeste. (...) [Nelson Otoch, 19/05/1997]

[2]

Se você levar em conta outras greves da categoria, essa talvez tenha sido a mais curta. JC – Na avaliação do Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol), o senhor teria saído desgastado da paralisação. Moraes – Pelo contrário. Eu agi **de acordo com a orientação do governador**, que sempre deixou claro que não tinha condições de pagar o aumento pedido pelos policiais, mas também não queria que fosse adotado nenhum ato de força. (...) [Antônio Moares, 24/08/1997]

Ao compararmos os dois dados, verificamos que a construção [de acordo com X] está em contextos diferentes. No primeiro, “de acordo com *os parlamentares*” não tem como escopo um verbo, mas todo o ato de fala, atuando no nível mais pragmático. Além disso, por meio dele, o autor recruta uma ideia/ponto de vista de terceiros, que, no caso, é atribuído a parlamentares. Por sua vez, no segundo dado, “de acordo com *a orientação do governador*” está no escopo do verbo *agir*, atuando no nível mais sintático. Neste caso, estabelece-se uma relação circunstancial de parâmetro/critério entre a orientação do governador e o agir, mais semelhante a uma circunstância de modo.

Para além das considerações feitas por Carioca (2016), que desenvolveu seu trabalho na perspectiva clássica da gramaticalização, a construção [de acordo com X] ainda requer investigação. Nesse sentido, levantamos duas perguntas norteadoras da pesquisa:

a) *De acordo com* é um caso de construcionalização gramatical, nos termos de Traugott e Trousdale (2013)?

b) Que mecanismos atuaram no processo de mudança da construção levando à sua construcionalização?

A hipótese aqui postulada é que *de acordo com* seja uma construção conectora já estabelecida como um nó na língua. O objetivo geral desta pesquisa, então, é demonstrar em que momento a construção se estabelece como conectivo no português. Entre os objetivos específicos, então, está identificar os caminhos de mudança que levaram o vocábulo *acordo* a ser usado em uma construção conformativa.

Este artigo, além desta Introdução, é composto de uma seção de Pressupostos teórico-metodológicos, na qual expomos os preceitos mais caros ao estudo do conector em foco, além de caminhos metodológicos; e, por último, uma ampla seção de resultados, em que fazemos a análise dos dados, retirados do *Corpus do Português*, focalizamos os dados do século XX, mostrando as atuais camadas na língua e expomos os principais pontos a que chegamos a partir da reflexão dos dados.

## 1. Pressupostos teórico-metodológicos

Esta pesquisa se alinha aos pressupostos vinculados à Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013; BYBEE, 2016). A LFCU tem como base os postulados do Funcionalismo de vertente norte-americana, em sua versão clássica, apropriando-se de recentes desdobramentos da Linguística Cognitiva e da Gramática de Construções Baseada no Uso.

Consideramos o conceito de construção, discutido por Traugott e Trousdale (2013), um ponto central desta pesquisa. Na obra, os autores evidenciam que a rede de nós que formam uma determinada língua é composta de construções, definidas como pareamentos de forma e significado. Essa ideia de rede é muito cara aos estudos porque demonstra como todas as construções da língua estão interligadas, através de *links*.

As construções, tal como descritas na obra de Traugott e Trousdale (2013), podem ser totalmente preenchidas (como é o caso de *acordo*, item lexical), totalmente esquemáticas (como construção formada por *slots* abertos: SUJ + V + O) e parcialmente esquemáticas, com posições preenchidas e abertas, como é o caso da construção em análise [de acordo com X]. Nesse caso, as três primeiras posições são preenchidas, enquanto a última é aberta, já que esse *slot* X pode ser preenchido por diversos elementos.

As análises empreendidas à luz da LFCU e subsidiadas, sobretudo, pela obra supracitada não raramente recaem sobre a história de uma determinada construção ou de uma rede, com o intuito de descrever os micropassos de mudança por que passou até chegar a ser uma nova construção na língua. Para essa descrição, temos à disposição os conceitos de mudanças construcionais e construcionalização, descritos por Traugott e Trousdale (2013). Os autores propõem que as construções – analisadas não focalmente, mas dentro de um contexto maior –, ao longo de sua trajetória, passam por sucessivas mudanças no polo da forma e do significado (mudanças construcionais), até que se diferenciam tanto da construção-fonte que se tornam um novo nó na língua, um novo pareamento de forma e significado. Nesse ponto da formação de um nó, estamos diante de uma construcionalização.

Além das necessidades comunicativas, a que o falante está exposto regularmente, e das dinâmicas internas à própria língua, existem mecanismos cognitivos de domínio geral que contribuem para a mudança nas redes linguísticas (BYBEE, 2016), como *chunking*, projeção metafórica e metonímica, interessantes para a discussão que pretendemos tecer aqui. *Chunking* “é o processo pelo qual sequências de unidades que são usadas juntas se combinam para formar unidades mais complexas” (BYBEE, 2016, p. 26). Por meio desse processo, formam-se os *chunks*, resultados linguísticos propriamente ditos em que uma sequência frequente de palavras são tomadas como uma unidade. A metáfora é um processo que acontece entre domínios cognitivos, permitindo “a conceptualização de um domínio da experiência em termos de outros” (LUCENA, 2017, p. 8). Geralmente, com base em um domínio mais concreto, representamos um domínio mais abstrato. Como vamos observar mais adiante, projetamos, no uso da língua, propriedades da experiência com acordo, pactos e contratos (mais concretos) na expressão de conformidade, entendimento (mais abstratos). Por sua vez, quando essa projeção se dá entre domínios próximos, contíguos, dentro de um mesmo espectro conceptual, estamos diante da metonímia (TAYLOR, 2003).

Por princípio, nas pesquisas em LFCU devemos partir de dados retirados de contextos reais de uso. Utilizamos o método indutivo, no qual, com base em um determinado *corpus*, postulamos generalizações a respeito do fenômeno linguístico estudado (OLIVEIRA; LOPES, 2019).

Para este trabalho, adotamos o *Corpus do Português*, especificamente a seção Gênero/Histórico. Por disponibilizar dados entre os anos 1200 e 1900, permite verificar a construção numa perspectiva histórica da língua. Assim, procedemos a uma análise

diacrônica da construção [de acordo com X], objetivando verificar seu desenvolvimento ao longo dos séculos. Na busca eletrônica no *corpus*, buscamos “de acordo com”, que apareceu nos séculos XV (1 dado), XVIII (1 dado) e XIX (94 dados) e XX (3.138 dados).

Como encontramos dados da construção propriamente dita apenas a partir do século XIX, para ampliar o foco da investigação e poder postular de forma mais acurada a sua origem, realizamos nova busca pelo descritor “acordo com”, o que nos permitiu detectar outros dados também em séculos anteriores: XIV (5 dados), XV (11 dados), XVIII (2 dados), XIX (3 dados)<sup>5</sup> e XX (285). Chegamos a esses números subtraindo do total a quantidade de dados que aparecem precedidos da preposição *de*. Nesse sentido, perseguimos inicialmente não a construção tal como se configura na sincronia atual, mas o vocábulo *acordo*, subparte mais lexical da construção [de acordo com X].

Tanto os dados do século XIX quanto os do século XX não foram analisados em sua totalidade. Em virtude da maior frequência *token* (BYBEE, 2016), não puderam ser analisados um a um para este trabalho. Assim, selecionamos os 50 primeiros dados desses séculos.

Nas pesquisas associadas à LFCU, a frequência é um fator relevante para a análise dos dados. Para Hilpert (2014),<sup>6</sup> por exemplo, a alternância de algum aspecto na frequência de uma construção pode evidenciar uma mudança construcional. Dessa forma, neste trabalho realizamos uma análise qualiquantitativa, em que tomamos os resultados numéricos como indicativos importantes para a interpretação individual dos dados.

### 3. Resultados

#### 3.1. Análise e discussão

Nesta seção, analisamos cronologicamente, por século, os dados encontrados na busca no *Corpus do Português*. A seguir, apresentamos a Tabela 1, com a distribuição dos dados detectados por século.

SÉCULOS							
DESCRITOR	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
de acordo com	-	1	-	-	1	94	3.138
acordo com	5	11	-	-	2	3	285

<sup>5</sup> No *corpus*, aparecem dados que não consideramos nesta análise por terem um verbo no presente do indicativo do verbo *acordar* (por exemplo, “Às vezes até acordo com o barulho...”).

<sup>6</sup> Hilpert (2014) não estabelece distinção entre mudança construcional e construcionalização nos termos de Traugott e Trousdale (2013). O autor prevê a mudança na frequência, assim como na forma e no sentido, de forma abrangente, sem destacar o nascimento de uma nova construção.

<b>Total</b>	5	12	-	-	3	97	3.423
--------------	---	----	---	---	---	----	-------

**Tabela 1 – Frequência de dados distribuídos por séculos**

No século XIV, como afirmado na seção anterior, não encontramos dados diretamente relacionados à construção analisada propriamente dita. Em um (1) dos cinco (5) dados produzidos no século XIV, o vocábulo *acordo* representa a primeira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *acordar* (“Eu vos digo que ão acordo com cousa que vos digades.” – Crônica Geral de Espanha de 1344). Os demais apresentavam uma sequência sintática com o verbo *haver* associado a *acordo*, este significando pacto, conciliação, em acepção mais concreta, como relação entre partes. Vejamos um *token*.

[3]

E veendo e consirando que se o nosso studo que ora sta na çidade de cojnbra fose mudado na çidade de lixboa que na nossa terra poderia auer mais leterados que aueria se o dito studo na dita çidade de coimbra steuesse por alguûs lentes que de outros Regnos mamdamos vijñr nom queriam leer se nom na cidade de lixboa. Porem **auendo sobresto [acordo com os do nosso conselho]** Mandamos que o dito studo que ora sta na dita çidade de cojmbra seja em a dita çidade de lixboa pella guisa que ante soiya de star. E porque pera o dito studo compria de auer de nos Recado como podesse auer em a dita çidade de lixboa cassas pera scollas e pera morarem os lentes studantes em ella e outras cousas pertencentes pera o dito studo mandamos nossa carta aos Reitores e vniuerssidade do dito studo que ora sta em cojmbra que emviassem a nos huû da dita. (Chartularium Universitatis Portugalensis vol. 1, 1300)

O assunto do dado 3 envolve a mudança de local de universidade em Portugal, que deveria sair de Coimbra e passar para Lisboa. Inicialmente, há uma argumentação para essa mudança ter sido proposta, relacionada aos professores que só queriam se envolver com as atividades se estas fossem desenvolvidas em Lisboa. Em seguida, afirma-se que, “havendo [fazendo] sobre isto acordo com os do nosso conselho”, a alteração da cidade poderia acontecer. No uso original do vocábulo substantivo *acordo*, presente na construção [de acordo com X], há a ideia mais concreta de que, ao menos, duas partes (nós/conselho) estão em concordância sobre um determinado assunto. No *corpus*, em todos os dados do século XIV, assim como nos do século seguinte, a segunda parte envolvida, com quem se faz o acordo, é sempre um elemento [+animado].

Podemos ver, entre as produções do século XV, dados em que *acordo*, subparte da construção analisada, era tomado em acepção mais concreta. Para exemplificar, mostramos os dados a seguir:

[4]

Da reposta que el-rey dom Afonso deu ao bispo sobre as cousas que com ele falou Aos quatro dias depois desto fez el-rey chamar aa sua camara aquele bispo embaixador e, presentemente os da sua fala, lhe respondeo por esta guisa: "Eû ouve **acordo** com meus riquos

homens sobre todo o que me disestes e vos sede certo que el-rey de Castela não tem contra mim queixumes nenhuns que razoados posom ser, nem a desavença que eu com ele ouve nunca foy por minha vontade, mas eu regeby por suas iradas maneiras taes desagradecimentos dele, segundo larguamente podes ver, que não sem porque mas com razão me demovy a aver com ele guera e tanto que, vistas as desordenadas cousas qüe contra os devidos que comigo ha per ele cometidos foram, bem direes (Cronica de Portugal, 1419)

No dado 4, o acordo foi feito entre dois elementos [+animados]: eu/ricos homens. *Acordo*, também nesse caso, tem acepção de acertos entre partes, concordância. Nesses usos, a palavra *acordo* é mais referencial, mais lexical, resguardando ainda propriedades morfossintáticas que a colocam mais centralmente na categoria dos substantivos. Além de 10 dados semelhantes ao anterior, sem a preposição *de*, detectamos uma suposta ocorrência de construção [de acordo com X]. Contudo, como argumentamos a seguir, não se constitui ainda um conector conformativo tal qual conhecemos no português atual.

[5]

IRmaãos. Quantas cousas som escriptas: pera nossa emsinaça ho som. Por que por a paçiença & cõsollaçom das escripturãs ajamos esperança. E o deus de paçiença & prazer vos dee a sentir esto meesmo antre vos outros segundo Jhesu christo: por que **de acordo com huã boca honrrees deu & padre de nosso senhor Jhesu xpisto**. Pella qual regebee os huûs aos outros. Assy como xpisto vos regebeo emhonor de deus que eu digo Jhesu xpisto fosse aprouador da çircûçisam pella verdade de deus: para confirmar as promesas dos padres: & os pagaãos deuem honrrar a deus sobre a misericordia segundo que he escripto. señor por ysso me cõfessarey a ty nas gentes: & cantarey ao teu nome. (Gonçalo Garcia de Santa Maria, Euangelhos e epistolas con suas exposições en romãce, 1497)

Trata-se de um trecho relacionado a um sermão sobre os verdadeiros cristãos que seguem Jesus Cristo. Diferentemente do dado 3, no exemplar 5 um dos elementos envolvidos no suposto acordo não é [+animado] – “uma boca”. Postulamos que ainda não se constitui em *token* da construção [de acordo com X], tendo em vista que “com uma boca” seja o meio de honrar “Deus e pai do nosso senhor Jesus Cristo”. Essa leitura é reforçada pela sentença que está mais ao fim do trecho: “Senhor, por isso, me *confessarei* a ti nas gentes e *cantarei* ao teu nome”. Os verbos *confessar* e *cantar* são ações realizadas “com a boca”, o que ratifica nossa interpretação.

Contudo, a constituição formal do dado 5 já é uma evidência da convencionalização mais tardia da construção [de acordo com X]. Essa ocorrência, com os elementos tais como estão dispostos, são favoráveis à neoanálise (TRAUGOTT;

TROUSDALE, 2013), que acontece nos dados de séculos mais recentes. Também observamos essa configuração sintática em outros dados, conforme vemos seguir.

Não encontramos ocorrências nos séculos XVI e XVII, para nenhum dos dois tipos de buscas no *corpus*. Supomos que não seja o caso de não ter havido produções com a palavra *acordo* nesses séculos, mas sim que seja uma questão de registro de dados. No século XVIII, por sua vez, encontramos apenas três 3 dados, dos quais um era composto pelos elementos da construção em análise: preposição *de*, *acordo*, preposição *com* e um elemento [+animado]. Vejamos a seguir:

[6]

mas bem me recordo que esta promessa foi condicional porque era para pagar logo em dinheiro aqui corrente na corte, e de o padre Jardim não purificou esta condição pois deixou passar varios anos, não pagou nem ao menos fes cuidado o dezejo de o fazer pois falandolhe algumas vezes dice havia de pagar na dita ilha em dinheiro nella corrente em que se vem a perder 25 por cento para o lequidar nesta corte como quer agora aquella remissão de que he indigno pela má fé em que se acha, porem se vossa reverendissima per si ou **de acordo com os reverendissimos padres do governo** asentarem que lho podem fazer executarei os seos avizos. Tambem dou a vossa reverendissima parte que levado do dezejo de servir esse mosteiro me resolvi a requerer a senhora rainha se dignace fazer observar os privilegios desse mosteiro que a junta das confirmaçoens havia lassado e abolido no governo passado e fiz instruir o requerimento com as precisas circunstancias e não sei ainda o que a dita Senhora resolveu. (Mosteiro de Guadalupe e Portugal, 1700)

No dado 6, o assunto gira em torno de um pagamento, que deveria ser feito à Corte. Há uma alternativa para o pagamento: o padre Jardim desejava fazê-lo à mencionada ilha, na moeda corrente, aparentemente porque teria uma economia de 25%. O autor do texto descreve a questão para algum religioso, afirmando que, com base na sua decisão sobre o pagamento, daria seus avisos. Essa decisão poderia se dar “per si” ou “de acordo com os reverendíssimos padres do governo” – “porem se vossa reverendissima per si ou de [acordo com os reverendissimos padres do governo] asentarem que lho podem fazer executarei os seos avizos”.

Não podemos afirmar ainda que no dado 6 temos um conectivo conformativo, tendo em vista que a preposição *de* parece funcionar autonomamente como um transpositor para “acordo com”. É um transpositor (AZEREDO, 2004) porque ele modifica a função substantiva do vocábulo *acordo*, exemplificada no dado 3 (uso original), tornando-o uma espécie de modificador adverbial, em paralelo a “per si”. Nesses casos, tanto no dado 5 quanto no dado 6, podemos detectar ainda relativo nível de composicionalidade semântica – *acordo* ainda tem sentido de pactuação, exigindo ao

menos duas partes (vossa reverendíssima/padres) – e considerável analisabilidade – todos os elementos morfossintáticos podem ser definidos e identificados (BYBEE, 2016).

Essa necessidade de duas partes para se efetivar uma pactuação, acordo, não fica tão evidente no próximo dado, também produzido no século XVIII.

[7]

Entende-se que foy instituida pelos Apostolos; pelo menos he certo ser antiquissima na primitiva Igreja, como consta de Homilias dos Santos Padres, principalmente Gregos. (44) O Papa São Damaso Portuguez, da illustre Villa de Guimaraes, (45) com aquelle celestial **acordo [com que ordenou tantas cousas santas na Igreja]**, como foy a translação da Biblia por São Jeronymo, & repartição dos Psalmos pelo mesmo Santo, para se rezarem nos dias da semana, & horas do dia, & que no fim delles se dissesse, Gloria Patri, &c. & se cantassem alternativamente a còros em toda a Igreja, como já se fazia em algumas, por revelação que Santo Ignacio tivera de que assim cantavaõ os Anjos, & // **[com que ordenou que no principio da Missa se dissesse...]** (Antonio de Sousa de Macedo, Eva e Ave ou Maria Triunfante, 1734)

O assunto do dado está relacionado à organização das missas e festas religiosas. Afirma-se que o Papa São Damaso havia feito um acordo. Contudo, a única informação acerca do acordo é que ele é “celestial”. Ao que tudo indica, nesse uso não são importantes as duas partes do acordo; apenas uma delas está estabelecida no texto, o papa. Esse dado mostra que *acordo*, neste contexto, não exige mais pactuação entre partes bem definidas, o que reflete que o termo começa a sofrer uma mudança semântica, seguindo uma trajetória de abstratização.

Notamos ainda que, no dado 7, nos sintagmas introduzidos pela preposição *com* (“com que ordenou tantas coisas santas na Igreja” e “com que ordenou que no princípio da missa se dissesse...”) estão orações adjetivas inseridas em um contexto mais adverbial. Essa mudança de contexto sintático (argumento > satélite) do vocábulo *acordo*, que cada vez mais se distancia do contexto original (uso mais substantivo/lexical), associada à abstratização, expressa seu caminho em direção a uma função procedural. Porém, ainda está caracterizado por um adjetivo (celestial) e acompanhado de pronome (aquele), o que demonstra seus traços da sua classe original (substantivo).

Age nesse caso em análise a metáfora, que envolve a “abstratização de significados, os quais, do domínio do léxico ou menos gramaticais, são entendidos metaforicamente para mapear conceitos de domínios gramaticais ou mais gramaticais” (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 42-43). Essa abstratização do vocábulo *acordo* no século XVIII, conforme postulamos, aumenta sua produtividade *token*, porque abre caminho para outros elementos preencherem os espaços ao seu redor ou mesmo possibilita a

ausência destes – nos dados do século XIX, observamos esse aumento, quando *acordo* passa a ser empregado em construção com função mais procedural.

Continuando nos textos do século XVIII, a seguir expomos mais um dado que nos ajuda a sugerir o caminho da construcionalização do conectivo conformativo [de acordo com X]. Observemos o dado 8.

[8]

Tudo isto que estando por sua alma, estaua contra sua vida. Prometia apagar-se a qualquer novidade, aquella luz que ja sobrenatural premanecia. Chamados os Medicos a mandaraõ logo sacramentar, recebendo o desengano da vida, como quem estaua tambem aparelhada para a morte. Recebido o Senhor por viatico, com aquelle fervor que sempre lhe deveo aquelle Diuino Sacramento, **cumprindo muyto [em seu acordo] com todas as obrigaçoens deste acto**, se lhe applicaraõ alguns lentos remedios, que nestas occazioens servem mais de enganar a esperança, que de entreter a vida. Assim passou athe as seis da tarde em que lhe deraõ o ultimo sacramento, ouvindoselhe antes, e depois muytos actos de amor. (Maria Do Ceu, Rellação da Vida e Morte da Serva, 1721)

O dado 8 tem como tema uma pessoa que está prestes a morrer e recebe o sacramento para doentes (viático). Nesse ritual, parece haver protocolos a serem seguidos, como a aplicação de remédios. Este dado, que tem uma *ambiguidade sintática*, possibilita duas interpretações: a) o uso do vocábulo *acordo* não precisa mais relacionar necessariamente duas partes [+animadas], e a relação de pactuação se dá, portanto, com “as obrigações deste ato”, elemento [-animado]; b) “em seu acordo”, que refere concordância da pessoa doente, está como material interveniente entre o verbo “cumprir” e seu complemento “com todas as obrigações deste ato”. Essa ambiguidade, ocasionada pelo arranjo sintático dos componentes da oração, corrobora a argumentação que tecemos com base no dado 7, tendo em vista a expansão da classe hospedeira (HIMMELMANN, 2004) – os elementos que completam o sentido de *acordo com* agora podem ser tanto de natureza [+animada] quanto [-animada] ou simplesmente não serem explícitos. Essa expansão oportuniza aumento de produtividade (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013), indício de sua construcionalização.

O número de dados, no século XIX, aumenta para 98. Como dissemos, desses dados, analisamos as 50 primeiras ocorrências do *corpus*. Esse aumento expressivo é resultado da mudança no contexto sintático e semântico por que passa o vocábulo *acordo*, uma das subpartes da construção analisada. É neste momento que a construção [de acordo com X] aparece mais consolidada.

Para exemplificar um uso menos composicional, trazemos um dado em que a construção [de acordo com X], com seu escopo [-animado], já exerce função conectora entre elementos do enunciado.

[9]

Graduam se pela mesma escala os sentimentos e as impressões do mundo. Há estados d' alma que correspondem à cor azul, ou às notas graves da música; há sons brilhantes como a luz vermelha, que se harmonizam no sentimento com a mais vivida animação. A representação dos sentimentos efetua-se [de acordo com estas repercussões]. O estudo da linguagem demonstra. A vogal, símbolo gráfico da interjeição primitiva, nascida espontaneamente e instintivamente do sentimento, sujeita-se à variedade cromática do timbre como os sons dos instrumentos de música. (O Ateneu, Raul Pompeia)

Nesse dado, não é possível mais resgatar o sentido original, referencial e concreto de *acordo*. O verbo *efetuar* é modificado por “estas repercussões”, termo introduzido pelo conectivo “de acordo com”, que tem uma semântica mais relacionada à conformidade do que à pactuação, no sentido de que uma ação verbal (*efetuar-se*) está atrelada a um parâmetro (*estas repercussões*). Não estão em acordo partes [+animadas], mas sim um verbo e um elemento substantivo.

Observamos, ainda, neste século, um uso do vocábulo *acordo* em associação com verbos copulativos, como no dado 10, a seguir.

[10]

Estava o sr. Silva Jardim a pedir que o deixassem rir, e os seus ouvintes faziam-lhe cócegas à vaidade, quando lhe irromperam dos lábios estas palavras: "Deixai que eu me ria desses republicanos abolicionistas que, depois da abolição, ajoelharam-se aos pés da Monarquia" - Uma voz. - José do Patrocínio. - O orador - "Eu não sei onde há monturos, e quando os haja, eu, como bom republicano, não devo revolvê-los". **Estou de acordo com o sr. Silva Jardim.** O monturo de misérias e ambições sobre o qual S. S.<sup>a</sup> assentou a tenda de combate, infecciona ainda mesmo não sendo revolvido. É que ele se fez com o lixo de todas as consciências, com a podridão de todas as almas que se decompuseram ao contato da lepra da escravidão. (José do Patrocínio, A campanha abolicionista, 1888)

No dado 10, estão sob foco as diferenças de pensamento de Silva Jardim e José do Patrocínio em relação à abolição. Esse dado exemplifica uma construção predicativa – “Estou de acordo com o sr. Silva Jardim”. Essa frase abre uma explicação que parece, de forma irônica, recrutar o pensamento de Silva Jardim. A sequência tipológica desse dado é mais argumentativa que as sequências observadas anteriormente, contém falas entre aspas, mas não se estrutura em forma de diálogo. Nesse tipo de construção, *acordo* deixa de ser um pacto feito entre partes (mais concreto) para se tornar uma característica de um ser que está em concordância com outro (mais abstrato) – conforme Carioca (2016) afirma, “entendimento é acordo”. A construção conformativa conectiva [de acordo com X], sobretudo a evidencial, parece ter surgido desse contexto predicativo – entre os dados analisados no século XIX (50), *acordo* aparece com verbos copulativos em 10 *tokens*.

Verbos como *ser* e *estar*, chamados de copulativos, perderam sua predicação ao longo de sua trajetória. Esse tipo de verbo não existe em muitas línguas do mundo (por exemplo, em russo), nas quais se estabelece uma relação direta, por justaposição, entre os nomes e seus predicativos (BAGNO, 2021). Como copulativo, o verbo *estar* deixa de ser um predicador pleno – requisitando argumentos, por exemplo –, para apenas marcar certas categorias gramaticais, como tempo, modo etc. (PAVÃO; VIEIRA, 2013). A abstratização do termo *acordo*, sua extensão de contexto, permitiu que verbos não predicadores como *estar* pudessem surgir ao lado de construções como a analisada – que originalmente estava presente em contextos com verbos como *fazer/haver*, predicadores plenos, em razão da sua significação mais concreta. Considerando Bybee (2020), afirmamos que houve expansão da categoria porque o vocábulo *acordo* passou por mudança de significado.

A seguir, apresentamos um dado que pode proporcionar uma leitura pragmática ambígua.

[11]

Do próprio couro em que jazia quase agonizante ainda dava ordens o coronel, umas, por vezes, incoerentes e inexecutáveis, mas outras lúcidas, e práticas. Mandou que o corpo de caçadores a pé, o único ainda não contaminado pelo espírito de desorganização, atravessasse, quanto antes, o rio. Guarneendo a outra margem, devia impedir o saque do pomar até que ele, comandante, ali pudesse ir ter a fim de proceder à justa distribuição de quanto lá havia. **[De acordo com esta prudente determinação]**, teve o capitão José Rufino de fazer passar toda a sua gente junta. Pensou, a princípio, na construção de uma jangada, mas faltavam-lhe materiais e, sobretudo, operários. Tomou-se de impaciência; podia contar com toda a sua tropa afeita a hábitos de austera disciplina e, em absoluto, obediente às suas ordens. Viu os soldados porfiarem entre si, no afã de facilitar a passagem dos oficiais. (Afonso de E. Taunay, *A Retirada da Laguna*, 1871)

Trata-se de um trecho de um romance, constituído de uma sequência narrativa. Consideramos esse dado semanticamente ambíguo porque, apesar de conseguirmos identificar um referente para o sintagma “De acordo com esta prudente determinação” – que é capitão José Rufino –, pelo contexto recuperamos a determinação do coronel. Em outras palavras, recuperamos uma ação verbal, próxima à noção da evidencialidade – “ainda dava ordens o coronel”.

Caso resguardasse todo o sentido de pactuação/entendimento de opiniões, que originalmente está presente na concepção do vocábulo *acordo*, não teria sido, provavelmente, usada a locução “teve de passar”, que não corresponde a total concordância, mas remete a uma obrigatoriedade. Além disso, chamamos a atenção para o fato de a construção estar deslocada à esquerda, iniciando a oração, isolada por vírgulas.

Seguindo o princípio da iconicidade (GIVÓN, 1984), sobretudo o subprincípio da proximidade, argumentamos que essa posição mais próxima ao anunciado anterior demonstra sua conexão anafórica com os enunciadores anteriores. A presença do pronome anafórico (*esta*) neste dado contribui para a conexão entre a construção [de acordo com X] e os períodos em que são narradas as ordens do coronel. Esse contexto anafórico permite uma leitura tanto de concordância (parcial), relacionada à postura do capitão José Rufino, quanto de evidencialidade, que mostra a fonte das determinações, o coronel. Vale dizer que existe uma relação bastante forte entre foricidade e junção (LONGHIN, 2020).

Ao longo da trajetória observada, percebemos que até o século XV não é empregada a construção tal como conhecemos hoje. Nesse século, *acordo* desempenha um papel mais concreto e referencial, associado a elementos [+animados]. Contudo também detectamos contextos favoráveis à neoanálise, em razão da disposição dos elementos na cadeia sintática. No século XVIII, então, *de acordo com* surge de forma mais composicional e analisável, não se constituindo ainda como um conectivo conformativo. Nesse momento, a subparte mais lexical (*acordo*) da construção começa a passar por mudança semântica, em razão do processo de abstratização, deixando de associar obrigatoriamente duas partes [+animadas]. Então, é no século XIX que a construção se consolida, aparecendo como veiculador de conformidade evidencial e circunstancial.

Feitas essas considerações sobre o vocábulo *acordo* e sua inserção em construções ao longo dos séculos XIV a XIX, a partir da próxima seção trataremos do nosso objeto [de acordo com X] no século XX.

### 3.1.1. *Acordo no século XX: as duas funções conformativas*

Nesta seção, tratamos dos dados do século XX. Como dissemos, observamos os 50 primeiros dados do século que apareceram no *corpus*. Percebemos que os diversos contextos em que estava empregado o vocábulo *acordo* ao longo do tempo estão presentes no século XX, quando já estão consolidados usos conformativos da construção [de acordo com X].

Hopper (1991) prevê que, em processos de mudança, não é imperativo que formas mais antigas desapareçam, mas estas podem conviver com camadas mais novas. Assim, a palavra *acordo* aparece empregada em contextos mais concretos, mais referenciais –

quando representa de fato uma pactuação entre partes, geralmente, representadas por elementos [+animados] – e em contextos mais abstratos, integrando a construção mais procedural analisada. Vejamos o quadro a seguir, composto de trechos de dados do século XX.

+ concreto/referencial			
A	Uso mais concreto	Já que a Varig está assinando hoje (3/4) <b>o acordo com</b> a United Airlines, e em junho deixa de operar com a Delta, por que só no dia 26 de outubro começam a funcionar os vôos da parceria Varig/United? (Manuel Torres, 1997)	<i>Partes envolvidas</i> Varig/United Airlines
B	Uso referencial	Isto porque [estado do Ceará] fomos autorizados a <b>fazer acordo com</b> 1.512 empresas cearenses. (Leônedas Bezerra, 1997)	<i>Partes envolvidas</i> Ceará/empresas
C	Uso predicativo animado completo	Não <b>estou de acordo com muitos italianos que dizem que tudo está igual ao passado.</b> (Antonio Negri, 1997)	<i>Partes envolvidas</i> Eu/muitos italianos
D	Uso predicativo animado incompleto	Creio que os técnicos do governo, em princípio, <b>estão de acordo com o ponto de que é necessário diminuir o déficit.</b> (Vitor Tanzi, 1997)	<i>Partes envolvidas</i> Técnicos do governo/(?)
E	Uso predicativo inanimado paramétrico	O apoio logístico <b>está de acordo com a contribuição dos quatro países avalistas</b> – Estados Unidos, Argentina, Brasil e Chile. (José Ayala Laso, 1997)	<i>Partes envolvidas</i> (?)
F	Uso circunstancial paramétrico	Evidentemente o juiz vai fixar os valores <b>de acordo com os parâmetros estabelecidos, os danos causados e a capacidade financeira da pessoa.</b> (Relator conclui projeto da nova lei de imprensa, 1997)	<i>Partes envolvidas</i> (?)
G	Uso evidencial	Você traz um pesquisador como o François Laplantine, que trabalha a categoria da saudade. É um termo interessante porque, <b>de acordo com os pesquisadores,</b> é uma palavra portuguesa. (César Barreira, 1997)	<i>Partes envolvidas</i> (?)
+abstrato/procedural			

Quadro 1. Dados com *acordo com* presentes em textos do século XX

No Quadro 1, então, observamos que o vocábulo *acordo* chega ao século XX empregado em construções das mais concretas, lexicais, às mais abstratas, procedurais. No entanto, não propomos que estejamos diante de uma organização linear dos dados. Não podemos afirmar que sequencialmente chegamos ao uso mais procedural de forma unidirecional. Na verdade, com base na análise dos dados, postulamos que, em diferentes contextos, o vocábulo *acordo* passou por uma trajetória de mudança em que sofreu influências distintas, como o enfraquecimento do verbo de cópula e os contextos mais adverbiais que propiciaram um uso mais abstrato da construção.

Analisando os padrões empregados no século, percebemos que em A e B, o uso é mais concreto e referencial. A diferença entre os dois tipos é sutil: no primeiro o emprego

é mais concreto que no segundo, tendo em vista que há efetivamente um documento assinado para celebração do acordo. Contudo, ambos ainda demonstram a relação clara entre partes envolvidas.

Em C, D e E, o vocábulo *acordo* está dentro de uma construção predicativa (“X estar de acordo com Y”). Nesses dados, ainda não temos o conector [de acordo com X], tendo em vista que ainda permanece considerável nível de analisabilidade e composicionalidade: o *de* funciona como um transpositor para *acordo* nesse tipo de construção. Contudo, o verbo de cópula, como já explicitamos, oportunizou a formação da construção desvinculada de um sintagma verbal, o que verbos mais plenos, como *fazer*, não permitiram. A ausência de elementos [+animados] promove um ambiente sintático-semântico que atinge *acordo*, tornando-o mais abstrato.

Por fim, F e G, que constituem exemplos da construção analisada, desempenham função conformativa, respectivamente, no plano sintático e no plano pragmático. Nesse estágio de mudança em que está a construção, atua o processo de domínio geral *chunking*, fazendo com que o conteúdo mais lexical de *acordo* seja abrandado e as partes constituintes da construção sejam interpretadas de forma mais amalgamada. Esse dois dados constituem, de fato, o alvo de nossa análise. Essa é a construção conformativa sobre a qual nos debruçamos.

Em F, a construção conformativa está inserida em sequência descritiva. Parâmetros, danos e capacidade financeira são os critérios usados pelo juiz para fixar os valores. Trata-se de um uso circunstancial, em que “de acordo com” introduz elementos que servem de critério/parâmetro para a realização de um evento, estabelecendo uma relação de implicatura. Por sua vez, G representa um caso de construção conformativa evidencial. Consideramos este o estágio mais abstrato, amalgamado e procedural da construção, tendo em vista que sua subparte *acordo* não necessariamente representa uma relação de pactuação, ao contrário, pode apenas colaborar para que o usuário da língua se distancie da asserção proferida, como argumenta Carioca (2016).

### 3.2. A que chegamos

O objetivo geral deste artigo foi identificar em que momento a construção conformativa [de acordo com X] atinge sua construcionalização como conector conformativa na língua. Assim como outros conectivos conformativos, como o mais prototípico *conforme* e o mais frequente *segundo* (OLIVEIRA, 2018), [de acordo com X]

desempenha na língua duas grandes funções, evidencial e circunstancial, sobretudo a partir do século XIX.

*Acordo*, observado desde o século XIV, é um elemento lexical presente na construção que originalmente denotava pactuação entre partes [+animadas], representando em última análise concordância e conformidade entre pessoas. No século XVIII, o vocábulo aparece num arranjo morfossintático semelhante ao da construção [de acordo com X], mas ainda de forma composicional e analisável, não se constituindo na construção conectora propriamente dita. Nesse ponto da diacronia, *acordo* é inserido em novos contextos (expansão *host-class*) em razão da mudança semântica (abstratização) por que passa. Essa mudança oportuniza o aumento da produtividade, característica que indica o caminho da construcionalização. Contudo, é no século XIX que detectamos a construção tal como conhecemos na contemporaneidade, o que indica que a construcionalização de [de acordo com X] é recente na língua.

Processos metafóricos recaem sobre a construção no momento que propriedades da noção mais concreta *acordo* são projetadas para a instanciação de um conteúdo mais abstrato relacionado a conformidade de eventos, observada em nível sintático (CARIOCA, 2016) – conformidade circunstancial. Também notamos que, desse uso mais adverbial, em que a construção atua modificando uma estrutura verbal plena, amplia-se o sentido “entendimento” para um nível mais pragmático, quando a construção alcança seu grau mais procedural e amalgamado. Nesse ponto, atua a metonímia, em que há projeções dentro do mesmo domínio da conformidade.

Este estudo não tem a pretensão de esgotar o assunto. Ainda é preciso abordar outros pontos da construção [de acordo com X] que ajudam a descrever melhor seu funcionamento na língua, como, por exemplo, a relação, os *links* entre os dois tipos de construção (evidencial e circunstancial), que parece também ocorrer em outras microconstruções da rede conformativa, como *segundo* e *conforme*. Contudo, esperamos que este artigo possa contribuir para a compreensão do paradigma das construções conectoras do português.

**Abstract:** This article focuses on the constructionalization of the connector construction [de acordo com X]. We carried out a diachronic research, adopting *Corpus do Português* as a source for data search. The hypothesis postulated here is that according to it is a connecting construction already established as a knot in the language. This research is affiliated with the Usage-Based Linguistics, for which the concept of construction as the pairing of form and meaning is fundamental, as well as general domain cognitive processes that influence language change are also important. The general objective of

this research is to demonstrate at what point the construction establishes itself as a connective in Portuguese. The construction is consolidated in the nineteenth century, when it is possible to see that the subparts, especially the lexical item agreement (by abstraction), are no longer completely analyzable, becoming less compositional. Thus, we declare that metonymy, metaphor and chunking contribute to the constructionalization of construction.

**Keywords:** conformative; connective; constructionalization.

## Referências bibliográficas

- AZEREDO, J. C. de. *Fundamentos da gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [2000] 2004.
- BAGNO, M. *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. 3º reimp. São Paulo: Parábola, 2021.
- BYBEE, J. *Língua, uso e cognição*. Trad. Maria Angélica Furtado da Cunha. Rev. Téc. Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez Editora, 2016.
- BYBEE, J. *Mudança linguística*. Trad. Marcos Bagno. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2020.
- CARIOCA, C. R. A motivação metafórica na gramaticalização do marcador evidencial de acordo com. *Signo*, v. 41, n. 70, p. 101-109, 2016.
- GONÇALVES, S. C. L. et al. (Orgs). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- LEHMANN, C. Grammaticalization: synchronic variation and diachronic change. *Lingua e Stile*, v. 20, n. 3, p. 303-318, 1985.
- LONGHIN, S. R. Gramaticalização de construções condicionais em português: trajetórias de mudança do nome caso. *Estudos de Linguística Galega*, v 12, p. 1-29, 2020.
- LUCENA, N. L. de. Processos cognitivos de domínio geral: evidências em instanciações da construção transitiva. *Letrônica*, v. 10, n. 2, p. 567-581, 2017.
- OLIVEIRA, M. R.; LOPES, M. G. Desafios teóricos e empíricos na Linguística Funcional Centrada no Uso. *Odisseia*, Natal, RN, v. 4, n. esp. , p. 22-40, jul.-dez. 2019.
- OLIVEIRA, M. P. P. de. Funções semântico-pragmáticas das construções conformativas oracionais: uma análise centrada no uso. 2018. 120f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, 2018.
- PAVÃO, B. G.; VIEIRA, M. dos S. M. Predicações com os verbos relacionais ser e estar. *Revista Diadorim*, v.14, p. 34-52, 2013.

- PEREIRA, A. R. V. V. *Sobre a expressão da conformidade e da semelhança no português*. 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- ROSÁRIO, I. da C.; OLIVEIRA, M. P. P. Construções conformativas na perspectiva funcional hallidayana. (Con)textos linguísticos, v. 14, p. 354-371, 2020.
- SANTOS, C. L. C. *As orações complexas de conformidade em português e em inglês*. 2008. 138 f. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SANTOS, C. L. C. *A construcionalização de segundo, conforme e pelo que*. 2018. 169 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- TAYLOR, J. *Linguistic categorization*. New York: Oxford University Press, 2003.
- VIEIRA, C. A.; SOUSA, V. V. A arquitetura construcional do *que nem* na Língua Portuguesa: mudanças construcionais e construcionalização. *Soletas*, v. 37, p. 246-271, 2019.

# [SEM V<sub>DICENDI</sub> QUE]: UM CONECTOR HIPOTÁTICO DE ADIÇÃO, ENCONTRADO EM RELAÇÕES HIPOTÁTICAS INTEGRADAS E DESGARRADAS

[sem V<sub>dicendi</sub> que]: an additive hypotactic connector, found in both integrated and stray hypotactic relationships

Samara Costa Moura (UFF)

**Resumo:** Neste trabalho, descrevemos o uso e investigamos a origem de [sem V<sub>dicendi</sub> que], um conector aditivo que atua na articulação hipotática integrada e/ou desgarrada do português, como ocorre em: “o asfalto da pista da Áustria não é dos mais aderentes do calendário, sem contar que fica em uma das maiores altitudes de todo o campeonato”. Nosso interesse está associado: a) à falta de descrição do objeto na literatura; b) ao fato de ser um subesquema não composicional na língua. Fundamentamos nossas análises nos pressupostos teóricos da Linguística Funcional Centrada no Uso (cf. CUNHA et al, 2013; OLIVEIRA e ROSÁRIO, 2016; entre outros), especialmente, na perspectiva da construcionalidade (ROSÁRIO e LOPES, 2019), que nos permite reconstruir, hipoteticamente, a trajetória diacrônica das construções com base em sua gradiência sincrônica. Seleccionamos 248 ocorrências da sequência sem + V<sub>dicendi</sub> + que da base de dados Now do Corpus do Português. Os resultados evidenciam que essa sequência pode instanciar mais de uma construção: de conexão aditiva [sem V<sub>dicendi</sub> que] e de construção modal/condicional [[sem][oração não finita]]. A menor composicionalidade e maior vinculação da construção aditiva em relação à modal/condicional são fortes indícios de que a primeira tem sua origem na recategorização da última.

**Palavras-chave:** conector hipotático aditivo; construcionalidade; Linguística Funcional Centrada no Uso

## Introdução

Naves (2018, p. 791), na Gramática do Português Revelada em Textos, distingue dois sentidos básicos para a preposição *sem* na articulação hipotática:

- a) Modo:
  - i) *Será que está me seguindo há algum tempo, sem eu perceber?*
  - ii) *Lorenzo tinha deixado o fundo da sala, sem que eu percebesse.*
  
- b) Condição:
  - iii) *Por isso eu não poderia ir embora sem dizer a você, enquanto é tempo, alguma coisa sem sentidos ocultos.*
  - iv) *“Sem que se produzam fatos que comprometam a democracia, não podemos deixar que os trabalhadores sem terra sejam donos do país”, afirmou o senador.*

Como podemos observar, a articulação hipotática iniciada pela preposição *sem* pode introduzir tanto orações não finitas (i e iii) quanto finitas (ii e iv). Nos exemplos

apresentados, a autora não cita o valor negativo próprio da preposição *sem*, fato que nós destacamos aqui. Dessa forma, defendemos que, *sem*, nesses casos, introduz orações com valor modal/condicional negativo.

Além dos valores semânticos de modo e condição negativa, encontramos no português usos da preposição *sem* com valor aditivo, tanto em relações hipotáticas integradas quanto em hipotáticas desgarradas. Como ilustração, vejamos duas ocorrências<sup>7</sup>:

(01) Meus sentimentos a familiares e amigos, agora como está acontecendo essas fatalidades, com atores, atrizes, músicos e outros, **sem falar que** muitos estão hospitalizados. (Disponível em: <https://extra.globo.com/famosos/corpo-de-gabi-costa-de-orfaos-da-terra-velado-no-rio-amigos-ressaltam-vontade-de-viver-23714013.html> - Acesso em 03 de julho de 2021).

(02) Rio Grande do Sul e Minas Gerais, por exemplo, fazem uso da lenha, mas têm fogões, lareiras e churrasqueiras de boa qualidade. **Sem contar que** a lenha é comercializada nessas regiões. (Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/06/30/internas\\_economia,1065968/pr-eco-do-gas-e-desemprego-elevam-uso-da-lenha-para-cozinhar-no-brasil.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/06/30/internas_economia,1065968/pr-eco-do-gas-e-desemprego-elevam-uso-da-lenha-para-cozinhar-no-brasil.shtml) - Acesso em 03 de julho de 2021).

Em ambas as ocorrências, a preposição *sem* é um dos elementos de uma construção conectora complexa de função aditiva. Entendemos que, nesses casos, a semântica de adição não está associada particularmente à preposição, mas à construção complexa de que esse elemento participa. Representamo-la, aqui, por meio da seguinte estrutura: [sem  $V_{dicendi}$  que]. Nessa representação, os colchetes representam a alta vinculação sintático-semântica dos elementos. A vinculação sintática se mostra pelo fato de, na conexão aditiva iniciada por *sem*, os elementos estarem dispostos sempre nessa ordem, sem termos intervenientes; a vinculação semântica, à perda de traços composicionais das formas que compõem a construção. O sentido de adição não emerge particularmente de um de seus elementos, mas, sim, do todo. Inclusive, quando o falante, em (01), por exemplo, diz “sem falar que muitos estão hospitalizados”, ele faz o contrário do que propõe a semântica dos elementos da construção, na medida em que ele, efetivamente, diz o que não era para ser dito.

Somado a isso, identificamos diferenças entre as duas construções quanto à articulação. A primeira é hipotática integrada, haja vista a sua dependência sintático-

---

<sup>7</sup> Todas as ocorrências deste trabalho foram extraídas da base de dados *Now*, do site *O Corpus do Português* – [www.corpusdportugues.org](http://www.corpusdportugues.org).

semântica a uma oração matriz presente no mesmo período. A segunda é hipotática desgarrada (cf. DECAT, 2011), uma vez que é uma construção de estrutura separada de outra unidade informacional.

Vale ressaltar que a sequência de elementos *sem* + *Vdicendi* + *que* nem sempre representa uma ocorrência da construção hipotática aditiva, mas, sim, de uma construção modal/condicional negativa, como podemos observar abaixo:

- (03) Felício alega que a denúncia do MP o acusa de modo genérico e impreciso, **sem explicar que** atos o tucano teria praticado para frustrar a licitude dos processos licitatórios da Prefeitura de Praia Grande. (Disponível em: <https://www.ovale.com.br/conteudo/politica/2016-06-80148-tj-julga-dia-19-recurso-de-felicio-contracao-do-caso-praia-grande.html> - Acesso em 03 de julho de 2021.

Em (03), *sem* introduz uma oração hipotática não finita modal negativa, valor semântico que lhe é mais básico e composicional. Nos dados analisados, temos observado, recorrentemente, que a oração hipotática modal introduzida por *sem* e seguida por verbo *dicendi* tem como pano de fundo um relato. Como podemos notar acima, *sem explicar que* apresenta uma informação do enunciador sobre um relato atribuído a outrem: Felício alegou que o MP o acusa de modo genérico e impreciso, mas nada falou sobre os atos praticados para frustrar a licitude dos processos. Na verdade, quem fez essa observação sobre o que não foi dito, explicado, foi o enunciador, em cuja fala podemos inferir que houve, por parte de Felício, uma tentativa de escamotear os fatos. Sob esse ponto de vista, enquanto nas ocorrências 01 e 02, há uma maior vinculação entre a preposição e o verbo *dicendi*, com perda de traços composicionais, na construção modal (e também na condicional), esses elementos se mantêm relativamente<sup>8</sup> autônomos (já que recuperamos o significado de cada elemento para o sentido global da construção), motivo pelo qual assim representamos a construção modal/condicional encabeçada por *sem*: [[*sem*][oração não finita]]. Nessa notação, os colchetes que separam a preposição *sem* da oração não finita visam a representar sua relativa autonomia sintático-semântica.

É importante também ressaltar que a notação da construção modal/condicional negativa iniciada por *sem* não prevê um verbo *dicendi* (mas, sim, qualquer oração não finita), porque se trata de uma construção mais geral, que prevê outros tipos de verbo. Os dados i, ii e iv previamente extraídos de Neves (2018, p. 791), por exemplo, representam

---

<sup>8</sup> Empregamos o termo “relativamente” porque entendemos que não há independência, mas menos dependência.

ocorrências dessa construção, a despeito da ausência de verbos *dicendi* no interior da construção.

Neste trabalho, temos dois objetivos principais: 1) diferenciar os usos da construção hipotática integrada/desgarrada aditiva [sem *V<sub>dicendi</sub>* que] da construção hipotática modal/condicional negativa introduzida por *sem*, com foco na diferença de significado, no tipo de articulação sintática – se hipotática integrada e/ou desgarrada – e no contexto discursivo em que cada uma delas tende a ocorrer; 2) recuperar a trajetória diacrônica da origem de [sem *V<sub>dicendi</sub>* que] a partir de sua gradiência sincrônica. Argumentamos que essa reconstrução histórica a partir de dados sincrônicos é perfeitamente plausível, haja vista que os inúmeros estudos diacrônicos realizados em investigações tipológicas nos permitem prever a direcionalidade da mudança. Como as pesquisas históricas evidenciam, a formação de construções de natureza mais procedural – como [sem *V<sub>dicendi</sub>* que] é resultado de processos cognitivos gerais que levam ao aumento de vinculação (*chunking*) e abstratização, à perda de traços composicionais e à recategorização, por exemplo.

Para realizar essa análise, apoiamo-nos nos pressupostos teóricos da Linguística Funcional Centrada no Uso, um modelo de análise linguística que busca descrever a gramática das línguas naturais a partir de dados empíricos do uso em perspectiva construcional. Empregamos o método misto de análise, em que selecionamos, ao todo, 248 ocorrências da sequência de palavras *sem + V<sub>dicendi</sub> + que* na base de dados *Now* do *Corpus* do Português<sup>9</sup>, relacionando cada uma delas à construção a que se vincula: [sem *V<sub>dicendi</sub>* que] e [[sem][oração não finita]]. Cabe frisar que a base de dados *Now* contém 13 diferentes verbos *dicendi* após a preposição *sem*, dos quais selecionamos os nove primeiros: *contar, falar, dizer, mencionar, revelar, negar, referir, especificar* e *explicar*. Desconsideramos os verbos *citar, informar, avisar* e *afirmar* porque apresentavam uma quantidade de ocorrências relativamente baixa para análise.

No intuito de promover uma apresentação didática, este texto está dividido da seguinte forma: além desta introdução, há as seguintes seções: Pressupostos teórico-metodológicos; Resultados, Referências bibliográficas e, por fim, o *Abstract*.

## 1. Pressupostos teórico-metodológicos

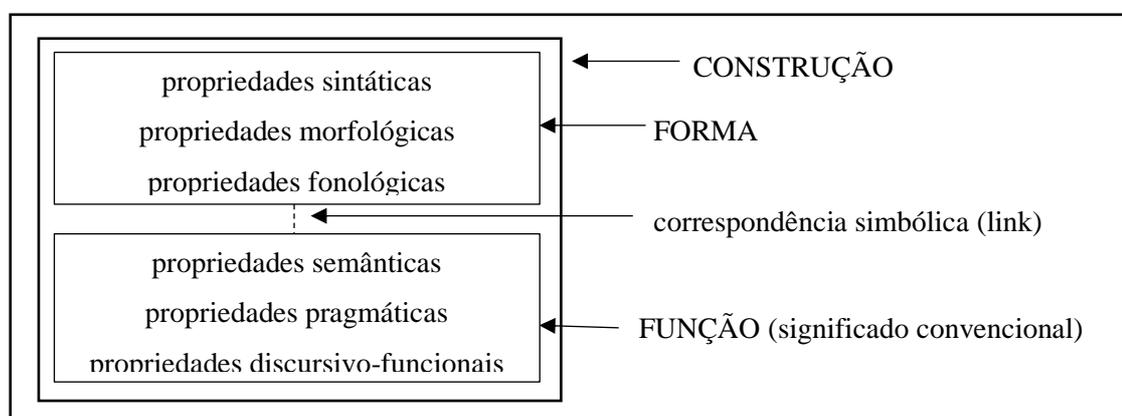
---

<sup>9</sup> Disponível em: [www.corpusdoportugues.org/now](http://www.corpusdoportugues.org/now).

Neste trabalho, utilizamos como aporte teórico a Linguística Funcional Centrada no Uso - LFCU - (cf. CUNHA et al., 2013; TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013; OLIVEIRA e ROSÁRIO, 2016, entre outros), para quem a gramática é construída a partir dos elementos linguísticos oriundos das experiências dos falantes. Tal perspectiva surge do casamento entre o Funcionalismo Norte-Americano e a Linguística Cognitiva, mais especificamente, a Abordagem Construcional da Gramática (cf. GOLDBERG, 1995; CROFT, 2001; HILPERT, 2014, DIESSEL, 2019; entre outros). Sob esse viés, a língua é concebida como um sistema adaptativo complexo (DU BOIS, 1985), uma vez que – conforme exemplificado por Bybee (2010), ao usar a metáfora das dunas de areia – a língua é um instrumento que se adapta para atender não só aos fatores intralinguísticos como também aos fatores extralinguísticos, aqueles influenciados pelas experiências dos falantes.

Nesse sentido, defendemos que a língua é constituída por uma rede de construções, isto é, por pares simbólicos de [[FORMA]  $\leftrightarrow$  [FUNÇÃO]], em que tanto os aspectos da forma, aqui entendida como a estrutura da construção, como os da função, que diz respeito ao papel exercido por determinada construção, são igualmente relevantes para a análise linguística. Dessa forma, todos os componentes da língua tornam-se relevantes – fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático e discursivo. Hilpert (2014) aponta que a língua é composta por inúmeras expressões idiomáticas que não apresentam nenhuma relação direta entre os seus significados isolados, aqueles que encontramos nos dicionários, nem entre as regras de sintaxe, por isso o termo *construction* se mostra adequado para os estudos das estruturas linguísticas que são maiores em tamanho do que palavras simples.

Para a análise das propriedades da construção, pautamo-nos no quadro proposto por Croft (2001, p. 18), que nos apresenta a anatomia da construção. Vejamos:



**Figura 1.** A estrutura simbólica da construção. Fonte: Croft (2001, p.18)

Outra característica dessa teoria funcionalista é a de que a observação linguística não recai mais sobre o item isolado, como acontecia nos estudos do Funcionalismo Clássico, mas consideram-se todos os aspectos envolvidos em seu contexto de uso. Assim, argumentamos que a estrutura linguística deriva das experiências dos falantes. Bybee (2010) postula que essas alterações que ocorrem na língua são oriundas dos processos cognitivos de domínio geral, como, por exemplo, a categorização, o *chunking*, a memória enriquecida e a analogia. Ou seja, as motivações não são, necessariamente, exclusividade da linguagem, pelo contrário, elas fazem parte de todas as áreas da cognição humana.

Em relação às dimensões das construções, nos termos de Rosário e Oliveira (2016), uma estrutura como [sem *V<sub>dicendi</sub>* que], por ser maior em tamanho do que uma palavra simples, é considerada uma construção complexa (composta por três componentes), intermediária (apresenta dois elementos fonologicamente específicos – *sem* e *que* – e um não específico - *V<sub>dicendi</sub>*) e, quanto à conceptualização, é procedural (esses elementos juntos apresentam valor funcional de adição).

Uma vez que se afirma ser a língua um sistema adaptativo complexo (cf. DU BOIS, 1985), passa a ser de interesse da teoria funcionalista não só a descrição sincrônica da língua, como também a diacrônica. Partindo desse princípio, a investigação diacrônica nos ajuda a saber quando novas construções surgem na língua ou, ainda, quando construções já existentes ganham novas funções. Somado a isso, buscamos entender a razão por que mudanças e/ou variações surgem na língua. Dessa forma, tanto a variação/mudança como as experiências dos falantes nos ajudam a identificar a motivação da mudança linguística.

Na LFCU, Traugott e Trousdale (2013) propõem os conceitos de Construcionalização (quando a mudança linguística resulta na formação de um novo pareamento de forma e função na língua) e de Mudanças Construcionais (alterações só no plano formal ou funcional de uma dada construção, sem que isso resulte em uma nova construção) para orientar os estudos em perspectiva diacrônica. Pautados nesses pressupostos teóricos, Rosário e Lopes (2019) elaboraram o modelo da construcionalidade, em que a reconstrução da trajetória diacrônica pode ser feita, hipoteticamente, a partir da gradiência sincrônica.

Os autores perceberam que indícios de investigação sincrônica já haviam surgido em Trousdale e Traugott (2010) antes mesmo de o modelo de Construcionalização se concretizar.

No Funcionalismo Norte-Americano, por exemplo, os termos gramaticalização sincrônica e gramaticalidade ganharam força à medida que os estudos diacrônicos revelavam uma direcionalidade para a mudança gramatical. Nessa esteira de estudo, passa a ser possível indicar quais são as bases de um item polifuncional e/ou polissêmico e quais são os mais recentes na língua.

Segundo Rosário e Lopes (inédito), a construcionalidade pode ser definida como o “estado sincrônico de uma construção gramatical gradiente a partir de traços de sua origem e trajetória histórica”. Busca identificar a origem de construções mais recentes na língua, sobretudo as de conceptualização procedural, uma vez que, via de regra, os novos usos mantêm os elementos da construção original em sua composição, mas com uma configuração em que seus componentes estão mais vinculados entre si e resultam num sentido menos composicional da construção (ambos efeitos da repetição e da automatização dos usos). Conforme defendemos neste trabalho, a sequência *sem + V<sub>dicendi</sub> + que* pode instanciar duas construções diferentes, a aditiva [*sem V<sub>dicendi</sub> que*] e a modal/condicional negativa [[*sem*][oração não finita]]. Sob esse viés, a primeira pode ser considerada como uma derivação da segunda, exatamente porque seus elementos são mais vinculados e ela é menos composicional (no sentido de que o significado da construção não é o resultado da soma dos significados de suas partes).

Na investigação da gramaticalização sincrônica, os parâmetros de gramaticalização (LEHMANN, 2002) eram comumente empregados. Para a descrição da construcionalidade, tais parâmetros podem ser adaptados.

Parâmetro	Eixo	Paradigmático	Sintagmático
Peso		Integridade	Escopo estrutural
Coesão		Paradigmaticidade	Vinculação
Variabilidade		Variabilidade paradigmática	Variabilidade sintagmática

**Quadro 2** – Parâmetros de gramaticalização. Fonte: Lehmann (2002, p. 110)

No Funcionalismo Norte-americano, a investigação da gramaticalização sincrônica ocorria por meio da comparação entre usos menos e mais gramaticais de determinado item com base na diferença nos graus dos parâmetros expressos no quadro 2. Como ilustração, podemos citar os dois usos do verbo *ir*, como verbo pleno (menos gramatical) e verbo auxiliar (mais gramatical).

Em relação ao peso, no eixo paradigmático, o verbo auxiliar é menos integrado semanticamente que o verbo em seu uso pleno; e no eixo sintagmático, os estudos revelam que o verbo auxiliar tem apenas o verbo principal (V) como seu escopo estrutural, enquanto o verbo pleno *ir* tem um escopo mais amplo (todo o SV).

No parâmetro coesão, no eixo paradigmático, verificou-se que *ir*, na função de verbo pleno, apresenta mais opções de substituição do que na função de auxiliar, isto é, o paradigma de verbos de deslocamento espacial contém mais elementos do que o paradigma de verbos auxiliares de futuridade; no que diz respeito ao eixo sintagmático, o verbo auxiliar *ir* aparece mais vinculado ao verbo principal do que o verbo pleno.

Por fim, no parâmetro variabilidade, no eixo paradigmático, percebeu-se que, uma vez que o verbo auxiliar constitui um paradigma mais restrito que o verbo pleno, conseqüentemente, a liberdade de escolha do falante diminui; no eixo sintagmático, o auxiliar *ir* apresenta menor variabilidade posicional que o verbo pleno, resultado comum em um signo gramaticalizado.

Esses mesmos parâmetros podem ser aplicados para a análise da construcionalidade dadas as devidas adaptações. Os estudos diacrônicos sobre a formação das construções complexas – construções constituídas de dois ou mais elementos – têm mostrado que a estrutura de valor menos procedural apresenta os mesmos componentes da construção de valor mais procedural. No entanto, quando se analisa a vinculação entre as partes de ambas as construções, o que se percebe é não só o aumento da vinculação entre os elementos que compõem a construção de valor mais procedural como sua abstratização, e, ainda, a diminuição de sua composicionalidade semântica. Conforme dito previamente, esses aspectos são resultado da atuação de processos cognitivos gerais, uma vez que a repetição de determinada construção na memória humana leva à automatização, que, conseqüentemente, leva ao *chunking* – isto é, sequências repetidas de palavras acessadas em bloco único – e à dessemantização – isto é, perda de traços de significado, de maneira que a construção apresente algum grau de idiomatismo, tendo em vista que seu sentido não é a mera soma dos significados dos elementos que a compõem.

Para o levantamento de dados, buscamos a sequência *sem + Vdicendi + que* no Corpus Now do *Corpus do Português*, disponível em [www.corpusdoportugues.org](http://www.corpusdoportugues.org). Para esta apresentação, selecionamos 248 ocorrências, constituídas por sequências em que o *slot* do verbo é preenchido por diferentes verbos *dicendi*, como podemos ver no quadro abaixo:

Sequência de palavras	Total de ocorrências no <i>corpus</i>	Quantidade de ocorrências selecionadas
1. sem contar que	2.734	30
2. sem falar que	1.554	30
3. sem dizer que	175	30
4. sem mencionar que	132	30
5. sem revelar que	51	30
6. sem negar que	39	30
7. sem especificar que	56	30
8. sem explicar que	22	20
9. sem referir que	18	18
10. sem citar que	17	0
11. sem informar que	16	0
12. sem avisar que	14	0
13. sem afirmar que	09	0
<b>Total de ocorrências</b>	<b>4.837</b>	<b>248</b>

**Quadro 4.** Quantidade de ocorrências da sequência de palavras *sem* + *V<sub>dicendi</sub>* + *que* na base de dados *Now*.

Tendo em vista o baixo número de ocorrências das 4 últimas sequências de palavras e a quantidade que já havíamos recrutado, resolvemos descartá-las. Ademais, a quantidade de ocorrências presentes no quadro refere-se somente ao que encontramos no *Corpus*, sem nenhum tipo de análise de suas funções na língua.

Após a seleção das ocorrências, debruçamo-nos sobre a análise dos dados. Considerando o aporte teórico adotado nesta pesquisa, acreditamos que o método misto de análise nos oferece uma abordagem mais coerente e precisa do objeto estudado. Sendo assim, seguimos para os critérios de análise:

Em relação ao aspecto qualitativo, investigamos os seguintes fatores:

- 1) Seleção da ocorrência como um padrão pertencente à construção modal/condicional negativa – [[sem] [oração não finita]] –, à construção aditiva [sem *V<sub>dicendi</sub>* que] ou, ainda, a algum outro padrão construcional ainda não observado anteriormente.
- 2) Identificação do tipo de estrutura da oração: hipotática integrada ou hipotática desgarrada.
- 3) Descrição do contexto típico de uso de cada um dos padrões, o tipo de sequência e o tipo de discurso em que se apresenta.

E quanto ao aspecto quantitativo, verificamos:

- 1) Os verbos *dicendi* que recrutam ambas as construções: a modal/condicional negativa e a aditiva;
- 2) A produtividade de cada um dos padrões que recrutam a construção aditiva.

## 2. Resultados

A apresentação dos dados se dará em quatro subseções com o propósito de elucidar para o leitor, detalhadamente, cada parte de nossa análise.

### 2.1 Verbos *dicendi que* que instanciam a construção aditiva [sem *V<sub>dicendi que</sub>*] e a construção modal/condicional negativa [[sem][oração não finita]]

Em nosso levantamento de dados, as 248 ocorrências recrutam a construção [sem *V<sub>dicendi que</sub>*] ou a [[sem][oração não finita]]. Nos dados analisados, verificamos, contudo, que não há o valor condicional para o último tipo, o que parece revelar a preferência do falante pelo uso modal, pelo menos para os verbos *dicendi* –, ao uso condicional. No quadro abaixo, apresentamos quantitativamente a distribuição desses dois tipos de construção:

Sequência de palavras	Ocorrências da construção modal negativa [[sem][oração não finita]]	Ocorrências da construção aditiva [sem <i>V<sub>dicendi que</sub></i> ]
1. sem contar que	0	30
2. sem falar que	0	30
3. sem dizer que	17	13
4. sem mencionar que	08	22
5. sem revelar que	30	0
6. sem negar que	29	01
7. sem referir que	17	01
8. sem especificar que	29	01
9. sem explicar que	20	0
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>98</b>

**Quadro 5.** Distribuição das ocorrências por padrão construcional. Fonte: elaboração própria.

Conforme demonstrado no quadro, a construção modal negativa [[sem][oração não finita]] apresenta maior produtividade *type*, já que ela ocorre com a maioria dos verbos *dicendi* selecionados. Outrossim, pode-se afirmar que a produtividade *token* da construção aditiva [sem *V<sub>dicendi que</sub>*] é superior à encontrada nas ocorrências da construção modal negativa. Note que as sequências “sem contar que”, “sem falar que” são licenciadas apenas pela construção aditiva. Nesse sentido, ao fazermos a leitura atenta dos dois quadros apresentados, percebemos que, possivelmente, a maioria de todos os dados de “sem contar que” e “sem falar que” devem ser instanciações da construção aditiva, o que corrobora nossa defesa de que a construção [sem *V<sub>dicendi que</sub>*] é altamente

convencional e produtiva. Para ilustrar cada um dos quatro padrões mais produtivos de [sem  $V_{dicendi}$  que], apresentamos os seguintes dados:

(04) Assim como em o primeiro treino, diversos pilotos escaparam, como Lewis Hamilton, Pierre Gasly, Lando Norris, Lance Stroll e Carlos Sainz. O asfalto de a pista de a Áustria não é de os mais aderentes de o calendário, **sem contar que** fica em uma de as maiores altitudes de todo o campeonato. # Como se não fossem suficientes esses fatores, ventou com força durante todo o treino, o que causava desequilíbrio em os carros. (Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/motor/formula-1/noticia/gp-da-austria-leclerc-faz-melhor-tempo-em-treino-com-acidentes-de-verstappen-e-bottas.ghtml> - Acesso em 03 de julho de 2021).

(5) A nova empresa vai absorver os funcionários, mas isso não quer dizer que todos eles terão a estabilidade que tem em a Sul Fluminense devido a os anos de casa, hoje temos péssimos motorista que estão ha anos em a empresa e prestam um péssimo serviço, assim como os cobradores, quem for bom ficará com certeza, já os que não são... E outra os funcionários estão reclamando, quero só ver quando começarem a trabalhar em ônibus novos e tals, vão ver que a Sul Fluminense deveria ter saído muito antes, **sem falar que** já ouvi relatos sobre o não depósito de FGTS por a empresa, veremos as rescisões que provavelmente deverão ser recebidas em a justiça. (Disponível em: <https://diariodovale.com.br/politica/samuca-afirma-que-licitacao-contera-garantia-de-emprego-a-rodoviaros/> - Acesso em 03 de julho de 2021).

(6) Geralmente funciona quando explicamos que o mercado é mais influenciado por design, fama de a marca, tamanho de a rede e preferências pessoais de o que por critérios técnicos e objetivos. **Sem dizer que** quem escolhe um modelo nunca teve a oportunidade de avaliar todos os rivais a o mesmo tempo. # Conclusão: em um comparativo de 12 veículos, você deixa feliz o fã de uma marca e conquista a ira de os outros 11. É mais ou menos como em o meme de a foto acima, que circulou recentemente em grupos de WhatsApp. Mas aí não tem jeito: é sentar e responder cada dúvida com calma. (Disponível em: <https://quatorrodas.abril.com.br/noticias/quatro-rodas-de-junho-andamos-no-ford-territory-futuro-rival-do-compass> - Acesso em 03 de julho de 2021).

(7). # Ambos os telefones possuem ecrãs imersivos com estilo dewdrop, designs com gradiente e câmaras duplas traseiras aprimoradas por inteligência artificial (AI), razão por a qual são lançados sob o slogan " See the Beauty ". # O efeito gradiente em a parte de trás é conseguido usando uma técnica de revestimento multicamadas nanocristalina que não só é atrativa e distinta, como também é agradável e confortável a o toque. **Sem mencionar que** chama também a atenção para os painéis curvos 3D de os telefones. # Os Neffos X20 e X20 Pro incluem ecrãs de 6, 26 polegadas com um formato mais alto de 19: 9 para uma excelente experiência de visualização em movimento. (Disponível em: <https://canoticias.pt/neffos-apresenta-neffos-x20-x20-pro-mwc-2019/> - Acesso em 03 de julho de 2021).

Na subseção 3.3, veremos que [sem  $V_{dicendi}$  que] ocorre, predominantemente, em sequências argumentativas, em contexto avaliativo. Ademais, [sem  $V_{dicendi}$  que] representa um uso mais vinculado, abstrato e menos composicional de seus elementos componentes. A noção de adição não é resultado da soma dos significados das partes componentes da construção. Na verdade, o sentido é construído à maneira dos

idiomatismos. Note que o valor de negação do componente *sem* não é mais recuperável na construção [sem V<sub>dicenci</sub> que].

Vejamos cinco ocorrências da construção modal negativa [[sem][oração não finita]] com os cinco últimos verbos do quadro 5, em que a construção aditiva [sem V<sub>dicenci</sub> que] é improdutiva ou pouco produtiva:

(8) João descobre que Jerônimo está interessado comercialmente com a gravação de o programa em Corujinha. João vê Vanessa sabotando a bebida de Manu e impede que ela beba o chá. Dandara e Ticiano discutem em a frente de jornalistas. Ticiano toma o chá e fica sem voz. Vanessa fica brava com o sucesso de Manu. João se revela para Manu e o casal se beija. # Quarta-feira (01 de maio) # João diz para Manu que mentiu em o presídio a o lhe pedir para esquecer- lo, **sem revelar que** foi induzido por Lidiane. Manu perdoa João e eles se beijam. Quinzão diz para Mercedes se aproximar de Dandara. Manu descobre que João e Manuel são a mesma pessoa. Lidiane quer impressionar Mercedes. Murilo aceita ajudar Lidiane. Larissa enfrenta Candé. (Disponível em: <https://entrepop.com.br/novelas/2019/04/resumo-orfaos-da-terra-22-a-27-abril/>- Acesso em 03 de julho de 2021).

(9) Se' nuestros hermanos' não tiverem o bom-senso de reconhecer o que a cada um de os Estados ibéricos corresponde, talvez seja bom lembrar- lhes que um de os' seus' principais pintores é, nada mais nem nada menos, de o que " el Greco " ... # Dê-se, pois, o seu a seu dono: a Espanha reconheça-se o mérito de ter financiado e concluído, em a pessoa de Juan Sebastián Elcano, a primeira viagem de circum-navegação, mas **sem negar que** essa empresa foi possível graças a os conhecimentos, experiência e heroísmo de um português, de seu nome Fernão de Magalhães. Com certeza que o Real Madrid, como agora a Juventus, são, respectivamente, excelentes clubes de futebol de Espanha e de Itália, mas o por ora melhor jogador de futebol de o mundo é, com a devida vénia, português. (Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/cr7-e-a-viagem-a-volta-do-mundo/>- Acesso em 03 de julho de 2021).

(10) Entre os vários remoques a a direita - que acusou de nostalgia e a a qual apontou o dedo, com ironia, por só ela poder dizer " com que políticas se cose " quando critica a esquerda por servir " clientelas " (funcionários públicos, pensionistas, trabalhadores com salário mínimo, etc.) em o Orçamento de o Estado -, lá voltou a disparar sobre o PS (o alvo preferencial de os mais destacados quadros bloquistas durante este fim-de-semana), lamentando que António Costa tenha terminado o congresso socialista " **sem referir que** o seu Governo só vive " porque assenta em uma maioria sustentada por os parceiros a a sua esquerda. " Eu prefiro a cordialidade. Saúdo com amizade todas as forças que participam em esta convergência ", declarou, bastante aplaudida por os congressistas. (Disponível em: <http://visao.sapo.pt/actualidade/portugal/2018-11-11-Catarina-Martins-Alcancaremos-a-forca-para-ser-parte-do-Governo-quando-o-povo-quiser>- Acesso em 03 de julho de 2021).

(11) Mudança de discurso Depois de serem contatados por a reportagem com essas alegações, as autoridades americanas divulgaram uma declaração descrevendo como o incêndio começou de maneira mais cautelosa. # " Relatos de testemunhas oculares indicam que o incêndio começou quando as forças de Maduro bloquearam violentamente a entrada de assistência humanitária ", disse o comunicado, **sem especificar que** teriam sido as forças de Maduro que atearam fogo. # Nossa sucursal em Brasília já está em ação. A Fórum é o primeiro veículo a contratar jornalistas a partir de financiamento coletivo. E para continuar o trabalho precisamos de o seu apoio. Saiba mais. (Disponível em:

<https://www.revistaforum.com.br/nyt-aliados-de-guaido-incendiaram-caminhoes-com-ajuda-humanitaria-governo-dos-eua-muda-discurso/> Acesso em 03 de julho de 2021).

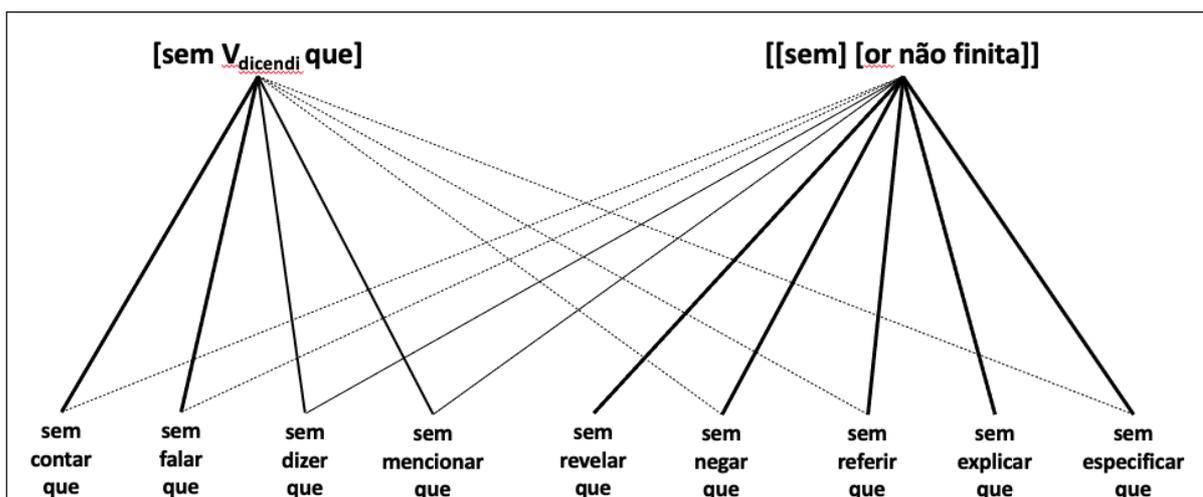
(12) Almocei, tomei um lemoncelo, saí de o Pasquale, dei com o pessoal multando os carros. E essa besteira de a CET de proibir estacionar em a Vila Madalena? Caça-níqueis? Um grupo discutia em a porta. Fui rodeado, me perguntaram: " Você já perdeu algum pênalti? Porque aqui nenhum de nós perdeu. " Respondi: " Eu também não ". E segui ligeiro, **sem explicar que** nunca bati um pênalti em a vida nem em as peladas de calçada. Acompanhei a Copa por canais diferentes, regulados por a minha cabeça e por as sensações de imagens. # Comovente a presença de lindas mulheres iranianas, maquiadas, coloridas, sorridentes, depois derramando- se em lágrimas com a desclassificação. Um dia, cairão as burcas, as proibições milenares, o machismo exacerbado. (Disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,a-barba-van-gogh-de-messi,70002375320>. Acesso em 03 de julho de 2021).

Nos exemplos de 08 a 12, temos instanciações da construção hipotática modal negativa [[sem][oração não finita]]. A noção de modo pode ser compreendida na relação entre a oração não finita encabeçada por *sem* e o verbo da oração matriz: (08) *diz, sem revelar*; (09) *reconheça-se, sem negar*; (10) *terminado, sem referir*; (11) *disse, sem especificar*; (12) *segui, sem explicar*.

Ademais, a noção de negação também está presente em cada ocorrência, já que em todas elas verificamos que o sujeito da oração não finita deixou de fazer algo.

Por outro lado, nas ocorrências de (04) a (07), a ideia de negação está bloqueada. Além disso, a expressão *sem + V<sub>dicendi</sub> + que* não se vincula semanticamente ao verbo da oração matriz, atribuindo-lhe uma noção de modo, como ocorre nos últimos casos analisados. Em (06), por exemplo, *sem dizer que* é uma estrutura hipotática desgarrada, o que corresponde a um ato de fala por si (Decat, 2009). A mesma análise pode ser feita nas outras três ocorrências, isto é, *sem V<sub>dicendi</sub> que* não se integra semântica nem sintaticamente a nenhum outro verbo antecedente, seja nas estruturas hipotáticas integradas (4) e (5), seja nas hipotáticas desgarradas (6) e (7).

De modo a visualizarmos, esquematicamente, a produtividade *type* das duas construções em análise e o grau de vinculação de cada um dos padrões, apresentamos a figura 2:



**Figura 2.** Produtividade de [sem Vdicendi que] e [[sem][oração não finita]] por verbo *dicendi*. Fonte: elaboração própria.

As linhas mais espessas representam maior produtividade *token* vinculado a cada um dos padrões; a linha tracejada, menor produtividade. Vale observar que há padrões que estão vinculados apenas à construção [[sem][oração não finita]], já que não identificamos – nos dados analisados – ocorrências desses verbos na construção [sem Vdicendi que]<sup>10</sup>.

### 3.2 as duas construções na hipotática integrada e na hipotática desgarrada

Segundo Decat (2009), o desgarramento é definido “como um mecanismo/recurso sintático que serve à estratégia de focalização” (DECAT, 2009, p. 2150). Um dos exemplos apontados por Decat para ilustrar o fenômeno (2011, p. 33) é:

v. “Esse caso com a modelo Lilian Ramos realmente foi uma tragédia. **Apesar de Itamar ser um senhor solteiro e o ambiente ter sido o carnaval**”. (Estado de Minas, 17/2/94).

Para a autora, há uma desgarrada em (v), uma vez que a adverbial concessiva é separada da oração anterior por ponto final. Ainda sob a perspectiva de Decat, não há nessa ocorrência um erro de sintaxe por parte do autor do texto, mas, conforme previamente mencionado, trata-se aqui de uma “estratégia de focalização para atender objetivos comunicativos do usuário da língua, constituindo uma opção organizacional a serviço da interatividade.” (DECAT, 2019, p. 17). Como podemos observar nos quadros 6 e 7, a estratégia do desgarramento é bastante produtiva na construção [sem Vdicendi que]:

<sup>10</sup> Embora não tenhamos identificado ocorrências de *sem contar que* e *sem falar que* na construção modal negativa, entendemos que sua realização é possível.

Sequência de palavras	Estrutura hipotática integrada		Estrutura hipotática desgarrada	
	Modo neg.	Adição	Modo neg.	Adição
1. sem contar que	0	14	0	16
2. sem falar que	0	10	0	20
3. sem dizer que	16	3	1	10
4. sem mencionar que	7	12	1	10
5. sem revelar que	29	0	1	0
6. sem negar que	29	0	0	1
7. sem referir que	17	0	0	1
8. sem especificar que	29	0	0	1
9. sem explicar que	20	0	0	0
<b>Total</b>	<b>147</b>	<b>39</b>	<b>03</b>	<b>59</b>

**Quadro 6.** [sem V<sub>dicendi</sub> que] e [[sem][oração não finita]] em estruturas hipotáticas integradas e hipotáticas desgarradas. Fonte: elaboração própria.

	Estruturas hipotáticas integradas	Estruturas hipotáticas desgarradas
Construção aditiva [sem V <sub>dicendi</sub> que]	40% (39)	60% (59)
Construção modal negativa [[sem][oração não finita]]	98% (147)	2% (3)

**Quadro 7.** Percentual de estruturas hipotáticas e desgarradas na construção aditiva e na modal negativa. Fonte: elaboração própria.

Os quadros 6 e 7 evidenciam que a construção modal negativa é pouco produtiva em contextos de desgarramento sintático, sendo bastante pontual sua frequência *token* – 03 ocorrências, o que representa apenas 2% dos dados. Já a construção aditiva é bastante frequente tanto no desgarramento sintático (60% dos dados) quanto na estrutura hipotática integrada (40% dos dados). Vejamos, a seguir, alguns exemplos de ocorrências de [sem V<sub>dicendi</sub> que], nos contextos de hipotaxe integrada e de hipotaxe desgarrada:

(13) Assim como em o primeiro treino, diversos pilotos escaparam, como Lewis Hamilton, Pierre Gasly, Lando Norris, Lance Stroll e Carlos Sainz. O asfalto de a pista de a Áustria não é de os mais aderentes de o calendário, **sem contar que** fica em uma de as maiores altitudes de todo o campeonato. # Como se não fossem suficientes esses fatores, ventou com força durante todo o treino, o que causava desequilíbrio em os carros. (Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/motor/formula-1/noticia/gp-da-austria-leclerc-faz-melhor-tempo-em-treino-com-acidentes-de-verstappen-e-bottas.ghtml> Acesso em 03 de julho de 2021).)

(14) Prefeito de Camaragibe é preso por suspeita de fraude em licitação, corrupção e lavagem de dinheiro 1 Comentário # JOTAT10há 9 dias # Caramba como o RJ esta corrompido em todo o Estado, não adiantou prenderem o ex governadores Cabral, Pezão, Garotinho e a Rosinha, até os prefeitos tem a mãos grandes em o erário Público, vide esse caso e outros, fora que um manda matar o outro pro poder, **sem falar que** o filho ou filha sempre os sucedem com esse perfil, benza meu DEUS. Prefeito de Camaragibe é preso por suspeita de fraude em licitação, corrupção e lavagem de dinheiro. (Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/prefeito-de-camaregibe-presos-por-suspeita-de->

[fraude-em-licitacao-corrupcao-lavagem-de-dinheiro-23753290.html](https://www.canoticias.pt/neffos-apresenta-neffos-x20-x20-pro-mwc-2019/) Acesso em 03 de julho de 2021).)

(15) Ambos os telefones possuem ecrãs imersivos com estilo dewdrop, designs com gradiente e câmaras duplas traseiras aprimoradas por inteligência artificial (AI), razão por a qual são lançados sob o slogan " See the Beauty ". # O efeito gradiente em a parte de trás é conseguido usando uma técnica de revestimento multicamadas nanocristalina que não só é atrativa e distinta, como também é agradável e confortável a o toque. **Sem mencionar que** chama também a atenção para os painéis curvos 3D de os telefones. # Os Neffos X20 e X20 Pro incluem ecrãs de 6, 26 polegadas com um formato mais alto de 19: 9 para uma excelente experiência de visualização em movimento. (Disponível em: <https://canoticias.pt/neffos-apresenta-neffos-x20-x20-pro-mwc-2019/> Acesso em 03 de julho de 2021).)

(16) Em todas as nossas tags apresento ideias de consumo, para que o cliente saia de a tradicional torradeira/pão e ouse, usando geleias em o preparo de sanduíches, saladas, carnes acompanhadas em sorvetes, panquecas, waffles, bolos e uma série de outras opções ", garante. # " O que mais me encanta em produzir geleias é que, com imaginação, pode-se produzir geleia de praticamente qualquer fruta ou legume! **Sem dizer que** hoje dá para criar geleias alcoólicas, de especiarias, de chás e até mesmo de flores. O meu desafio é esse: inovar em os sabores, sempre ", finaliza Mônica. (Disponível em: <http://www.olhardireto.com.br/conceito/noticias/exibir.asp?id=16974&edt=0&noticia=apos-tres-anos-de-estudo-administradora-deixa-empresa-inglesa-para-vender-geleias-artisanais-em-mt> Acesso em 03 de julho de 2021).)

Em (13) e (14), *sem contar que* e *sem falar que* apresentam-se no contexto da hipotaxe integrada, em que a preposição *sem* atua como um subordinador. Entretanto, a vinculação ocorre apenas no plano da forma, mas não do sentido. Isso porque, não é possível afirmar que “sem falar” se vincula semanticamente ao verbo “ser”, presente na oração matriz, como geralmente ocorre quando há construção modal negativa.

Acreditamos que a desvinculação semântica presente nesse tipo de contexto tenha contribuído, diacronicamente, para a ocorrência do desgarramento dessas construções. Se não há vinculação semântica, não há por que se manter o encaixamento. Portanto, defendemos que as ocorrências desgarradas, como as expressas em (15) e (16), são relativamente mais frequentes na construção aditiva, uma vez que é nesse tipo de construção que não há vinculação semântica nem sintática. Mais uma vez a repetição no uso dessa construção pode ter feito com que o usuário da língua a reinterpretasse e visse as informações articuladas por [sem V<sub>dicendi</sub> que] como unidades informacionais distintas, articuladas somente em nível supraoracional.

### 3.3. Contextos discursivos da construção aditiva e da modal negativa

As sequências tipológicas em que as duas construções se apresentam também são bastante distintas, como podemos observar no quadro 8:

Sequência de palavras	Sequência expositiva		Sequência argumentativa	
	Modal Neg.	Adição	Modal Neg.	Adição
1. sem contar que	0	4	0	26
2. sem falar que	0	1	0	29
3. sem dizer que	14	1	3	12
4. sem mencionar que	08	0	0	22
5. sem revelar que	30	0	0	0
6. sem negar que	29	0	0	1
7. sem referir que	17	0	0	1
8. sem especificar que	30	0	0	0
9. sem explicar que	20	0	0	0
<b>Total</b>	<b>148</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>91</b>

**Quadro 8.** Distribuição da construção aditiva e da modal negativa por sequência tipológica. Fonte: elaboração própria.

No quadro 8, podemos ver que a maioria das ocorrências da construção modal negativa [[sem][oração não finita]] aparecem em sequências expositivas já que o modo expresso representa, via de regra, uma especificação de um verbo *dicendi* anterior, presente na oração principal, como evidenciaram todas as ocorrências da construção modal negativa apresentadas até o momento neste texto.

Vejam os exemplos (17):

(17) Nos próximos capítulos de " O Sétimo Guardião ", Luz (Marina Ruy Barbosa) dará um fora em Gabriel (Bruno Gagliasso) e colocará um ponto final em o relacionamento. # Tudo começará quando ele pedir um tempo a a moça e se mudar para o casarão de Egídio (Antonio Calloni), **sem revelar que** foi escolhido para ser o sucessor de o pai em a irmandade. Inconformada com a falta de explicações, Luz irá atrás de o rapaz para uma conversa. # - Eu pedi para você confiar em mim - lembrará Gabriel, reforçando que não poderá contar as razões de a separação. (Disponível em: <https://kogut.oglobo.globo.com/noticias-da-tv/novelas/noticia/2018/12/em-o-setimo-guardiao-luz-dara-fora-em-gabriel-entre-nos-tudo-acabou.html> Acesso em 03 de julho de 2021).

(18) Especulações de que Ivanka Trump, filha de o presidente, assumiria o posto aumentaram depois que Haley a elogiou. Trump, porém, buscou afastar esta hipótese, afirmando que seria acusado de nepotismo, **sem negar que** gosta de a ideia: # — Ivanka seria uma dinamite — disse ele, sobre a filha ocupar o cargo de a ONU. (Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/eua-saida-de-embaixadora-da-onu-pode-ter-sido-por-ambicao-politica-dividas-23144649> Acesso em 03 de julho de 2021).

Em (17), *sem revelar que* remete a *mudar*, um verbo *dicendi* da oração matriz; e em (18), *sem negar que* remete a *afirmar*, que está presente na oração matriz.

Em relação às sequências argumentativas, a construção aditiva [sem V<sub>dicendi</sub> que] aparece com bastante frequência, como pode ser visto no quadro 8.

Vejam os dados (19), (20) e (21):

(19) É muito bom. O evento chama mais turistas para a cidade, né? Ajuda a cidade a crescer – comenta. # Segundo o prefeito de a cidade, esse é um momento único para a cidade e, em o ano que vem, a festa promete mais. # - Tudo colaborou em este ano. O tempo ficou muito bom, o show pirotécnico foi incrível e sempre é diferente todos os anos. **Sem contar que**, em o ano que vem, a fogueira vai ter 35 metros de altura – projeta. (Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/sao-joao-do-itaperiu-recebe-milhares-de-visitantes-na-104a-edicao-de-tradicional-festa>. Acesso em 03 de julho de 2021).

(20) A Comissão argumentou que, segundo o projeto, o plantio de as árvores frutíferas aconteceria mediante especificações técnicas. Sendo assim, a decisão foi por apoiar a derrubada de o veto. # Devido a o vício de iniciativa indicado por o Executivo, o líder Rubério defendeu que o veto fosse mantido. Ele lembrou que o assunto foi bastante discutido e foi levantado que os frutos podem causar acidentes e ainda atrair insetos e morcegos. " **Sem falar que** podem provocar sujeira e dar trabalho para a Prefeitura limpar ", acrescentou. (Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2019/06/07/camara-de-vereadores-derruba-dois-vetos-do-executivo-em-uberaba.ghtml> Acesso em 03 de julho de 2021).

(21) Em 6 posses se compeliram a o recurso de o " Punt ", o chutão altíssimo que devolve a oval a o seu adversário. O time de New England, por seu lado, fechou os 30' com 3 X 0 em 41 posses, graças a um FG solitário de Stephen Gostkowski, 42 jardas, ele que havia errado um outro chute, de 46. **Sem dizer que** Brady sofreu uma interceptação quando se aproximava de o TD. O momento de o primeiro FG de Gostkowski (Disponível em: <https://esportes.r7.com/prisma/silvio-lancellotti/num-jogo-tenso-e-nervoso-tom-brady-ganha-seu-sexto-super-bowl-04022019> Acesso em 03 de julho de 2021).

Diferente das ocorrências (17) e (18), de (19) a (21), *sem Vdicendi que* não faz referência a contextos de atos de fala. Fato esse que resulta na desvinculação semântica e, muitas vezes sintática, como argumentamos anteriormente. Ao se distanciarem das sequências expositivas de relato, a sequência *sem Vdicendi que* passa a ser recrutada para os contextos argumentativos, os quais são marcados pela presença de palavras de natureza avaliativa.

### 3.4. A emergência da construção aditiva [*sem Vdicendi que*]

Conforme apresentado na seção 2, o conceito de construcionalidade (ROSÁRIO e LOPES, inédito) busca dar conta da descrição da trajetória diacrônica das construções com base em sua gradiência sincrônica. Tal perspectiva foi pautada nos estudos diacrônicos, que evidenciaram a direcionalidade para a mudança gramatical. Sendo assim, defendemos, aqui, que é possível a aplicação de parâmetros para definir os graus de gramaticalidade inerentes às construções linguísticas.

Ainda na seção 2, afirmamos que os parâmetros de gramaticalização (LEHMANN, 2002) são bastante utilizados na perspectiva da construcionalização para os estudos da emergência de novas construções gramaticais. Da mesma forma, torna-se

possível comparar o uso menos gramatical e mais gramatical de uma sequência de elementos *x*, reconfigurada no uso para a expressão de funções mais procedurais.

Vejamos, mais uma vez, o quadro 2 com os seus parâmetros de gramaticalização (LEHMANN, 2002, p. 110).

Parâmetro	Eixo	Paradigmático	Sintagmático
Peso		Integridade	Escopo estrutural
Coesão		Paradigmaticidade	Vinculação
Variabilidade		Variabilidade paradigmática	Variabilidade sintagmática

**Quadro 2.** Parâmetros de gramaticalização. Fonte: Lehmann (2002, p. 110)

Com base nesses parâmetros, concluímos que há fortes indícios de que [sem *V<sub>dicendi</sub>* que] seja uma recategorização de [[sem][oração não finita], porque:

- a) No que diz respeito ao parâmetro **integridade**, apresenta a diminuição da integridade semântica, já que a noção de adição não emerge da soma dos significados de seus componentes.
- b) No que diz respeito ao parâmetro **paradigmaticidade**, a construção passa a integrar um paradigma de base semântica comum mais restrito: a dos conectores aditivos. A classe modal é mais variável, tanto no que diz respeito às possibilidades de escolha do verbo interno à construção, quanto às nuances de sentido articuladas à ideia de modo.
- c) No que diz respeito ao parâmetro da **variabilidade paradigmática**, a construção hipotática/condicional negativa é mais geral. Licencia o uso de inúmeros tipos de verbo. Já a construção hipotática integrada/desgarrada aditiva tem restrições quanto aos verbos que licencia: apenas alguns poucos verbos *dicendi*.
- d) No que diz respeito ao parâmetro **escopo estrutural**, a preposição *sem*, elemento formal responsável pela relação de hipotaxe/desgarramento, apresenta escopo estrutural reduzido em relação à construção hipotática modal/condicional negativa. Nesta última, o escopo sintático-semântico é toda a oração não finita. Na primeira, o escopo semântico recai sobre o verbo *dicendi*, com o qual compõe o sentido de adição.

- e) No que diz respeito ao parâmetro **vinculação**, na construção hipotática integrada/desgarrada aditiva, a preposição e o verbo estão mais vinculados, em virtude de constituírem um *chunk*. A construção hipotática modal/condicional negativa, por exemplo, permite termos intervenientes entre preposição e verbo (*a pandemia da Covid-19 agravou os números da corrupção no país, sem com isso explicar que ações de reposta esta instituição estaria a desencadear com vista a colmatar esta situação*), ao passo que isso não ocorre na construção hipotática integrada/desgarrada aditiva.
- f) Por fim, no que diz respeito ao parâmetro **variabilidade sintagmática**, a construção hipotática integrada/desgarrada aditiva apresenta menos mobilidade posicional em relação à construção hipotática modal/condicional negativa. A última pode ser anteposta à oração matriz, enquanto a primeira sempre a sucede.

Os resultados evidenciam que as duas construções descritas – a modal/condicional negativa [[sem][oração não finita]] e a aditiva [sem V<sub>dicendi</sub> que] – têm distribuição distinta quanto ao tipo de articulação. A primeira ocorre em contextos de hipotaxe, enquanto a última ora aparece na estrutura hipotática integrada, ora aparece na hipotática desgarrada. A hipótese que levantamos é a de que o desgarramento seja uma provável consequência da desvinculação semântica entre a construção e o verbo da oração matriz.

**Abstract:** In this work, we describe the use and investigate the origin of [sem V<sub>dicendi</sub> que], an additive connector that acts on the integrated and/or strayed hypotactic articulation of Portuguese, as in: “the asphalt of the track in Austria is not one of the most adherent of the calendar, not to mention that it is at one of the highest altitudes in the entire championship”. Our interest is associated with: a) the lack of description of the object in the literature; b) the fact that it is a non-compositional subscheme in the language. We base our analyzes on the theoretical assumptions of Use-Centered Functional Linguistics (cf. CUNHA et al, 2013; OLIVEIRA and ROSÁRIO, 2016; among others), especially from the perspective of constructionality (ROSÁRIO and LOPES, 2019), which allows us to reconstruct, hypothetically, the diachronic trajectory of constructions based on their synchronous gradient. We selected 248 occurrences of the sequence sem + V<sub>dicendi</sub> + than from the Corpus do Português Now database. The results show that this sequence can instantiate more than one construction: additive connection [without V<sub>dicendi</sub> que] and modal/conditional construction [[without][non-finite clause]]. The lower compositionality and greater linkage of the additive construction in relation to

the modal/conditional are strong indications that the former has its origin in the recategorization of the latter.

**Keywords:** hypotactic additive connective; constructionality; Usage-Based Linguistics.

## Referências bibliográficas

CROFT, W. *Radical Construction Grammar*. New York: Oxford University Press, 2001.

CUNHA, M. A. F; BISPO, E. B; SILVA, J. R. Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M; CUNHA, M. A. F. (orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad-Faperj, 2013, p. 13-39.

DIESSEL, H. *The Grammar Network*. How linguistic structure is shaped by language use. New York: Cambridge University Press, 2019.

DECAT, M. B. N. *Estruturas desgarradas em Língua Portuguesa*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

DU BOIS, J. W. Competing Motivations. In: HAIMAN, J. (ed.) *Iconicity in Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985.

GOLDBERG, A. *A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

HILPERT, M. *Construction grammar and its application to English*. Edimburgo: Edinburg Textbooks, 2014.

LACERDA, P. F. A. C. O papel do método misto na análise de processos de mudança em uma abordagem construcional: reflexões e propostas. *Revista Linguística/Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Volume Especial, 0. 83-101, 2016.

LEHMANN, C. *Thoughts on grammaticalization*. 2<sup>nd</sup> edition. Erfurt: Universität Erfurt, 2002.

NEVES, M. H. M. *A Gramática do Português Revelada em Textos*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

ROSÁRIO, I. C; LOPES, M. G. Construcionalidade: uma proposta de aplicação sincrônica. *Revista Soletas*, n. 37, p. 83-102, 2019.

\_\_\_\_\_. Construcionalidade e mudança na sincronia. In: ROSÁRIO, I. C. (org.). *Metodologia da pesquisa funcionalista*.

ROSÁRIO, I. C; OLIVEIRA, M. R. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Revista Alfa*, n. 60, v. 2, p. 233-259, 2016.

II SEMINÁRIO DO GRUPO DE PESQUISA CONECTIVOS E CONEXÃO DE ORAÇÕES, 2., 2019, Niterói. *Anais eletrônicos*. Niterói: Letras da UFF. Disponível em: < [file:///C:/Users/55219/Downloads/28600-Texto%20do%20Artigo-98459-1-10-20190426%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/55219/Downloads/28600-Texto%20do%20Artigo-98459-1-10-20190426%20(1).pdf) > Acesso em: 25 jan. 2022.

TRAUGOTT, E. C; TROUSDALE, G. *Constructionalization and Constructional Changes*. New York: Oxford University Press, 2013.

# ANÁLISE FUNCIONAL CENTRADA NO USO DAS CONSTRUÇÕES PASSIVAS COMPLEXAS

## USAGE-BASED ANALYSIS OF COMPLEX PASSIVE CONSTRUCTIONS

Maria Luiza Guimarães da Costa Cruz (UFF)

**Resumo:** Este artigo analisa as construções passivas complexas (CPC), pelo viés sincrônico da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). Essas construções são formadas por uma oração matriz (com locução de participípio e preposição *por*) e por uma subordinada completiva, que exerce a função de agente da passiva da oração matriz, introduzida pelos pronomes *quem* ou *quantos*. Tendo em vista que as substantivas são comumente instanciadas por conjunções integrantes, a subordinada com função de agente da passiva não parece ser uma estrutura canonicamente completiva. Uma vez que a LFCU postula que as categorias são gradientes e se organizam em torno de protótipos (BYBEE, 2010), a agentiva da passiva pode ser classificada como uma oração mais periférica no protótipo das substantivas. Assumindo as hipóteses de Givón (1993) e de Hilpert (2014) sobre a detransitivização e a redução de valência da voz passiva; e valendo-nos de uma análise qualiquantitativa de dados retirados de *O Corpus do Português* ([www.corpusdoportugues.org](http://www.corpusdoportugues.org)), sustentamos que: (a) as CPC apresentam um padrão de transitividade distinto do das construções ativas; (b) essa característica é refletida no agente oracional e (c) a agentiva da passiva exibe pontos de interseção com as adjetivas e com as adverbiais, em decorrência de sua natureza limítrofe.

**Palavras-chave:** Voz passiva; construção; agente da passiva.

### Introdução

Este artigo está inserido na agenda de estudos do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações, que adota os pressupostos teóricos da Linguística Funcional Centrada no Uso (doravante, LFCU). Esse grupo reúne docentes, doutorandos, mestrandos e graduandos que investigam os conectivos e as conexões de orações, por meio da aplicação de critérios funcionais, que permitem a análise apurada de ocorrências linguísticas concretas. Enfatiza-se, nesse cenário, a primazia do *corpus*.

A gramática tradicional divide a subordinação de orações, elencando-a em três categorias distintas. De acordo com a especificação habitual, as substantivas são cláusulas que correspondem aos termos do período simples e são introduzidas pela conjunção integrante - uma forma semântica vazia que não exerce função sintática no período. As adverbiais, por sua vez, assemelham-se aos adjuntos adverbiais, sendo inseridas por um grupo extenso e heterogêneo de conjunções simples e complexas carregadas de valor semântico. Já as adjetivas, que exercem a função de aposto ou de adjunto adnominal oracional, são encaixadas por meio do pronome relativo, elemento que, além de recuperar

o termo antecedente da oração principal, possui função sintática no interior da subordinada. Desse modo, a abordagem gramatical delimita os tipos de conectores de cada padrão oracional, eliminando da análise as estruturas que não se adequam ao modelo proposto, como é o caso da oração substantiva com função de agente da passiva – oração não arrolada pela NGB –, que é instanciada pela preposição *por* e introduzida pelos pronomes *quem* ou *quantos*.

Tendo em vista que a classificação tradicional não abarca construções menos centrais, nosso objetivo é oferecer uma descrição funcional centrada no uso da construção passiva complexa (CPC). Trata-se, em outras palavras, de uma oração matriz (OM), que se liga a uma \_oração substantiva com função de agente da passiva (OSFAP). Apresentamos um dado retirado do nosso *corpus*:

- (01) " Eu cresci nessa indústria de pequenos filmes ingleses, lá atrás, quando os filmes eram feitos sem grana por [quem tinha paixão por um projeto] e eram feitos num período de tempo bem curto. Eu sentia falta desse tipo de produção de cinema ", disse Lena, ao The Guardian.<sup>11</sup>

No dado (01), podemos pontuar que, na oração matriz (OM), há o sujeito paciente *os filmes* ligado ao núcleo verbal *eram feitos* que seleciona a preposição *por*. Essa associação entre a locução verbal de participípio e a preposição prevista nela forma um predicador verbal complexo – nos termos de Raposo (2013), que elege a oração substantiva com função de agente da passiva (OSFAP). Nessa análise prévia é fundamental destacar duas questões sobre a agentiva oracional: (a) ela é regida por uma preposição, além de poder ser um termo opcional, o que a aproxima das adverbiais; e (b) é introduzida por um pronome, diferenciando-se de outras substantivas e abeirando-se, por esse viés, das adjetivas. Julgamos, portanto, que essa oração apresenta traços periféricos e não se encaixa como um elemento central no protótipo das substantivas. Nossa hipótese é a de que sua marginalidade está vinculada ao fato de a própria voz passiva ser uma construção de redução da valência verbal, como enfatiza Hilpert (2014). Mais especificamente, acreditamos que a OM seja marcada por um padrão de transitividade que evidencia que a CPC é parte de uma outra rede de construções que se diferencia da rede das ativas.

---

<sup>11</sup> [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/06/21/interna\\_internacional,1063710/bachelet-se-reune-com-maduro-e-guaido-em-visita-a-venezuela.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/06/21/interna_internacional,1063710/bachelet-se-reune-com-maduro-e-guaido-em-visita-a-venezuela.shtml). Acesso em: 01/2022

A fim de comprovarmos essa tese, valemo-nos de dois importantes alicerces: dados e teoria. No que diz respeito à coleta de dados, utilizamos a subamostra NOW de *O Corpus do Português* (disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/now/>), para reunir ocorrências reais de CPC. Tendo feito isso, empregamos as ferramentas da LFCU, almejando examinar o *corpus* agrupado. Uma vez que conceituamos, nos termos Goldberg (1995), a construção como um pareamento de forma-conteúdo alocada em redes, aplicamos a Hipótese da Transitividade de Hopper e Thompson (1980), com o objetivo de averiguar os padrões de transitividade que podem ser encontrados na rede de redução de valência verbal (HILPERT, 2014) na qual se insere a voz passiva e, especialmente, na CPC.

Como salientamos anteriormente, a gramática tradicional falha ao não investigar minuciosamente as orações menos prototípicas. No caso da OSFAP, a discrepância entre as avaliações fornecidas pelos gramáticos torna variada a sua classificação, sendo tida ora como uma estrutura substantiva (CUNHA e CINTRA, 2017), ora como adverbial (BECHARA, 2015) e ora como derivada de adjetiva (LUFT, 1986). Por essa inconsistência, mas não somente, consideramos relevante a atenção dada à agentiva da passiva nesse trabalho. Desejamos, por meio dele, apresentar um aparato substancial para a descrição tanto da OSFAP quanto da OM, com a qual o agente oracional se associa.

O artigo está dividido em três seções. Na primeira, apresentamos os pressupostos teórico-metodológicos adotados na pesquisa. Na segunda, fracionada em subseções, expomos os resultados obtidos. Na última, tecemos as considerações finais acerca do objeto trabalhado.

## **1. Pressupostos teórico-metodológicos**

Esta pesquisa se filia aos princípios da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). Essa corrente teórica é formada pelas contribuições da Linguística Funcional (LF) norte-americana em seu estado clássico, da Linguística Cognitiva e da Gramática de Construções.

A LF clássica buscou observar as formas linguísticas pela ótica da motivação discursiva. Os trabalhos giraram em torno da concepção de que a gramática emergiria a partir do uso e, portanto, haveria uma retroalimentação entre o discurso e a regularização das estruturas. Como pontuam Pinheiro e Ferrari (2020), por não haver, todavia, uma fundamentação para abordar o fenômeno mental / psicológico que permitiria a formação

da gramática, uma parte do grupo que utilizava os pressupostos da LF buscou também um modelo que preenchesse a lacuna cognitiva, absorvendo, então, aspectos da Linguística Cognitiva (LC) e da Gramática de Construções (GC). Neste viés, encaixa-se a LFCU, segundo temos utilizado no trabalho e no Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações.

Desse modo, os trabalhos científicos da LFCU giram em torno tanto das pressões discursivas quanto das pressões cognitivas, ambas tidas como duas forças que modelam o sistema linguístico. Sumariamente, podemos pontuar que os aportes da LC possibilitaram a apreensão da organização da linguagem, por meio dos propostos processos cognitivos de domínio geral; e a assimilação dos princípios da GC permitiu uma formalização maior à pesquisa, através do conceito basilar da construção como um pareamento de forma e conteúdo.

Conforme Goldberg (1995), as construções são alocadas em redes construcionais. Tais redes são hierarquizadas, possuindo relações entre si. As construções que são mais abstratas estão em um nível alto da hierarquia, já as mais específicas são as mais baixas e se associam às que são mais esquemáticas. Dessa forma, cabe ao linguista explicitar as ligações entre a rede e as construções que são seu objeto de estudo, evidenciando também os processos cognitivos que viabilizaram tanto a formação quanto a expansão da rede.

A língua, como indica Bybee (2010), é um sistema adaptativo complexo modelado por processos cognitivos de domínios gerais. Essa definição parte das premissas de que (i) os recursos cognitivos empregados no sistema linguístico são os mesmos aplicados em outras áreas e, logo, não são apenas específicos da linguagem; e (ii) o fenômeno linguístico é modelado por processos subjacentes. A língua, assim, exhibe tanto regularidades quanto gradiência que são resultantes desses mecanismos. Dentre eles, destacamos o fenômeno da *categorização*.

Segundo Bybee (2010), as categorias são a base do sistema linguístico e elas são obtidas por meio do processo da categorização. Nele o indivíduo reconhece similaridades e agrupa itens semelhantes em torno de um protótipo que estabelece associações com formas mais e menos centrais. Destarte, uma categoria é composta em torno de elementos mais prototípicos e de estruturas mais periféricas. É interessante ressaltar, nesse sentido, que elementos mais marginais de uma determinada categoria não possuem todos os traços da forma mais prototípica e, estando em uma zona limítrofe, podem ter características que o colocam próximo a outras.

Autores da vertente funcional, cognitiva e construcional têm se empenhado na descrição das estruturas passivas. Distintamente das abordagens transformacionais, que enfatizam a possibilidade de passagem da voz passiva para a voz ativa, Givón (1993), Langacker (2008) e Hilpert (2014) procuram apurar as propriedades das construções passivas, compará-las com as das ativas e estabelecer critérios para uma averiguação independente.

Givón (1993) postula que a voz passiva se enquadra no fenômeno da *detransitivização* verbal. O autor destaca que para que uma construção seja considerada semanticamente transitiva, três fatores de análise precisam ser observados:

(a) Agente: a cláusula transitiva prototípica envolve um agente volitivo, controlador e iniciador ativo que é responsável pelo evento e, portanto, é sua causa saliente.

(b) Paciente: o evento transitivo prototípico envolve um paciente não volitivo, inativo, não controlador, que registra as mudanças de estado do evento e, portanto, é efeito saliente.

(c) Verbo: o verbo da oração transitiva prototípica codifica um evento que é compacto (não durativo), limitado (não prolongado), sequencial (não perfeito) e *realis*.

Para elucidar esses critérios de transitividade, Givón (1993, p. 48) propõe o exemplo: *Os soldados invadiram a aldeia*<sup>12</sup>. O sujeito *Os soldados* é o tópico pragmático e o agente volitivo e controlador que inicia ativamente a ação de *invadir*. O verbo *invadiram*, por sua vez, representa um evento compacto e limitado, afetando o paciente *aldeia*, que é não volitivo, inativo, não controlador e registra a mudança de estado do evento. Esse é um exemplo prototípico de transitividade, por representar um episódio de mudança acelerada, completa, real e perceptualmente e/ou cognitivamente saliente.

Ao passo que esses três parâmetros caracterizam um evento de alta transitividade, *o rebaixamento do sujeito, a promoção de um não agente e estativização de verbos* são os três critérios funcionais que qualificam a voz detransitiva, estruturas que não possuem transitividade alta.

---

<sup>12</sup> The soldiers invaded the village.

O critério de *rebaixamento do sujeito* tem relação com a função de agente. Enquanto, na voz ativa, o agente é o sujeito gramatical e o tópico primário da oração, na voz detransitiva, ele é rebaixado tanto de seu papel de tópico pragmático quanto da sua função de sujeito gramatical. Em decorrência disso, passa a ter baixa relevância temática, podendo, inclusive, ser retirado da oração.

Já a questão da *promoção de um não agente* pode ser compreendida como um efeito do primeiro princípio. Conforme o agente do evento é rebaixado, outro participante é interpretado como tópico e pode ser promovido à função de sujeito da oração.

O parâmetro da *estativização dos verbos* não é pontuado em todas as construções detransitivas. Givón (1993) esclarece que esse critério é encontrado somente em construções cujo não agente preenche a posição de sujeito, inserindo-se, nessa situação, as estruturas passivas. Se, em um evento transitivo, o processo de mudança é compacto e iniciado por um agente nitidamente limitado, no evento passivo, o acontecimento é reinterpretado como um estado resultante. Um exemplo dessa estativização seria a locução de um verbo *be [ser]* e uma forma verbal menos finita - *adjetiva, perfeita, participial*, ou seja, a locução verbal de particípio é interpretada cognitivamente como um estado resultante.

Langacker (2008), ao tratar da forma de particípio, faz apontamentos similares. Para o autor, o esquema verbal é conceitualmente dependente, isto é, há uma relação entre o verbo e os participantes de seu processo. Esse encadeamento entre eles pode ser rastreado cognitivamente por meio de dois tipos de *varreduras*, uma *sequencial* e outra *sumária*. Na *sequencial*, o acontecimento é rastreado parte por parte em seu desenvolvimento no tempo. Podemos identificar, nesse caso, as conjugações de presente, pretérito e futuro, em que são registrados os tempos do evento de modo fracionado. Já, na *sumária*, os tempos são escaneados de maneira que se tornam sobrepostos e, nesse padrão, insere-se a estrutura de particípio passado passivo. Podemos melhor explicitar essa característica por meio de um dado que contenha um verbo auxiliar de futuro combinado à estrutura participial:

(02) Na tentativa de preparar uma saída “digna”, os petistas que ocupam cargos no governo de Wilsão ensaiam discurso para tornar a separação menos traumática. Segundo eles,

a entrega de cargos será feita por [quem deseja concorrer a um cargo em 2014 e não por divergências políticas.]<sup>13</sup>

No dado (02), a OM da CPC tem como núcleo verbal a locução de particípio *será feita*. Recorrendo ao dado, observamos que, embora haja a marca de futuro do presente do modo indicativo do verbo auxiliar *será*, a sua articulação com o particípio passado *feita* conduz o foco cognitivo para o resultado do evento. Desse modo, é verificada a sobreposição dos tempos da varredura *sumária* e fundamentada cognitivamente a *estativização* notada por Givón (1993), em que o particípio passado, combinado a um verbo de cópula, exprime o estado resultativo, o resultado do evento, inobstante o tempo do verbo auxiliar que o acompanhe.

No que diz respeito à voz passiva, Langacker (2008) a vê como uma alternativa para o alinhamento padrão de voz ativa. De acordo com ele, as expressões linguísticas possuem bases conceituais e através do *profiling [perfilamento]* uma parte delas se destaca. Na voz ativa, as bases conceituais de sujeito e objeto são fornecidas, respectivamente, pelos participantes focais *trajector* – o mais proeminente e primário – e *marco* – um elemento secundário. Assim, nesse alinhamento, ganham proeminência focal tanto o sujeito quanto o objeto. De outro modo, na opção passiva, embora o *marco* receba projeção de *trajector*, o agente da passiva não possui a saliência do *marco*, uma vez que, segundo Langacker (2009), ele é um termo não obrigatório e menos frequente na conversação. Desse modo, o agente não é tido como um participante focal, mas sim central no perfilamento das relações entre o verbo e seus participantes. Em decorrência disso, podemos concluir que a escolha pelo alinhamento passivo tanto evidencia o papel de sujeito paciente de forma mais tímida quanto atenua a relevância do agente.

Pelo viés da GC, Hilpert (2014) vai além dos estudos anteriores, ao investigar pares ativos-passivos que não possuem correspondência entre si. Apoiado em Huddleston e Pullum (2002), o autor argumenta que não há uma regra gramatical de ligação sistemática entre passivas e ativas-transitivas. Para fundamentar a afirmação, destaca exemplos como os de passivas construídas com ditransitivos e não transitivos, como *John was given a large data set for the analysis* [John recebeu um grande conjunto de dados para a análise] e ocorrências de verbos que parecem estar restritos ao uso passivo, como

---

<sup>13</sup> <http://180graus.com/bastidores/petistas-ja-falam-em-deixar-governo-e-preparam-uma-especie-de-saida-digna>. Acesso em: 01/2022.

no exemplo utilizado *Pat is reputed to be very rich*. [Pat tem fama de ser muito rico.]. A partir dessa exposição, o autor defende a ideia de analisar a forma passiva como uma construção em si e não como uma contraparte da ativa.

Hilpert (2014) elenca ainda três fatores que favoreceram a análise das passivas à sombra das ativas, em detrimento da averiguação precisa da estrutura como uma unidade independente do conhecimento linguístico. Segundo ele, são causadoras da abordagem transformacional a correspondências entre: (i) o sujeito da ativa e o objeto oblíquo marcado pela preposição *by* [por] da passiva; (ii) o objeto da ativa e o sujeito da passiva, em que a passiva se torna uma forma de inversão de proeminência argumental; e (iii) o verbo complexo da passiva, que possui relação com a forma mais simplificada da ativa.

Em sua análise, entretanto, o autor enseja uma perspectiva na qual as construções passivas são investigadas como formas autônomas, apesar de suas semelhanças com as ativas. Pontua também que a possibilidade de omissão do agente encadeia a passiva em uma rede de *redução de valência verbal* – conclusão essa que se aproxima da visão de Givón (1993) sobre a detransitivização e de Langacker (2008) acerca da perda de proeminência do agente. Nesse sentido, podemos postular uma rede de *redução de valência verbal*, na qual se inserem as construções passivas, que se distancia, em face disso, da rede das ativas.

As asserções de Givón (1993), Langacker (2008) e Hilpert (2014) são necessárias para observar a estrutura passiva de maneira mais específica do que tem feito a tradição transformacional; e para investigar os seus processos formadores. Enfatizamos, contudo, que discordamos dos três linguistas quanto ao reduzido tratamento dispensado ao agente da passiva, uma vez que julgamos necessário analisá-lo minuciosamente como um membro não prototípico da categoria dos termos argumentais. De acordo com Traugott e Trousdale (2010), os limites entre as categorias linguísticas são gradientes e os seus membros mais marginais são perpassados por linhas difusas. Nesse sentido, se o agente se distingue por ser um termo não obrigatório, ele ocupa uma zona periférica e é um modelo que precisa ser estudado para a melhor compreensão da gradiência entre os itens linguísticos de sua categoria. Portanto, buscamos não somente investigar a OM que compõe a CPC, como também a natureza do agente oracional que se liga a ela.

Ao considerarmos que as passivas e, em nosso trabalho mais especificamente, as CPC participam de uma rede de *redução de valência verbal* e são construções de *detransitivização*, concebemos, outrossim, que seu padrão de transitividade se diferencia

de algum modo dos modelos ativos. Para testar essa hipótese empiricamente, aplicamos os dez parâmetros da Hipótese da Transitividade de Hopper e Thompson (1980) aos dados de CPC.

De acordo com Hopper e Thompson (1980), a transitividade envolve a cláusula como um todo, afetando também os seus componentes e não somente o verbo. Por meio de um exame translingüístico é atestada a sensibilidade da marcação morfossintática para o fenômeno da transitividade. Nessa perspectiva, são apresentados dez parâmetros para verificar, em um *continuum*, os níveis de transitividade das construções, a saber: (i) quantidade de participantes; (ii) cinese; (iii) aspecto; (iv) pontualidade da ação; (v) volicionalidade; (vi) afirmação; (vii) modalidade oracional; (viii) agentividade do sujeito; (ix) afetamento do objeto; e (x) individuação do objeto. Vejamos uma síntese deles combinados a exemplos do artigo:

**Quadro 1 – Os dez parâmetros da Hipótese da Transitividade, Hopper e Thompson (1980)**

<b>Participantes</b>	Uma transferência só pode ocorrer quando dois participantes estão envolvidos
<b>Cinese</b>	Ações podem ser transferidas, estados não. Vejamos a diferença entre <i>Eu abracei Sally</i> e <i>Eu não gosto de Sally</i>
<b>Aspecto</b>	Uma visão de ação télica, finalizada, é mais eficazmente transferida para um paciente do que uma que não seja transmitida em seu ponto final.
<b>Pontualidade</b>	As ações realizadas sem uma fase de transição óbvia entre o início e o fim têm efeitos mais marcantes em seus pacientes do que ações em andamento.
<b>Volicionalidade</b>	O efeito no paciente é tipicamente mais aparente quando A é apresentado agindo propositalmente.
<b>Afirmação</b>	Parâmetro afirmativo / negativo. Uma transferência é mais aparente quando não é negada.
<b>Modalidade</b>	Uma ação que não ocorreu ou que ocorre em um mundo não real ( <i>irrealis</i> ) é menos eficaz do que a que é apresentada ocorrendo no mundo real ( <i>realis</i> ).
<b>Agentividade do sujeito</b>	Participantes com alta agentividade podem efetuar uma transferência de forma mais eficaz que aqueles com baixa agentividade.
<b>Afetamento do objeto</b>	O grau em que uma ação é transferida é mais aparente quando o objeto é completamente afetado.

<b>Individuação do objeto</b>	Uma ação pode ser mais efetivamente transferida para um paciente que é individuado do que para um que não seja.
-------------------------------	---

Fonte: elaborado pela autora com base em Hopper e Thompson (1980).

Embora os parâmetros sejam frequentemente empregados para examinar construções ativas, fazemos uso deles nas CPC. Essa opção é justificada pelo fato de acreditarmos que a voz passiva, diferentemente da voz ativa, não seja um padrão de alta transitividade, o que pode ser comprovado por meio da aplicação de um modelo elaborado para abarcar também construções elevadamente transitivas. Ademais, por ser formulada em *cline*, a proposta nos permite aferir mais de um nível de transitividade dos dados, concedendo um detalhamento mais elaborado das CPC.

Por serem construções complexas, possuindo mais de um núcleo verbal, decidimos investigar a transitividade da OM e tratar a OSFAP como um objeto oracional, já que existe uma relação de dependência quanto à matriz. Essa escolha também se respalda no apontamento de Cruz (2022), que enfatiza que tanto a *redução de valência verbal* como o processo de *detransitivização* das passivas são ocasionados pela própria natureza do particípio que é, em si, uma estrutura de *detransitivização*. Em vista disso, o foco para investigar a marginalidade das OSFAP antes deve recair sobre o elemento que propicia sua formação.

Como a LFCU preza por ocorrências reais do uso, para maior precisão descritiva, reunimos um *corpus* com 300 (trezentos) dados de língua portuguesa escrita do Brasil. Com o propósito de realizar a coleta, utilizamos a subamostra NOW de *O Corpus do Português* (disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/>). A interface criada em 2016 tem em torno de 1.1 bilhão de palavras e é composta por sites que abrangem diversos gêneros textuais e domínios discursivos. Usamos o mecanismo de busca eletrônica e registramos as formas *por quem* e *por quantos* para selecionar as CPC, os contextos nos quais elas aparecem e a fonte dos dados.

A pesquisa tem um viés sincrônico, dado que é relevante observar a gradiência entre os limites linguísticos em um único ponto do tempo. Esse prisma contribui também para os estudos diacrônicos, como propostos por Bybee (2010) e Traugott e Trousdale (2013), em razão de a mudança linguística acontecer em pequenas etapas e variações na sincronia. Nessa lógica, não nos afastamos de outros trabalhos da LFCU, ao contribuímos com uma descrição acurada da gradiência sincrônica. Ainda aplicamos um viés qualiquantitativo à análise, por entendermos o método misto como sendo

fundamental para a compreensão de estruturas periféricas. Se, por um lado, o método qualitativo seja precípuo tanto para examinar quanto para descrever elementos que precisam de maior detalhamento por sua condição fronteira; por outro, o alicerce quantitativo permite atestar com maior exatidão as hipóteses ponderadas qualitativamente.

Apresentamos a seguir a seção de Resultados, na qual tratamos dos padrões de transitividade da OM e abordamos a questão da natureza das OSFAP.

## 2. Resultados

Conforme destacamos anteriormente, as CPC são formadas por uma oração matriz seguida por uma OSFAP. Nos trezentos (300) dados coletados, registramos dois *types* construcionais, os quais expomos em seguida:

**Tabela 01: Frequência *type* e *token* da CPC**

<b>Padrões construcionais</b>	<b>Ocorrências</b>
<b>Padrão 1</b> sujeito + VL + particípio + prep. + QUEM + V	298 - 99,3%
<b>Padrão 2</b> sujeito + VL + particípio + prep. + QUANTOS + V	2 - 0,7%
Total	300 - 100%

Fonte: elaborado pela autora.

É possível identificar dois padrões de ocorrência de CPC diferenciados pelo tipo de pronome indefinido que introduz a subordinada. O padrão mais frequente (99.3%) é instanciado pelo pronome indefinido *quem*, enquanto, no padrão 2, a agentiva da passiva é formada com o indefinido *quantos*.<sup>14</sup> Ambos, apresentam traços [+HUMANO] em todo o *corpus* e exibem um aspecto generalizante. Distintamente de outros conectores de

<sup>14</sup> A discussão acerca da natureza dos pronomes *quem* e *quantos* é feita na subseção que trata propriamente da oração substantiva com função de agente da passiva.

orações substantivas, esses pronomes, além de trasporem o agente da passiva ao nível oracional, exercem invariavelmente a função de sujeito dentro da oração subordinada.

No *corpus* agrupado, houve a predominância de textos do domínio jornalístico, registrando-se a maior parte dos dados em notícias (160/300). Foram verificadas também ocorrências em textos reunidos em colunas, sessões e blogs de assuntos específicos (84/300), reportagens avulsas (21/300), artigos (13/300), editoriais (7/300), comentários (4/300), opiniões (4/300), críticas (4/300), ensaios (1/300), boletins (1/300) e manuais (1/300). Como a voz passiva é uma opção pela topicalização do paciente verbal, essa escolha, dentro do domínio jornalístico, pode estar ligada, como investiga Hawad (2004), ao fato de o termo topicalizado poder ser uma informação dada que é retomada para facilitar o processamento cognitivo do texto. Desse modo, o fluxo de informações textuais facilitaria o progresso da leitura. Em seus resultados, a autora demonstrou que, em 77% dos dados, o sujeito passivo era uma informação já dada.

Thompson (1996) também argumenta em favor de uma abordagem em que se investigue não somente a voz passiva sem o agente, mas especialmente quando esse termo esteja expresso. De acordo com sua postulação, a ocorrência de passiva com o agente é ideal se se almeja observar a motivação para o uso de voz passiva, uma vez que os dois potenciais sujeitos estão explícitos na oração.

Consideramos também fundamental a descrição da voz passiva com o agente da passiva, particularmente em língua portuguesa, dado que há possibilidade de um agente oracional. Mais ainda, constatamos que a análise do agente deve ser feita em conjunto com o núcleo verbal ao qual ele se associa. Sendo assim, quanto às CPC, a investigação da OSFAP passa por sua vinculação com a OM.

Conforme enfatizamos, autores consagrados da LFCU notam um padrão diferenciado de transitividade e valência das construções passivas. A fim de melhor compreender suas particularidades e comprová-las, apoiamo-nos nos dez parâmetros da Hipótese da Transitividade de Hopper e Thompson (1980) para analisar a OM da CPC. Vejamos os graus de transitividade obtidos, relacionados a cada um dos critérios:

**Tabela 02- Relação entre os parâmetros pontuados por grau**

	Graus de transitividade				
Parâmetros positivos	Grau 6	Grau 5	Grau 4	Grau 3	Grau 2
Participantes	31/31	68/68	126/126	64/64	11/11

<b>Cinese</b>	30/31	60/68	95/126	6/64	-
<b>Aspecto</b>	27/31	10/68	11/126	2/64	-
<b>Pontualidade</b>	4/31	7/68	1/126	-	-
<b>Afirmação</b>	31/31	64/68	119/126	58/64	5/11
<b>Modalidade</b>	31/31	62/68	38/126	16/64	2/11
<b>Volicionalidade</b>	31/31	66/68	114/126	45/64	4/11
<b>Agentividade do sujeito</b>	-	-	-	-	-
<b>Afetamento do objeto</b>	-	-	-	-	-
<b>Individuação do objeto</b>	1/31	3/68	-	1/64	-

Fonte: elaborado pela autora.

Reafirmamos que o objetivo do nosso trabalho é lidar com as passivas complexas, isto é, com as construções de período composto. Nesse sentido, utilizamos os dez parâmetros relacionados ao núcleo com o qual a subordinada com função de agente da passiva estabelece relação – que é a locução de particípio da matriz -; e tratamos a agentiva como um termo, um objeto oracional. Dessa maneira, averiguamos que, factualmente, a CPC exhibe, no mínimo, dois graus a menos na escala de transitividade verbal.

Em conformidade com a tabela 02, indicamos que a CPC marca negativamente, em todos os dados, os parâmetros de (i) agentividade do sujeito e (ii) afetamento do objeto. Posto que o sujeito da OM é paciente da ação verbal e o objeto carrega a marca de agente, nem o sujeito é agentivo, nem o objeto pode ser afetado, em consequência de ele mesmo ser o causador do evento transitivo. Ressaltamos também que o critério de individuação do objeto raramente pontua de forma positiva pela natureza indefinida dos pronomes *quem* e *quantos*.

Notamos, assim, cinco padrões de transitividade que, em comparação com construções que preenchem até dez quesitos, variam entre médio e baixo. Desse modo, constatamos, com efeito, que essas construções se diferenciam de estruturas ativas, que possuem a alternativa de marcar tanto positivamente quanto negativamente para agentividade do sujeito e afetamento do objeto. Logo, a hipótese de Hilpert (2014), acerca de uma rede de construções que se diferencia da rede ativa, pode ser atestada empiricamente. Tendo em vista que as CPC são formal e funcionalmente menos

transitivas que as construções ativas, elas, conseqüentemente, exibem atributos que as tornam mais periféricas no protótipo da transitividade.

Nas três próximas subseções, apresentamos os cinco padrões de transitividade das CPC, com foco na OM. Eles foram divididos em três grupos maiores. No âmbito das CPC, as construções que preenchem de cinco a seis critérios formam os padrões de alta transitividade. As construções de grau quatro são intermediárias e representam a média transitividade. Já aquelas que marcam positivamente de dois a três parâmetros integram o padrão da baixa transitividade.

### 2.1 CPC de alta transitividade

As CPC de alta transitividade constituem o segundo padrão de maior recorrência (99/300) nos dados. O grupo se divide entre as construções de grau 6 (31/300) e de grau 5 (68/300). Nele, participantes, cinese, afirmação, modalidade e volicionalidade são parâmetros que regularmente são marcados de modo positivo. Já a marca de aspecto é maiormente registrada apenas do grau 6. A seguir apresentamos uma construção de nível 06:

(03) Nossa, eu amei tanto este ensaio! O jornal fez o meu dia! Minha mãe disse que se viu em mim! Eu adoro vibe retrô e queria levar os looks para casa. Usaria todos — diz a atriz, sem querer saber se peças e acessórios como pochete, blusas metalizadas e tênis de academia, pouco tempo atrás eram rejeitados por [quem está de olho na moda]: — Queria pedir essas roupas em casamento (risos)!<sup>15</sup>

No dado (03), há o sujeito *peças e acessórios* seguido pelo aposto *pochete, blusas metalizadas e tênis de academia*. A locução verbal *eram rejeitados*, que é antecedida pelo adjunto adverbial *pouco tempo atrás*, seleciona a preposição *por* formando o predicador verbal complexo que rege a OSFAP *quem está de olho na moda*. É possível verificar que há dois *participantes* do evento verbal, são eles: *peças* e *quem está de olho na moda*. Há entre eles *cinese*, posto que os objetos sofrem a ação de não serem selecionados por um determinado grupo; a ação é *télica*, pois é expressa por um ponto que já se completou no tempo - *eram rejeitados*; o agente é *volitivo*, pois há vontade em rejeitar alguns acessórios; a polaridade é afirmativa e, como o evento é tido como ocorrido no mundo real, marca-se positivamente a modalidade *realis*. Sendo assim, a construção preenche

---

<sup>15</sup> <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/duda-reis-sobre-preconceito-por-formar-com-nego-do-borel-um-casal-inter-racial-cor-da-pele-nao-importa-23751957.html>. Acesso em: 01/2022.

seis parâmetros de transitividade. Salientamos ainda o marco invariavelmente negativo tanto para agentividade do sujeito quanto para afetamento do objeto. Vejamos, a seguir, dado dos seis parâmetros em que o objeto é altamente individuado:

(04) No caso do atual ministro Marcio Thomaz Bastos, o doleiro reafirmou as acusações que já fizera à CPI e deu mais detalhes. Ele conta que as remessas de Bastos começaram em 1993 e lhe foram confidenciais por [quem as fazia – Marco Antônio Cursini], que na época, segundo o doleiro, operava contas no Deutsche Bank e no Swiss Bank e até recebeu uma assistência jurídica do hoje ministro.<sup>16</sup>

Consoante ao que frisamos anteriormente, a característica de individuação do objeto é menos frequente nas CPC, em decorrência da natureza do pronome indefinido. Essa particularidade torna evidente o fato de a CPC poder ser ainda menos transitiva que as passivas do período simples. O dado (04), entretanto, marca positivamente o quesito de individuação, uma vez que fica explícito tanto quem fazia as remessas quanto quem confidenciou a informação *Marco Antônio Cursini*. Enfatizamos a raridade dos dados de individuação do objeto, que aparecem somente em cinco ocorrências em todo o *corpus*. Apresenta ainda positivamente os parâmetros de participantes (*remessas* – recuperável no contexto; e *quem as fazia*), aspecto télico (*foram confidenciais*), volicionalidade do agente, polaridade afirmativa e modalidade *realis*.

Exibimos agora os dados de CPC de grau 5. Essas construções são mais frequentes, no grupo de alta transitividade, do que aquelas que completam os seis parâmetros.

(05) Hoje vocês pegam isso aqui (aponta para o celular) e na mesma hora estão vendo e falando com todo mundo. Quando me despedi do Antônio no porto, eu disse: 'Só vou ver esse rostinho no ano que vem.' Cada livro é escrito por um voluntário. O título é decidido por [quem conta as histórias.] Delita justifica o nome que escolheu: "Amo a vida. Vou morrer porque não tem jeito. Mas vai ser a contragosto."<sup>17</sup>

O dado (05) exhibe dois participantes em cinesa – *o título* e *quem conta as histórias*. Uma vez que o evento é retratado como ocorrendo no mundo real, a modalidade é *realis*; a polaridade da oração é positiva e o agente é volitivo. Distintamente dos dados anteriores da seção, o aspecto da ação é *atélico*, visto que o episódio não é apresentado pelo locutor em seu ponto de vista final e, sim, ainda ocorrendo no tempo. Como observamos, a marca

---

<sup>16</sup> <http://arquivoetc.blogspot.com.br/2005/08/o-que-sabe-o-doleiro-toninho-da.html>. Acesso em: 01/2022.

<sup>17</sup> <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/06/18/idosas-registram-em-livros-quase-um-seculo-de-memorias-do-rio.ghtml>. Acesso em: 01/2022.

de aspecto passa a ser mais registrada negativamente no grau 5 e somente 10 (10/68) ocorrências são assinaladas como *télicas*. Passamos a outro dado:

(06) Elas abrangem 85% do PIB do estado e o estado tá abrindo mão de refletir sobre essas áreas. O estado que não consegue planejar e que terceiriza o seu pensamento, ele não governa. Ele é governado por [quem vai decidir]. E quem vai decidir são as empresas privadas ", afirma Sania Batista, funcionária da Emplasa.<sup>18</sup>

No dado (06), há dois participantes – *Ele (estado)* e *quem vai decidir (empresas privadas)* – em cinese, dado que o sujeito paciente *estado* é afetado pela ação volitiva de *governar* das *empresas privadas*. A polaridade do evento é positiva e a modalidade *realis*. É interessante atentar para o fato de haver uma maior especificação do objeto oracional no período posterior *E quem vai decidir são as empresas privadas*. Não consideramos, todavia, que essa seja uma marca positiva de maior individuação, como a apresentada no dado (04), visto que a informação não está inserida na construção em si, mas sim no período. Posto isso, esse é um exemplo de CPC de grau 5 de transitividade.

Apresentamos a seguir o padrão de média transitividade das CPC.

## 2.2 CPC de média transitividade

As CPC de média transitividade formam o grupo de maior frequência dos dados (126/300) e são alocadas em um grupo intermediário de transição. Cruz (2022), ao relacionar os tipos semânticos verbais - propostos por Halliday e Matthiessen (2014) - com os parâmetros de Hopper e Thompson (1980), notabiliza que as construções que marcam positivamente em quatro critérios representam um grupo de transição dos tipos de verbo, conforme sintetizado abaixo:

Tabela 03 - Relação entre os graus de transitividade da OM e os tipos semânticos dos verbos

	Padrões de alta transitividade da OM		Padrão de média transitividade da OM	Padrões de baixa transitividade da OM		Total
	Grau 6	Grau 5	Grau 4	Grau 3	Grau 2	
<b>Tipo semântico verbal</b>						
<b>Material</b>	22	49	85	7	-	<b>163</b>
<b>Mental</b>	-	6	28	47	11	<b>92</b>
<b>Verbal</b>	3	7	4	4	-	<b>18</b>

<sup>18</sup> <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/16/assembleia-legislativa-de-sp-aprova-projeto-de-doria-para-extincao-de-estatais.ghtml>. Acesso em: 01/2022.

<b>Comportamental</b>	3	4	7	3	-	<b>17</b>
<b>Relacional</b>	3	2	2	3	-	<b>10</b>
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>68</b>	<b>126</b>	<b>64</b>	<b>11</b>	<b>300</b>

Fonte: Cruz (2022)

A autora observa que, nas construções de alta transitividade, a predominância é de verbos materiais, enquanto, nas de baixa transitividade, os verbos mentais são mais proeminentes. De acordo com ela, é justificável que verbos materiais sejam mais frequentes na alta transitividade, uma vez que representam eventos de experiência externa, o que torna as relações de transitividade mais aparentes. Já os tipos mentais, por retratarem uma experiência interna, nem sempre afetam o participante paciente, como no dado a seguir:

(07) *A fumaça densa e escura, foi vista por [quem trabalhava na Esplanada dos Ministérios].* Moradores da Asa Norte relatam falta de energia. Quem trabalha no Edifício PO 700, que fica de frente à subestação, desceu dos escritórios, pois, o prédio ficou sem luz. Ainda não há previsão de quando o problema será resolvido.<sup>19</sup>

Embora, no dado (07), haja dois participantes – *A fumaça densa e escura* e *quem trabalhava na Esplanada dos Ministérios* – não é possível estabelecer uma relação de cinese entre eles. Uma vez que *ver* é um processo interno, não se pode dizer que o participante *A fumaça* tenha sido afetado por ele. Assim, a construção marca positivamente os critérios de participantes, aspecto télico, polaridade positiva e modalidade *realis*, atingindo o grau 4 de transitividade.

Cruz (2022) examina, então, que a predominância de verbos mentais interfere no parâmetro de cinese. A autora verifica também que, entre os padrões de alta transitividade - formados em sua maioria por verbos materiais - e os padrões de baixa transitividade - compostos majoritariamente por verbos mentais -, as construções de grau 4 apontavam para um padrão de transição. Se, na alta transitividade, constata-se infimamente a presença de verbos de tipo mental e, na baixa, de tipo material, as CPC que integram o grau 4 apresentam um aumento dos verbos mentais. Ainda que os verbos materiais sejam predominantes (85/126), a ampliação dos tipos mentais (28/126), se comparado às faixas anteriores, denota um padrão intermediário de transitividade construcional. Em menor escala, registrou-se também verbos de tipo comportamental, relacional e verbal que não

<sup>19</sup>[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/05/29/interna\\_cidadesdf,758411/video-subestacao-da-ceb-na-area-central-de-brasilia-pega-fogo.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/05/29/interna_cidadesdf,758411/video-subestacao-da-ceb-na-area-central-de-brasilia-pega-fogo.shtml). Acesso em: 01/2022.

impactaram tão diretamente as estatísticas do trabalho. Vejamos um outro dado do padrão de média transitividade:

(08) Diante do cenário, a OMS sugere que a vacina seja adotada por [quem vai viajar aos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso de o Sul, Minas, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande de o Sul, Rondônia, Roraima, Tocantins, Santa Catarina e São Paulo].

Podemos observar que o dado (08) apresenta cineses entre seus participantes, pois a *vacina*, mesmo sendo um ser não animado, é um participante afetado pela ação de *adotar* do participante *quem vai viajar*. Além disso, o agente é volitivo e a polaridade é positiva. Por outro lado, o evento é atético e *irrealis*, dado que não é representado como tendo ocorrido ou estar ocorrendo no mundo real. O tipo verbal, distintamente do dado (07), é material, dado que *adotar* a vacina é uma experiência externa.

Apresentamos a seguir os padrões de baixa transitividade.

### 2.3 CPC de baixa transitividade

As CPC de baixa transitividade aparecem no *corpus* diminutamente (75/300), se comparado aos outros grupos. Essa faixa é instanciada por construções dos graus 3 (64/300) e 2 (11/300). Como salienta Cruz (2022), nesse nível, há o aumento significativo de verbos do tipo mentais. Vejamos a seguir:

(09) Brinquedos de personagens. Um gasto a ser considerado por [quem vai a parques temáticos como Disney, Universal e SeaWorld]. Você sabe (ou deveria saber): toda atração termina em lojas tentadoras onde bonecos não custam menos de US\$ 30. Combine com as crianças antes de sair de casa quantas aquisições serão autorizadas.<sup>20</sup>

Podemos analisar que há dois participantes no evento do dado (09) – *Um gasto* e *quem vai a parques temáticos*. Não há, entretanto, cineses entre eles, posto que *considerar*, por ser uma experiência altamente interna, não afeta sensivelmente *Um gasto*. A polaridade é positiva e o agente age com volicionalidade. Pelo fato de a locução verbal retratar um aspecto futuro – *a ser considerado* – a modalidade é *irrealis* e o aspecto atético. Desse modo, o dado (09) atinge três dos oito parâmetros possíveis da transitividade das CPC. Vejamos outro dado:

---

<sup>20</sup><https://viagem.estadao.com.br/noticias/geral,7-gastos-que-voce-esquece-de-prever-na-viagem-com-criancas,70002726555>. Acesso em: 01/2022.

(10) O chão não chegou e Joãozinho não se espatifou. Ele voou e, com suas próprias asas, poderá ir aonde quiser e poderá levar o que quiser. Joãozinho não tem um final feliz porque nunca precisou ter um. Mesmo que ninguém saiba de sua história, ela será conhecida por [quem importa: ele.]<sup>21</sup>

No dado (10), há o raro marco positivo para a individuação do objeto. Além disso, há dois participantes e polaridade positiva. Convém especificar que *conhecer*, no contexto, não retrata um evento volitivo, posto que Joãozinho conhece sua própria história involuntariamente por tê-la vivido. Sendo assim, essa CPC também é de grau 3.

Passamos agora a uma construção de grau 2, cujo objeto oracional é introduzido pelo pronome indefinido *quantos*:

(11) Pois posso devolver, e publicamente, a revelação: isso que você me contou, Urbano, pode mudar inteiramente o que daqui pra frente vou dizer. Saber que as palavras voam, a gente sabe. O que não se sabe é onde elas vão pousar. Isso não pode jamais ser esquecido por [quantos têm o ofício "de viver em voz alta. "J<sup>22</sup>

No dado (11), há dois participantes – *Isso* e *quantos têm o ofício “de viver em voz alta”*. Não há cinesa entre eles, dado que um participante não afeta efetivamente o outro. O agente, todavia, é volitivo. Consideramos o modalizador deôntico *pode* como parte da locução *ser esquecido*. Disso decorre o fato de a modalidade do evento ser *irrealis*, uma vez que se trata de uma indicação sobre algo que deva ser feito e não sobre um evento que esteja ocorrendo ou tenha ocorrido no mundo; e de o aspecto ser atético. A CPC possui, então, apenas dois critérios positivos, sendo o menor padrão de transitividade do *corpus* reunido.

Ressaltamos ainda que não foram encontradas diferenças semânticas muito expressivas entre os pronomes indefinidos *quem* e *quantos*. A distinção mais significativa consiste na questão de *quem* poder ser empregado para indefinir mesmo uma única pessoa – como nos dados (04) e (10) –; e *quantos* ser utilizado apenas no plural no caso das OSFAP.

Por meio da análise da OM, com seu núcleo verbal, e da OSFAP como objeto oracional, podemos comprovar que as CPC se distinguem das estruturas ativas. Torna-se evidente que as construções passivas não podem atingir os dez parâmetros do protótipo de transitividade, pois, sem exceção, não preenchem os critérios de (i) agentividade do

---

<sup>21</sup> <http://betoquintas.blogspot.com.br/2013/07/o-fim-de-joaozinho.html>. Acesso em: 01/2022.

<sup>22</sup> <http://www.cartacapital.com.br/politica/as-palavras-voam-so-nao-sabemos-onde-pousam-2206.html>. Acesso em: 01/2022.

sujeito e (ii) afetamento do objeto. Percebemos igualmente que, no plano das passivas, as CPC podem ainda ser menos transitivas que as passivas simples, por causa da escassa individuação do objeto. Portanto, as passivas complexas são mais periféricas que as ativas, quanto à transitividade. Essa explicitação vai ao encontro das propostas de Givón (1993) e Hilpert (2014), que buscam demonstrar as diferenças entre as ativas e passivas. Registramos também três padrões de transitividade que variam, no âmbito das CPC, entre alto, médio e baixo. Consideramos que essa transitividade diferenciada e, por conseguinte, menos prototípica é ainda mais aparente, quando tratamos da natureza limítrofe da OSFP.

#### 2.4 A natureza das OSFAP

Como sumarizamos na introdução, as OSFAP se aproximam tanto das adverbiais quanto das adjetivas. Para tornar mais clara essa afinidade, analisamos o dado a seguir:

(12) Por fim, cultive sempre bons relacionamentos na rede: converse com as pessoas, ajude-as no que puder, compartilhe conhecimento. Mas faça isso genuinamente! Essa doação é percebida por [quem se beneficia dela.] E acredite: amor com amor se paga! Mas isso tudo tem que ser feito antes de o problema acontecer.<sup>23</sup>

No dado (12), averiguamos que, por ser uma construção de redução de valência verbal, o agente da passiva é um termo que pode ser retirado da oração sem que haja agramaticalidade – *Essa doação é percebida*. Sua opcionalidade o aproxima, por esse viés, de um adjunto adverbial. A adjunção, todavia, não pode ser definida exclusivamente pelo critério de supressão. De acordo com a GPCFB<sup>24</sup> (2015), há um *continuum* entre a adjunção e a complementação verbal. Na adjunção, a escolha da preposição se dá em função do adjunto, enquanto, na complementação, a preposição é selecionada pelo sintagma que será completado por ela. Um outro fator que distingue um termo adjunto de um termo argumental é o fato de o primeiro não ter relação direta com o evento verbal, sendo apenas uma circunstância; e o segundo associar-se diretamente ao acontecimento, sendo necessário para tornar a significação completa.

Aplicando esses critérios, concluímos que o agente da passiva é um termo argumental, sendo também – conforme destaca Bechara (2015) – não obrigatório, por

---

<sup>23</sup> <https://brasil.estadao.com.br/blogs/macaco-eletrico/a-alegria-do-seu-sucesso-pode-virar-seu-pior-pesadelo-e-de-graca/>. Acesso em: 01/2022.

<sup>24</sup> Gramática do Português Culto Falado no Brasil

causa do processo de detransitivização (GIVÓN, 1993) ou de redução de valência (HILPERT, 2014). Uma vez que o agente é o causador do processo verbal, ele afeta diretamente o evento e, portanto, não exprime uma circunstância. Ademais, como explicita Raposo (2013), há uma diferença significativa entre as orações adverbiais introduzidas por preposição e as substantivas. Segundo o autor, as adverbiais que se inserem no caso citado possuem como núcleo as próprias preposições. Já, nas substantivas, a preposição é, antes, regida pelo núcleo verbal da oração principal e, unida a ele, instancia o complemento oracional. Dessa forma, o verbo e a preposição formam um predicador verbal complexo, que é o núcleo da OSFAP. Assim, se a própria locução, conjuntamente com a preposição, seleciona o objeto, então, o agente é um termo argumental, visto que sua possibilidade de emergência está prevista na própria constituição do particípio de voz passiva, possuindo, nesse sentido, um papel estável e definido na construção participial, mesmo quando não expresso.

Constatamos, portanto, que o agente é um termo argumental que, em decorrência da redução da valência das passivas, torna-se opcional à estrutura. Dito isto, explicitamos que o agente da passiva não corresponde ao protótipo do complemento verbal e, por isso, abeira-se de um adjunto. Difere dele, todavia, por, quando presente na construção, relacionar-se diretamente ao evento retratado e ter como núcleo não uma preposição, mas, sim, o predicador verbal complexo com o qual se associa. Além disso, como exposto, sua estrutura é definida e prevista pela própria constituição do particípio. Definimos, desse modo, o agente da passiva como um termo argumental não prototípico, em consequência, da não centralidade da voz passiva nas estruturas transitivas.

Enquanto o agente da passiva, no período simples, apresenta semelhança somente com o adjunto adverbial, na transposição funcional para o período composto, remete também a uma oração adjetiva restritiva. Vejamos um dado:

(13) A locução adverbial "em anexo" deve ser usada por [quem tem dificuldade] em fazer a concordância nominal, uma vez que a locução fica invariável em qualquer tipo de frase. Essa construção está abonada por muitos gramáticos, como Celso Luft.<sup>25</sup>

No dado (13), o pronome *quem* introduz a agentiva da passiva e funciona como sujeito da oração *tem dificuldade*. Na visão tradicional, as substantivas são orações

---

<sup>25</sup> <http://alinguaportuguesadobrasil.blogspot.com.br/2009/01/em-anexo-ou-anexo.html>. Acesso em: 01/2022.

introduzidas por conjunções integrantes que nem possuem valor semântico, nem exercem função sintática. A oração com função de agente, de outro modo, é introduzida por um pronome que tem valor semântico e função sintática de sujeito no interior da subordinada. Pela perspectiva de Braga (2018), *quem* poderia ser classificado como pronome relativo sem antecedente. Cruz (2022), contudo, argumenta em favor de tratá-lo – assim como o pronome *quantos* - como parte dos pronomes indefinidos, visto que a designação de *sem antecedente* remete à conjuntura transformacional, da qual tentamos distanciar a pesquisa, que desdobra as estruturas sem analisá-las. Concordando com Azeredo (2008), consideramos que as substantivas podem ser introduzidas não somente pela conjunção integrante, mas também por outros conectores não canônicos que ampliam seu paradigma.

Conquanto os pronomes indefinidos *quem* e *quantos* se diferenciem dos pronomes relativos, a agentiva guarda semelhanças com a adjetiva restritiva. Tendo em vista que, no dado (13), a oração *quem tem dificuldade* parece delimitar quem deve usar a locução adverbial “em anexo”, essa função especificadora se aproxima do valor da restritiva. Faz-se crucial compreender, porém, que a oração restritiva se liga a um termo da oração anterior e o recupera, estando ordenada – conforme enfatiza Abreu (1997) – a ele; ao passo que a agentiva está ordenada à oração matriz, pois se liga ao seu predicador verbal complexo. Estando, portanto, a oração com função de agente da passiva ligada ao núcleo verbal da matriz, está inserida em um contexto maior de voz passiva, no qual atua não como uma restritiva, mas sim como o termo agentivo oracional. Devemos, assim, distingui-la da restritiva, em virtude de ela operar de outra forma dentro da construção complexa. Retomando o dado (13), teríamos o seguinte esquema:

**Esquema 01 – Construção passiva complexa**

<b>ORAÇÃO MATRIZ</b>	<b>ORAÇÃO SUBSTANTIVA AGENTIVA DA PASSIVA</b>
X <u>dever ser usada</u> por	<i>quem tem dificuldade</i>
<b>CONSTRUÇÃO PASSIVA COMPLEXA</b>	

Fonte: autoria própria.

Na OM, o núcleo verbal ao qual se liga a agentiva da passiva, foi sublinhado. Ele se combina com a preposição *por* e seleciona a subordinada com função de agente da passiva *quem tem dificuldade*. Por meio da última linha do esquema, ratificamos a função

de agente da subordinada, que se liga ao predicador participial, formando uma construção passiva complexa.

Tanto os pontos de interseção com as adverbiais quanto com as adjetivas, revelam efetivamente a marginalidade das OSFAP, em relação a outras substantivas canônicas. Esses fatores demonstram que, inegavelmente, a rede de detransitivização, na qual está alocada a CPC reflete não somente na forma verbal, mas também na estrutura como um todo, afetando os termos construcionais e estabelecendo gradiências entre as categorias linguísticas. Em consequência disso, classificamos a agentiva da passiva como uma oração subordinada substantiva não prototípica.

### **3. Considerações finais**

No artigo, objetivamos primeiro demonstrar como a natureza limítrofe da OSFAP está relacionada à própria estrutura passiva. Baseando-nos, especialmente, nas hipóteses de Givón (1993) e Hilpert (2014), aplicamos os dez parâmetros de transitividade de Hopper e Thompson (1980), a fim de evidenciar que a transitividade das passivas não é tão central quanto a das ativas. Uma vez que o nosso foco recai sobre o período composto, analisamos a OM como o núcleo principal e a OSFAP como seu objeto oracional. A partir daí, distinguimos cinco graus de transitividade das CPC e os dividimos em três padrões: transitividade alta (graus 6 e 5), média (grau 4) e baixa (graus 3 e 2); e apresentamos a correlação entre transitividade e tipos semânticos verbais, realizada por Cruz (2022). Comprovamos, então, que as CPC possuem, estruturalmente, menos dois níveis de transitividade: (i) agentividade do sujeito e (ii) afetamento do objeto; sendo, conseqüentemente, estruturas mais marginais no protótipo da transitividade.

Em seguida, voltamo-nos para a OSFAP, a fim de delimitar sua natureza como substantiva. Analisamos a gradiência entre a substantiva com função de agente da passiva e as adverbiais introduzidas por preposição. Fundamentando a nossa proposta na GPCFB (2015), em Raposo (2013) e em Bechara (2015), constatamos que o agente da passiva é um termo argumental não obrigatório e, por conseguinte, não prototípico. Diferenciamos também a agentiva da adjetiva restritiva, com base em Abreu (1997). Ressaltamos que a subordinada é parte de uma estrutura maior de voz passiva e se liga a ela não com uma função delimitadora, mas sim atuando como o termo agentivo oracional da OM, que tem como núcleo verbal a locução de participio das formas passivas. Classificamos, posto isso, as orações subordinadas com função de agente da passiva como substantivas não

prototípicas. Sendo assim, podemos constatar, factualmente, a gradiência entre os itens, que preenchem espaços mais e menos centrais nas categorias.

**Abstract:** This article analyzes complex passive constructions (CPC), through the synchronic bias of Usage-Based Linguistics (hereinafter LFCU). These constructions are formed by a matrix clause (with participle phrase and preposition *por*) and by a completive subordinate, which acts as an agent of the passive of the matrix clause, introduced by the pronouns *quem* or *quantos*. Considering that completives are commonly instantiated by integral conjunctions, the subordinate with passive agent function does not seem to be a canonically completive structure. Since the LFCU postulates that the categories are gradients and are organized around prototypes (BYBEE, 2010), the agentive of the passive can be classified as a more peripheral clause in the prototype of completives. Assuming the hypotheses of Givón (1993) and Hilpert (2014) on the detransitivization and the reduction of the valence of the passive voice; and using a qualitative-quantitative analysis of data taken from *O Corpus do Português* ([www.corpusdoportugues.org](http://www.corpusdoportugues.org)), we argue that: (a) CPCs present a pattern of transitivity different from that of active constructions; (b) this characteristic is reflected in the clause agent and (c) the agentive of the passive exhibits points of intersection with adjectives and adverbials, due to its borderline nature.

**Keywords:** Passive voice; construction; passive agent.

## Referências Bibliográficas

- ABREU, A. S. *Coordenação e subordinação – uma proposta de descrição gramatical*. Alfa, v. 41, p. 13-37, 1997.
- AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Houaiss/Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 38ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2015.
- BRAGA, A. P. A. *Relativa livre introduzida por quem: uma interpretação funcionalista*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). UFRN/ PPgEL: Natal (RN), 2018.
- BYBEE, Joan. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- CRUZ, Maria Luiza Guimarães da Costa. *Construções passivas complexas: um estudo funcional centrado no uso*. Dissertação. (Mestrado em Estudos da Linguagem). UFF: Niterói (RJ), 2022
- CUNHA Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

- GIVÓN, Talmy. *English Grammar: a functional –based introduction*. vol 2. Amsterdam: John Benjamins, 1993
- GOLDBERG, Adele E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University Press, 1995.
- KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 1973.
- HALLIDAY, Michael A. K. & Christian MATHIESSEN. *Halliday's introduction to functional grammar*. 4ª ed. Londres e Nova York: Routledge, 2014.
- HAWAD, Helena Feres. A voz verbal e o fluxo informacional do texto. São Paulo, Delta, v. 20, n. 1, p. 97 - 121, 2004
- HILPERT, Martin. *Construction Grammar and its application to english*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.
- HOPPER, Paul. & THOMPSON, Sandra. *Transitivity in grammar and discourse*. *Language* 56 (2): 251-299,1980.
- KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 2003.
- LANGACKER, Ronald W. *Cognitive Grammar: a basic introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Investigation in Cognitive Grammar*. Nova York: Mouton de Gruyter, 2009.
- LUFT, Celso Pedro. *Moderna Gramática Brasileira*. 7ª ed. Porto Alegre: Globo, 1986.
- PINHEIRO, Diogo; FERRARI, Lilian. *Linguística Funcional, Linguística Cognitiva e Gramática de Construções: mapeando o campo das abordagens cognitivo-funcionais*. In: Revista Linguística, v. 16, p. 525 – 621, 2020. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/21492>
- RAPOSO, E. P. et al. *Gramática do Português – Volume I, II*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- ROSÁRIO, Ivo Costa; OLIVEIRA, Mariangela Rios. *Funcionalismo e abordagem construcional da gramática*. In: Alfa: Revista de Linguística (UNESP. Online), v. 60, p. 233-259, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/alfa/v60n2/1981-5794-alfa-60-2-0233.pdf>
- THOMPSON, Geoff. *Introducing Functional Grammar*. London: Arnold, 1996.
- TRAUGOTT, E. C. & TROUSDALE, G. *Gradience, gradualness and grammaticalization: How do they intersect?* In E. C. Traugott, & G. Trousdale (eds.). *Gradience, Gradualness and Grammaticalization*. Typological Studies in Language; No. 90. John Benjamins, 2010.

# CONSTRUÇÕES “EM VEZ DE” E “AO INVÉS DE”: NÍVEIS DE SUBSTITUIÇÃO

## “EM VEZ DE” AND “AO INVÉS DE” CONSTRUCTIONS: REPLACEMENT LEVELS

Leandro Freitas da Horta (UFF)

**Resumo:** Este trabalho apresenta estudo de conexão de orações com os conectores não prototípicos, “em vez de” e “ao invés de”, haja vista a pouca referência sobre os objetos nas gramáticas tradicionais e o número quase inexistente de investigações que abarquem descrições gramaticais para ambos. O estudo de articulação de orações aponta a necessidade de investigação das relações em situação real de comunicação, nas variedades da língua portuguesa: brasileira, angolana e moçambicana, para que se dê conta de novas relações sintáticas. A análise procura diferenciá-los, tendo em vista os pressupostos de modelos centrados no uso, com base no Funcionalismo e na LCU. Os resultados mostram que as construções “em vez de” substituem uma informação pela outra; já as construções “ao invés de” substituem por meio da oposição de informação. As construções em estudo observáveis no Corpus do Português apresentam percentagem elevada do uso de em vez de nas três variedades investigadas. A construção ao invés de constitui apenas 15% dos resultados.

**Palavras-chave:** Funcionalismo; Construção; Conexão de Orações; Substituição; Contraste.

### Introdução

Este trabalho apresenta estudo de conexão de orações com os conectores não prototípicos, “em vez de” e “ao invés de”, haja vista pouca referência sobre os objetos nas gramáticas tradicionais e o número quase inexistente de investigações que abarquem descrições gramaticais para ambos. Com efeito, nota-se que os conectores “em vez de” e “ao invés de” aparecem no repertório linguístico dos usuários com o intuito de substituir um evento por outro, e é nesse contexto que se deve buscar quais níveis de sentido aparecem a partir desse valor substitutivo. Isso exposto, leva-se em conta um estudo com base em modelos centrados no uso, a partir da Linguística Funcional, vertente americana, e da Linguística Cognitiva.

A partir da proposta de Decat (2001) acerca das orações hipotáticas, faremos as seguintes perguntas acerca das construções, em que os conectores aparecem: (a) a construção “em vez de” é formada por duas orações, que são conceptualizadas por eventos de uma mesma cena?; (b) a construção “ao invés de” é formada por duas orações, que são conceptualizadas por cenas diferentes?

A partir disso, ressalta-se que o termo **construção** foi adotado, tendo em vista a contribuição de Croft (2001): “construção é um pareamento simbólico de forma e significado”. Os conectores “em vez de” e “ao invés de” integram a oração hipotática

adverbial, com liberdade de posição, e estão relacionadas à informação essencial que configura a oração principal. Desse modo, ressaltamos que o nome construção, em nosso estudo, representa essas duas orações relacionadas mais o conector substitutivo.

Os dois objetos investigados constituem duas construções muito semelhantes às construções hipotáticas, no entanto, os valores que ambas podem expressar caracterizam-nas como diferentes construções. Nesse sentido, a noção de substituição vai ser averiguada, porque especula-se que ela pode ser base para gerar outros sentidos mais específicos, como, por exemplo, a negação, o contraste, isto é, relações semânticas inerentes ao homem quando acionam a comunicação.

As construções escolhidas para esta investigação aparecem constantemente no uso, seja na fala para dar destaque àquilo que se deseja expor ao interlocutor, seja na escrita com o intuito, geralmente, de marcar certo tom argumentativo. Quando se enuncia um evento que não é realizado (oração com a expressão conectora) em prol de outra a ser realizada (oração principal), isso pode ser constatação de certo tom argumentativo, ou até mesmo, a afirmação da cena realizada, ou da cena que deveria ser realizada.

Na realidade, o fato de esses conectores, “em vez de” e “ao invés de”, não estarem previstos em muitos manuais gramaticais é muito curioso, tendo em vista o número de ocorrências nos bancos de dados. Nesse contexto, este trabalho parte do princípio de que essas unidades linguísticas estão no uso, sendo, então, possível investigar quais são as reais motivações e quais associações foram feitas pelo falante para que elas emergissem na rede substitutiva.

## **1. Pressupostos teórico-metodológicos**

### *1.1 Modelos entrados no uso*

O aspecto social permite-nos identificar o fenômeno de variação a que todas as línguas estão suscetíveis: ninguém fala igual a ninguém, os povos de uma dada comunidade linguística apresentam diversidade no espaço geográfico e na cultura. A fala aparece, portanto, como atividade inerente do ser humano, que, nesse sentido, precisa ser tratada nos estudos de comunicação. Há de considerar que todos esses aspectos são importantes para conceber a língua/fala como objeto que não se pode separar do uso.

Após os estudos de Saussure, muitas contribuições da corrente estruturalista surgiram; todavia, novos pontos de vista encaminharam os estudos de descrição linguística ao aspecto funcional, como, por exemplo, as contribuições que surgiram a

partir de 1970: Sandra Thompson, Paul Hopper e Talmy Givón, responsáveis pelo refinamento de um modelo de uma linguística baseada no uso. (FURTADO, 2003)

A principal contribuição do funcionalismo é estabelecer que a forma está em relação à função, e que precisamos olhar para a forma, bem como considerar alguns fatores que podem explicar os usos linguísticos e as motivações dos falantes quando estão realizando a comunicação. Ao contrário de exemplos construídos, mas sem desconsiderar sua eficácia analítica, temos a chance de buscar razões cognitivas as quais estejam ligadas a uma construção cuja realização é atestada pelo uso. Decerto, apresentamos uma proposta que pode responder a certos questionamentos científicos – como, por exemplo, de que forma surgem novas construções –, buscando explicações sobre os mais diversos fenômenos presentes na língua, bem como explicações sobre o comportamento do indivíduo e suas relações com a cultura e a sociedade, a partir do trabalho com dados e a partir de generalizações decorrentes do uso. Nesse sentido, afirma-se o interesse da Linguística pelas questões sociais e culturais; o falante, por meio da fala/escrita, é responsável pelo movimento a que está submetida a língua. Isso porque ele é o protagonista, quem possibilita a informação, via comunicação, nos espaços sociais mais diversos.

O funcionalismo trabalha essencialmente com dados da fala/escrita, tendo em vista alguns fatores de diversas naturezas – comunicativa, social, cognitiva, estrutural –, que estarão presentes em contextos diferenciados de comunicação. Esse *modus operandi* pode propor explicações para a questão da mudança linguística, tema muito caro à ciência da linguagem. Sabe-se que a mudança está automaticamente associada à língua, devido, principalmente, à diversidade de uma comunidade, além de fatores históricos-sociais-culturais que corroboram a inserção de novas construções no sistema linguístico.

A contribuição teórica para este trabalho está, portanto, associada aos postulados do Funcionalismo, principalmente da costa oeste norte-americana, que utiliza considerações tipológicas com o objetivo de descrever o processo de mudança linguística, explicitando determinados estados sincrônicos de algumas línguas. Essa abordagem é importante nesta investigação, uma vez que entendemos ser a língua um sistema adaptativo e complexo, ou seja, a língua atende às demandas comunicativas dos falantes em situação real de uso (PAUL HOPPER, SANDRA THOMPSON & TALMY GIVÓN, 1970). Soma-se a essa linha o interesse pelo significado a partir do contexto (BYBEE, PERKINS & PAGLIUCA, 1994).

A partir do exposto, apresentamos também pesquisadores, no Brasil, que encaminham um estudo cuja metodologia está de acordo com a simbiose gramática e discurso. A cientista da linguagem Neves (1994) assevera que qualquer abordagem funcionalista se atém ao modo como os usuários se comunicam eficazmente e é nesse sentido que se verifica o funcionamento desse objeto. Nesse ínterim, os eventos de fala revelam indivíduos em interação, o que confirma a atividade linguística como inerente ao ser humano e motivada por situações diversas, do dia a dia das pessoas.

A partir das propostas funcionalistas, desenvolvidas, sobretudo, durante o século XXI, levaremos em conta o conceito de gramaticalidade, para que seja considerada a mudança da construção no que diz respeito ao aspecto sincrônico da língua. De todo modo, essa abordagem poderá mostrar o quanto as construções investigadas estão em uso, já que há uma locução prepositiva que passa a ser usada como conector substitutivo, como um novo *chunk*. Trataremos aqui “gramaticalidade” em sua acepção mais geral, ou seja, a fase inicial do processo de mudança que parte da estrutura lexical para a gramatical, em dados sincrônicos, conforme Traugott (2013).

Na perspectiva de Bybee (2010), a proposta de gramaticalização aponta para a diacronia, em uma análise baseada no uso por meio de alguns mecanismos de mudança que requerem repetição. A proposta de categorização mostra a tendência humana em categorizar por associação e reconhecimento de unidades por traços comuns. Nesse sentido, tais processos cognitivos são essenciais para a observação da *gramaticalidade* de “em vez de” e “ao invés de”, pois consideramos a ideia de as antigas locuções prepositivas agirem hoje como elemento integrador de orações hipotáticas adverbiais, o que nos leva a considerar que houve mudança de categoria desses elementos linguísticos, de locução prepositiva a conectivo, com valores semânticos específicos.

Arelado a esse caminho de análise, a verificação das construções “em vez de” e “ao invés de” dar-se-á mediante algumas propriedades cognitivas, responsáveis pelo desenvolvimento das estruturas linguísticas, como parte de proposta da LCU de Bybee (2016). Esses domínios são importantes fatores de checagem neste tipo de estudo, uma vez que respondem a fatos do universo linguístico, ou seja, esse tipo de abstração tende a dar conta do processamento de informações linguísticas, a depender de condições preexistentes, seja do âmbito biológico, seja do âmbito sociocultural. Desse modo, com o intuito de apresentar as propriedades das categorias de exemplares, seguem observações sobre a esquematicidade e a composicionalidade (TRAUGOTT & TROUSDALE (2013) e BYBEE (2016)).

Podemos, então, considerar que as construções em estudo, oração hipotática adverbial com conectores “em vez de” e “ao invés de” relacionada a uma oração principal, podem ser identificadas do seguinte modo:

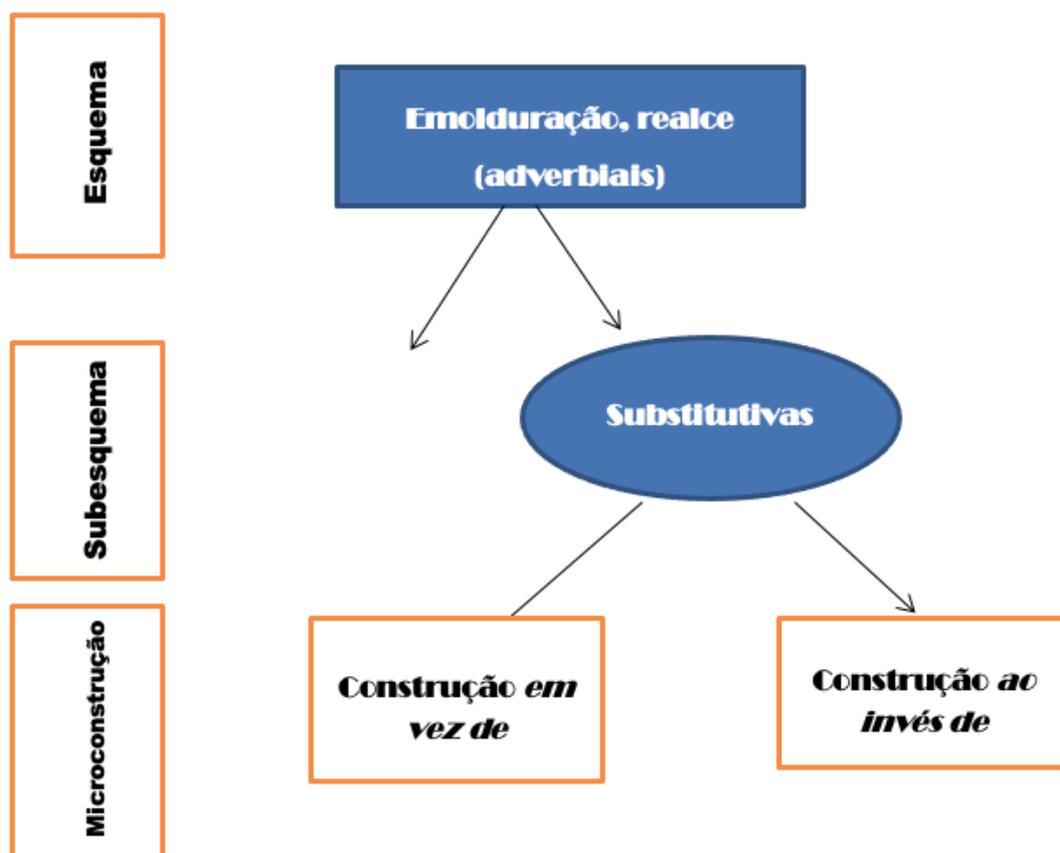


Figura 1: Representação da microconstrução *em vez de* e *ao invés de*.

Após a representação, cabe atentarmos para o fato de que as construções, oração hipotática adverbial mais a oração principal, estão atreladas umas às outras pelo processo de articulação de orações via hipotaxe adverbial. Nesse contexto, nota-se que as orações formam a rede substitutiva que aponta para também para eliminação/ou contraste. Ainda sobre o conector, reafirmamos o processo *chunking* de Bybee, que evidencia a sequência da locução que forma o conector substitutivo. Ilustraremos a seguir o fenômeno, em uma tradução de 2016:

A base cognitiva subjacente para a morfossintaxe e sua organização hierárquica é o *chunking* de experiências sequenciais ... A principal experiência que aciona o *chunking* é a repetição. Se dois ou mais *chunks* menores ocorrem juntos com certa frequência, um *chunk* maior contendo os menores se forma. É uma propriedade tanto da produção quanto da percepção e contribui significativamente para a fluência e a desenvoltura nas duas modalidades. Quanto mais a sequência puder ser acessada junta, tanto mais

fluente a execução, e a compreensão ocorrerá mais facilmente. (Bybee, 2016, p. 64-65)

A mudança linguística está sujeita, então, à diminuição da composicionalidade, ou seja, à maior integração dessas subpartes e ao maior vínculo. Nesse sentido, é pertinente comentar que as partes integram o todo, essas unidades não podem aparecer de modo isolado, pois passam a não significar. Assim posto, assegura-se, de acordo com Croft (2001), que as construções são segmentadas por suas unidades, que podem pertencer, por exemplo, aos eixos fonológico e morfológico (morfemas, vocábulos; categorias). No caso das construções “em vez de” e “ao invés de”, as unidades morfológicas articuladas resultam, a partir da relação e combinação, em conectores substitutivos.

### *1.2 Uma proposta funcionalista para as orações hipotáticas adverbiais*

A sintaxe está sendo representada, neste trabalho, a partir das ideias de Decat (2001), que, na linha funcionalista, mostra que as orações estão em uma relação de (in)dependência. A autora utiliza a noção de unidade informacional, representada pelas orações relacionadas dentro da construção, como, por exemplo, a oração substitutiva encabeçada por “em vez de” está conectada a uma informação expressa pela oração principal.

No contexto das orações, uma oração é considerada subordinada porque mantém relação com a outra, denominada por cláusula, nos termos de Decat (2001). Segundo a autora, pode-se estabelecer uma diferença entre o encaixamento e a articulação de orações, ou seja, há orações que estão conectadas a outra porque uma é unidade gramatical da outra; também há aquelas que estão relacionadas pelas noções circunstanciais — as orações hipotáticas estão atreladas a uma principal —, tendo em vista essa noção circunstancial que modifica a informação da principal. Desse modo, torna-se necessário notar a capacidade que as duas unidades possuem para se combinarem, ou seja, pela articulação hipotática adverbial.

O estudo de Decat (2001) acerca das orações hipotáticas adverbiais mostra que devemos analisar essas orações no nível do discurso e não apenas no nível sentencial. As orações adverbiais não são representadas, segundo a autora, como subordinadas, elas são denominadas como articulação por hipotaxe de realce, destaque ou embelezamento — Halliday (1985) apud Decat (2001). Para Thompson, S.A; Longacre, Robert; Hwang,

Shin Ja J (2007), as orações adverbiais são hipotáticas, por não haver uma relação forte entre elas e a cláusula principal. Em contraste a essas orações hipotáticas, temos de ressaltar, segundo Decat (2001), que há casos em que há hipotaxe, contudo, com aspecto de coordenação, como, por exemplo, as construções que expressam o valor de exclusão, substituição ou adição.

Segundo Hopper e Traugott (1993), a hipotaxe se afirma com [+ dependência e – encaixamento], enquanto a subordinação estaria dentro do eixo da integração máxima, ou seja, [+ dependência e + encaixamento]. Segundo Lyons (1968) apud Decat (2014) na subordinação, uma oração modifica a outra, complementando o sentido objetivado na projeção dos períodos, e a noção de encaixamento das orações mostra maior grau de dependência entre elas.

Em Castilho (2012), vimos que quanto às orações subordinadas adverbiais, o autor aponta a necessidade de o falante estar em uma situação discursiva em que haja necessidade de especificação circunstancial de uma cena: por exemplo, determinado sujeito pretende ficar em um lugar e diz “ficarei”, contudo, haveria a exigência de o falante complementar a informação a partir das noções adverbiais, mas, dentre elas, o autor não cita nenhum sentido que esteja voltado para os objetos deste trabalho. Entretanto, considera-se que a alteração de sentido que as subordinadas adverbiais (causa, condição, finalidade, concessão e tempo) provocam na sentença **matriz**<sup>26</sup> é inesgotável.

Dentre esses sentidos, Castilho (2012) apresenta a noção de contraste nos grupos da concessão e adversidade, e pode-se pensar na construção substitutiva/opositiva “ao invés de”. Para o autor, certo desconforto no que tange às orações adverbiais tem suscitado algumas alternativas de análise no campo funcionalista. Desse modo, ressalta-se que o processo de gramaticalização das relações intersentenciais estabelecem tanto a coordenação quanto a subordinação num extremo mediado por orações correlatas e hipotáticas adverbiais (Castilho, 2010:390).

Decat (2014) afirma, no que se refere às hipotáticas, que há duas unidades informacionais, no caso de uma construção com adverbiais; e no caso das substantivas, há uma unidade informacional. Sob a ótica da articulação hipotática adverbial, Decat (2001) afirma que uma oração adverbial pode realçar uma informação contida em outra

---

<sup>26</sup> Castilho (2012) denomina como sentença matriz aquela que agrega a informação principal. Para o autor, “a informação central veiculada por uma sentença está contida no verbo e em sua estrutura argumental”; já no caso das adverbiais, “funcionam como adjunção ao verbo da sentença matriz, predicando ou verificando esse escopo.” (p. 372).

oração, aquela cuja tradição denomina como oração principal. As orações hipotáticas adverbiais ou de realce apresentam-se em níveis, estando sempre na escala hierárquica abaixo da oração principal.

Salientamos, com base no exposto, que

“a perspectiva da abordagem sobre hipotaxe que ora se apresenta considerou os dados do corpus também sob esse aspecto das proposições relacionais que emergem da articulação das cláusulas<sup>27</sup>. E, nos diversos tipos de discursos, surgiram estruturas que evidenciam a necessidade de um tal enfoque. Primeiramente, serão discutidas as que se relacionam por um tipo de elo explícito, a saber, o conectivo conjuntivo, que funciona como uma marca de gramaticalização da hipotaxe” (DECAT, 2001, p. 121).

Acreditamos ser pertinente a adoção de um caminho que considere alguns fatores, como os descritos acima, de modo que essas orações sejam articuladas e analisadas sob o ponto de vista linguístico (morfológico, sintático e semântico), além da consideração de que há motivações para tais usos, sendo necessário, então, avaliar o contexto situacional e todo o linguístico. Assim, poderíamos criar um caminho mencionado por Decat (2001) no que se refere à gramaticalidade da hipotaxe, tendo em vista os conectivos conjuntivos “em vez de” e “ao invés de”, que integram as construções substitutivas da língua portuguesa contemporânea. É visto, portanto, que a conexão de orações se dá também pela conjunção que acarreta movimento de significado, assim, comprovando a premissa de que há combinação entre as orações por meio de alguma motivação funcional- discursiva, conforme o posicionamento de quem está usando a língua em suas relações sociais diárias.

### *1.3 Metodologia*

O método de análise foca nas contribuições do Funcionalismo que nos direcionou a trabalhar com dados, com textos escritos que estão no uso da comunidade linguística. No início, com o intuito de afirmar os objetos e traçar um caminho de análise, recorremos a cinquenta ocorrências <sup>28</sup>com “em vez de” e cinquenta ocorrências com “ao invés de” que estivessem dentro de uma oração. Nesse sentido, poderíamos checar alguns princípios do estudo funcional, como, por exemplo, a questão da frequência, da composicionalidade,

---

<sup>27</sup> Substituímos cláusula por oração.

<sup>28</sup> A seleção foi feita respeitando o modo de surgimento no site “corpus do português”. Resolvemos, inicialmente, analisar apenas cinquenta ocorrências de cada grupo, porque queríamos testar os objetos e levantar quais tipos de caminhos teríamos, tendo em vista alguns fatores de análise.

do contexto, bem como os passos que poderiam afirmar o fenômeno no estudo de gramaticalidade e o surgimento de uma nova construção da língua portuguesa.

Adotamos grupos de fatores que pudessem nos levar a uma visão mais holística a respeito das construções “em vez de” e “ao invés de”. A escolha foi feita de modo que pudessemos checar, a partir dos dados, o quanto as construções são de fato distintas. O objetivo era selecionar características gramaticais que pudessem auxiliar no estabelecimento das possíveis diferenças entre as construções em análise, em uso nas comunidades linguísticas de língua portuguesa.

A seguir, montamos um quadro<sup>29</sup> com todos os fatores que são usados na investigação, ou seja, a análise de todas as ocorrências vai seguir criteriosamente os itens escolhidos:

Grupo de fatores	
1	Tipos em vez de, ao invés de
2	Posição da oração adverbial anteposição, posposição, medial
3	Tempo verbal da oração adverbial infinitivo, presente, futuro, pretérito, locução
4	Tempo verbal da oração principal infinitivo, presente, futuro, pretérito, locução
5	Semântica do verbo da oração adverbial material, comportamental, mental, verbal, relacional, existencial
6	Valor semântico na oração adverbial negativo, positivo
7	Valor / relação semântica substituição (por eliminação), (por eliminação/comparação), (por oposição lexical/de ideias), (por oposição antonímica), não se aplica
8	Tipos de sujeito sujeito expresso, sujeito de categoria vazia

**Quadro 1: Fatores de análise das construções *em vez de* e *ao invés de***

Escolhemos o *corpus*, <https://www.corpusdoportugues.org>, da seção NOW, com o recorte de 2012 a 2019 e com cerca de 1,1 mil milhões de palavras, de quatro países que falam a língua portuguesa. Entretanto, precisamos delimitar o período de seis meses na análise, porque só assim teríamos um número de dados possível para o tempo de realização deste trabalho. A coleta foi feita tendo em vista alguns critérios: i) ocorrências de janeiro a junho do ano de 2018; ii) ocorrências que estivessem no nível da sentença; iii) ocorrências do gênero notícia, do suporte jornal e revista. Justifica-se esse período, do ano de 2018, porque no ano de 2019, por exemplo, não teríamos dados para Angola e

<sup>29</sup> Quadro aplicado à análise de dados

Moçambique. O estudo parte de uma descrição do português brasileiro a uma comparação com o português, em especial dos dois países da África do Sul, com o intuito de checar similaridades e/ou diferenças no uso do fenômeno. Nesse viés, podemos afirmar que aplicamos o mesmo método às ocorrências encontradas e, de imediato, o número de dados encontrados nesses países já nos mostrou diferença em relação à frequência e ao uso dos objetos tratados.

Na sequência, investiremos também no pluricentrismo linguístico que traz consigo questões de identidade e traços culturais os quais denotam lugar de origem, por exemplo. Nesse sentido vamos trabalhar com a ideia de línguas pluricêntricas, ou seja, há línguas que dialogam com variações de uma língua pré-determinada por fatores históricos e culturais, como, por exemplo, há convergências e divergências entre o português europeu (PE) e o português brasileiro (PB). Desse modo, há entre os povos relacionados possíveis diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais. No caso do PE, fatores históricos, como o processo de colonização, originário da arquitetura expansionista europeia, fizeram com que esse país, juntamente com sua língua, fosse considerado dominante, em relação ao Brasil, não dominante. Essa relação entre colonizador e colonizado, na linguagem da história e da sociologia, além de inúmeras influências histórico-sociais fazem com que a variação esteja presente entre as duas línguas pluricêntricas em questão.

## 2. Resultados

Selecionamos um exemplo de cada construção a fim de ilustrar, a princípio, a hipotática adverbial emoldurando oração principal. Além disso, é interessante notar que tipo de valor semântico, negativo ou positivo, os eventos da oração hipotática abarcam, haja vista que essas cargas estão diretamente associadas à substituição: substitui negando/afirmando por eliminação ou por oposição?

### Ocorrência 1:

Esforce-se para manter o conteúdo bem-organizado e rico em informações. Fornecer conteúdo original é apenas um elemento da criação de um website de alta qualidade. O conteúdo também deve ser informativo e organizado de forma a facilitar a navegação dos usuários.

Veja aqui uma breve, mas não completa, lista de elementos importantes que devem ser lembrados:

- Concentre-se em tópicos que você conhece e dos quais gosta bastante.
- Evite duplicar o mesmo conteúdo em várias páginas ou produzir conteúdo de

sobreposição ou redundante  
- **[Concentre-se em envolver o usuário (ou seja, proporcionar uma experiência interativa com informações relevantes com base em seus interesses)], [em vez de gerar conteúdo na tentativa de enganar nossos robôs, por exemplo, com palavras-chave irrelevantes de alto custo.**

Disponível em: <https://adsense-pt.googleblog.com/2012/09/dicas-para-criar-sites-de-alta-qualidade.html>.  
Acesso em: 23/12/2020.

A oração iniciada com “em vez de” aparece na posposição, gerando o seguinte efeito: não seria recomendável gerar conteúdos para enganar tais robôs da internet (os algoritmos de busca), pois seria pertinente o envolvimento do usuário com coisas entendidas por ele como relevantes? Um movimento discursivo rotineiro na comunicação humana e muito significativo que se evidencia nesse exemplo é o fato de que a sentença negativa, a hipotática, é criada em prol de uma sentença afirmativa, a nuclear. Para tanto, percebe-se que a negação é um fenômeno recorrente presente nas orações com “em vez de”, significando que o redator tende a negar algo em prol do evento que será realizado.

Na primeira oração, marcada pelos colchetes, há a indicação daquilo que deve ser feito, ao contrário do que será exposto na oração hipotática adverbial, iniciada pelo conector substitutivo “em vez de”. Em outras palavras, primeiro anuncia-se aquilo que está previsto pelo enunciador e, em seguida, anuncia-se aquilo que não deveria acontecer. É nesse sentido que podemos afirmar que há substituição de um evento por outro. É importante mencionar que ambas as orações estão conectadas também pelo verbo (de um lado o infinitivo, do outro um verbo desenvolvido), pelo sujeito (sujeito de categoria vazia que recupera sujeito via anáfora), além do sentido da hipotática que realça a informação contida na oração principal.

## Ocorrência 2:

É importante que a indústria farmacêutica evolua nalguma espécie de silicone neuronal cujo implante através de uma das têmporas permita a injeção de juízo na massa encefálica de homens e mulheres. Urge preencher o tempo vazio e o espaço morto, ao invés dos peitos murchos.

É importante que os velhos jamais se furtem em caducar. Ao que parece, numa situação tão crítica e caótica quanto a velhice, faz-se mister esquecer para não mergulhar na insanidade. Aqueles poucos que insistem acabam reféns de Alzheimer.

É importante conhecer a Alemanha, a França, o Reino Unido, o Caribe e, até mesmo, a Disney (O Mundo da Fantasia). Eu admito: não dá mais pra ficar levando o mundo real tão a sério.

É importante buscar algum grau de importância moral na morte (a importância social parece evidente), além do expurgo e da mera assepsia. **[Para o equilíbrio ideal das coisas, não seria mais aceitável à humanidade parar de nascer], [ao invés de morrer**

**o que se ama?] Eis aqui uma pergunta que não se calará nem mesmo após o último suspiro.**

Disponível em: <http://acervo.revistabula.com/posts/colunistas/sosseguem.-meus-dois-canos-fumegantes-so-atiram-palavras>. Acesso em 23/12/2020.

Na mesma proporção, avalia-se o exemplo acima, em que a oração posposta “ao invés de morrer o que se ama?” contribui semanticamente com a sentença “Para o equilíbrio ideal das coisas, não seria aceitável à humanidade parar de nascer”. Dessa vez é visto que o grau de oposição está mais aparente, por causa da seleção das palavras, que nesse caso contrastam via oposição lexical: *nascer* e *morrer*. Além disso, a questão da objetividade e precisão da mensagem pode marcar a negação da informação na sentença com *ao invés de* que parece apontar e focar na informação da oração principal. Além disso, “parar de nascer” em oposição à “ao invés de morrer o que se ama?” evidencia mais uma vez que o conector “ao invés de” serve como elemento essencial de integração das sentenças, em outras palavras, há ocorrência de um *chunking* (Bybee, 2010), uma vez que as unidades que compõem o conector são vistas como uma unidade apenas.

Além de uma comparação das possíveis mortes e dos possíveis nascimentos, na realidade, o tom comparativo pode servir de base para o tom contrastivo mais explícito nas orações. Da mesma maneira, cabe uma observação da posição da hipotática adverbial, que, aparentemente muda o rumo da descrição, já que se propõe uma resposta ao ponto negativo marcado pela hipotática posposta, iniciada por “ao invés de”. Como se pode notar nos dois exemplos, há certa mobilidade da construção.

Após apresentação do objeto, cabe uma análise inicial: os dois grupos de conectores aparecem em sentenças cujo verbo em destaque não está desenvolvido, ou seja, aparece, constantemente, no infinitivo. Entretanto, essa sentença está em associação a uma outra sentença, cujo verbo manifesta-se na forma desenvolvida, geralmente no presente ou no pretérito. Este grupo, em especial, apresenta vínculo de sujeito entre os eventos.

Vê-se também que há uma oração com valor positivo em relação a uma oração com valor negativo ou vice-versa. A esse respeito, e com base na ideia de substituição, estabelece-se a seguinte ideia: tanto as construções “em vez de” quanto as construções “ao invés de” abordam eventos negativos em relação ao que aparece como positivo na oração principal. Nesse sentido, diríamos, então, que as construções substituem e estão a serviço da negação/afirmação de proposições.

A partir do exposto, e na consideração de que há mais caminhos para análise, cabe destacar que os conectores (“em vez de” e “ao invés de”), presentes no uso, são conectores de construções substitutivas do português contemporâneo.

A seguir temos um quadro com os resultados a partir do filtro realizado, isto é, trata-se de ocorrências com as duas construções substitutivas, dentro do primeiro semestre de 2018, na mesma seção do site. Observem:

PAÍS	EM VEZ DE	AO INVÉS DE
BRASIL	400	74
ANGOLA	51	6
MOÇAMBIQUE	10	2

Tabela 1: As construções no Brasil, em Angola e em Moçambique.

Após análise qualitativa e quantitativa, passamos a ter 400 ocorrências com o conector “em vez de” em relação a 51 ocorrências em Angola e 10 em Moçambique, o que nos dá um total de 461 dados com “em vez de”. Já o conector “ao invés de” se apresentou menos produtivo com 74 ocorrências no português brasileiro, 6 ocorrências no português angolano e 2 no português moçambicano, dando um total de 82 ocorrências. Desse modo, podemos fazer uma primeira observação em relação à **frequência** das construções substitutivas: há preferência pelo conector “em vez de” em todas as comunidades linguísticas verificadas. O gráfico a seguir vai mostrar a frequência das construções em percentual aproximado nas três comunidades de fala investigadas, tendo em vista o total de 543 ocorrências.

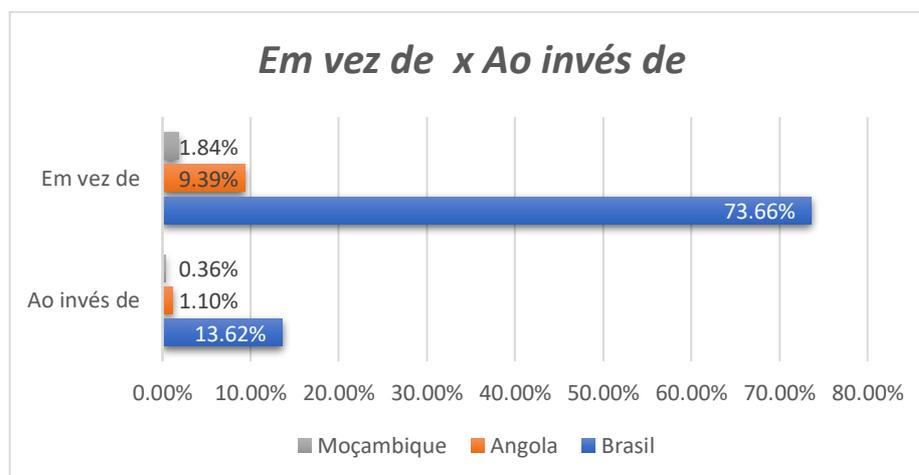


Gráfico 1: Frequência das construções substitutivas *em vez de* e *ao invés de* no Brasil, Angola e Moçambique

Devemos ressaltar que todos esses dados foram analisados com base nos fatores levantados na “metodologia”, finalizamos o trabalho com 543 ocorrências, 461 com “em vez de” e 82 com “ao invés de”, isto é, no montante de 543 ocorrências, há 84,89% de construções “em vez de” em relação a 15,10% das construções “ao invés de”. Efetivamente, percebe-se que há uma preferência maior pelo falante em usar “em vez de” não só no português brasileiro, mas também no português angolano e moçambicano. Mesmo que haja um número pequeno de ocorrências nas comunidades de fala de fronteira, podemos falar em valores proporcionais. No português brasileiro, por exemplo, notamos que há aproximadamente uma aplicação de “em vez de” seis vezes mais que “ao invés de”. O valor percentual encontrado com “em vez de” e “ao invés de” no Brasil nos leva a essa ideia de uso mais disseminado da construção “em vez de” em comparação à “ao invés de”.

Diante do exposto e retomando o que foi abordado nas seções anteriores, afirmamos que estamos considerando “em vez de” e “ao invés de” como conectores cujo núcleo-comum é a substituição. Os dois objetos são tidos neste trabalho como conectores que, por meio do *chunking*, são processados pelo falante como uma única unidade. Há, dessa forma, relação hipotática adverbial, com valor substitutivo, podendo se desenvolver, no plano do sentido, a partir da noção contrastiva. Além disso, cabe destacar também a negação que aponta para uma informação controversa. Sendo assim, abaixo temos um esquema que visa a pontuar as orações interligadas com o auxílio dos conectores “em vez de” e “ao invés de”.

#### ESQUEMATIZAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES

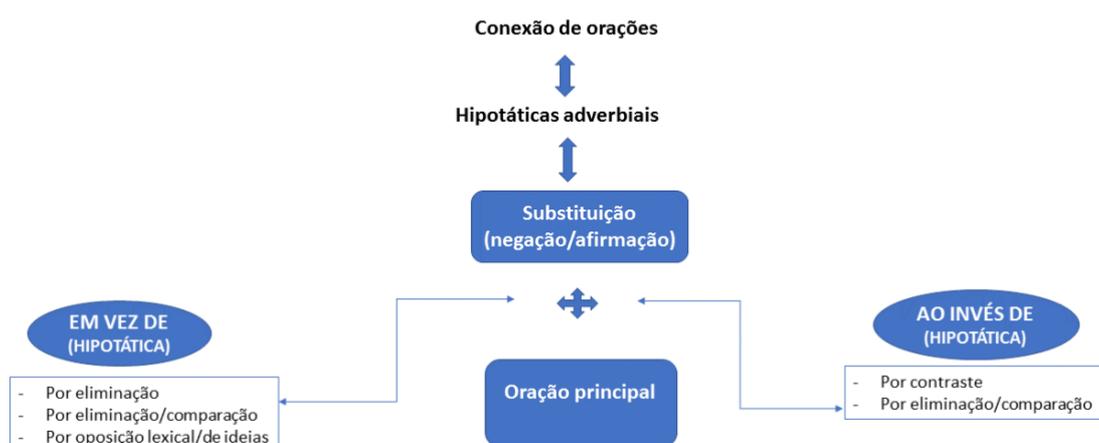


Figura 2: A esquematização substitutiva

De acordo com o esquema, nota-se que as construções estão amarradas pela noção básica de **substituição**; cada qual com seus traços, similares em alguns aspectos, no entanto, diferentes em outros, não só no âmbito do sentido, mas também no âmbito da forma. As construções “em vez de”, dessa forma, são denominadas como construções substitutivas por eliminação, por eliminação/comparação e contrastivas (via oposição lexical/de ideias), por outro lado, as construções “ao invés de” são denominadas como substitutivas contrastivas e por eliminação/comparação.

Durante o trabalho, temos mostrado que as construções investigadas são hipotáticas adverbiais, cuja relação entre as orações se mantém pelo eixo da forma e do sentido; no caso da oração hipotática, ela seria, então, responsável por agregar uma informação à oração principal, realçando, embelezando. Esse comportamento, o de expansão de uma informação, é muito comum entre as adverbiais, e tais orações tendem a expressar alguma circunstância sobre a oração principal. A seguir, montamos um quadro, que retoma aos valores semânticos expressos pelas construções “em vez de” e “ao invés de”:

<b>Em vez de x</b>	<b>Ao invés de x</b>
<b>substituição (negação/afirmação)</b>	
por eliminação	por oposição antonímica
por eliminação/comparação	por eliminação/comparação
por oposição lexical/de ideias	

**Quadro 2: Relação semântica das orações substitutivas em vez de e ao invés de**

De acordo com o quadro, há similaridade na relação semântica dos dois grupos: a substituição é a base para a relação, e, a partir dela, podemos ter tanto a eliminação/comparação quanto a oposição lexical/de ideias. A seguir, montamos uma tabela com o quantitativo dessas relações semânticas:

<b>Em vez de</b>	<b>Ocorrências</b>
por eliminação	285
por eliminação/comparação	9
por oposição lexical/de ideias	109

não se aplica	58
<b>Ao invés de</b>	
por oposição antonímica	14
por eliminação/comparação	59
não se aplica	9

**Tabela 2: Relação semântica das orações em números**

Dentre os valores semânticos apresentados, a substituição por eliminação é mais recorrente para as duas construções: 285 construções substitutivas por eliminação com “em vez de” e 59 com “ao invés de”, gerando um total de 344 construções por eliminação. Do mesmo modo, as construções “em vez de” também realizam significativamente oposição via léxico/ideia. Temos um total, entre os dois grupos, de 129 construções substitutivas por contraste, número bem expressivo e, em comparação aos outros valores, o contraste é o mais recorrente em “ao invés de” e o segundo mais recorrente em “em vez de”.

Neste momento da análise, vamos nos dedicar ao quadro de análise das relações semânticas a que estamos propondo. Desse modo, a substituição aparece como noção básica que subjaz às duas construções, e, no uso, a considera-se a base conceptual comparativa que existe quando se substitui, tendo em vista o entendimento semântico do contraste.

O grupo **não se aplica** representou as construções cujo verbo da oração principal apareceu com projeção futura. Nesse aspecto, consideramos inviável estabelecer um valor semântico da oração, uma vez que os eventos apareceram dentro de um contexto que não se podia comprovar. Por esse motivo e dada a não veracidade da ação, estabelecemos como “não se aplica” os casos em que nenhum dos valores estabelecidos para as construções se encaixariam na análise.

Conector	Ocorrência	Nota
<b>Em vez de</b>		
por eliminação	“Quem será o candidato de Lula à Presidência? Muita gente pensa que, depois da falta de gentileza de Dilma, que fez questão de se candidatar à	A oração posposta “em vez de” é a segunda menos recorrente posição. Neste caso, ela colabora para uma substituição que se dá via eliminação de ideias,

	reeleição <b>em vez de</b> ceder a vez a Lula, ele preferiria escolher algum nome de outro partido, que não pudesse disputar com ele o comando do PT” <sup>30</sup>	distribuída da seguinte forma: a oração principal traz o que foi realizado, que, na visão do enunciador, é algo negativo; já a hipotática, apresenta aquilo que poderia ter acontecido. Nesse sentido há substituição por eliminação de ideias: não cedeu a Lula, porque preferiu indicar outro nome.
por eliminação/comparação	“ <b>Em vez de</b> renegociar o Nafta (acordo de livre-comércio com Canadá e EUA), como está fazendo Peña Nieto,/AMLO propõe sair do acordo e produzir bens de consumo "por mexicanos para mexicanos ". <sup>31</sup>	Na posição anteposta, o “em vez de” encabeça uma ação negativa – não se realizou o primeiro evento, que era esperado – em virtude do que foi feito na oração principal. Entretanto, o que separa o primeiro grupo do segundo, da construção com “em vez de”, é a comparação. Nota-se que, na hipotática, uma comparação foi sugerida: outros grupos já estão realizando a renegociação do Nafta.
por oposição lexical/de ideias	“Mas, olhando com mais calma os números que embasam o anúncio do MME, nota-se que, <b>em vez de</b> <i>reduzir</i> , as emissões de CO2 <i>crecem</i> de 289 milhões para 335 milhões de toneladas entre 2018 e 2028.” <sup>32</sup>	Há oposição na relação semântica das orações. Com efeito, a oposição lexical está presente nas duas orações: a primeira apresenta o verbo “reduzir” e a segunda, a oração principal, o verbo “crescer”, contrário de reduzir. Como se pode observar a construção “em vez

<sup>30</sup><https://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/lula-teje-solto-ou-teje-presos-e-outras-notas-de-carlos-brickmann/> Acesso em: 19/01/2021

<sup>31</sup><https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/06/eleicao-presidencial-poe-em-jogo-rumo-de-milagre-mexicano-na-economia.shtml>

<sup>32</sup> <https://oglobo.globo.com/opiniao/reduz-mas-aumenta-22823945>

		de” também instancia contraste.
não se aplica	“Vou parar de usar pijamas azedos e me arrumar com aquelas roupas novas que aguardam ansiosamente o meu retorno. Vou falar de projetos e pagamentos e personagens <b>em vez de</b> só falar "bubu", "mamá", "agugu".” <sup>33</sup>	Este grupo é dedicado ao “não se aplica”. Quando, na oração principal a ação é apontada para o futuro, há de certa maneira uma possibilidade de ocorrência do evento. Logo, há uma possibilidade de ocorrência via eliminação parcial, porque há indício de continuidade da fala, ou via oposição.
<b>Ao invés de</b>		
por oposição antonímica	“ <b>Ao invés de</b> estar próximo, tem que percorrer um caminho maior, gastar mais, perder mais tempo” <sup>34</sup>	A oposição antonímica ocorre também via léxico, os verbos levados para as duas orações confirmam tal oposição de ideias: como não se consegue estar próximo, é preciso percorrer um caminho mais longo que demanda mais tempo, conforme a ocorrência.
por eliminação/comparação	“Como isso não aconteceu, a torcida brasileira não poupou o craque. <b>Ao invés de</b> reconhecer as dificuldades da partida diante de um adversário forte, a saída emocional mais fácil é criticar o Neymar.” <sup>35</sup>	A eliminação de uma ideia também é direcionada à construção “ao invés de”. Na ocorrência, o desejável era o reconhecimento das dificuldades da partida, tendo em vista o adversário forte, contudo, essa ideia foi eliminada pela ação que de fato ocorreu: a crítica

<sup>33</sup><https://www1.folha.uol.com.br/colunas/tatibernardi/2018/06/mamae-neura-me-largue-nao-me-solte.shtml>

<sup>34</sup><https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/prefeitura-de-ribeirao-preto-descumpre-promessa-de-inauguracao-no-1o-semester-e-upa-oeste-segue-sem-prazo-para-abertura.ghtml>

<sup>35</sup><https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,especialistas-explicam-relacao-de-amor-e-odio-da-torcida-brasileira-com-neymar,70002356611>

		ao atleta Neymar, que foi recorrente durante o período abordado na matéria esportiva.
não se aplica	“Proprietário de outra oficina, Celso Bartmann Oliveira afirma que os orçamentos entregues para os donos dos veículos são maquiados. Eles pedem pra soldar uma roda. <b>Ao invés de</b> botar' solda de roda no orçamento, vai vir como' embelezamento de roda” <sup>36</sup>	Quando a unidade verbal da oração hipotática é lançada no futuro, a ação se encontra em uma verdade possível, assim como vimos com a construção “em vez de”. Por esse motivo, estamos caracterizando como “não se aplica” esses eventos improváveis, tendo em vista o predicador da oração.

**Quadro 3: Análise das relações semânticas substitutivas**

### 3. Conclusões da investigação

Diante do exposto, cabe afirmar que este trabalho defendeu a ideia de que “em vez de” e “ao invés de” são conectores substitutivos da língua portuguesa, que instanciam construções cujas orações conectadas (oração principal e hipotática adverbial) estão unidas pelo eixo da forma e do significado. Nesse sentido, mostramos que, dentre os valores semânticos que abarcam as orações hipotáticas adverbiais, temos a substituição como núcleo comum e responsável por outros sentidos, como eliminação, comparação e contraste.

“Em vez de” e “ao invés de” são conectores da língua portuguesa que constituem as construções substitutivas dentro do contexto das hipotáticas adverbiais. Acerca da categoria gramatical, buscamos via sincronia, e com base no Funcionalismo, alguns passos para comprovar a gramaticalidade das construções, de locução prepositiva a conector de orações. Reconhece-se, em suma, a importância dos estudos de Bybee no que se refere às propriedades cognitivas da construção linguística, tais como *chunking* e categorização.

<sup>36</sup><https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/seguradoras-de-veiculos-sao-alvo-de-cpi-na-assembleia-do-rio-grande-do-sul.ghtml>

Entendemos também que a construção substitutiva é constituída de um evento que agrega duas unidades de informação, uma negada e a outra afirmada. A princípio, não encontramos diferença no que tange à conceptualização de cenas pelo falante, independente das construções, já que os eventos expressos pelas orações podem pertencer a um mesmo domínio ou a domínios diferentes.

De acordo com a análise, podemos constatar que a construção “em vez de” é distinta da construção “ao invés de” no português brasileiro, angolano e moçambicano. Nas três comunidades de fala, podemos notar que “em vez de” é mais frequente que “ao invés de”, inclusive, com números percentuais bem consideráveis; no quesito posição, a de tópico-comentário foi a mais frequente, sendo o mesmo comportamento das construções nos países da África do Sul estudados. Desse modo, o estudo do pluricentrismo linguístico nos levou a considerar que, no que diz respeito à forma, as construções são bem parecidas, entretanto, a diferença é significativa na seleção lexical entre as orações que, efetivamente, pode contribuir para a diferença cultural entre os lugares observados.

O trabalho de fronteiras nos levou a pensar quais diferenças culturais e sociais poderiam estar presentes nos usos distintos das construções hipotáticas substitutivas “em vez de” e “ao invés de”. Nesse sentido, checamos, a partir do contexto e de outros fatores pragmáticos, bem como, a partir de elementos ligados à forma como, por exemplo, construção sintática e seleção lexical, que há elementos culturais que contribuem com a noção de construções distintas que defendemos neste trabalho. Por essa razão, indicamos também como trabalhos futuros a intenção, tendo em vista pressupostos cognitivistas, de analisar com mais afinco tais características nas mesmas comunidades de fala – Angola e Moçambique – com a soma de Portugal, sempre em relação aos usos do português brasileiro. Isso se justifica, porque acreditamos ser a cultura mais uma propriedade que agrega positivamente à noção de construção, elementos da língua pelas quais atendem à dinâmica da comunicação efetiva.

Portanto, ressaltamos que os conectores “em vez de” e “ao invés de” confirmam a dinamicidade da língua e a motivação que essas construções sofrem a partir das propriedades cognitivas, bem como a relevância do contexto com dados da sociedade e da cultura. Sendo assim, é necessário afirmar que todos os fatores linguísticos e semântico-discursivos são de suma importância na constituição de um objeto.

**Abstract:** This work presents a study of the connection of clauses with the non-prototypical connectors, “em vez de” and “ao invés de”, given the little reference to objects in traditional grammars and the almost non-existent number of investigations that cover grammatical descriptions for both. . The study of articulation of sentences points to the need to investigate the relationships in a real situation of communication, in the varieties of the Portuguese language: Brazilian, Angolan and Mozambican, in order to realize new syntactic relationships. The analysis seeks to differentiate them, bearing in mind the assumptions of use-centered models, based on Functionalism and LCU. The results show that the constructions “em vez de” replace one piece of information with another; the constructions “a invés de” substitute through the opposition of information. The constructions under study observed in the *Corpus do Português* present a high percentage of the use of “em vez de” in the three investigated varieties. Construction “ao invés de” constitutes only 15% of the results.

Keywords: Functionalism; Construction; Connection of clauses; Replacement; Contrast.

## Referências bibliográficas

- AZEREDO, J. C. A. Fundamentos de gramática do português. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BARROS, Letícia Martins Monteiro de. A correção em construções comparativas da língua portuguesa. Anais do IX Seminário dos Alunos dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFF – Estudos de Linguagem. Letras da UFF, Coordenação: Silmara Cristina Dela da Silva Vice-coordenação: Ivo da Costa do Rosário, 2018
- BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37.ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BYBEE, J. Language, Usage and Cognition. New York: Cambridge University Press, 2010. \_\_\_\_\_. Language change. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- CASTILHO, Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro- 1. Ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2012.
- CEZARIO, Maria Maura; FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica (orgs.). Linguística Centrada no Uso: uma homenagem a Mário Martelotta. Rio de Janeiro: Mauad x FAPERJ, 2013.
- CROFT, W. Radical Construction grammar: syntactic theory in typological perspective. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. 5.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

CUNHA, Maria Angélica F. da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2003.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: DECAT, Maria Beatriz Nascimento; SARAIVA, Maria Elizabeth Fonseca, BITTENCOURT, Vanda de Oliveira & LIBERATO, Yara Goulart. *Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista*. Campinas, SP: Mercado de Letras (Coleção *Idéias sobre Linguagem*), 2001.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. A noção de unidade informacional no tratamento da subordinação. *Veredas atemática*, 2014.

DIAS, M. L. V. S; RODRIGUES, V. V. Justaposição: processo sintático distinto da coordenação e da subordinação? In: RODRIGUES, V. V. (Org.) *Articulação de orações: pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

DIAS, Nilza Barrozo; RAMOS ARAÚJO, Jocineia Andrade; PACHECO, Priscilla Hoelz. Construções contrastivas acontece que e logo eu. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 14, n. 27, p. 297-316, 2020.

DIAS, Nilza Barrozo; CORRÊA, Karina da Silva. O Valor Contrajuntivo de Acontece Que. *Confluência*. Rio de Janeiro: Linceu Literário Português, n. 59, p. 81-104, jul.-dez. 2020

DUCROT, O. *Provar e dizer: leis lógicas e argumentativas*. São Paulo: Global, 1981.

FURTADO DA CUNHA, M. A., RIOS DE OLIVEIRA, M. & MARTELOTTA, M. (Orgs.) *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIVON. *On Understanding Grammar*. New York, Academic Press, 1979.

GIVÓN, T. - Beyond foreground and background. In: *Coherence and grounding in discourse*. Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1987.

GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1990.

GIVÓN, Talmy. Inter-clausal connections and discourse coherence. In: \_\_\_\_ *English Grammar: a function-based introduction*. Vol. 2. John Benjamins Publishing Company. Amsterdam/Philadelphia. 1992.

GOLDBERG, A. *Constructions: a construction grammar approach*. Chicago: University Press, 1995.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

- HORTA, Leandro Freitas da. Linguagem em diálogo com a sociedade – Teoria e Análise Linguística. Estudo de contraste: “em vez de” x “ao invés de”. Organizadores: Ivo da Costa do Rosário e Luciana Sanchez Mendes, São Carlos: Publicação Pedro & João Editores, 2020.
- LANGACKER, Ronald W. Foundations of cognitive grammar, vol. 1: Theoretical prerequisites. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.
- LAKOFF, George. Women, fire and dangerous things. Chicago: Chicago University Press, 1987.
- NEVES, M. H. de M. O coordenador interfrasal mas – invariância e variants. ALFA: Revista de Linguística. (Universidade Estadual Paulista) São Paulo, SP—Brasil, 1962-1977; 1980
- NEVES, M. H. de M. Gramática de usos do português. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.
- PERINI, Mário A. Gramática descritiva do português. Editora Ática, 4ª edição, 8ª impressão. São Paulo, 2000.
- ROCHA LIMA, C. H. Gramática normativa da língua portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- ROSÁRIO, Ivo da Costa do e NOVO, Idrissa Ribeiro. Análise funcional dos conectores EM VEZ DE e AO INVÉS DE no português brasileiro contemporâneo. Organizadores da edição: Diogo Pinheiro e Karen Alonso. UFRJ, Revista linguística. Volume 14, n. 1 de jan-abr de 2018.
- ROSÁRIO, Ivo da Costa do. Gramaticalização – uma visão teórico-epistemológica. Palimpsesto, Uerj. RJ. 2010.
- ROSÁRIO, Ivo da Costa; LOPES, Monclar Guimarães - Construcionalidade: uma proposta de aplicação sincrônica - N37. Revista Só Letras, RJ, 2019.
- SAUSSURE, F. Curso de Linguística Geral. 26. Ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- SOARES DA SILVA, Augusto. Variação linguística e pluricentrismo: novos conceitos e descrições. Actas, Universidade de Vigo; Grades, Gramática, Discurso e Sociedade, CILX 2018.
- THOMPSON, S.A; LONGACRE, ROBERT; HWANG, SHIN JA J. Adverbial clauses. In Timothy Shopen, ed., *Language Typology and Syntactic Description*, Second edition. Cambridge: Cambridge University Press. 2007, pp. 237-300.
- TRAUOGOTT, Elizabeth. Grammaticalization and Construction Grammar. *História do Português Paulista*. Campinas: São Paulo. Editora: Unicamp, volume I, pp.91-101, 2007.

TRAUGOTT, Elizabeth C; DASHER, R. *Regularity in Semantic Change*. Cambridge, Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, Elizabeth C. Constructions in Grammaticalization. In: Joseph e Janda (editors). *The Handbook of Historical Linguistics*. Blackwell Publishing. 2005

TRAUGOTT, E. & DASHER, R. The Framework. In: *Regularity in Semantic Change*. Cambridge University Press, 2009.

TRAUGOTT, E. C. & TROUSDALE, G. Constructionalization and Constructional changes. Oxford, 2013.

VESTERINEN, Rainer. Subordinação adverbial: um estudo cognitivo sobre o infinitivo, o clítico SE e as formas verbais em proposições adverbiais do Português Europeu. Stockholm University, Faculty of Humanities, Department of Spanish, Portuguese and Latin American Studies, (2006).

# A DESIGUALDADE ESTABELECIDADA PELA CONSTRUÇÃO *OCORRE QUE* NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO: UM ESTUDO BASEADO NO USO

A USAGE-BASED STUDY OF THE INEQUALITY ESTABLISHED BY THE  
CONSTRUCTION *OCORRE QUE* IN CONTEMPORARY PORTUGUESE

Priscilla Hoelz Pacheco (UFF)

**Resumo:** Trata o presente trabalho do uso da estrutura *ocorre que* com função de conector interfrasal. Consideramos que a estrutura em questão sofreu mudanças construcionais, passando a funcionar como um conector de contraste. Assim, nosso objetivo é verificar de que modo *ocorre que* estabelece desigualdade entre segmentos e também funciona como parte de uma estratégia de focalização da informação subsequente, no momento em que o falante constrói seus argumentos. Para essa análise, adotamos como referencial teórico pressupostos dos modelos baseados no uso, defendendo o estudo da língua nas situações comunicativas reais. Como base para nossa investigação, utilizamos o disposto em Neves (1984; 2011) e Azeredo (2018) quanto às características da conexão de orações contrastivas. Nosso *corpus* é formado por pronunciamentos de senadores federais, transcritos e disponíveis no website do Senado Federal e nossa análise é de caráter prioritariamente qualitativo. Os resultados preliminares indicam que os enunciados iniciados por *ocorre que* introduzem graus diferentes de desigualdade, combinados com a focalização da informação subsequente.

**Palavras-chave:** Construção; conector; desigualdade; ocorre que.

## Introdução

A luz dos modelos baseados no uso, este trabalho visa investigar de que modo a estrutura *ocorre que* assume função de conector textual e concatena porções textuais estabelecendo relação de desigualdade entre elas.

Partimos do pressuposto de que a estrutura sofre um processo gradativo de esvaziamento de seu valor semântico original de acontecimento e passa a ser utilizada no português brasileiro contemporâneo como uma espécie de partícula conectora que estabelece conexões de desigualdade entre enunciados. Optamos pelo uso do termo *desigualdade* em relação ao termo *contraste*, tendo em vista a proposição de Neves (1984) de que há uma espécie de gradação nesse tipo de relação, que englobaria *contraste*, *oposição* e até mesmo *eliminação*. Sendo assim, seria uma espécie de conceito guarda-chuva para abrigar os valores e variantes semânticas possíveis.

A nova função da estrutura *ocorre que*, conectando dois segmentos e os estabelecendo como desiguais, seria resultado de mudanças construcionais, que afetam não só a frequência da construção, mas também aspectos de forma e/ou significado (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). Desse modo, o verbo *ocorrer*, conjugado na 3ª

pessoa do Presente do Indicativo, e a conjunção integrante *que* formam um *chunk* e são acessados na mente do usuário da língua como uma unidade. Além do aspecto cognitivo relacionado a como a estrutura é conceptualizada pelo falante, *ocorre que* passa a ser utilizado em contextos distintos de seu contexto de uso original, por meio de implicaturas conversacionais. Assim, o sentido de acontecimento, aos poucos, vai se apagando e dando lugar a novos usos, que se tornam convencionalizados.

Em trabalho anterior (PACHECO, 2020), nós já investigamos a mudança da microconstrução *acontece que* que, junto com *ocorre que*, estaria vinculada ao subesquema [X-que] – do esquema maior de conectores da língua - no qual X seria um *slot* ocupado por verbos de acontecimento. Apesar de Hopper & Traugott (2003) assinalarem que uma dada sincronia pode apontar indícios de mudança no uso da língua, somente um estudo diacrônico pode confirmar nossas suspeitas de que *acontece que*, *ocorre que* e demais estruturas com base verbal de acontecimento sofreram construcionalização gramatical (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

Neste trabalho, nosso objetivo é averiguar de que forma *ocorre que* conecta enunciados e quais são as especificações semânticas trazidas nessa conexão. Nossa hipótese é de que essa concatenação entre segmentos apresente relação de desigualdade, considerando os diferentes graus estabelecidos em Neves (1984). Ademais, *ocorre que* funcionaria como um focalizador de informação subsequente, salientando a informação do segundo segmento.

Para essa análise, assumimos a noção de que um novo membro de uma dada categoria adquire algumas características de seu membro exemplar (Bybee; Eddington, 2006, *apud* BYBEE, 2016). As relações de desigualdade aparecem no discurso majoritariamente pelo uso da conjunção *mas*, caracterizando-se como conector prototípico da categoria dos conectores contrastivos. Sendo assim, ao estabelecer esse tipo de relação entre segmentos, o *ocorre que* se colocaria como um novo membro dessa mesma categoria, tendendo a assumir características de seu membro exemplar. Nós verificaremos, portanto, se isso acontece e quais seriam essas características, conforme a análise de Neves (1984; 2011), para a conjunção *mas*.

## 1. Pressupostos teórico-metodológicos

### 1.1. *As mudanças linguísticas e as construções*

De acordo com a Gramática de Construções, a língua é constituída por construções organizadas em rede, sendo construção um pareamento convencional e simbólico de forma e significado (CROFT, 2001). Desse modo, a língua é um sistema de nós interconectados por elos que se estabelecem de modo regular. Isso se dá porque a gramática é a representação cognitiva da experiência dos indivíduos no mundo, portanto, interações comunicativas podem afetá-la.

A busca dos falantes por expressividade na interação comunicativa, conforme Meillet (1948 *apud* SILVA, 2015), é o que motiva a mudança linguística. É a criatividade do usuário da língua, com o objetivo de atingir seus propósitos comunicativos, que resulta em novos usos de dadas construções em diferentes contextos em que, até então, elas não ocorriam. Assim, por meio de micropassos sucessivos (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013), uma dada estrutura pode se modificar tanto formal quanto semanticamente, culminando no surgimento de uma nova construção na rede construcional.

Tendo em vista que o processo de mudança linguística é progressivo, é comum que novas formas coexistam com as mais antigas numa dada sincronia, já que o surgimento de um novo nó na rede construcional não pressupõe a eliminação das formas já existentes. De acordo com Hopper (1991) e sua teoria de estratificação, apesar de a mudança linguística parecer repentina aos olhos de um usuário da língua, seu processo de convencionalização dentro de uma comunidade linguística é lento e gradual.

O surgimento de um novo nó na rede construcional ocorre quando há um pareamento de uma nova forma e um novo significado para uma dada construção. Sob a perspectiva construcional, construcionalização é o nome para esse fenômeno, que ocorre quando neanálises são percebidas no polo da forma e no polo do sentido de uma dada construção. Quando as mudanças ocorrem em apenas um desses polos, temos mudanças construcionais, que podem aparecer antes ou depois da construcionalização.

Hilpert (2013) considera que a mudança linguística pode ser percebida em abordagem sincrônica, como nos casos de variação, o que está atrelado ao campo das mudanças construcionais. Elas, ainda, podem estar relacionadas a mudanças em relação à produtividade ou em relação ao uso de acordo com contextos sociais (2013, p. 17-19).

Nesse sentido, tendo em vista nossa hipótese de que *ocorre que* é uma estrutura utilizada com valor de desigualdade no português contemporâneo, podemos dizer que houve mudança no polo de significado da construção, afetando os subcomponentes

semântico e pragmático. No entanto, não é possível atestar que seu uso original desapareceu. Conforme aponta Hopper (1991), a coexistência de camadas, que indica a gramaticalidade de *ocorre que*, permite que sua leitura de oração matriz de uma construção encaixada subjetiva, de caráter temporal, coexista com seu novo uso, de conector de enunciados coordenados desiguais.

## 1.2. *Categorização e chunking: processos cognitivos de domínio geral atuantes na mudança linguística*

Mudanças linguísticas podem ser derivadas de processos cognitivos de domínio geral – processos que não se aplicam apenas à linguagem, mas também a outros campos cognitivos. Bybee (2016) aponta que memória enriquecida, *chunking* (encadeamento), categorização, analogia e associação transmodal são processos que afetam o uso da língua pelo indivíduo e, conseqüentemente, têm papel em processos de mudança. Neste trabalho, falaremos especificamente de *chunking* (encadeamento) e categorização.

“*Chunking* tem sido identificado como um processo que influencia todos os sistemas cognitivos, com base na organização geral da memória” (BYBEE, 2016, p. 64). É o processo responsável pela formação de sequências linguísticas, sendo acionado pela repetição. Desse modo, a partir da alta frequência, sequências de palavras são cognitivamente percebidas como uma só unidade — um só *chunk* — e, conseqüentemente, são mais prontamente acessadas na mente do falante.

A criação de novas construções é beneficiada pelo *chunking*, uma vez que a repetição de *chunks* pode acionar implicaturas conversacionais e significados especiais. A alta frequência de determinados *chunks* faz com que se tornem autônomos e, a partir daí, deem lugar a alterações formais, semânticas e pragmáticas, como perda de analisabilidade (percepção do que cada parte oferece à conceptualização do todo) e composicionalidade (previsibilidade do sentido do todo a partir do sentido das partes).

Quando palavras ou sintagmas são reconhecidos e associados a representações estocadas, temos o processo de *categorização*. Desse modo, é a partir da experiência com o mundo que as categorias são criadas. Por meio do processo de categorização, nossa memória é organizada em representações por exemplares e, assim, novas construções passam a ser dispostas nessas categorias existentes.

De acordo com Bybee (2016, p. 131), “categorias de exemplares (...) exibem efeitos prototípicos, os quais derivam de pertencimento graduado a uma categoria: alguns

exemplares são membros centrais da categoria enquanto outros são mais marginais”. Nesse sentido, uma dada construção é inserida em uma categoria quando possui características que se assemelham ao seu membro central, que, em geral, é o mais forte e frequente. As representações mais frequentes são as mais facilmente acessadas e, portanto, são utilizadas mais facilmente como base para categorização de exemplares recentes.

Desse modo, percebemos a construção *ocorre que* como resultado do processo de *chunking* entre *ocorre* e *que*, somado ao processo de categorização da construção na categoria dos conectores que estabelecem desigualdade entre segmentos. Essa categorização decorre da semelhança de usos da construção em contextos em que seu valor semântico se assemelha em grande parte com os usos da conjunção *mas*, conector coordenado prototípico das relações de desigualdade e, portanto, membro central da referida categoria, conforme veremos a seguir.

### 1.3. A conexão interfrasal adversativa

Para entender de que forma se constituem os dados deste trabalho, precisamos, ainda, apontar para os estudos de Neves em perspectiva interfrásica (1984; 2006). De acordo com a autora, o valor básico das conjunções coordenativas, seja entre orações, seja entre frases completas, é a apresentação de um segmento como um acréscimo ao seu anterior, sendo ambos os segmentos de igual estatuto, conforme aponta a teoria de Halliday (2004) sobre as relações paratáticas.

No entanto, a escolha entre realizar uma coordenação interfrasal ou intrafrasal não é ao acaso. Há diferenças, principalmente quanto aos aspectos pragmáticos. De acordo com Neves (1984; 2006), a pausa existente entre frases completas em perspectiva de coordenação tem efeito dramático, uma vez que o acréscimo do segundo segmento ao primeiro é inesperado.

O elemento coordenador entre frases completas, portanto, invalida o valor semântico de conclusão instaurado pela entoação conferida pelo falante no final do primeiro segmento. Sendo assim, o início de um novo segmento assinala o imprevisível, conferindo uma quebra de expectativa em relação à existência de uma sequência sintático-semântica ao trecho anterior.

Cabe ressaltar, entretanto, que a inserção de um contraste ou uma quebra de expectativa nem sempre é tão óbvia entre duas orações ou dois segmentos. Isso ocorre

porque a relação adversativa pode, ainda, funcionar como estratégia de ênfase ou focalização, o que é resultado da verificação de desigualdade entre dois segmentos. Desse modo, a ideia introduzida pelo conector adversativo “recebe um realce em face da ideia anterior e se impõe à atenção do ouvinte ou leitor, funcionando como argumento para os efeitos de sentido que o enunciador pretende produzir” (AZEREDO, 2019, p. 334).

Neves (1984, p. 22), em seu trabalho sobre a invariância e variantes do *mas* como coordenador interfrasal, propõe que o valor semântico básico da conjunção se refere à desigualdade, expressando a comparação entre dois segmentos que são, marcadamente, diferentes entre si. De acordo com a autora, o emprego do *mas* indica que o enunciador reconhece essa desigualdade explicitada “e se utiliza dela na organização de seu enunciado, tanto na distribuição das unidades de informação como na estruturação da argumentação”, indo ao encontro do que diz Azeredo (2019). Assim, a invariância do *mas* está calcada no fato de que a estrutura adversativa tem relação com a comparação que, “sobre o eixo das semelhanças, distingue diferenças” (NEVES, 1984, p. 22).

Além disso, um enunciado adversativo pressupõe o reconhecimento de uma entidade - sendo que esse reconhecimento pode variar de um grau máximo de admissibilidade até a um mínimo, de mero registro – e o registro de sua desconsideração, que pode variar da simples desigualdade à anulação.

Assim, unindo a noção de realce das diferenças e do conceito de pausa dramática em relação ao *ocorre que*, tendo em vista que a construção aparece predominantemente em posição inicial de sentença realizando conexão interfrasal, podemos concluir que tal estratégia corrobora e salienta a focalização exercida pela estrutura no que se refere ao segmento introduzido por ela ao discurso.

Assim, o conceito de desigualdade funciona como uma espécie de conceito guarda-chuva, que abriga graus distintos dessa relação. De acordo com Neves (1984), as implicações semânticas dos segmentos coordenados adversativamente podem passar de uma desigualdade pouco caracterizada até chegar à completa rejeição do trecho anterior.

#### 1.4 Metodologia

Conforme exposto, o objetivo deste trabalho é investigar de que modo a construção *ocorre que* contribui no estabelecimento do sentido de desigualdade entre segmentos, à luz dos modelos baseados no uso, que consideram o estudo da língua a partir das situações reais. Desse modo, nesta seção, são apresentados os procedimentos

metodológicos utilizados em relação à coleta e análise de dados para a constituição do *corpus*.

Os dados que compõem o *corpus* deste trabalho se constituem de pronunciamentos de senadores, proferidos em sessões plenárias ou comissões. Vale dizer que tais pronunciamentos possuem sequência tipológica majoritariamente argumentativa, por meio da qual os senadores expõem temas controversos e buscam o convencimento de seus interlocutores. Esses pronunciamentos estão disponíveis, já transcritos, no website do Senado Federal<sup>37</sup>, que permite a busca de dados por temas, palavras-chave e data. No caso da nossa pesquisa, os dados foram filtrados por palavra-chave (“*ocorre que*”, entre aspas, retornando dados exclusivamente nesse formato) e data.

Nosso método, neste momento, é prioritariamente qualitativo, tendo em vista que nossa busca ainda é inicial, no sentido de entender como a construção *ocorre que* se comporta no discurso. Para este trabalho, coletamos dados referentes aos anos de 2018 e 2019, o que totalizou 66 ocorrências de *ocorre que*.

Considerando todas as ocorrências, dois dados foram desconsiderados; um deles apresenta *ocorre que* entre orações, dentro de um mesmo período, e não enunciados (e nosso objetivo é analisar o uso da estrutura entre segmentos e porções textuais maiores, nos quais o *ocorre que* apareça em posição inicial na sentença); no outro dado, o falante é interrompido e não completa a sequência de raciocínio, o que torna a análise inviável.

Em relação aos procedimentos de análise, tomamos como base as variantes semânticas propostas por Neves (1984; 2011) em relação ao *mas*. Cabe ressaltar que os trabalhos de Neves (1984; 2011) funcionam como direcionadores, mas seus conceitos foram adaptados na aplicação em nossos dados. Essa adaptação é resultado do que foi observado na análise individual de cada dado deste *corpus*.

De acordo com a própria autora, não é possível determinar unidades perfeitamente discretas ao classificar os dados, uma vez que todo o contexto enunciativo pesa na avaliação e isso acarreta que os limites entre cada classificação sejam difusos. Em casos em que uma dada ocorrência possa ter mais de um valor, optamos por classificá-la conforme a especificação semântica que julgamos mais forte para a argumentação.

Ademais, é preciso salientar que não se pode afirmar que os usos da construção *ocorre que* se limitam às variantes semânticas que aqui serão dispostas, uma vez que nossa análise ainda está em desenvolvimento.

---

<sup>37</sup> Disponível em: <https://www.senado.leg.br/>

Assim, na seção a seguir, trazemos os resultados da análise dos dados, com as variantes encontradas para a estrutura em estudo, suas características e seus respectivos exemplos.

## 2. Resultados

Tendo como convergência o estabelecimento de relação de desigualdade entre enunciados, esta seção traz as variâncias semânticas encontradas para o *ocorre que* em nosso *corpus*, considerando como base os pressupostos teóricos apresentados por Neves (1984; 2011) em relação ao coordenador interfrasal *mas*. Como já mencionamos, o trabalho da autora para a conjunção *mas* tem aplicabilidade em relação a nosso objeto de estudo, tendo em vista que consideramos que *ocorre que* estabelece relação de desigualdade entre segmentos, função prototípica da conjunção.

Na sequência, apresentamos os valores majoritários encontrados para *ocorre que*. São eles: *desigualdade, por contraposição em direção oposta; desigualdade, por eliminação da consecução do estabelecido no trecho anterior e desigualdade, por realce*. Cabe ressaltar que a relação de desigualdade por contraposição em direção oposta é subdividida entre os subtipos *por oposição por acréscimo de informação que restringe*. De todos esses tipos, apenas a *desigualdade, por realce* não é expressamente uma classificação considerada por Neves (1984; 2011), mas é uma acepção considerada por Azeredo (2019), que defende o uso da coordenação adversativa para inserção de argumento enfatizado.

### 2.1. Desigualdade, por contraposição em direção oposta

De acordo com Neves (1984; 2011), temos contraposição quando consideramos que dois segmentos são desiguais e não há eliminação do primeiro pelo segundo. Desse modo, ambos se contrapõem e distinguem-se, mas não se eliminam.

Desde que se caracterize a noção de desigualdade, a direção dos segmentos pode ser, além de oposta, paralela (também chamada de independente) ou até mesmo ambos podem estar na mesma direção (estas duas últimas classificações não aparecem em nossos dados).

Aqui, trataremos sobre a contraposição em direção oposta, que apresentou um total de 34 ocorrências. Dentre esses 34 dados, 12 correspondem à contraposição em direção oposta por oposição e 22 correspondem à contraposição em direção oposta por acréscimo de informação que restringe.

### 2.1.1. Por oposição

A contraposição por oposição se apresenta, em geral, por oposição de elementos. Essa oposição pode ser bem clara, como a oposição de palavras, ou até mesmo remeter a situações ou interpretações distintas entre ambos os segmentos coordenados por *ocorre que*. Neves (1984) diz que não há limites muito bem definidos nesse valor, podendo haver polaridades, antonímias e gradações.

Vejamos o exemplo abaixo:

- (1) Veja, Sr. Presidente, que, com essa decisão, a juíza transgrediu a sua seara de atuação ao determinar o abate dos animais apreendidos, pois o papel de um magistrado é solucionar conflitos à luz da legislação. *Ocorre que* não existe previsão legal alguma para que se determine o abate de animais apreendidos, e muito menos com a justificativa de os estar livrando de maus-tratos. Imagine.  
(*Pronunciamento do senador Telmário Motta, PROS-RR, em 05/12/2018*)

No exemplo anterior, o senador Telmário Motta aborda uma apreensão de animais que, supostamente, de acordo com o senador, estavam sofrendo maus tratos. Após a apreensão, a juíza responsável pelo caso determinou o abate dos animais apreendidos, pois não havia local para abrigá-los. No primeiro segmento, o senador aponta que a juíza transgrediu a legislação ao realizar tal determinação; no segundo, iniciado por *ocorre que*, Motta realça o fato de que não há previsão legal para a determinação da Justiça. O elemento comum entre ambos os segmentos, como Neves (1984) salienta a existência nesses casos, é a determinação do abate dos animais, tema sobre o qual se fala em todo o trecho.

Desse modo, há contraste entre o argumento introduzido por Motta no primeiro segmento, referente ao papel da magistrada, que seria “solucionar conflitos à luz da legislação” e o fato de *não existir* previsão legal para a atitude tomada. O contraste aqui realizado é enfatizado pelo advérbio de negação, que opõe a ideia implícita de *dever haver* previsão legal vs. *não haver* previsão legal.

Cabe ressaltar o caráter de justificativa do segmento inserido por *ocorre que*, uma vez que a sentença traz explicação para o fato de a juíza ter ido além de sua seara, na perspectiva do falante.

Em termos de realce da desigualdade, a focalização aqui é de um problema, tendo em vista que não haver legislação para o ato cometido significa que a juíza não agiu dentro da legalidade. O entendimento geral do significado da sentença não é negativo, mas o fato ocorrido, com base na justificativa apresentada, implica transtorno.

Entre os dados encontrados que realizam contraposição por oposição, alguns não apresentam focalização de aspecto negativo, mas apenas de um argumento mais forte que realça a desigualdade entre os segmentos. Vejamos o exemplo abaixo:

- (2) Entre aqueles que se elegeram, muitos não se esqueceram da agenda da sociedade, mas certamente muitos já se esqueceram dela. *Ocorre que* os eleitores brasileiros jamais esquecerão que essa prioridade foi proposta durante a campanha eleitoral como uma ferramenta política para promover uma ruptura com um velho sistema, retrógrado, superado, que levava o País ao infortúnio, e a população, à indignação (...).  
(*Pronunciamento do senador Álvaro Dias, Podemos-PR, em 24/09/2019*)

No trecho (02), o senador Álvaro Dias está discursando sobre a Operação Lava-Jato e sua promessa de combate à corrupção no país. No primeiro segmento, menciona-se que entre aqueles que se elegeram no pleito eleitoral, muitos se esqueceram dessa agenda (de combate à corrupção), enquanto o segundo segmento, introduzido por *ocorre que*, traz a informação de que os eleitores jamais se esquecerão dela. Desse modo, o contraste é estabelecido por oposição de elementos: os que se elegeram e os eleitores.

Em relação à focalização da desigualdade e da informação subsequente, a focalização realizada é de um argumento de mais força, uma vez que, no âmbito da casa legislativa, onde todos os seus integrantes foram eleitos pelo povo, o pensamento dos eleitores tende a ser valorizado. Nesse caso, os eleitores não se esqueceram da promessa de combate à corrupção, que, segundo o senador, rompe com um sistema velho e retrógrado. Sendo assim, não há aspecto negativo na informação, apenas realce e força argumentativa em relação ao que está sendo colocado no segundo segmento do trecho.

### 2.1.2. *Por acréscimo de informação que restringe*

São 22 os dados em que se verifica contraposição em direção oposta por acréscimo de informação que restringe. De acordo com Neves (1984, p. 28), o segundo segmento

traria uma formulação de restrição ao primeiro. Nesse caso, a contraposição é parcial, e a limitação imposta pode ser feita por acréscimo de indicadores de modo, condição ou localização, ou ainda por modalização. Além disso, podem às vezes estar expressos no texto indicadores de negação ou insuficiência.

Vejamos o exemplo:

- (3) E, quando se trata do tema corrupção, eu paro para pensar que eu, que fui por 16 anos policial, vi muitos policiais responderem a inquéritos policiais, a sindicâncias, a procedimentos administrativos por estarem ali, naquele momento de blitz ou durante alguma operação, subtraindo valores que, muitas vezes, poderiam ser insignificantes. *Ocorre que* não era pelo valor, mas pela conduta deles que eles estavam sendo avaliados e estavam sendo punidos.

*(Pronunciamento do senador Styvenson Valentim, Podemos-RN, em 13/05/2019)*

No trecho acima, o senador Styvenson Valentim cita uma experiência pessoal de quando atuava como policial, para ilustrar o tema de seu pronunciamento: a corrupção. No primeiro segmento, é dito que policiais responderam inquéritos, sindicâncias e procedimentos administrativos por terem subtraído valores em operações policiais. Já o segundo segmento, iniciado por *ocorre que*, destaca que as avaliações e punições que esses mesmos policiais sofreram foram em decorrência da atitude que tomaram e não pelos valores subtraídos.

Nesse sentido, o segundo segmento traz a informação “não era pelo valor” que restringe o motivo pelo qual os policiais foram punidos, com o auxílio o advérbio de negação. A desigualdade se estabelece em detalhar a razão da punição dos policiais, destacando que essa razão é a conduta. Desse modo, o trecho introduz uma justificativa, que traz um fechamento ao raciocínio do senador de que a conduta corruptiva precisa ser combatida, independentemente do prejuízo econômico que ela tenha causado.

A justificativa introduzida pelo trecho faz referência a um aspecto da solução adotada no caso relatado pelo senador. Desse modo, o trecho introduz um argumento mais forte, que direciona o discurso do parlamentar na estratégia de convencer seus pares quanto à não tolerância frente a corrupção.

## 2.2. *Desigualdade, por eliminação da consecução do estabelecido no trecho anterior*

A eliminação tem características diferentes da contraposição. Enquanto na última os segmentos se contrapõem, na eliminação o segundo segmento coordenado pode trazer a eliminação do primeiro segmento de modo explícito ou, ainda, de modo implícito,

introduzindo uma substituição suposta ou expressa. Neves (1984) considera relevante a distinção entre haver relação temporal ou não entre os segmentos, bem como haver ou não recolocação. Nós não entraremos nesse nível de aprofundamento.

Em nossa investigação, encontramos 13 dados que se encaixam nessa variância. Esses dados apresentam um quê de contrafactualidade, nos quais o segundo segmento, introduzido por *ocorre que*, interrompe a sequência do primeiro. Em geral, é apresentada uma sequência de eventos, em que os usos de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito se destacam e, após, é introduzida a sentença com *ocorre que* que, majoritariamente, introduz uma oração em que o verbo está no pretérito perfeito, apontando para um fato que inviabilizou o que era dito anteriormente. Ilustramos a seguir:

- (4) Veja: nós aprovamos terminativamente na Comissão de Constituição e Justiça. Com cinco dias, sem recurso ao Plenário, seria encaminhado à Câmara dos Deputados. Então, na próxima semana, o Senado teria que encaminhar à Câmara. Mas *ocorre que* o Líder do Governo, Fernando Bezerra – infelizmente, ele não está presente –, coletou assinaturas para um recurso ao Plenário, impedindo dessa forma que a proposta fosse encaminhada à Câmara dos Deputados.

*(Pronunciamento do senador Esperidião Amin, PP-SC, em 12/12/2019)*

No trecho acima, o parlamentar introduz sequência de eventos que indica o caminho do projeto de lei de prisão em segunda instância. Após aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, o projeto seria encaminhado à Câmara dos Deputados. A sequência natural do trecho é a de que, efetivamente, o projeto fosse encaminhado à Câmara dentro do prazo estipulado. No entanto, acrescentou-se ao trecho o segmento que coloca um fato como impeditivo para essa continuidade.

Cabe destacar que nesse tipo, de desigualdade, por eliminação da consecução do estabelecido no trecho anterior, estão os únicos dois dados do *corpus* em que *ocorre que* aparece antecedido por *mas*. Neste trabalho, não estamos fazendo distinção entre os dados que aparecem antecidos por *mas* e aqueles que não possuem antecedente, mas tal aspecto é fundamental para ser considerado no futuro desta pesquisa. Como descrito em Pacheco (2020), a posição do *mas* antes de *acontece que*, outra estrutura de base temporal, afetou significativamente os valores semânticos assumidos pela construção. Assim, como encaminhamento deste estudo, é preciso verificar se a estrutura *mas ocorre que* se comporta como uma nova variante ou um novo *chunking*, além de suas especificidades.

### 2.3. *Desigualdade, por realce*

Por fim, temos a desigualdade por realce, isto é, um estabelecimento de desigualdade em que não se verifica um contraste nítido e fácil de ser percebido. Tal valor não se encontra nos estudos de Neves, mas é mencionado por Azeredo (2019), que salienta a utilização da coordenação adversativa para chamar a atenção do interlocutor para o argumento que se irá colocar. Em nosso *corpus*, são 17 os dados que apresentam esse grau mais leve de desigualdade.

- (5) Quando se fala, por exemplo, que o déficit da previdência é monumental, é preciso fazer a conta correta. (...) É uma falácia, portanto, quando se advoga a tese de que o rombo é enorme. *Ocorre que* os governos não adotam políticas competentes para um ajuste fiscal consequente, que exige, certamente, também uma reforma tributária inteligente, no modelo novo e progressivo, que possa tributar mais no consumo do que na renda. (*Pronunciamento do senador Álvaro Dias, Podemos-PR, em 24/09/2019*)

No trecho acima, o senador Álvaro Dias busca convencer seus pares através de dados estatísticos e contas elaboradas (omitidas aqui devido ao espaço limitado) de que o rombo da previdência não é tudo isso que se fala. Após, em trecho introduzido por *ocorre que*, o parlamentar salienta que o fato, na verdade, é que os governos não adotam políticas competentes para que as contas se equilibrem.

Se olharmos com atenção, veremos que não há um contraste claro entre os segmentos: não há antonímia, polaridade, menos ainda eliminação. Há a possibilidade de uma leitura por direção independente, uma vez que a adoção de políticas competentes é um tema ainda não mencionado. Entretanto, se substituirmos *ocorre que* por qualquer outro conector canônico de contraste, a coerência seria prejudicada. Apesar disso, é possível perceber que ambos os segmentos são diferentes entre si. A questão fiscal é o que os mantém semelhantes, mas o acréscimo do segundo segmento traz um argumento fortíssimo, que não contrapõe o segmento anterior – pelo contrário, ele justifica a razão do rombo, colocando a culpa na falta de políticas bem elaboradas em termos fiscais – tudo isso realçado e focalizado pela construção *ocorre que*.

Após a apresentação de todas as variâncias encontradas em nosso *corpus* para a construção *ocorre que*, abaixo, apresentamos quadro com as quantificações em relação a essas variâncias de uso, bem como com o tipo de focalização introduzido:

Desigualdade, por contraposição em direção oposta	Por oposição	12
	Por acréscimo de informação que restringe	22
Desigualdade, por eliminação da consecução do estabelecido no trecho anterior		13
Desigualdade, por realce		17
Dado desconsiderado		2
Total:		66

**Quadro 1: Representação quantitativa, com base nas variâncias semânticas**

Como pode se depreender pela leitura da tabela, verificamos que há certo equilíbrio quantitativo entre as variâncias identificadas nos dados. A contraposição se manifesta em maior número, mas dividida entre aquela que opõe informações e aquela que acrescenta informação nova que restringe a interpretação do contraste estabelecido. Inclusive, esta última é a que mais se sobressai, com 22 ocorrências.

### 3. Considerações Finais

Neste trabalho, buscamos identificar de que modo a construção *ocorre que* é utilizada no português contemporâneo para estabelecer as relações de desigualdade entre segmentos.

Como base para essa verificação, à luz dos modelos baseados no uso, que considera o estudo da língua a partir da experiência do indivíduo, apresentamos conceitos relacionados ao surgimento de novas construções. Ademais, abordamos de forma breve a importância de processos cognitivos de domínio geral para que mudanças linguísticas ocorram, realçando o papel de *chunking* (encadeamento) e de categorização. Considerando a conexão entre enunciados realizada por *ocorre que*, nós também trouxemos algumas considerações sobre a coordenação interfrasal, em especial aquela que estabelece valor de desigualdade (NEVES, 1984; 2006), caso de nosso objeto de estudo.

Em nossos resultados preliminares, observamos que nossa hipótese de que a estrutura *ocorre que* estabelece relação de desigualdade entre segmentos se confirma, especificamente assumindo valores semânticos de contraposição, ainda que de modo sutil, por direção oposta e eliminação da consecução do estabelecido no trecho anterior.

Ademais, verificamos que em certos dados o contraste não é óbvio, mas há traços de desigualdade entre os segmentos, verificando-se, principalmente, que o segmento introduzido por *ocorre que* possui mais peso argumentativo em relação ao todo, muitas vezes introduzindo uma justificativa da situação apresentada. Dessa forma, *ocorre que* seria uma partícula poderosa de realce de argumento mais forte dentro da estruturação da informação, utilizada pelo falante como instrumento para atingir seu propósito comunicativo que, neste caso, seria o convencimento.

Por fim, considerando que a pesquisa sobre *ocorre que* ainda está em andamento, vale mencionar que estão entre nossos próximos passos o refinamento da fundamentação teórica e da análise do objeto, no que diz respeito às características formais e semânticas dos trechos componentes do *corpus*, às estratégias argumentativas de uso da construção, à estrutura informativa de foco dos segmentos em que *ocorre que* aparece, bem como sua evolução ao longo da história, por meio de abordagem diacrônica. Tal aprofundamento provavelmente resultará na renomeação das classificações aqui apresentadas, que serão adaptadas em função do aperfeiçoamento da investigação.

**Abstract:** This article discusses the use of structure *ocorre que*, which functions as an interphrasal connector. We consider that *ocorre que* had some constructional changes, starting to function as a contrast connector. Thus, our objective is to verify how *ocorre que* establishes inequality between segments and also works as part of a strategy of focusing on subsequent information at the moment of the speech. For this analysis, we adopted as a theoretical framework the assumptions of usage-based models, defending the study of language in real communicative situations. Regarding the characteristics of the connection of contrastive clauses, Neves (1984; 2011) and Azeredo (2018) are some of the basis for our investigation. Our corpus is formed by pronouncements of federal senators, transcribed and available on the website of the Federal Senate. The analysis is primarily qualitative. Preliminary results indicate that utterances starting with *ocorre que* introduce different degrees of inequality, combined with the focus of subsequent information

**Keywords:** Construction; connector; inequality; *ocorre que*.

## Referências Bibliográficas

- AZEREDO, J.C. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 4 ed. São Paulo: Publifolha, 2018.
- BYBEE, J. *Língua, uso e cognição*. São Paulo: Cortez, 2016.
- CROFT, W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

HALLIDAY, M. A. K. Above the clause: the clause complex. In: HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. Third edition. Great Britain. Hodder Arnold, 2004. In: Págs. 363-485.

HILPERT, M. *Constructional change in English* (Studies in English Language). Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

HOPPER, P. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (orgs.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Second Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. 300 p.

LONGHIN, S.R. *A gramaticalização da perífrase conjuncional 'só que'*. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2003.

NEVES, M.H.M. Conectar significados. Ou: A formação de enunciados complexos. In: *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006. Págs. 223-269.

NEVES, M. H. M. O coordenador interfrasal mas - invariância e variantes. *Alfa* (ILCSE/UNESP), São Paulo, v. 28, p. 21-42, 1984.

NEVES, M.H.M. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Unesp, 2010.

SILVA, Alexandra Ferreira da. *A construcionalização gramatical de "foi quando" como conector*. 2015. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

TRAUGOTT, E. C; TROUSDALE, G. *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

# COORDENAÇÃO DE MINIOORAÇÕES POR MEIO DE *MAS* EM PORTUGUÊS: UMA ANÁLISE DISCURSIVO-FUNCIONAL

Coordination of small clauses through *mas* in Portuguese: A Functional Discourse Grammar analysis

Gabriel Henrique Galvão Passetti (UNESP/São José do Rio Preto)  
Erotilde Goreti Pezatti (UNESP/São José do Rio Preto)

**Resumo:** Este trabalho descreve a coordenação adversativa de miniorações por meio de *mas*. O referencial teórico adotado é a Gramática Discursivo-Funcional, cujo modelo apresenta uma arquitetura modular com organização descendente, de modo que a pragmática rege a semântica, ambas regem a morfossintaxe, e a pragmática, a semântica e a morfossintaxe comandam a fonologia. Como universo de análise, são utilizados materiais obtidos da Internet. A análise pragmática mostra que cada membro consiste num Ato Discursivo e que *mas* marca a função retórica Concessão, exercida pelo primeiro membro. O Conteúdo Comunicado da minioração é organizado a partir das funções pragmáticas Tópico e Foco. Semanticamente, cada membro é um Conteúdo Proposicional e, em última instância, uma Propriedade Configuracional, isto é, uma predicação. Morfossintaticamente, são codificadas duas unidades sem relação de constituência e dependência entre elas, tratando-se do processo de Coordenação. A minioração, em específico, é formada por dois Sintagmas, ocupando as posições Inicial e Final da Oração. Fonologicamente, o primeiro membro corresponde a uma Frase Entonacional e o segundo, a duas. A primeira Frase Entonacional apresenta um tom de continuidade, indicando dependência entre os Atos Discursivos. Por fim, conclui-se que a coordenação adversativa de miniorações se origina no Nível Interpessoal, isto é, no nível que diz respeito à retórica e à pragmática, estando, portanto, a serviço das relações inter-humanas que a língua institui.

**Palavras-chave:** Coordenação; Adversativa; Minioração; Concessão

## Introdução

Este artigo é resultado do projeto *Construções coordenadas em português: uma abordagem discursivo-funcional*, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (GPGF), cujos resultados foram publicados em livro (PEZATTI; CAMACHO; HATTNER, 2021), e da dissertação de mestrado concluída por Galvão Passetti (2021). O primeiro investiga, nas variedades portuguesas, as construções coordenadas de termos oracionais e não oracionais; o segundo, com foco mais restrito, analisa a coordenação adversativa por meio de *mas* envolvendo termos não oracionais, isto é, palavras e sintagmas.

Ambos os trabalhos, realizados sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), apontam que *mas* codifica a função retórica Concessão,<sup>38</sup> tanto ao coordenar orações (GARCIA et al., 2021) como sintagmas e palavras, podendo, neste

---

<sup>38</sup> Palavras que designam conceitos teóricos da GDF são grafadas com a primeira letra maiúscula.

último caso, indicar a função pragmática *Contraste* (GALVÃO PASSETTI, 2021; PEZATTI; GALVÃO PASSETTI, 2021).

Nenhum desses trabalhos, porém, investiga o papel de *mas* em construções em que se coordenam miniorações.<sup>39</sup> Buscando suprir essa lacuna, este trabalho analisa e descreve coordenações adversativas em que ao menos um dos membros é uma minioração, como a expressão em (1), *a qualidade, um lixo*.

- (1) *comprei duas bicicletas lindas, mas a qualidade um lixo*, levei para montar na decathlon e lá me falaram que a relação está ruim um produto novo, fui andar no sábado quase cair por duas vezes (Internet)<sup>40</sup>

O objetivo principal deste estudo é investigar a coordenação adversativa de miniorações correlacionando seus aspectos funcionais aos formais sob a ótica da GDF. A hipótese é a de que as diferenças formais entre os casos de coordenação adversativa (oracional, minioracional e holofrástica) refletem diferentes estratégias do Falante na interação verbal, servindo a objetivos comunicativos distintos.

Como universo de análise, são utilizados materiais obtidos do (i) *cópus Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais* (EUROPEAN COMMISSION DGXXII, 1995-1997), coordenado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em parceria com as Universidades de Toulouse-Le Mirail e de Aix-en-Provence, que traz amostragens de variedades do português de todos os países em que uma das línguas oficiais é a portuguesa, e do (ii) *cópus Iboruna*, (GONÇALVES, s.d.), originário do projeto *Amostra Linguística do Interior Paulista*, concebido pelo GPGF, que se constitui de base para a descrição do português falado do noroeste paulista. Esses dois corpos trouxeram alguns poucos exemplos em que miniorações são coordenadas. Diante disso, retiramos outros exemplos da Internet.

Este estudo é de caráter qualitativo. Os dados são submetidos a testes, como os de modificação, para que se identifique o seu estatuto categorial, de acordo com o modelo teórico da GDF.

---

<sup>39</sup> Esse termo, introduzido pelo estudioso de orientação formalista, Edwin Williams (1975), tem sido utilizado para traduzir *small clause*, “um nível de representação em que a relação sujeito-predicado é indicada por indexação” (MIOTO; FOLTRAN, 2007, p. 5). Não é nesse sentido que é aqui utilizado. Por falta de termo mais adequado, tomamos emprestado para indicar uma predicação destituída de verbo (*verbless*).

<sup>40</sup> Disponível em: [https://www.reclameaqui.com.br/centauro-loja-fisica/defeito-no-meu-produto\\_yfXguKtFhSRdp nRj/](https://www.reclameaqui.com.br/centauro-loja-fisica/defeito-no-meu-produto_yfXguKtFhSRdp nRj/). Acesso em: 20 out. 2021.

Para verificação dos padrões fonológicos, grava-se a voz de uma informante de 48 anos de idade, sexo feminino, da cidade de José Bonifácio, noroeste do Estado de São Paulo, onde reside desde o nascimento. As gravações foram realizadas em ambiente silencioso, por meio de um aparelho celular, com módulo mono. Os arquivos de áudio gerados, em formato *wav*, têm uma taxa de amostragem 44.100 Hz

Foi solicitado ao informante que lesse de modo mais natural possível algumas ocorrências, extraídas da Internet. As estruturas a serem analisadas são precedidas do cotexto em que ocorrem; assim, evita-se o efeito de aprendizagem. Para evitar esse efeito, aliás, os áudios são gravados cinco vezes, mas em dias diferentes. Em seguida, a frequência fundamental é analisada por meio do Praat, versão 6.1.55 (BOERSMA; WEENINK, 2019). Para plotagem de gráficos, a frequência fundamental das ocorrências é suavizada por um filtro de 5 hertz, a fim de evidenciar somente as curvas entonacionais linguisticamente relevantes (BARBOSA; SILVA, 2012). Com isso, obtém-se o padrão entonacional da coordenação adversativa envolvendo miniorações.<sup>41</sup>

O texto encontra-se estruturado como segue. Em 1, apresenta-se sucintamente o modelo teórico da GDF, que embasa a análise. A seguir, em 2, expõem-se os trabalhos que abordam o fenômeno da coordenação. Os resultados são apresentados em 3, seguidos das conclusões em 4.

## **1. Pressupostos teórico-metodológicos**

A GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), como modelo teórico, leva em conta muito seriamente a natureza situada da comunicação linguística, isto é, ela prevê a inter-relação entre linguagem e contexto. Essa inter-relação, expressa pelos Componentes Conceitual, Contextual e de Saída, torna a GDF uma teoria ampla da interação verbal. Ao considerar a interação desses componentes com o Componente Gramatical (cf. Quadro 1), esse modelo apresenta um formato teórico simultaneamente estrutural e funcional.

Nas palavras de Hengeveld e Mackenzie, o Componente Conceitual é o responsável pelo desenvolvimento “tanto da intenção comunicativa relevante para o evento de fala corrente, quanto das conceitualizações associadas relativas (*sic*) a eventos extralinguísticos relevantes, sendo, dessa forma, a força motriz por trás do Componente

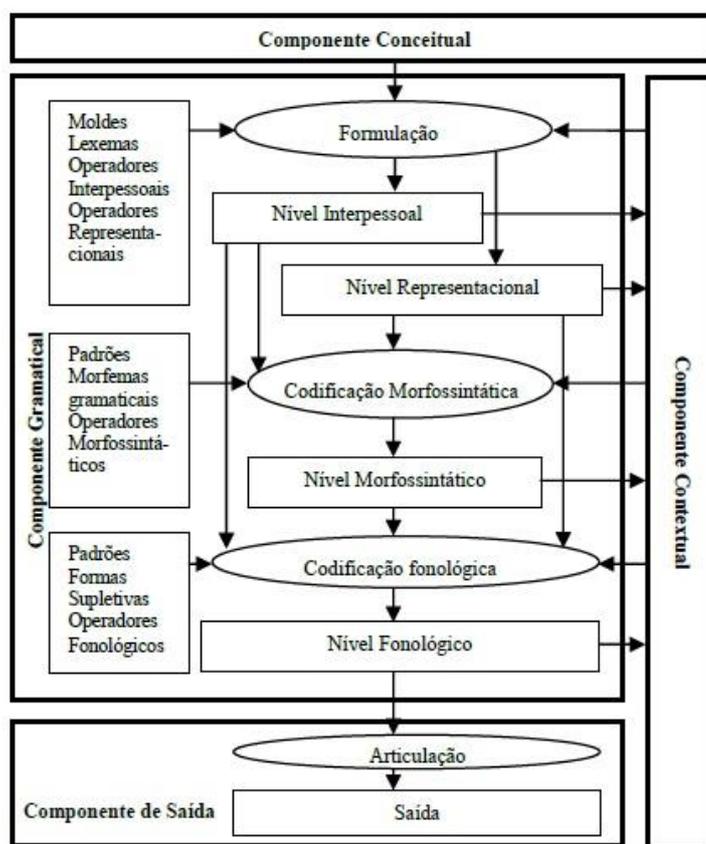
---

<sup>41</sup> Ressalva-se, porém, que estudos com maior número de exemplos e de informantes, além de testes estatísticos inferenciais, são necessários para quaisquer afirmações categóricas quanto ao que se apresenta com base na análise dos dados acústicos.

Gramatical como um todo” (2012, p. 44). O Componente Contextual, por sua vez, abriga informações de curto e de longo prazo relevantes para o uso da língua. Por fim, o Componente de Saída fornece as expressões linguísticas (acústicas, escritas ou de sinais) com base na informação fornecida pelo Componente Gramatical.

O Componente Gramatical abriga as operações de Formulação e de Codificação. A Formulação transforma a intenção comunicativa em representações pragmáticas no Nível Interpessoal (NI) e semânticas no Nível Representacional (NR), que, em seguida, são convertidas em representações morfossintáticas e fonológicas no Nível Morfossintático (NM) e no Nível Fonológico (NF), respectivamente, por meio da Codificação.

Conforme evidencia o Quadro 1, a GDF tem uma arquitetura modular com organização descendente, isto é, da intenção comunicativa para a forma das expressões linguísticas.



Quadro 1. Leiute geral da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 13, adaptado)

Ao organizar o Componente Gramatical com a pragmática gerenciando a semântica, ambas direcionando a morfossintaxe, e a pragmática, a semântica e a

morfossintaxe determinando a fonologia, a “GDF leva a abordagem funcional da linguagem ao seu extremo lógico”<sup>42</sup> (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 13, tradução nossa); isso porque a postura funcionalista implica a “hipótese de que as categorias formais podem ser criteriosamente explicadas se consideradas em correspondência com as categorias semânticas e pragmáticas originadas na cognição humana e na comunicação inter-humana” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 48). Desse modo, a GDF correlaciona as funções às estruturas, ambas sedimentadas no repertório da língua como primitivos das operações de Formulação e de Codificação, respectivamente.

Os níveis que formam o Componente Gramatical são estruturados cada qual ao seu modo. O que têm em comum é que são todos dispostos em camadas. Cada camada contém um núcleo (h), que pode ser restringido por um modificador ( $\sigma$ ) e/ou um operador ( $\pi$ ) e ter ainda uma função ( $\phi$ ). Os núcleos e os modificadores são lexicais, ao passo que os operadores e as funções são gramaticais. As funções são relacionais, isto é, elas estabelecem relação entre unidades dispostas numa mesma camada. Assim, a representação geral das camadas dentro dos níveis é (2), tal que  $v$  é a variável da camada relevante.

$$(2) \quad (\pi v_1: h(v_1): \sigma(v_1))_{\phi}$$

## 2. Estado d’arte

No que se refere à coordenação, gramáticas de referência do português mostram que as construções aqui enfocadas se enquadram nesse rótulo, quer sejam denominadas coordenações ou parataxes, em que orações, sintagmas e palavras se alocam uns ao lado dos outros, sem que haja hierarquização (BECHARA, 1999, p. 48; NEVES, 2000, p. 739; CASTILHO, 2010, p. 346; BAGNO, 2011, p. 888; AZEREDO, 2012, p. 149; CUNHA; CINTRA, 2017, p. 610).

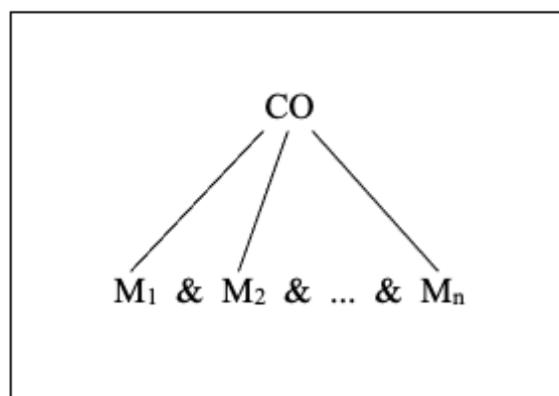
Dik, por sua vez, precursor da Gramática Funcional (1997a; 1997b), teoria que inspirou a GDF, conceitua a coordenação como “uma construção de dois ou mais membros funcionalmente equivalentes combinados no mesmo nível estrutural por meio de um mecanismo de ligação”<sup>43</sup> (1997b, p. 189, tradução nossa). Assim, para Dik

---

<sup>42</sup> *FDG takes the functional approach to language to its logical extreme.*

<sup>43</sup> *a construction of two or more members which are functionally equivalent, bound together at the same level of structure by means of linking device.*

(1997b), a coordenação leva em conta tanto aspectos funcionais como formais: por um lado, os membros coordenados são funcionalmente equivalentes, isto é, têm as mesmas funções sintáticas e semânticas; por outro lado, nenhum dos membros é subordinado aos demais, isto é, nenhuma unidade morfossintática é constituinte da outra, de modo que podem ocorrer sozinhas e sua combinação compõe uma única unidade formal. Esse processo é expresso pela Figura 1, tal que *CO* significa coordenação; *M*, membro e *&*, o mecanismo de ligação.



**Figura 1.** A coordenação segundo a Gramática Funcional (DIK, 1997b, p. 189).

A GDF, por outro lado, distingue os níveis de análise (pragmático, semântico, morfossintático e fonológico) e considera o processo de coordenação como concernente ao nível da morfossintaxe. Nessa acepção, a Coordenação é uma das configurações morfossintáticas da Expressão Linguística (Le), unidade que se assemelha à noção de período da tradição gramatical.

O critério para distinção dos padrões da Expressão Linguística, apresentados no Quadro 2, é a dependência, isto é, a (im)possibilidade de os membros em relação ocorrerem sozinhos como enunciados dependentes.

	Dependência mútua	Dependência unilateral	Independência
Oração	Equiordenação	Cossubordinação	Coordenação
Sintagma	Equiordenação	Extraoracionalidade	Listagem

**Quadro 2.** Padrões morfossintáticos da Expressão Linguística (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 309, adaptado).

Na Coordenação, todos os membros são independentes, como (3), traduzido de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 309), em que cada oração pode, por si só, ser um enunciado independente, conforme demonstra (4).

- (3) Os Celtic venceram e os Rangers perderam.
- (4) A: Como ficou o jogo de ontem?  
B: Os Celtic venceram e os Rangers perderam.  
B': Os Celtic venceram.  
B'': Os Rangers perderam.

Quanto à Coordenação cujo conectivo é *mas*, Garcia *et al.* (2021) atestam que essa Palavra Gramatical (Gw), ao coordenar Orações (Cl), mapeia, no Nível Morfossintático, a função retórica Concessão (C<sub>onc</sub>), formulada no Nível Interpessoal e veiculada pelo Ato Discursivo (A) correspondente ao primeiro membro coordenado, conforme ocorrência em (5) e sua representação interpessoal e morfossintática.

- (5) - você fala perfeitamente português.  
-> não.  
- como qualquer português.  
-> não!  
- fala, fala.  
-> *falo, mas gaguejo muito*. tenho que pensar primeiro antes de falar. (MAC84:Casos Policiais)
- NI: (M<sub>I</sub>: [(A<sub>I</sub>: -falo- (A<sub>I</sub>)<sub>C<sub>onc</sub></sub> (A<sub>J</sub>: -gaguejo muito- (A<sub>J</sub>))] (M<sub>I</sub>))  
NM: (Le<sub>i</sub>: [(Cl<sub>i</sub>: -falo- (Cl<sub>i</sub>) (Gw<sub>i</sub>: mas (Gw<sub>i</sub>) (Cl<sub>j</sub>: -gaguejo muito- (Cl<sub>j</sub>))] (Le<sub>i</sub>))

Um Ato Discursivo com a função retórica Concessão representa a estratégia do Falante de “admitir que está ciente do fato de que o conteúdo do Ato Discursivo [...] pode não ser esperado”<sup>44</sup> (KEIZER; 2015, p. 55, tradução nossa) frente a uma possível incompatibilidade entre os Conteúdos Comunicados (C) evocados por cada Ato Discursivo, levando o Ouvinte a aceitar a informação evocada pelo Ato Discursivo nuclear. Em (5), por exemplo, o Falante ancora o conteúdo do Ato Discursivo nuclear (*gaguejo muito*) no conteúdo do Ato Discursivo subsidiário (*falo*), considerado pelo Falante como consensual.

A relação entre os Atos Discursivos formulados em (5) é de dependência, uma vez que o Falante atribui estatuto comunicativo diferente a cada um deles. A presença da

---

<sup>44</sup> to admit that he/she is aware of the fact that the content of the [...] Discourse Act may not have been expected.

função retórica Concessão reflete a intenção do Falante de prevenir uma possível objeção do Ouvinte quanto à veracidade do que é veiculado pelo Ato Discursivo nuclear.

Pezatti, Paula e Galvão Passetti (2019), Galvão Passetti (2021) e Pezatti e Galvão Passetti (2021) verificam que, em coordenação de holófrases (palavras e sintagmas que são, por si só, enunciados), *mas* também pode codificar a função retórica Concessão,<sup>45</sup> como demonstra a ocorrência em (6), representada nos níveis Interpessoal e Morfossintático.

- (6) Inf.: a escola é bem grande mesmo... ela tem:: quatro quadras né? ... duas descobertas e duas cobertas... [Doc.: aham ((concordando))] a piscina é bem grande  
Doc.: ah tem piscina?  
Inf.: tem  
Doc.: tem uma piscina só?  
Inf.: só uma piscina  
Doc.: mas bem grande  
Inf.: bem grande  
Doc.: funda?  
Inf.: *funda mas tudo cercada*... só... os alunos só entram com o professor fora disso nunca (AC-096-DE:236)
- NI: (M<sub>I</sub>: [(A<sub>I</sub>: -funda- (A<sub>I</sub>))<sub>Conc</sub> (A<sub>J</sub>: -tudo cercada- (A<sub>J</sub>))] (M<sub>I</sub>))  
NM: (L<sub>e</sub>: [(A<sub>w</sub><sub>i</sub>: -funda- (A<sub>w</sub><sub>i</sub>)) (G<sub>w</sub><sub>i</sub>: mas (G<sub>w</sub><sub>i</sub>)) (A<sub>p</sub><sub>i</sub>: -tudo cercada- (A<sub>p</sub><sub>i</sub>))] (L<sub>e</sub><sub>i</sub>))

Em (6), a Palavra Adjetival (A<sub>w</sub>) *funda* é coordenada ao Sintagma Adjetival (A<sub>p</sub>) *tudo cercada*, ambos qualificando o referente *piscina*. A função retórica Concessão, veiculada pelo Ato Discursivo *funda*, é formalmente marcada por *mas*, atribuindo maior peso comunicativo ao que lhe segue.

A semântica da enunciação, representada por Anscombe e Ducrot (1977), Vogt e Ducrot (1980), entre outros, distingue dois tipos de *mais* (*mas* em francês): *mais<sub>PA</sub>* e *mais<sub>SN</sub>*. O primeiro estabelece uma orientação argumentativa e indica que o que deve ser levado em conta é o que está expresso no segundo enunciado. É esse papel que *mas* exerce tanto em (5) como em (6). Nos dois casos, combinam-se duas proposições (*p PA q*), tal que *p* instaura uma proposição implicada (*r*) e *q* nega essa proposição implicada (*-r*).

Sejam *p* e *q* duas sentenças, dizer *p PA q* é:

---

<sup>45</sup> Além da função retórica Concessão, na coordenação envolvendo holófrases, *mas* também pode ser a expressão da função pragmática Contraste, seja com o objetivo de substituir um termo do primeiro membro, como em *não está em jogo o aspecto monetário, mas sim o da cultura* (Cabo Verde, 1995: *Coleccionismo*), seja para corrigi-lo, como em *depois há outro treino técnico, mas da própria técnica em si* (Portugal, 1995: *Jogar Futebol*). Para mais informações, conferir Gabriel Galvão (2021).

- (1) Apresentar  $p$  como um argumento possível para uma eventual conclusão  $r$ ;
  - (2) Apresentar  $q$  como um argumento contra essa conclusão, i.e., [...] como um argumento para  $\neg r$ ;
  - (3) Atribuir mais força argumentativa a  $q$  a favor de  $\neg r$  do que a  $p$  a favor de  $r$ .
- (ANSCOMBRE; DUCROT, 1977, p. 28, tradução nossa)<sup>46</sup>

Para exemplificar, nessa perspectiva, o primeiro membro em (6) – *funda* – gera uma proposição implicada  $r$ , de modo que o segundo membro – *tudo cercada* – nega  $r$ . Em outras palavras, *funda* produz uma implicação baseada no conhecimento de mundo do Falante, o de que piscinas fundas são perigosas para crianças. Essa implicação é, então, negada por *tudo cercada*, ou seja, o Falante previne a possível objeção do Ouvinte de que a piscina em questão é perigosa, admitindo que ela é funda, mas assegurando que, apesar disso, ela é cercada e, portanto, não perigosa para os alunos.

Para GDF, com a função retórica Concessão marcada por *mas*, o Falante previne uma possível objeção do Ouvinte. Essa possível objeção é justamente a expectativa gerada ou, nos termos de Anscombe e Ducrot (1977), a proposição implicada  $r$ . Resta verificar se *mas* desempenha a mesma função nos casos em que miniorações são coordenadas. Antes, contudo, convêm definir o conceito de minioração.

Hjemslev (1972) e Carone (1986) denominam de *dirremas* estruturas compostas por dois elementos relacionados à semelhança de sujeito e predicado (ou *tema* e *rema*). Também chamada de *frase nominal* por Benveniste (1976), elas, segundo o autor, não são suscetíveis a determinações aplicadas à forma verbal, como tempo, modo e aspecto. Por isso, elas são apresentadas como verdade absoluta, com objetivo de convencer. Em outras palavras, são construções que sugerem uma imagem mais incisiva, impassível de discussão.

Pezatti (2018; 2021) prefere nominar essas estruturas de miniorações, pois, embora desprovidas de verbo, submetem-se a regras e princípios intraoracionais: constituem predicacões, permitem anáfora e obedecem a princípios de ordenação de constituintes. Para a autora (2018), em contexto de anúncios publicitários, elas assumem a configuração (7), exemplificada por *Skol, a cerveja que desce redondo*.

---

<sup>46</sup> Soient  $p$  et  $q$  deux phrases; énoncer  $p$  PA  $q$ , c'est:

- (1) Présenter  $p$  comme un argument possible pour une éventuelle conclusion  $r$ .
- (2) Présenter  $q$  comme un argument contre cette conclusion, i.e., [...] comme un argument pour  $\neg r$ .
- (3) Attribuer à  $q$  plus de force argumentative en faveur de  $\neg r$  que l' $o$ , n'en attribue à  $p$  en faveur de  $r$ .

- (7) NI: (SA<sub>1</sub>) (SA<sub>2</sub>)  
 NR: (α<sub>1</sub>) (α<sub>2</sub>)  
 NM: (Xp<sub>1</sub>) (Xp<sub>2</sub>)  
 NF: (PP<sub>1</sub>) (PP<sub>2</sub>)

Além do papel de *mas*, este estudo analisa e descreve as propriedades da minioração em construções coordenadas adversativas, identificando as peculiaridades que a diferenciam do padrão (7).

### 3. Resultados

Assim como na coordenação adversativa oracional (GARCIA et al., 2021) e não oracional (GALVÃO PASSETTI, 2021; PEZATTI; GALVÃO PASSETTI, 2021), cada membro combinado corresponde, no Nível Interpessoal, a um Ato Discursivo com Conteúdo Comunicado e de Ilocução (F) Declarativa (DECL), conforme mostra (8).

- (8) Adorei a receita! fiz aqui em casa o gosto ficou ótimo, porém ralei queijo minas na massa o queijo estava meio congelado e acho que devido a isso quando retirei do forno ficaram todos achatados *o formato ficou feio mas o gosto uma delícia* (Internet)<sup>47</sup>
- NI: (A<sub>I</sub>: [(F<sub>I</sub>: DECL (F<sub>I</sub>)) (P<sub>I</sub>)<sub>S</sub> (P<sub>I</sub>)<sub>A</sub> (C<sub>I</sub>: –o formato ficar feio– (C<sub>I</sub>))] (A<sub>I</sub>))<sub>Conc</sub>  
 (A<sub>J</sub>: [(F<sub>J</sub>: DECL (F<sub>J</sub>)) (P<sub>J</sub>)<sub>S</sub> (P<sub>J</sub>)<sub>A</sub> (C<sub>J</sub>: –o gosto uma delícia– (C<sub>J</sub>))] (A<sub>J</sub>))

Por serem Atos Discursivos, cada membro da coordenação permite modificadores de Ênfase, como *pô* e *caramba*. A Ênfase é uma categoria pragmática concernente ao Nível Interpessoal e consiste numa estratégia do Falante para intensificar, por meios lexicais ou gramaticais, um constituinte ou toda a expressão linguística, visando a atingir seus objetivos comunicativos, sejam quais forem. Em (8a), nota-se que as expressões *pô* e *caramba*, ao expressarem raiva ou irritação, intensificam tanto o primeiro como o segundo membro, dois Atos Discursivos.

- (8a) *Caramba*, o formato ficou feio, mas o gosto, uma delícia, *pô*.

<sup>47</sup> Disponível em: <https://emagrecercerto.com/pao-de-queijo-fit>. Acesso em: 20 out. 2021.

Os Atos Discursivos envolvidos na coordenação adversativa de minioração são sempre Declarativos, uma vez que apenas informam o Ouvinte do Conteúdo Proposicional evocado pelo Conteúdo Comunicado. Esse valor declarativo pode ser expresso por meio de verbos performativos, como *digo* e *afirmo* em (8b), cada qual aplicado a um dos membros.

(8b) O formato ficou feio (*eu admito*), mas (*eu afirmo*) o gosto, uma delícia.

Na coordenação adversativa de miniorações, *mas* mapeia a função retórica Concessão. Isso significa que há uma relação de não equipolência entre os Atos Discursivos, já que o que correspondente ao segundo membro traz a informação com maior peso comunicativo, isto é, a informação que deve ser levada em conta. A função retórica Concessão veicula uma estratégia do Falante de indicar que está ciente de que os Conteúdos Comunicados dos Atos Discursivos combinados podem ser incompatíveis, levando o Ouvinte a aceitar o que está sendo apresentado no Ato Discursivo nuclear. Em (8), por exemplo, a estratégia do Falante é argumentativa e consiste em levar o Ouvinte a aceitar que o bolo ficou ótimo, apesar da forma achatada.

Seguindo Anscombe e Ducrot (1977), o primeiro membro de (8) produz uma proposição implicada, que pode ser fraseada como *o bolo não estava bom*. O segundo membro, por sua vez, nega essa proposição implicada, que então passa a *o bolo estava bom*. Anscombe e Ducrot (1977) e Winter e Rimon (1994) argumentam que toda sentença com *but* (*mas*) origina uma expectativa que é negada. Esses autores seguem, segundo Toosarvandani (2014), a tradição inferencialista, segundo a qual o uso contraexpectacional de *but* (*mas*) é o uso básico (ANSCOMBRE; DUCROT, 1977; LANG, 1984; FOOLEN, 1991; WINTER; RIMON, 1994). Há, no entanto, de acordo com Toosarvandani (2014), outra proposta: a da tradição formalista, segundo a qual a função básica de *but* (*mas*) é a de oposição semântica (UMBACH, 2005; JASINSKAJA; ZEEVAT 2008; 2019; JASINSKAJA, 2010; 2012; WINTERSTEIN, 2010; 2019; SÆBØ, 2019).

Lakoff (1971) considera que, no uso de oposição semântica, não há uma expectativa negada, de modo que cada membro coordenado contém um elemento de um par em contraste. A esse respeito, consideram-se os exemplos em (9), em que os pares de antônimos são *odeia* e *gosta* em (9a) e *rápido* e *lindo* em (9b).

- (9) a John odeia sorvete, mas eu gosto. (LAKOFF, 1971, p. 133, tradução nossa)  
b John é rápido, mas Bill é lento. (WINTER; RIMON, 1994, p. 373, tradução nossa)

Toosarvandani (2014) admite que as sentenças em (9) podem ter uma interpretação de contraexpectativa em certos contextos, mas afirma que há contextos em que falta uma expectativa (r) que é negada. O autor exemplifica:

Imagine que eu sou o participante de um game show (um tanto bobo) em que tenho que adivinhar a altura de dois homens, escondidos atrás de cortinas, apenas fazendo perguntas sobre eles. Ambos podiam ser altos, baixos ou um baixo e o outro alto. Depois de interrogá-los, eu poderia pronunciar [...] [John é alto, mas Bill é baixo] sem transmitir a expectativa de que, porque John é alto, Bill também é alto (não baixo). (TOOSARVANDANI, 2014, p. 411, tradução nossa).<sup>48</sup>

Assim, o uso de oposição semântica é definido pela ausência de uma expectativa, que seria negada pelo segundo membro.

A ocorrência em (8) parece se adequar a essa concepção de oposição semântica, cujos lexemas opostos são *feio* e *delícia*. Contudo, como contra-argumento, Winter e Rimon (1994) alegam que o uso de oposição semântica nada mais é do que uma subclasse do uso de contraexpectativa, cuja expectativa implicada é indireta. Eles sugerem que, uma vez que se colocam exemplos como os de (9) em contexto, emerge a expectativa indireta (cf. também ABRAHAM, 1979; LANG, 1984; FOOLEN, 1991). Winter e Rimon (1994) exemplificam essa afirmação a partir do diálogo (10), contextualizando (9b).

- (10) De Winter e Rimon (1994, p. 373, tradução nossa)  
A: Todos do time são rápidos.  
B: John é rápido, mas Bill é lento.

Assim, o primeiro membro da coordenação em (10B) gera uma expectativa indireta, baseada em (10A), de que tanto John como Bill são rápidos. Essa expectativa é, então, negada pelo segundo membro da coordenação – Bill é lento; logo, é falso que tanto John como Bill são rápidos.

De fato, as ocorrências coletadas neste estudo, em que *mas* é analisado como expediente gramatical que marca a função retórica Concessão, sempre permitem uma

---

<sup>48</sup> *Imagine that I am the contestant on a (rather silly) game show where I have to guess the height of two men concealed behind curtains solely by asking them questions about themselves. They could both be tall, both be short, or one be short and the other tall. After interrogating them, I could utter [...] without conveying the expectation that, because John is tall, Bill is also tall (not short).*

leitura de contraexpectativa. Além disso, a incompatibilidade entre a informação evocada pelo segundo membro e a evocada pelo primeiro ocorre na mente do Falante, mas não entre os significados propriamente ditos.

Sweetser (1990), tratando de *but* no inglês, questiona: “o que significa dizer que A e B ‘se chocam’ ou ‘contrastam’ no mundo real? Como pode haver discordância ou contraste fora da conceptualização mental do falante de harmonia ou não-contraste?”<sup>49</sup> (p. 103, tradução nossa). A resposta é que não há outra maneira de isso ocorrer a não ser no domínio mental do Falante, pois as coisas, no mundo real, apenas são; é o Falante que as coteja, aproximando-as ou diferenciando-as com base em propriedades que a elas ele confere. Em outras palavras, a informação veiculada pelo segundo membro é entendida, pelo Falante, como potencialmente incompatível com a informação veiculada pelo primeiro membro. Essa incompatibilidade advém, entretanto, da concepção do Falante e não do significado das unidades por si só. Trata-se de uma escolha, uma ação linguística do Falante para convencer o Ouvinte e assim conseguir seu propósito comunicativo. Dessa forma, o fenômeno é de natureza retórica, formulado no Nível Interpessoal, a que a GDF denomina de função retórica Concessão. Como se vê, a análise aqui proposta coincide com a de Sweetser (1990), já que admite ser o Falante a origem da contraposição, e tem a vantagem, no entanto, de mostrar que não se trata apenas da junção de atos de fala, mas sim de uma estratégia interpessoal, e, portanto, de argumentação na construção do discurso.

No Nível Interpessoal, o membro minioracional em (8) é evocado por dois Subatos: um Atributivo, *delícia*, e outro Referencial, *gosto*, conforme representa (8c). Numa minioração, um dos Subatos veicula a função pragmática Tópico (TOP), sob o qual se constrói um comentário, e o outro veicula a função pragmática Foco (FOC), indicando que a informação é nova e deve ser acrescentada à representação mental do Ouvinte.

(8c) O formato ficou feio, mas *o gosto, uma delícia*.

NI: (A<sub>I</sub>: [(F<sub>I</sub>: DECL (F<sub>I</sub>)) (P<sub>I</sub>)<sub>S</sub> (P<sub>I</sub>)<sub>A</sub> (C<sub>I</sub>: [(T<sub>I</sub>: –uma delícia– (T<sub>I</sub>))<sub>FOC</sub> (+id +s R<sub>I</sub>: –gosto– (R<sub>I</sub>))<sub>TOP</sub>] (C<sub>I</sub>))] (A<sub>I</sub>))

Nas ocorrências analisadas, o membro minioracional é sempre o segundo, correspondente ao Ato Discursivo nuclear, que veicula a informação com maior peso

<sup>49</sup> *what does it mean to say that A and B ‘clash’ or ‘contrast’ in the real world”? How can discordance or contrast exist outside of the speaker’s mental concept of harmony or non-contrast?*

comunicativo. A estrutura minioracional do segundo membro contribui para sua assertividade, já que, como aponta Benveniste (1976), miniorações não são suscetíveis às determinações aplicadas à forma verbal, como tempo, modo e aspecto, sendo apresentadas como verdade absoluta, inquestionável, contribuindo para o maior peso comunicativo da unidade introduzida por *mas*.

No Nível Representacional, por sua vez, os membros coordenados são Conteúdos Proposicionais (p) em última instância, que são, como categoriza Lyons (1997), entidades de terceira ordem; representam construtos mentais, como conhecimentos, crenças e desejos. Assim, dada sua natureza, não podem ser localizados no tempo e no espaço, mas avaliados em “termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) e/ou em termos de sua fonte ou origem (conhecimento comum partilhado, evidências sensoriais, inferência)” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2012, p. 55). Por serem Conteúdos Proposicionais, cada membro da coordenação em (11) admite modificadores específicos dessa camada, como o atitudinal *claro* e *inegavelmente* (cf. 11a), que expressam a certeza do Falante em relação ao Conteúdo Proposicional que modificam.

(11) O desenvolvimento dos personagens foi lindo. A nina é incrível e eu a amei. Paolo =tudo para mim, *ele tem um semblante fechado mas ele um amor*. (Internet)<sup>50</sup>

NR: (p<sub>i</sub>: –ele tem um semblante fechado– (p<sub>i</sub>)) (p<sub>j</sub>: –ele um amor– (p<sub>j</sub>))

(11a) Ele tem um semblante fechado, *claro*, mas, *inegavelmente*, ele, um amor.

Nos membros minioracionais, o Conteúdo Proposicional é nucleado por uma Propriedade Configuracional (f<sup>c</sup>), que é, *grosso modo*, uma predicação. Observa-se, em (11b), que *ele* é predicado por *um amor*, isto é, *ele* é argumento Inativo (U) de *um amor*.

(11b) Ele tem um semblante fechado, mas *ele, um amor*.

NR: (p<sub>i</sub>: (f<sup>c</sup><sub>i</sub>: [(p<sub>j</sub>: –amor– (p<sub>j</sub>)) (x<sub>i</sub>)<sub>U</sub>] (f<sup>c</sup><sub>i</sub>)) (p<sub>i</sub>))

Os **moldes de predicação** das miniorações podem ser de quatro tipos: de um-lugar, Identificacional, Classificacional e Relacional. Em (12), por exemplo, o segundo membro, *ela sempre triste*, constitui uma predicação de um-lugar, tal que a propriedade *triste*, que requer um único argumento inativo, se aplica à entidade *ela*.

---

<sup>50</sup> Disponível em: <https://www.skoob.com.br/livro/resenhas/11937312/mais-gostaram>. Acesso em: 20 out. 2021.

- (12) eu tenho um irma esquizofrenica nao sei como ajudar pois tudo que faço parece que nao e nada saio *passeio com ela mas **ela sempre triste***, me sinto impotente com essa situação (Internet)

NR: (p<sub>i</sub>: ... (f<sup>c</sup><sub>i</sub>: [(f<sub>i</sub>: triste (f<sub>i</sub>)) (x<sub>i</sub>)<sub>U</sub>] (f<sup>c</sup><sub>i</sub>)) ... (p<sub>i</sub>))

Já em (13), o molde de predicação da minioração é Identificacional, também chamada de equacional na literatura (JAKOBSON, 1975), já que não há relação de atribuição de propriedade, mas modos alternativos de se referir a uma única entidade e, por isso, nenhuma das duas entidades veicula função semântica. No Nível Interpessoal, a entidade é evocada por dois Subatos de Referência.

- (13) A melhor voz negra do Brasil, *depois dele tem outros, mas **ele o melhor*** (Internet)<sup>51</sup>

NR: (p<sub>i</sub>: (f<sup>c</sup><sub>i</sub>: [(x<sub>i</sub>: –o melhor– (x<sub>i</sub>)) (x<sub>j</sub>)] (f<sup>c</sup><sub>i</sub>)) (p<sub>i</sub>))

Em (14), o molde de predicação é Classificacional.

- (14) Nossa, é só sair um pouquinho do país pra ver como os produtos da Natura são CAROS!!! *Não estou me referindo à qualidade, pois tudo que já tive da marca foi devidamente testado e aprovado, mas **o preço... um horror!!!*** (Internet)<sup>52</sup>

NR: (p<sub>i</sub>: (f<sup>c</sup><sub>i</sub>: [(p<sub>j</sub>: –horror– (p<sub>j</sub>)) (p<sub>k</sub>: –preço– (p<sub>k</sub>))<sub>U</sub>] (f<sup>c</sup><sub>i</sub>)) (p<sub>i</sub>))

No molde de predicação Classificacional, uma das entidades evocada no Nível Interpessoal atribui uma propriedade (Subato Atributivo) a uma entidade referencial (Subato Referencial), que, No Nível Representacional, se submete a uma classificação e, como tal, se veicula a função semântica Inativo (*Undergoer*). Em português, a predicação classificacional se caracteriza por apresentar o operador de indefinidade na entidade referencial, geralmente representado, no Nível Morfossintático, pelo artigo indefinido *um*, como *um horror*, em (14).

Já no molde de predicação Relacional, “um sintagma marcado com um relator, como uma adposição [no caso do português, uma preposição] ou um marcador de caso, é usado de forma atributiva”<sup>53</sup> (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 190, tradução nossa), isto é, no Nível Representacional, esse sintagma representa uma Propriedade, evocada por um Subato de Atribuição, que contém um Subato de Referência, que atribui uma propriedade a uma entidade, que terá a função semântica Inativo. Na minioração em (15), por exemplo, *na rua* veicula a função semântica Locativo (L) numa predicação relacional.

<sup>51</sup> Disponível em: <https://twitter.com/sergiodireita1/status/1327385482729230336>. Acesso em: 20 out. 2021.

<sup>52</sup> Disponível em: <https://www.coisasdedeva.com.br/2010/09/natura-una/>. Acesso em: 20 out. 2021.

<sup>53</sup> *a phrase marked with a relator such as an adposition or a case marker is used ascriptively.*

- (15) Pudemos relatar algumas confusões na rua nesse dia 11-02-2017. Nesse dia aconteceu um pré-carnaval (sem participação do Itatiaia Rádio bar ou de qualquer outra casa da Associação de Bares da Rua Pium-í) e *tivemos vários incidentes, mas todos na rua*. (Internet)<sup>54</sup>

NR: (p<sub>i</sub>: (f<sup>c</sup><sub>i</sub>: [(f<sub>i</sub>: (l<sub>i</sub>: -rua- (l<sub>i</sub>))<sub>L</sub> (f<sub>i</sub>)) (∀ x<sub>i</sub>)<sub>U</sub>] (f<sup>c</sup><sub>i</sub>)) (p<sub>i</sub>))

Morfossintaticamente, os dois membros coordenados não fazem parte um do outro, isto é, não há uma relação de constituição nem de dependência morfossintática entre eles. Logo, a coordenação adversativa de miniorações se enquadra na definição de Coordenação da GDF, ainda que os membros não sejam funcionalmente equivalentes, conforme preconiza Dik (1997b), visto que, no Nível Interpessoal, são formulados dois Atos Discursivos de diferente estatuto comunicativo. Ou seja, embora haja dependência entre os Atos Discursivos no Nível Interpessoal, essa dependência não se reflete no Nível Morfossintático.

Por se tratar do padrão morfossintático Coordenação, os dois membros ocupam a Posição Central da Expressão Linguística, conforme (16). Ambos os membros são representados como Orações; isso é porque, para a GDF, uma Oração é definida como uma unidade morfossintática constituída de outras unidades organizadas por um padrão de ordenação e por expressões morfológicas de conectividade, como os morfemas que possibilitam concordância, por exemplo, não requerendo, necessariamente, um verbo.

- (16) P<sup>pre</sup> | P<sup>centre</sup> | P<sup>post</sup>  
(Cl<sub>1</sub>) (Gw<sub>1</sub>: mas (Gw<sub>1</sub>)) (Cl<sub>2</sub>)

Assim, as miniorações que compõem a coordenação adversativa são Orações cuja posição medial, reservada ao verbo, não é preenchida. Elas são compostas por dois Sintagmas não verbais: o primeiro, por ser Tópico, ocupa a posição inicial da Oração e exerce a função sintática Sujeito, ao passo que o segundo, por ser Foco, ocupa a posição final da Oração, correspondendo ao predicativo do sujeito, conforme (17), tal que *X* é *N* para Sintagmas Nominais, *A* para Sintagmas Adjetivais e *Adp* para Sintagmas Adposicionais.

- (17) P<sup>I</sup> | P<sup>M</sup> | P<sup>F</sup>

<sup>54</sup> Disponível em: [https://www.tripadvisor.com.br/ShowUserReviews-g303374-d5715926-r467005440-Itatiaia\\_Radio\\_Bar-Belo\\_Horizonte\\_State\\_of\\_Minus\\_Gerais.html](https://www.tripadvisor.com.br/ShowUserReviews-g303374-d5715926-r467005440-Itatiaia_Radio_Bar-Belo_Horizonte_State_of_Minus_Gerais.html). Acesso em: 20 out. 2021.

(Np<sub>1</sub>)<sub>Subj</sub>

(Xp<sub>1</sub>)

A título de exemplo, representa-se a ocorrência em (18). O Sintagma Nominal *elas* exerce a função sintática Sujeito; por isso, o Sintagma *umas chatas* concorda com *elas* em número e gênero.

(18) já namorei as duas, e *elas podem até serem gostosas e mais, mas elas umas CHATAS!!!*  
(Internet)<sup>55</sup>

P<sub>pre</sub> | P<sub>centre</sub>

(Le<sub>i</sub>: [ (Cl<sub>i</sub>: –elas podem até serem gostosas e mais– (Cl<sub>i</sub>)) (Gw<sub>i</sub>: mas (Gw<sub>i</sub>) (Cl<sub>j</sub>: [

P<sup>I</sup> | P<sup>M</sup> | P<sup>F</sup>  
(Np<sub>i</sub>: elas<sub>Pro</sub> (Np<sub>i</sub>))<sub>Subj</sub> (Ap<sub>i</sub>: –umas chatas– (Ap<sub>i</sub>))] (Cl<sub>j</sub>) ] (Le<sub>i</sub>))

A coordenação adversativa, como um todo, ocupa a Posição Central da Expressão Linguística. O segundo membro, minioracional, por sua vez, é composto por dois Sintagmas que ocupam as posições inicial e final da Oração, que são as posições psicologicamente salientes, de acordo com a GDF. Segundo Pezatti (2014), no português, constituintes topicais ocupam a posição inicial enquanto os focais ficam na posição final, exatamente como os exemplos aqui mostrados.

No Nível Fonológico, por fim, a análise dos áudios gravados mostra que os dois membros coordenados constituem três Frases Entonacionais (IP), um correspondendo ao primeiro membro e duas, ao segundo. Frases Entonacionais se caracterizam internamente por apresentarem um contorno entonacional global, determinado pelo operador ascendente (*r* de *rising*) ou descendente (*f* de *falling*).

A primeira Frase Entonacional, correspondente ao primeiro membro, apresenta padrão entonacional complexo descendente-ascendente. Esse padrão é resultado da combinação de um operador descendente na Frase Fonológica (PP) com um ascendente na Frase Entonacional. A direção final ascendente do movimento entonacional do primeiro membro, que indica um tom de continuidade, mapeia a dependência do Ato Discursivo subsidiário concessivo em relação ao nuclear. Hengeveld e Mackenzie afirmam, aliás, que o operador *r* de padrão entonacional global ascendente é o

<sup>55</sup> Disponível em: [https://fanfiction.com.br/historia/201065/Eu\\_Te\\_Amo\\_Annabeth\\_Chase/capitulo/2/](https://fanfiction.com.br/historia/201065/Eu_Te_Amo_Annabeth_Chase/capitulo/2/).  
Acesso em: 20 out. 2021.

“apropriado para a expressão de um Ato Discursivo dependente”<sup>56</sup> (2008, p. 437, tradução nossa).

No que se refere ao segundo membro, minioracional, duas Frases Entonacionais são formuladas: uma correspondendo ao elemento topical e outra, ao elemento focal, ambas compostas por apenas uma Frase Fonológica, que representa os respectivos Sintagmas do Nível Morfossintático. A primeira Frase Entonacional apresenta direção final ascendente, determinada pelo operador ascendente; a segunda, exibe direção final descendente, resultada do operador descendente.

Para exemplificação, o padrão entonacional da ocorrência em (19) é ilustrado no Gráfico 1. A curva côncava da Frequência Fundamental em hertz por tempo em milissegundos evidencia a atuação dos dois operadores fonológicos (*r* e *f*) na primeira Frase Entonacional, (IP<sub>i</sub>), correspondente ao primeiro membro. As outras duas Frases Entonacionais, (IP<sub>j</sub>) e (IP<sub>k</sub>), que codificam fonologicamente o segundo membro, têm cada qual seu próprio contorno: a primeira ascendente e a segunda descendente, além de haver uma breve pausa entre elas, representada por traço no Gráfico 1.

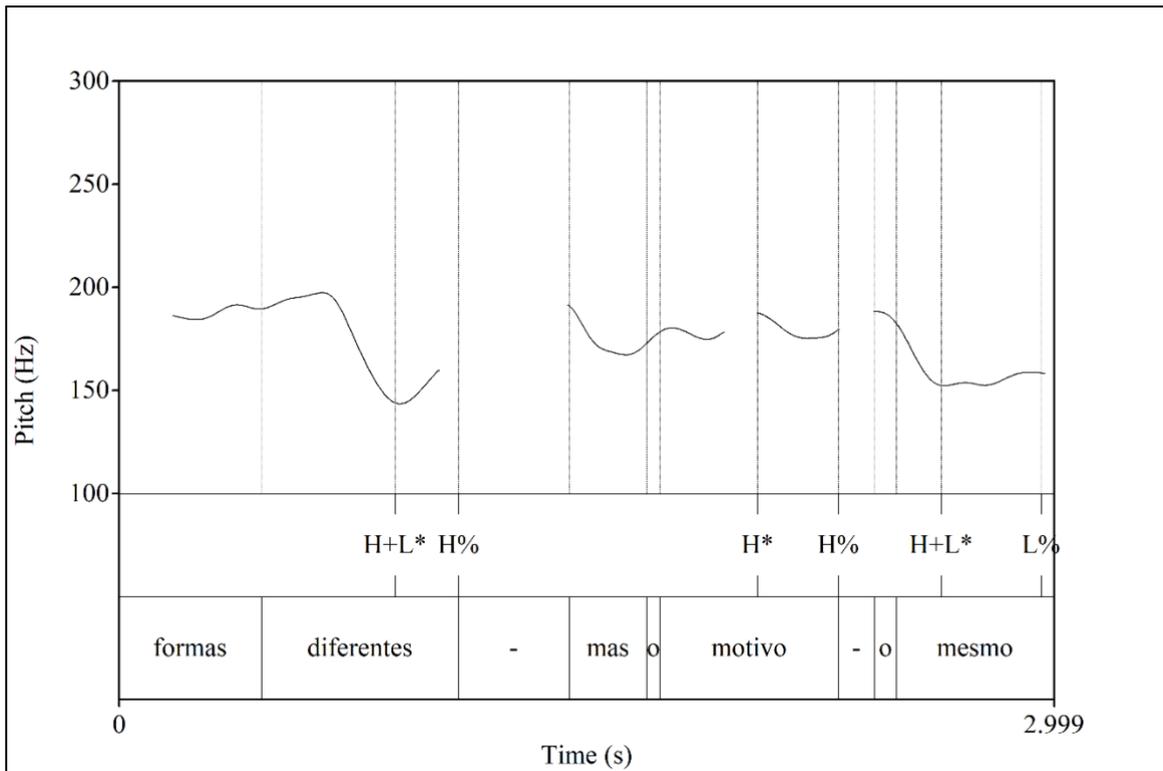
- (19) Um país, Síria, duas cidades brasileiras, Rio e Palmas, realidades diferentes que sofrem com os mesmos problemas, violência desenfreada. Percebe a seguir, como são lutas diferentes, *formas diferentes mas o motivo o mesmo*. (Internet)<sup>57</sup>

NF: (r IP<sub>i</sub>: (f PP<sub>i</sub>: /fõRmasdiferentes/ (PP<sub>i</sub>)) (IP<sub>i</sub>)) (r IP<sub>j</sub>: (PP<sub>j</sub>: /omotivo/ (PP<sub>j</sub>)) (IP<sub>j</sub>)) (f IP<sub>k</sub>: (PP<sub>k</sub>: /omeSmo/ (PP<sub>k</sub>)) (IP<sub>k</sub>))

---

<sup>56</sup> *appropriate for the expression of a dependent Discourse Act.*

<sup>57</sup> Disponível em: <https://www.studocu.com/pt-br/document/universidade-federal-do-tocantins/educacao-em-jornalismo/violencia-siria-palmas-e-rio/4377908>. Acesso em: 20 out. 2021.



**Gráfico 1.** Frequência fundamental em hertz por tempo em milissegundos da ocorrência em (20) (Autoria própria).

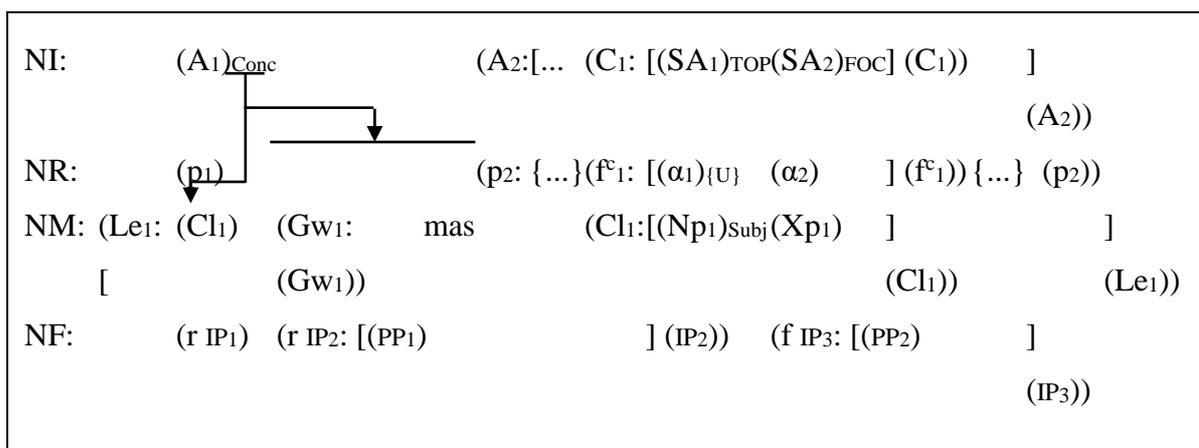
O padrão entonacional da coordenação adversativa envolvendo miniorações é genericamente representado em (20), tal que  $N$  é igual ou maior que um.

$$(20) \quad (r \text{ IP}_1: [(PP_1) \dots (f \text{ PP}_{1+N})] (\text{IP}_1)) (r \text{ IP}_2: (PP_{2+N}) (\text{IP}_2)) (f \text{ IP}_3: (PP_{3+N}) (\text{IP}_3))$$

#### 4. Conclusão

Encaminhando para conclusão, o Quadro 3 formaliza a coordenação adversativa de miniorações em português, em que *mas* marca Concessão. No Nível Interpessoal, dois Atos Discursivos não equipolentes são formulados (o nuclear e o subsidiário). O Ato Discursivo subsidiário, correspondente ao primeiro membro, exerce a função retórica Concessão, e o Ato Discursivo nuclear, correspondente à minioração, é organizado a partir das funções pragmáticas Tópico e Foco, de modo a indicar para o Ouvinte qual constituinte se relaciona com o registro construído e armazenado no Componente Contextual – o constituinte Tópico – e qual deve ser adicionado à sua informação pragmática – o constituinte Foco. No Nível Representacional, há dois Conteúdos

Proposicionais que, em última instância, constituem predicções. No Nível Morfossintático, a configuração da Expressão Linguística é a de Coordenação, já que os membros coordenados são ambos morfossintaticamente independentes. O membro minioracional é uma Oração desprovida de verbo, como reflexo do molde do Conteúdo Comunicado: Tópico e Foco. Por fim, é no Nível Fonológico que a não equipolência entre os Atos Discursivos é marcada, por meio do operador ascendente, aplicado à Frase Entonacional correspondente ao Ato Discursivo subsidiário.



**Quadro 3. Relações de alinhamento na coordenação de miniorações por *mas* (Autoria própria).**

O que se pode concluir é que as propriedades da coordenação adversativa de miniorações por meio de *mas* são determinadas no Nível Interpessoal, seja por meio da função retórica Concessão, seja pelo molde de conteúdo Tópico-Foco; ela é, portanto, um expediente gramatical a serviço exclusivamente das relações inter-humanas que a linguagem instaura, relacionado ao aspecto acional da língua portuguesa.

## 5. Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento (GD/CNPq Proc. No. 140383/2021-2 e PQ/CNPq Proc. No. 301257/2017-5, bolsas respectivamente concedidas ao primeiro e ao segundo autor) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 (bolsa de Mestrado Acadêmico do primeiro autor), que permitiram a condução dessa pesquisa e elaboração deste trabalho.

**Abstract:** This paper analyzes and describes the adversative coordination of small clauses through *mas*. The theoretical framework adopted is the Functional Discourse Grammar, whose model presents a modular architecture with top down organization, so that pragmatics governs semantics, both govern morphosyntax, and pragmatics, semantics and morphosyntax govern the phonology. As the universe of analysis, materials obtained from the Internet are used. The pragmatic analysis shows that each member consists of a Discursive Act and that *mas* marks the rhetorical function Concession, exercised by the first member. The Communicated Content of the small clause is organized from the pragmatic functions Topic and Focus. Semantically, each member is a Propositional Content and, ultimately, a Configurational Property, i.e. a predication. Morphosyntactically, two units with no relation of constituency and dependence between them are codified, dealing with the Coordination process. The small clause, in particular, is formed by two Phrases, occupying the Initial and Final positions of the Clause. Phonologically, the first member corresponds to an Intonational Phrase and the second, to two. The first Intonational Phrase presents a tone of continuity, indicating dependence between the Discursive Acts. Finally, it is concluded that the adversative coordination of small clauses originates at the Interpersonal Level, i.e., at the level that concerns the rhetoric and the pragmatics, being, therefore, at the service of the inter-human relations that language institutes.

**Keywords:** Coordination; Adversative; Small Clause; Concession

## Referências Bibliográficas

- ABRAHAM, W. But. *Studia Linguistica*, v. 33, n. 2, p. 89-119, 1979.
- ANSCOMBRE, J. C.; DUCROT, O. Deux Mais en français. *Língua*, v. 43, p. 23-40, 1977.
- AZEREDO, J. C. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 3. ed. 2. reimpr. São Paulo: Publifolha, 2012.
- BAGNO, M. *Gramática Pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- BARBOSA, P. A.; SILVA, W. A New Methodology for Comparing Speech Rhythm Structure between Utterances: Beyond Typological Approaches. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON COMPUTATIONAL PROCESSING OF THE PORTUGUESE LANGUAGE, 10., 2012, Coimbra. *Proceedings* [...]. Heidelberg: Springer, 2012. p. 329-337. Lecture Notes in Computer Science (LNCS, v. 7243) book series.
- BECHARA, E. *Moderna gramática da língua portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BENVENISTE, É. A frase nominal. In: BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral*. Campinas, SP: Pontes, 1976. p. 176-182.
- BOERSMA, P; WEENINK, D. *Praat: doing phonetics by computer*, 2021. Disponível em: <https://www.fon.hum.uva.nl/praat/>. Acesso em: 20 out. 2021.

- CARONE, F. B. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1986
- CASTILHO, A. T. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed. 2. reimpr. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DIK, S. C. *The theory of Funcional Grammar*. Part I: The structure of the clause. Edição de Kess Hengeveld. 2. ed rev. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997a.
- DIK, S. C. *The Theory of Funcional Grammar*. Part II: Complex and derived constructions. Edição de Kess Hengeveld. 2. ed rev. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997b.
- EUROPEAN COMMISSION DGXXII. *Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais*. Programme LINGUA/SOCRATES, 1995-1997. Disponível em: <https://clul.ulisboa.pt/recurso/portugues-falado-variedades-geograficas-e-sociais>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- FOOLEN, A. Polyfunctionality and the semantics of adversative conjunctions. *Multilingua*, v. 10, p. 79-92, 1991.
- GALVÃO PASSETTI, G. H. *Coordenação de constituintes não oracionais por meio de “mas” nas variedades portuguesas sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional: Concessão e Contraste*. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2021.
- GARCIA, T. S.; FANTE, B. R.; AMORIM, C. R.; PEDRO, C. C. Coordenação oracional adversativa. In: PEZATTI, E. G.; CAMACHO, R. G; HATTNER, M. M. D. A. (orgs.). *Construções coordenadas nas variedades portuguesas: uma abordagem discursivo-funcional*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021. p. 155-193.
- GONÇALVES, S. C. L. G. *Banco de dados Iboruna: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista*. Disponível em: <http://www.alip.ibilce.unesp.br/iboruna>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. Gramática discursivo-funcional. Trad. Marize Mattos Dall’Aglio Hattner. In: SOUZA, E. R. (org.). *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 43-85.
- HJELMSLEV, L. El verbo y la frase nominal. In: *Ensayos Lingüísticos*. Madrid: Gredos Editorial, 1971.
- JAKOBSON, R. *Lingüística e Comunicação*. Trad.: Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1975.

JASINSKAJA, K. Corrective contrast in Russian, in contrast. *Oslo Studies in Language*, v. 2, n. 2, p. 433-466, 2010.

JASINSKAJA, K. Correction by adversative and additive markers. *Lingua*, v. 122, n. 15, p. 1899-1918, 2012.

JASINSKAJA, K.; ZEEVAT, H. Explaining additive, adversative, and contrast marking in Russian and English. *Revue de Sémantique et Pragmatique*, v. 24, p. 65-91, 2008.

JASINSKAJA, K.; ZEEVAT, H. Explaining conjunction systems: Russian, English, and German. *Proceedings of Sinn und Bedeutung*, v. 13, n. 1, p. 231-246, 2019.

LAKOFF, R. If's, and's, and but's about conjunction. In: FILLMORE, C. J.; LANDENDOEN, D. T. (eds.). *Studies in linguistic semantics*. New York: Holt, Rinehart, & Winston, 1971. p 114-149.

LANG, E. *The semantics of coordination*. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. 2 v.

KEIZER, E. *A Functional Discourse Grammar for English*. United Kingdom: Oxford University Press, 2015.

MIOTO, C.; FOLTRAN, M. J. Apresentação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 49, n. 1, p. 5-9, 2007.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

PEZATTI, E. G. *A ordem das palavras no português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

PEZATTI, E. G. Miniorações em anúncios sob a perspectiva discursivo-funcional. *Gragoatá*, Niterói, v. 23, n. 46, p. 492-517, mai.-ago. 2018. DOI: 10.22409/gragoata.2018n46a1120.

PEZATTI, E. G. As diferentes estruturas sintáticas do português e seu uso. *DELTA*, 2021. DOI: 10.1590/1678-460x202146461.

PEZATTI, E. G.; CAMACHO, R. G; HATTNER, M. M. D. A. (orgs.). *Construções coordenadas nas variedades portuguesas: uma abordagem discursivo-funcional*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021.

PEZATTI, E. G.; GALVÃO PASSETTI, G. H. Coordenação não oracional adversativa. In: PEZATTI, E. G.; CAMACHO, R. G; HATTNER, M. M. D. A. (orgs.). *Construções coordenadas nas variedades portuguesas: uma abordagem discursivo-funcional*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2021. p. 259-302.

PEZATTI, E. G.; PAULA, D. C. F.; GALVÃO PASSETTI, G. H. Contraposição não oracional com *mas*: substituição e acréscimo. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 61, p. 1-18, 13 fev. 2019. DOI: 10.20396/cel.v61i1.8653710.

SÆBØ, K. J. Presupposition and contrast: German *aber* as a topic particle. *Proceedings of Sinn Und Bedeutung*, v. 7, p. 257-271, 2019.

SWEETSER, E. E. *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TOOSARVANDANI, M. Contrast and the structure of discourse. *Semantics & Pragmatics*, Washington, v. 7, art. 4, p. 1-57, 2014

UMBACH, C. Contrast and information structure: a focus-based analysis of *but*. *Linguistics*, v. 43, n. 1, p. 207-232, 2005.

VOGT, C.; DUCROT, O. De Magis a Mas: uma hipótese semântica. In: VOGT, C.; DUCROT, O. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec, 1980.

WILLIAMS, E. Small Clauses in English. In: KIMBALL, J. P. (ed.). *Syntax and Semantics*, v. 4. Leiden: Brill, 1975. p. 249-273.

WINTER, Y.; RIMON, M. Contrast and implication in natural language. *Journal of Semantics*, v. 11, p. 365-406, 1994.

WINTERSTEIN, G. *La dimension probabiliste des marqueurs de discours*: Nouvelles perspectives sur l'argumentation dans la langue. 2010. Tese (Doutorado em Linguística Geral) - Laboratoire de Linguistique Formelle, Université Paris Diderot, Paris, 2010.

WINTERSTEIN, G. Linking argumentativity and information structure in adversatives. *Proceedings of Sinn Und Bedeutung*, v. 14, p. 421-437, 2019.

# UMA ANÁLISE DISCURSIVO-FUNCIONAL DE USOS NÃO DISJUNTIVOS DA CONJUNÇÃO ‘OU’ NO PORTUGUÊS FALADO

## A FUNCTIONAL DISCOURSE ANALYSIS OF NON-DISJUNCTIVE USES OF THE CONJUNCTION ‘OU’ IN SPOKEN PORTUGUESE

Sandra Denise Gasparini Bastos (UNESP - São José do Rio Preto)  
Beatriz Goaveia Garcia Parra de Araujo (UNESP - São José do Rio Preto)  
Nathalia Pereira de Souza Martins (UNESP - São José do Rio Preto)

**Resumo:** Este trabalho propõe uma investigação da coordenação oracional alternativa marcada por *ou* sob o aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008). A análise de dados do português falado revela que, além de marcar a coordenação entre duas orações, o *juntor* *ou* pode atuar também em usos não coordenativos. Assim, nossa proposta é demonstrar o lugar que esses usos não disjuntivos ocupam dentro da arquitetura geral da GDF. Como metodologia de trabalho, utilizamos o modelo teórico da GDF para analisar dados reais do português falado extraídos do *córpus Português Oral* (Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais) e do Banco de Dados Iboruna (Amostra Censo), a fim de identificar o nível em que ocorre a relação não disjuntiva e que função ela exerce no contexto discursivo. Como resultado, temos que os usos não disjuntivos de *ou* se caracterizam pelo emprego de estratégias interpessoais voltadas para a relação falante-ouvinte ou para a organização discursiva. No primeiro caso, *ou* atua como marcador da função retórica *Correção*, esclarecendo uma informação previamente evocada no discurso; já no segundo caso, *ou* introduz novos Movimentos que contribuem para o progresso comunicativo do discurso em andamento.

**Palavras-chave:** coordenação; orações alternativas; conjunção *ou*; Gramática Discursivo-Funcional.

### Introdução

Tradicionalmente, classifica-se como relação de coordenação oracional aquela que se estabelece entre orações independentes que desempenham uma mesma função gramatical (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 593). Como afirmam os autores, os membros coordenados podem ser combinados por meio de justaposição ou de uma conjunção coordenativa, que pode ser aditiva, adversativa, alternativa, conclusiva ou explicativa. Em se tratando da conjunção alternativa *ou*, ela é definida como responsável por ligar “dois termos ou orações de sentido distinto, indicando que, ao cumprir-se um fato, o outro não se cumpre” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 594).

Nas gramáticas de referência do português, elencam-se, de modo recorrente, algumas características relativas à conjunção *ou*, como o caráter alternativo e disjuntivo. Bechara (2015), por exemplo, reforça o valor alternativo da conjunção *ou*, que pode aparecer sozinha ou duplicada junto a cada unidade. Neves (2000), por sua vez, alude ao papel da conjunção como marca de disjunção inclusiva (em que os elementos não se excluem) ou exclusiva (em que os elementos se excluem), como mostram os exemplos dados pela autora:

- (1) Isto ocorre quando o microrganismo deixa de sofrer a ação do antibiótico por estar protegido pelo meio ambiente, **ou** por encontrar-se em uma fase de seu ciclo na qual é refratário à droga. (NEVES, 2000, p. 775)
- (2) Sou **ou** não sou deputado eleito pelo povo? (NEVES, 2000, p. 771)

Enquanto em (1) temos um exemplo de disjunção inclusiva, visto que as duas alternativas (*estar protegido pelo meio ambiente / encontrar-se em uma fase de seu ciclo na qual é refratário à droga*) não se excluem necessariamente, em (2) temos um exemplo de exclusão, pois a escolha de uma opção obrigatoriamente elimina a outra.

Apesar de a relação de alternância se estabelecer tradicionalmente entre dois elementos, Neves (2000, p. 775) ilustra a possibilidade de junção entre mais de dois itens relacionados por *ou* com o seguinte exemplo:

- (3) Que importava as palavras lhe ferissem os ouvidos, **ou** morressem lentamente no plano da dúvida e da incerteza, **ou** simplesmente lhe infligissem sofrimento? (Neves, 2000, p. 775)

Embora os critérios de alternância e disjunção sejam frequentes na descrição dos usos da conjunção *ou*, não são suficientes para explicar todos os casos encontrados no português. O foco nos aspectos puramente sintáticos que envolvem a união de orações é a primeira evidência do tratamento restritivo dado pelas gramáticas de referência ao fenômeno da coordenação, e, em particular, da coordenação alternativa.

Pezatti e Longhin (2016, p. 47) afirmam que, além dos casos de disjunção inclusiva e exclusiva, frequentemente abordados pelas gramáticas de referência, a conjunção *ou* também pode ser empregada em contextos em que não há disjunção, como ilustra o exemplo (4), proposto pelas autoras:

- (4) num posso entretanto responder essa questão... porque foge um pouco ao meu setor sei entretanto que *as eleições...* **ou** que *o período presidencial...* é mantido... durante três anos... (PEZATTI; LONGHIN, 2016, p. 47)

De acordo com as autoras, nesse exemplo, a relação marcada por *ou* é puramente discursiva, visto que os termos unidos por essa conjunção não estão em alternância, e sim em uma relação de retificação, uma vez que o termo *as eleições* é substituído por *período presidencial*. Embora o exemplo (4) faça referência à combinação entre sintagmas, existe

também a possibilidade de que os usos não disjuntivos de *ou* sejam encontrados na combinação de orações.

Desse modo, tendo em vista as diferentes estratégias comunicativas que podem ser codificadas por meio da conjunção *ou* em português, o propósito deste artigo é apresentar os usos não disjuntivos marcados por essa conjunção a partir de dados do português falado e analisá-los segundo o modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), doravante GDF. A escolha por esse aparato teórico se deve ao fato de ser a GDF um modelo estruturado em camadas, no qual decisões tomadas nos níveis mais altos (pragmático e semântico) são refletidas nos níveis mais baixos (morfossintático e fonológico), respeitando-se, assim, o princípio funcionalista de integração entre os módulos.

A amostra aqui analisada é composta de dados reais de língua falada coletados de inquéritos (i) do *cópus Português Oral*, pertencente ao projeto “Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais”, que contempla as variedades faladas em Portugal (PT), no Brasil (BR), em Angola (AN), em Cabo Verde (CV), em São Tomé e Príncipe (TP), em Moçambique (MO), em Guiné-Bissau (GB), em Goa (GO) e no Timor-Leste (TL); e (ii) do Banco de Dados Iboruna (Amostra Censo), concebido pelo projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista), que contempla a variedade falada no interior do Estado de São Paulo, mais especificamente nas cidades da região de São José do Rio Preto.

Assim, a fim de atingir o objetivo proposto, o presente trabalho organiza-se da seguinte maneira: na seção 1, fazemos uma revisão bibliográfica do tratamento dado à coordenação no âmbito da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), enfocando as ocorrências de coordenação alternativa segundo a concepção de Coordenação para a GDF; na seção 2, apresentamos a análise das ocorrências não disjuntivas identificadas em nossos dados e o lugar que lhes cabe dentro da arquitetura geral do modelo. As conclusões gerais são apresentadas na seção 3, intitulada Considerações Finais.

## **1. A Gramática Discursivo-Funcional e o fenômeno da Coordenação**

A Gramática Discursivo-Funcional (GDF), enquanto componente gramatical de um processo de interação verbal mais amplo, organiza-se em quatro níveis hierarquicamente dispostos: o Nível Interpessoal, responsável pelas representações pragmáticas; o Nível Representacional, responsável pelas representações semânticas; e

os dois níveis de codificação: o Nível Morfossintático e o Nível Fonológico. As unidades que compõem os níveis da GDF podem organizar-se também hierarquicamente ou não-hierarquicamente, assumindo, neste último caso, uma configuração equipolente. Nesta seção, daremos mais destaque às unidades relevantes para a compreensão das relações entre orações marcadas pela conjunção *ou*.

No Nível Interpessoal, a camada mais alta é o Movimento, definido como uma contribuição autônoma a uma interação em andamento (KROON, 1995). Um Movimento pode ser composto por um ou mais Atos Discursivos, unidade básica de análise da GDF, caracterizado por Kroon (1995) como a menor unidade identificável do comportamento comunicativo e que se constitui basicamente de quatro elementos: Ilocução, Falante, Ouvinte e Conteúdo Comunicado. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), dois ou mais Atos Discursivos podem se reunir dentro de um Movimento numa relação de equipolência ou de dependência. Uma relação de equipolência entre Atos Discursivos ocorre quando o falante lhes confere um mesmo estatuto comunicativo, como vemos no seguinte exemplo de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 53):<sup>58</sup>

(5) A: O que aconteceu ontem na Premier League escocesa?

B: Os Celtics venceram. E os Rangers perderam.

A resposta dada pelo falante B é formada por dois Atos Discursivos equipolentes – “Os Celtics venceram” e “os Rangers perderam” – visto que eles apresentam o mesmo estatuto comunicativo, pois, ao serem isolados, transmitem por si só uma mensagem completa.

A relação de dependência entre os Atos Discursivos de um mesmo Movimento ocorre quando esses Atos Discursivos não apresentam o mesmo estatuto comunicativo. Nesses casos, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), um Ato Discursivo será o Nuclear e o outro, o Subsidiário, que exerce uma função retórica sobre o Nuclear. As funções retóricas presentes entre Atos Discursivos dependentes podem ser de Motivação, de Orientação, de Correção e de Concessão.

O Nível Representacional, por sua vez, tem como camada mais alta o Conteúdo Proposicional, isto é, construtos mentais que não podem ser localizados espacial ou

---

<sup>58</sup> No original: A: *What happened yesterday in the Scottish Premier League?* B: *Celtic won. And Rangers lost.*

temporalmente, sendo avaliados segundo seu estatuto de verdade. Conteúdos Proposicionais podem ser compostos por um ou mais Episódios, definidos como uma combinação de Estados de Coisas tematicamente coerentes. Estados de Coisas são, por seu turno, entidades localizáveis no tempo e no espaço e avaliados quanto ao seu estatuto de realidade.

As representações advindas dos níveis Interpessoal e Representacional são codificadas segundo as regras estruturais de cada língua no Nível Morfossintático. A camada mais alta desse nível é a Expressão Linguística, definida por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 308) como “qualquer conjunto de pelo menos uma unidade que pode ser usado independentemente”.<sup>59</sup>

Segundo os autores, quando uma Expressão Linguística é formada pela combinação de duas ou mais unidades, cada uma dessas unidades combinadas apresenta uma estrutura morfossintática completa. Hengeveld e Mackenzie (2008) assumem a Oração<sup>60</sup> e o Sintagma como unidades que podem se combinar para formar uma Expressão Linguística. Dado o foco de nossa investigação, abordaremos apenas a combinação oracional.

Para Hengeveld e Mackenzie (2008), temos uma relação de coordenação quando duas ou mais Orações independentes são combinadas para formar uma Expressão Linguística de modo que, quando isoladas, essas Orações poderiam, por si só, formar uma Expressão Linguística. Vejamos o seguinte exemplo, extraído de nossa amostra:

(6) -> [...] isto aconteceu porque eu gosto de ver chover e mesmo agora que sou adulto, quando começa a chover, é à noite, de dia, *prefiro ficar na janela ou saio mesmo para ver...*

- hum.

-> *as águas a cair.* (Moç86:Chuva)

---

<sup>59</sup> No original: *A Linguistic Expression is any set of at least one unit that can be used independently.*

<sup>60</sup> Quando utilizamos o termo *Oração* (grafado com letra maiúscula), fazemos referência à camada do Nível Morfossintático da GDF, conforme convenção estabelecida pelo próprio modelo teórico. O mesmo se aplica às camadas de todos os demais níveis, tais como Ato Discursivo, Movimento, Conteúdo Proposicional, Sintagma, etc.

Nesse enunciado, as duas Orações são independentes uma em relação à outra, já que, se enunciadas separadamente, ainda formariam um todo comunicativo, como se confirma em (6a-b):

- (6) a. Prefiro ficar na janela.  
b. Saio mesmo para ver as águas a cair.

Com base na representação formal proposta pela GDF, o fenômeno da coordenação pode ser caracterizado pelo seguinte molde:

- (6) c.  $(Le_1: [(Cl_1) (Cl_{n-1}) (Gw_1) (Cl_n)] (Le_1))$   
d.  $(Le_i: [(Cl_i: - \text{prefiro ficar na janela} - (Cl_i)) (Gw_i: - \text{ou} - (Gw_i)) (Cl_j: - \text{saio mesmo para ver as águas a cair} - (Cl_j))] (Le_i))$

Essa configuração da coordenação no Nível Morfossintático, a saber, uma combinação de duas ou mais Orações independentes dentro de uma Expressão Linguística, é reflexo de uma combinação de Atos Discursivos equipolentes dentro de um mesmo Movimento no Nível Interpessoal. Com relação a esse nível, a ocorrência em (6) é representada pelo seguinte molde:

- (6) e.  $(M_i: [(A_i: - \text{prefiro ficar na janela} - (A_i)) \text{ALT} (A_j: - \text{saio mesmo para ver as águas a cair} - (A_j))] (M_i))$

No interior do Movimento ( $M_i$ ), tanto o primeiro Ato Discursivo ( $A_i$ ) quanto o segundo ( $A_j$ ) têm um mesmo estatuto comunicativo, estabelecendo entre si uma relação de independência (ou equipolência) na medida em que ambos poderiam exercer o papel de núcleo do Movimento, já que, para que se compreenda um, não se faz necessária a presença do outro. Ainda entre os dois Atos Discursivos, verifica-se também uma relação de alternância, uma vez que cada um deles apresenta uma alternativa possível para uma dada situação: no caso, o que fazer durante a chuva. Tal relação é marcada pelo operador ALT, como se nota na representação em (6e), que, no Nível Morfossintático, irá acionar o uso da Palavra Gramatical ( $Gw$ ) *ou*.

No Nível Representacional, por sua vez, temos a união de dois Conteúdos Proposicionais, visto que se tratam de informações possíveis de serem avaliadas quanto ao seu estatuto de verdade, como pelo uso dos modificadores *certamente* e *provavelmente* em (6f):

- (6) f. **Certamente** prefiro ficar na janela ou **provavelmente** saio mesmo para ver as águas a cair.

Em resumo, assim se configura o fenômeno da coordenação oracional à luz do modelo teórico da GDF: tem-se, no Nível Morfossintático, a combinação de duas (ou mais) Orações independentes (no caso, unidas por *ou*) que reflete a combinação de dois (ou mais) Atos Discursivos equipolentes no Nível Interpessoal e de dois (ou mais) Conteúdos Proposicionais no Nível Representacional. Essa explicação abarca grande parte das ocorrências encontradas em nossa amostra, como o já citado exemplo (6), o que nos permite confirmar o caráter prototípico do fenômeno da coordenação em se tratando da relação de alternância marcada pela conjunção *ou*. No entanto, há usos marginais dessa conjunção que não se enquadram nessa definição de coordenação, dado que não estabelecem relação de disjunção entre os termos unidos por *ou* nem coordenam duas Orações, no sentido de coordenação concebido pela GDF. Esses casos constituem o foco deste trabalho e serão explorados na próxima seção.

## 2. Usos não disjuntivos de *ou*: análise e resultados

Ao analisarmos os dados reais do português falado que compõem nossa amostra, observamos que a conjunção *ou*, além de atuar na coordenação de Orações independentes, pode assinalar morfossintaticamente estratégias interpessoais voltadas (i) para a relação falante-ouvinte e (ii) para a organização discursiva. No primeiro caso, *ou* atua como marcador da função retórica Correção, uma vez que a Oração por ele introduzida corrige uma informação previamente evocada no discurso; já no segundo caso, *ou* introduz novos Movimentos que contribuem para o progresso comunicativo.

Como marcador da função retórica Correção (Cor), *ou* assinala uma retificação estabelecida entre dois Atos Discursivos pertencentes a um mesmo Movimento; portanto, assim como os casos de Coordenação, os casos de função retórica Correção também são fenômenos localizados no Nível Interpessoal. Contudo, diferentemente do que ocorre na

Coordenação, a relação existente entre esses Atos Discursivos não é de equipolência, mas sim de dependência.

Conforme explicado na seção 1, nas relações de dependência entre Atos Discursivos, há um Ato Nuclear e um Ato Subsidiário e este exerce uma função retórica em relação ao Ato Nuclear. No caso das ocorrências analisadas, essa função retórica se classifica como sendo de Correção, já que a estratégia comunicativa do falante, ao enunciar o Ato Discursivo Subsidiário, é de corrigir uma informação veiculada pelo Ato Nuclear. Tal tipo de ocorrência e sua representação no Nível Interpessoal são apresentados a seguir:

- (7) a. -> na parte conjugal, marido e esposa, não gosto. não gosto, porque ele foi r[...], roubar uma mulher com quem vivia com outro marido. agora se a mulher fosse viúva, que ele esperasse que morresse o Manuel Pinheiro Alves como morreu muito cedo, e ele aguardasse - com certa incerteza, é claro - mas que aguardasse e que se unisse a ela, eu já não condenava. porque ela já era livre. *agora ir buscar a mulher ao seio conjugal de outro homem que a amava, ou não saberia amar melhor*, mas ele amava-a, já por isso casou com ela, eu acho que Camilo cometeu um grande erro. (PT97:AmoresCamilo)
- b. (M<sub>I</sub>: [(A<sub>I</sub>: – agora ir buscar a mulher ao seio conjugal de outro homem que a amava – (A<sub>I</sub>)) (A<sub>J</sub>: – não saberia amar melhor - (A<sub>J</sub>))<sub>COR</sub>] (M<sub>I</sub>))
- (8) a. -> exacto. isso também acontece em Cabo Verde, porque, apesar de, de aqui, ah, as raparigas têm muito mais que fazer, como sabe, vão apanhar água, sobretudo se for numa zona rural, têm que apanhar lenha, ah, ajudam os pais com os... bebês, os irmãos mais pequeninos, às vezes há m[...], pais que saem de manhã e só regressam à tarde, são as meninas é que tomam conta dessas, de[...], dessas crianças, dos irmãos mais pequeninos. e, mesmo assim, com toda essas tarefas, às vezes os alunos, as alunas, ou... as raparigas, *têm muito mais, ah, notas, ou estudam muito mais, esforçam-se muito mais porque tem um adicional* (CV95:RaparigasCV)
- b. (M<sub>I</sub>: [(A<sub>I</sub>: – têm muito mais notas – (A<sub>I</sub>)) [(A<sub>J</sub>: – estudam muito mais – (A<sub>J</sub>)) (A<sub>k</sub>: – esforçam-se muito mais porque tem um adicional – (A<sub>k</sub>))<sub>COR</sub>] (M<sub>I</sub>))

Em casos como (7) e (8), o Ato Discursivo introduzido por *ou* (Ato Discursivo Subsidiário) e o Ato Discursivo anterior (Ato Discursivo Nuclear) não estão em uma relação de alternância. Ao enunciar o Ato Discursivo Subsidiário, o falante busca tornar mais claro algum aspecto do Ato Discursivo Nuclear que possa não ter sido expresso adequadamente do ponto de vista comunicativo. Assim, em (7), depois de afirmar que Manuel amava a esposa, o falante considera que essa informação pode ser contestada por seu ouvinte e, assim, reestrutura seu enunciado a fim de esclarecer que o sujeito a amava da melhor maneira que podia, embora esse afeto não fosse considerado pela sociedade a forma ideal de amar. O mesmo tipo de relação é verificado em (8), pois o falante julga que, no caso das moças, dizer que tiravam notas mais altas não é o mais satisfatório e reformula o enunciado de modo a atribuir a elas qualidades mais específicas, a de estudar e a de se esforçar mais.

Quanto à atuação de *ou* em retificações no português, Pezatti (1999) já havia identificado casos dessa natureza. Para a autora,

A retificação parece indicar ainda a intenção do falante de ser mais fiel à informação que deseja passar para o ouvinte ou mais didático. [...] Outros casos parecem representar de fato uma retificação discursiva, que obedece a uma orientação icônica: substituem-se termos genéricos, ou mesmo mais vagos, por termos particularizantes ou mais específicos. Nesses casos, a retificação tem a função de orientar o interlocutor no sentido de que o falante pretende fazer uma observação do tipo 'para ser mais específico'. (Pezatti, 1999, p. 435-437)

Assim, as orações introduzidas por *ou* com função retórica Correção revelam uma autocorreção do falante. A esse respeito, Hengeveld e Mackenzie (2008) atentam para a possibilidade de se inserir, no Ato Discursivo Subsidiário, uma expressão que indique reformulação, como *quero dizer*, em português. A inclusão dessa expressão na ocorrência (8) ressalta ainda mais o aspecto retórico dessas construções:

- (8) c. As raparigas têm muito mais, ah, notas, **quero dizer**, estudam muito mais, esforçam-se muito mais porque tem um adicional.

O emprego da estratégia retórica de retificação em usos da conjunção *ou* torna-se ainda mais evidente em construções como *ou melhor (dizendo)*, conforme se vê nos exemplos de (9) a (11).

- (9) Doc.: cê nunca tinha visto uma prova de vestibular... antes Inf.: ah minha mãe levava uns cadernos pra mim mas eu nem me interessava assim em ficá(r) ven(d)o muito assim... e:: eu não eu tinha noção de como que era tudo mas assim aquela coisa –“ah é difícil difícil difícil”– aí fiz o prime(i)ro dia... e num achei TÃO difícil assim... **ou melhor é dif::cil mas assim eu num achei tã::o fora do meu... alcance** (Iboruna: AC-054)
- (10) com esse método que que eu acabei éh criando (inint.)... sistema de de... num num enrolá(r) o aluno como eu já citei num num colocá(r) éh éh um monte de detalhizinhos éh éh como as escolas fa::zem... éh éh:: éh início de músico por exemplo quando **ou melhor dizem(d)o quando o aluno tá inician(d)o numa escola...** já pega querê(r) passá(r) pra ele uma:: éh éh éh Parabéns pra você pum aluno de dezesseis dezessete ano (Iboruna: AC-109)
- (11) e o(u)tra coisa eu dô(u) aula de violão e voz... e e e e a o(u)tra crise que eu sei que as escolas num gostam que eu faço... porque violão e voz ensina a pessoa a cantá(r) tam(b)ém... e a escola num qué(r) fazê(r) isso que ela qué(r) dá(r) aula só... de éh ensi/ o o o **ou melhor dizem(d)o elas ensinam o aluno a tocá(r)**... se o aluno quisé(r) cantá(r) tem que pagá(r) uma o(u)tra um o(u)tro professor (Iboruna: AC-109)

Observa-se, nos três exemplos, que a função retórica Correção é novamente marcada pelo operador *ou*: em (9), o falante deseja esclarecer que, embora haja dificuldade no processo de prestar um vestibular, essa dificuldade não ia além do seu alcance, retificando o enunciado anterior; do mesmo modo, em (10) e em (11), há uma preocupação em reformular a informação previamente fornecida ao ouvinte, buscando torná-la mais específica: de *início de músico* para *quando o aluno está iniciando numa escola*, no caso de (10), e de *ela quer dar aula só* para *elas ensinam o aluno a tocar*, no caso de (11).

Por fim, ainda no caso de Atos Discursivos relacionados pela função retórica Correção, acrescentamos que, morfossintaticamente, eles também são codificados na forma de Orações completas e independentes. No entanto, não é possível afirmar que tais

Orações estão coordenadas entre si, dado que entre elas há uma relação de correção e não de alternância, na medida em que não constituem um mesmo conjunto de alternativas.

Em se tratando da introdução de Movimentos, *ou* sinaliza uma alternância, no plano discursivo, entre porções discursivas a fim de garantir a continuidade da interação verbal. Nessas ocorrências, diferentemente do que vimos no processo da Coordenação, as unidades combinadas no Nível Interpessoal são Movimentos e não Atos Discursivos. Já no Nível Morfossintático, a conjunção *ou* se configura como um operador discursivo nos termos da GDF, uma vez que seu papel é de iniciar um novo Movimento, como ocorre no exemplo (12):

- (12) Doc.: e:: que que cê acha assim... OUve falá(r) às vezes alguma amiga que tem traBA::lho não sei quê... elas comentam? **ou**:: *te parece FÁ::cil? diFÍ::cil?* você acha que... a influência que você tem no computador você deve... manjá(r) MUIto de computador... cê acha que isso vai te ajuDÁ(r)? ou nã::o?... de repente:... arranjà(r) algum servi::ço?  
(Iboruna: AC-010)

A estratégia comunicativa do falante, nessa ocorrência, é a de inserir uma outra questão – *te parece fácil? Difícil?* – que leva a uma resposta diferente da pergunta feita anteriormente no outro Movimento. Dessa forma, as duas perguntas são postas em alternância no plano discursivo, uma vez que é dada ao interlocutor a possibilidade de responder a uma ou às duas questões. Esse tipo de ocorrência, porém, não pode ser confundido com as ocorrências de Coordenação de Atos Discursivos equipolentes quando estes apresentam ilocução interrogativa. Com o intuito de diferenciar a alternância de Movimentos e a Coordenação entre Atos Discursivos interrogativos, comparemos a ocorrência (12) com a ocorrência (13):

- (13) aí chegô(u) ali ele falô(u) assim – “*ah cês qué::(r)... ficá(r) c’a sua mãe né? **ou** cês qué(r) vim comigo né?*” –... aí a minha irmã mais... a de colo num falô(u) nada né? porque ela tinha que ficá(r) c’a minha mãe mesmo (Iboruna: AC-069)

Há, em (13), uma relação de equipolência entre Atos Discursivos com Ilocução interrogativa que, no Nível Morfossintático, é codificada por uma relação de coordenação entre duas Orações. Como se vê, os dois Atos Discursivos são opções oferecidas sobre um mesmo tópico – *a decisão de ficar com a mãe ou com o pai* –, de modo que, apesar

de serem duas interrogações, permitem uma única escolha. Já em (12), a pergunta introduzida por *ou* conduz a um assunto diferente do que é tratado na pergunta do Movimento anterior, uma vez que cada Movimento requer respostas de natureza distinta: para o primeiro Movimento, uma resposta possível seria *Não, elas não comentam*; já para o segundo Movimento, poderia ser *Me parece fácil*.

Como operador de Movimento, *ou* pode também marcar a inserção de exemplos a um tópico anteriormente apresentado no discurso, como se nota nos exemplos (14) e (15):

(14) Inf.: eu... tenho interesse de falá(r) sobre::... racismo né?... e as diferença né? que a gente vê que muitas vezes as pessoas/ aliás muitas vezes não SEMpre as pessoas... num enXERgam não num quê(r) enxergá(r)... **ou** *quando eu tô trabalhan(d)o ali no meio fala – “ah não:: que isso?” – né?... bem... vamo::(s) começá::(r)... nos banco né? os banco::* (Iboruna: AC-069)

(15) -> mas, acho que sim, está bem, mas um jogador sente sempre, não é, fazer uma falta a um gajo ou fazer uma falta a uma mulher é sempre, não se sente bem à vontade. **ou** *se está uma mulher à baliza, não é, a gente não vai mandar um bojardão sabendo que pode acertar na cabeça da mulher [...]* (PT95:Futebol)

Em (14), o falante comenta sobre a dificuldade de se identificar casos de racismo e, logo em seguida, inicia, por meio de *ou*, um novo Movimento que exemplifica como situações racistas não são levadas em consideração pelas pessoas com quem trabalha. Essa inserção de um novo Movimento com a função de exemplificação não se configura, no Nível Morfossintático, como um processo de coordenação, tendo em vista que a conjunção *ou* não conecta duas Orações. De igual modo, na ocorrência (15), que aborda a presença de times mistos em jogos de futebol, isto é, compostos por mulheres e homens, *ou* introduz um Movimento que exemplifica a sensação desconfortável de um homem ao cometer uma falta em uma mulher.

Ainda na camada do Movimento, o operador *ou* também pode assinalar o início de uma breve digressão, como se observa em (16):

- (16) -> e em segundo, se de facto, efectivamente, o governo, quando faz essas leis, tem mesmo na mente que também, hum, essas crianças que a gente tem, ao ficarem em casa só por dois meses, conseguem mesmo efectivamente ter o afecto próprio, hum, se é possível mesmo isso. em terceiro lugar, o aspecto que eu desejava de colocar é o seguinte: se não é possível, na mesma lei que está em discussão, quando pelo menos as senhoras tiverem, **ou** *no oitavo mês eu sei que há uma dispensa antecipada de alguns meses, conheço algumas partes do estatuto, um pouquinho. dá uns vinte dias ou o quê antes da pessoa requerer e não sei quê, para ver se pode descansar em casa.* **mas** sinceramente, se eu gasto esses dez dias, então quantos é que eu vou ficar com eles, para depois do parto recuperar um bocadinho o meu estado físico? (Moç97:Maternidade)

Nessa ocorrência, o falante interrompe o Movimento que vinha sendo desenvolvido e abre um parêntese no discurso para explicar o seu conhecimento sobre o estatuto referente às licenças-maternidade. Tal digressão é iniciada pelo operador *ou* e é encerrada pelo operador *mas*, que retoma o assunto anterior. Mais uma vez, as porções relacionadas por *ou* extrapolam os limites do Ato Discursivo, no Nível Interpessoal, e da Oração, no Nível Morfossintático, não sendo possível, portanto, afirmar que se trata do processo de Coordenação.

Como foi demonstrado, a atuação do operador *ou* na camada do Movimento não apresenta um valor disjuntivo, isto é, não coordena Orações nem oferece opções a um determinado assunto. Entretanto, o valor alternativo de *ou* ainda se aplica ao âmbito do discurso, levando em conta que se introduz um Movimento alternativo a um Movimento previamente discutido, seja na forma de novos tópicos discursivos, de exemplificações ou de digressões que interrompem brevemente um tópico anterior.

### 3. Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo abordar usos não prototípicos da conjunção alternativa *ou* que não se enquadram na definição de Coordenação proposta pelo modelo teórico da GDF, modelo adotado para esta investigação. Para tanto, buscou-se delimitar, em primeiro lugar, como se concebe o processo coordenativo, para, em segundo, trazer à luz os casos que escapam a essa noção. Desse modo, verificaram-se empregos não disjuntivos de *ou*, nos quais a conjunção marca estratégias interpessoais voltadas para a relação falante-ouvinte ou para a organização discursiva.

Um desses usos não disjuntivos é o caso em que *ou* atua como marcador de uma função retórica, a de Correção. Nessas ocorrências, *ou* introduz uma Oração cujo propósito é retificar ou reformular a informação veiculada pela Oração anterior. No Nível Interpessoal, essa relação se configura de modo que o Ato Discursivo Subsidiário, que desempenha a função retórica de Correção, visto que carrega uma informação mais específica ou esclarecedora, corrige o conteúdo do Ato Discursivo Nuclear, o que evidencia uma preocupação do falante com a manutenção da interação e com a forma como organiza seu discurso. Esse caráter retificador exibido por *ou* também pode ser verificado em construções encabeçadas por tal conjunção, como *ou melhor (dizendo)*.

Além desse uso, também se verifica a introdução de Movimentos pelo operador *ou*, que atua como um *push marker*, nos termos da GDF, por exercer a tarefa de inserir um novo Movimento como alternativa ao Movimento anterior. Mesmo que não exista uma relação de alternância prototípica, como nos casos disjuntivos, ainda é possível verificar que o valor alternativo de *ou* se mantém no plano discursivo, posto que esse novo Movimento pode realizar a abertura de um novo tópico ao discurso em andamento, bem como iniciar digressões e exemplificações.

Por fim, o estudo aqui desenvolvido indica que, dentro do que a tradição gramatical classifica como sendo relações de coordenação alternativa entre orações, não encontramos apenas casos de Coordenação – junção de orações independentes por meio da conjunção *ou* –, mas também fenômenos envolvendo o uso de *ou* com diferentes motivações pragmáticas. A análise e a explicação de tais casos requerem uma teoria linguística mais ampla, como a teoria da Gramática Discursivo-Funcional, que parte da intenção comunicativa do falante para explicar a codificação das formas linguísticas.

**Abstract:** This paper proposes an investigation of the alternative clausal coordination marked by *ou* under the theoretical framework of Functional Discourse Grammar (FDG), by Hengeveld and Mackenzie (2008). The analysis of spoken Portuguese data reveals that, besides marking the coordination between two clauses, the conjunction *ou* can also act in non-coordinative uses. Thus, our proposal is to demonstrate the rightful place of these non-disjunctive uses within the overall architecture of FDG. As a methodology, we use the FDG theoretical model to analyze real spoken Portuguese data extracted from the corpus *Português Oral (Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais)* and from the *Iboruna* database (*Amostra Censo*), in order to identify the level in which the non-disjunctive relation occurs and its function in the discourse context. As a result, we discovered that the non-disjunctive uses of *ou* are characterized by the assignment of interpersonal strategies focused on the speaker-addressee relationship or on the discourse organization. In the first case, *ou* acts as a marker of the rhetorical function Correction, clarifying a previously evoked information in the

discourse; in the second case, *ou* introduces new Moves that contribute to the communicative progress of the ongoing discourse.

**Keywords:** coordination; alternative clauses; conjunction *ou*; Functional Discourse Grammar.

## Referências Bibliográficas

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 38. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

CUNHA, C; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, (1985[2008]).

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

KROON, C. *Discourse Particles in Latin*. Amsterdã: Gieben, 1995.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

PEZATTI, E. G. Estruturas coordenadas alternativas. In: NEVES, M. H. M. (org). *Gramática do português falado*. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, v.7, 1999. p. 407-441.

PEZATTI, E. G.; LONGHIN, S. R. As construções coordenadas. In: NEVES, M. H. M; ILARI, R. (orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 13-68.

# GÊNERO CONTO E CONEXÃO DE ORAÇÕES: UMA ANÁLISE À LUZ DA SISTÊMICO-FUNCIONAL

## SHORT-STORIES AND SENTENCE CONNECTION: AN ANALYSIS FROM SYSTEMIC-FUNCTIONAL PERSPECTIVE

Thamara S. de Castro <sup>61</sup> (ColUni-UFF/UERJ)

Isadora de V. Picanço<sup>62</sup> (UERJ)

**Resumo:** O ensino de língua portuguesa, na educação básica, deve ser voltado para o desenvolvimento da competência discursiva dos sujeitos em diferentes contextos de práticas sociais. Por essa razão, estimular a reflexão sobre o potencial dos recursos linguísticos utilizados em textos é fundamental. Tendo em vista essa afirmação, o presente trabalho visa demonstrar como as escolhas das formas de conexão contribuem para a construção textual dos contos *O homem cuja orelha cresceu* e *O arquivo*. A fim de alinhar a prática pedagógica do trabalho com a língua à perspectiva funcional-reflexiva dos documentos reguladores, toma-se como base a Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY & MATHIESSEN, 2014). A cada etapa do gênero, identificaram-se os tipos de relações táticas e lógico-semânticas que a compunham, relacionando-as à função comunicativa das partes do enredo e à transformação do personagem ao longo do texto. Por meio da análise das narrativas, este trabalho pretende observar como as estruturas linguísticas de coesão textual influenciam na produção de sentido do texto literário, alinhando-se, assim, o ensino de estruturas linguísticas à prática da leitura de texto literário, o que possibilita não só uma reflexão linguística, como também o desenvolvimento do senso estético e a valorização da literatura (BNCC, 2018, p. 87).

**Palavras-chave:** Linguística Sistêmico-Funcional, conto, conexão, ensino.

### Introdução

Embora Geraldi (1984, 1997) já sugerisse uma abordagem mais produtiva no ensino de Língua Portuguesa, foi apenas com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN de agora em diante), divulgados em 1998 para todas as disciplinas escolares em contexto de entrada de sistemas de avaliação de larga escala (GERALDI, 2015), que houve uma reavaliação e revisão nas práticas de ensino da língua portuguesa, que sempre foram orientadas pela perspectiva gramatical, de efeito predominantemente normativo. A partir daí, assumiu-se a perspectiva mais crítica de ensino de língua materna: a leitura e a produção de textos como base para a formação do

---

<sup>61</sup> Professora EBTT do Colégio Universitário Geraldo Reis (ColUni-UFF); Doutora em Estudos de Língua pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Grupo Sistemas, Ambientes e Linguagem (SAL). Líder do Grupo de Pesquisa em Ensino de Língua e Literatura (GPELL).

<sup>62</sup> Professora da rede privada de ensino do Rio de Janeiro. Doutoranda em Estudos de Língua pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Estudante vinculada ao grupo de pesquisa Sistemas, Ambientes e Linguagens (SAL).

aluno. Considerando que a língua é um somatório de possibilidades condicionadas pelo uso e pela situação discursiva, somente o texto pode ser a unidade de ensino.

Esse documento norteou o ensino até, pelo menos, 2017, quando, em dezembro, foi homologada a Base Nacional Comum Curricular (doravante BNCC). Em um cenário de consultorias universitárias, de comitês de especialistas, de técnicos competentes e de sistemas de ensino (GERALDI, 2015), a BNCC surge como um documento de caráter normativo que define as aprendizagens essenciais que todo aluno – de escolas públicas e particulares de um país de dimensões continentais, com desigualdades social e regional – deve assimilar. Em linhas gerais, esse documento regula uma educação voltada para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, que são extremamente importantes para o convívio social.

No que diz respeito à área de linguagens, Geraldi (2015) afirma que a BNCC mantém coerência com os PCN, de que é uma extensão. Com o avanço dos estudos de linguagens entre os anos que separam os dois documentos, a BNCC traz novos conceitos e direcionamentos ao ensino da língua, mas, para Geraldi (2015), há “uma manutenção das concepções de linguagem e de subjetividade já assumidas em meados da década de 1990 pelos PCN” (GERALDI, 2015, p. 392). Em outras palavras, a concepção de linguagem como forma de ação e de interação no mundo ainda prevalece de modo que, por meio dela, o aluno deve se tornar competente discursivamente para agir em qualquer prática social.

O princípio metodológico uso-reflexão-uso dos PCN, nesse sentido, foi incorporado pela BNCC. Isso reforça, mais uma vez, que o texto não pode ser tratado como pretexto, o que é um problema do ensino pela inconsistência teórico-metodológica. Ivo Rosário (informação verbal)<sup>63</sup> admite que esse é um ponto positivo no documento, mas considera que a BNCC ainda é problemática em relação ao funcionalismo. A partir da análise da abordagem feita com a conexão de orações, Rosário percebeu que a integração oracional não é eficiente, principalmente porque não há orientação metodológica clara e esclarecedora para o trabalho com os temas. Para o pesquisador, essa abordagem não auxilia o docente e parece não abarcar o fruto das pesquisas mais recentes.

Tendo essa problemática como motivação, este trabalho parte do princípio de que estimular a reflexão sobre o potencial dos recursos linguísticos utilizados em textos é

---

<sup>63</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lpGyU2tXQE>. Acesso em 12 dez 2021.

fundamental. A fim de estabelecer relação entre a prática pedagógica e a perspectiva funcional-reflexiva no trabalho com a língua dos documentos reguladores, toma-se como base a Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY & MATHIESSEN, 2014), referencial teórico funcionalista em que “a consideração do sistêmico implica a consideração de escolhas entre os termos do paradigma, sob a ideia de que escolha produz significado.” (Neves, 1997, p.60). Com esse aporte, o presente trabalho busca contribuir para o tratamento dado às orações na educação básica, demonstrando como as escolhas das formas de conexão contribuem para a construção textual.

Para cumprir o objetivo, busca-se alinhar o ensino de estruturas linguísticas à prática da leitura de texto literário, o que possibilita não só uma reflexão linguística, mas também o desenvolvimento do senso estético e a valorização da literatura (BNCC, 2018). Assim, serão analisados os contos fantásticos *O homem cuja orelha cresceu* e *O arquivo* a fim de analisar como as estruturas linguísticas de coesão textual influenciam na produção de sentido do texto literário, uma vez que contribuem para o desenrolar das etapas que constroem seu enredo. Sendo a capacidade de narrar é um aspecto imanente dos seres humanos (PINNA, 2006), é necessário identificar os tipos de relações táticas e lógico-semânticas que compõem cada etapa do gênero, relacionando-as à função comunicativa das partes do texto.

O presente trabalho é, portanto, organizado da seguinte forma: a seção 1 sintetiza a Linguística Sistêmico-Funcional e seus conceitos básicos, assim como trata do complexo oracional e da perspectiva de Martin (2000) e Rose (2010) sobre gênero; na seção 2, trata-se do gênero textual conto fantástico; a seção 3 explora os resultados encontrados na análise, e a seção 4, por fim, apresenta as considerações finais.

## **1. A Linguística Sistêmico-Funcional e seus aspectos**

De bases eminentemente funcionalistas dos estudos da língua, a Linguística Sistêmico-Funcional é uma teoria geral do funcionamento da linguagem humana fundamentada pelo linguista britânico Michael Alexander Kirkwood Halliday com base na gramática da língua inglesa. Nela, valoriza-se o papel da linguagem na vida humana, pois se considera que a linguagem evolui, a todo tempo, para satisfazer as necessidades dos indivíduos. Ao compreender que a forma como é organizada depende dessas

demandas, é uma teoria funcional por ser idealizada a partir de uma abordagem descritiva baseada no uso linguístico (GOUVEIA, 2009).

Concebendo, portanto, a linguagem estritamente dependente de seu uso, Halliday (1994) assimila uma língua como uma extensão indefinida, inesgotável. Em sua perspectiva, ela varia em função de e em relação aos grupos de falantes em diferentes contextos de uso. Logo, a parte estrutural de sua gramática não se dá de maneira arbitrária: está sujeita às redes de escolhas disponíveis em um sistema linguístico aos seus respectivos falantes. Fundamentando relações paradigmáticas como o princípio organizador básico da teoria e da descrição, Halliday (1994) considera que todo texto se desdobra em algum contexto de uso e que tudo nele pode ser explicado por referência a como a linguagem é usada.

O uso da língua, nesse sentido, está ligado a fatores extralinguísticos, isto é, é motivado pelas variáveis contextuais em que todo texto é produzido. As escolhas linguísticas feitas dependem do lugar social e do propósito de quem o produz, o que deixa claro que cada texto tem um propósito comunicativo específico, diretamente relacionado ao contexto de produção, de consumo e de circulação. Nesse sentido, o texto é produto de seu entorno, construído a partir do conjunto das circunstâncias.

Na abordagem da teoria, o texto estabelece uma inter-relação com dois tipos de contexto: o de cultura e o de situação. O contexto de cultura diz respeito às práticas institucionalizadas de diferentes grupos sociais e culturais, relacionando-se, assim, ao ambiente sociocultural mais amplo, incluindo ideologia, convenções sociais, práticas, valores, crenças e instituições (FUZER & CABRAL, 2014). Já o contexto de situação, englobado pelo primeiro, refere-se ao momento em que está inserido o texto, ou seja, o ambiente imediato no qual o texto está de fato funcionando.

Dessa forma, os significados que os falantes querem “fazer” ou transmitir, a partir do contexto em que a interação está inserida, ajudam a configurar os recursos linguísticos.

Ou seja, a relação entre a língua e os seus contextos de uso, ou dito de outra forma, a relação entre um texto e o seu contexto, é de tal forma motivada que, a partir de um contexto, será possível prever os significados que serão ativados e as características linguísticas potenciais mais previsíveis para as codificar em texto. Da mesma forma, dado um texto, será possível deduzir o contexto em que o mesmo foi produzido, porquanto as características linguísticas seleccionadas num texto codificarão dimensões contextuais, tanto do contexto de produção imediato, situacional – quem diz o quê, a quem, por

exemplo – como do contexto mais geral, cultural – que tarefa está o texto a desempenhar na cultura. (GOUVEIA, 2009, p. 25-26)

Definindo-se as noções de contextos de situação e de cultura e a relação desses com as escolhas léxico-gramaticais, é necessário apresentar a visão da sistêmico-funcional acerca da conexão de orações, o que foi denominado *complexo oracional*.

### 1.1. O complexo oracional hallidayano

Ao aplicar a Gramática Sistêmico-Funcional da língua inglesa para a língua portuguesa, pode-se afirmar que Halliday e Matthiessen (2004) chamam de *complexo oracional* o que, na Nomenclatura Gramatical Brasileira, denomina-se *período composto*. Essa correspondência, no entanto, não deve ser feita como uma transferência direta: diferentemente da tradição gramatical, a LSF compreende que o complexo oracional é uma ferramenta da criação de textos.

Para os sistemicistas, as orações estão à disposição do usuário da língua, como qualquer outro elemento linguístico. Na construção de textos, as orações estabelecem uma relação de interdependência, já que, de acordo com o aspecto semântico, as orações formam um todo sequencial significativo, isto é, as orações são uma unidade de sentido completo. Nesse sentido, as orações ligam-se umas às outras, construindo relações lógico-semânticas, representadas por segmentos linguísticos presentes em mensagens textualmente relacionadas (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, p. 428).

Segundo os autores,

Semanticamente, o efeito de se combinarem orações em um complexo oracional é de uma integração mais estreita no significado: as sequências que são realizadas gramaticalmente em um complexo oracional são construídas como subsequências dentro de uma sequência total de eventos que formam todo um episódio (...). (Idem, p. 430) [tradução livre]<sup>64</sup>

A construção do complexo oracional é, de acordo com Halliday e Mathiessen (2004), uma escolha – noção que respalda toda a teoria – significativa entre as possibilidades da língua. Em outras palavras, as orações são construídas de acordo com o peso que o falante quer dar a alguma informação, que pode ser transmitida por uma oração simples ou pela união de duas orações em um *nexo oracional*<sup>65</sup>.

---

<sup>64</sup> Texto original: Semantically, the effect of combining clauses into a clause complex is one of *tighter integration in meaning*; the sequences that are realized grammatically in a clause complex are construed as being subsequences of events that make up a whole episode (...). [grifo do autor]

<sup>65</sup> Par de orações relacionadas por interdependência (HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, p. 441).

Na criação de um texto, nós escolhemos entre aumentar uma oração ‘internamente’ por meio de um elemento circunstancial e aumentar ‘externamente’ por meio de outra oração em um complexo. A decisão depende de vários fatores; mas a consideração básica tem a ver com o ‘peso’ semiótico textual, interpessoal e experiencial que é atribuído à unidade: quanto mais peso tiver, mais provavelmente será construída como uma oração interdependente em um complexo oracional mais do que como um sintagma circunstancial (ou grupo adverbial) aumentando uma oração. (Idem, p. 434) [tradução livre]<sup>66</sup>

Como resultado da escolha por codificação do complexo oracional, tem-se um efeito de integração de maior significado em decorrência da combinação feita. Para Halliday & Matthiessen (2004), o que ocorre é a transformação de elementos circunstanciais em orações. Essa transformação pode ocorrer de duas formas: por *projeção* ou *expansão*.

Tabela 1: Projeção e expansão manifestadas na oração e no complexo oracional

	Oração		Complexo oracional
	Tipo de processo	Tipo de circunstância	Tipo lógico-semântico
Projeção	Verbal: ele diz	[ângulo]: de acordo com ele (é suficiente)	Citação: ele diz “é suficiente”
	Mental: ele pensa	[ângulo]: para ele (está muito quente)	Ideia reportada: ele pensa que está muito quente
Expansão	[relacional: intensivo]: ela era a líder	[papel]: como líder	[elaboração]: sendo líder
	[relacional: possessivo]: ele tem um cachorro; ele tem um sorriso simpático	[companhia]: com um cachorro; com um sorriso simpático	[extensão]: ele caminhou ao mercado e o cachorro também; ele se dirigiu a ela, sorrindo simpaticamente
	[relacional: circunstancial]: jantar seguido de celebração	[localização, extensão, causa, maneira, etc.]: depois da celebração	[intensificação]: eles jantaram depois celebraram

(Adaptado de HALLIDAY & MATTHIESSEN, 2004, p. 433)

Com base na tabela, as relações lógico-semânticas de *projeção* relacionam-se aos processos de *dizer* e *pensar*, enquanto as de *expansão*, aos processos *relacionais*

<sup>66</sup> Texto original: In the creation of text, we choose between augmenting a clause “internally” by means of a circumstantial element and augmenting it “externally” by means of another clause in a complex. The decision depends on many factors; but the basic consideration has to do with how much textual, interpersonal and experiential semiotic ‘weight’ is to be assigned to the unit: the more weight it has, the more likely is to be constructed as an interdependent clause in a clause complex rather than as a circumstantial phrase (or adverbial group) augmenting a clause.

(intensivos, possessivos ou circunstanciais). Essas relações poderão ser conectadas por graus de interdependência, ou *Táxis*, formando os dois principais sistemas da metafunção lógica.

A respeito das relações táticas, Halliday e Matthiessen (2004, p. 438) consideram *parataxe* quando duas orações interdependentes têm o mesmo *status*, sendo potencialmente independentes uma da outra, ou seja, constituindo uma proposição por si só. Os autores apresentam as seguintes características para orações paratáticas: (a) podem ser “marcadas” por *tag questions*; (b) podem selecionar modos verbais diferentes; (c) podem ter versões correspondentes em sequências coesivas, sendo separadas por longa pausa (ponto).

Já as orações ligadas por *hipotaxe* são tratadas com *status* desigual, pois somente uma (*dominante*) poderia funcionar por si só, podendo ser “marcada” ou ter seu modo verbal modificado. Não há versão coesiva correspondente, e a oração *dependente* pode ser colocada tanto antes como depois da oração dominante. A escolha é determinada por considerações textuais e contextuais.

As relações de *táxis* podem expressar dois tipos de relações lógico-semânticas: *expansão* e *projeção*, como mencionado anteriormente. A relação de *expansão* representa o relato de fenômenos ligados à ordem da experiência e ocorre quando a segunda oração expande a primeira, *elaborando-a*, *estendendo-a* ou *realçando-a/intensificando-a*. Já a relação de *projeção* não corresponde a uma representação direta do mundo real, mas uma representação da experiência linguística: a segunda oração é projetada pela primeira, que a instancia como *locução* ou *ideia*. Assim, o conjunto básico de nexos oracionais possíveis é definido pelo entrecruzamento das relações táticas e lógico-semânticas.

Neste trabalho, explorar-se-á a *expansão* e suas categorias, uma vez que se tem como interesse tratar da expansão da sequência textual linear, relacionando as representações léxico-gramaticais aos contextos de situação e de cultura. Assim, é necessário tratar dos três tipos de relação de expansão: *elaboração*, *extensão* e *realce/intensificação*.

Na *elaboração*, uma oração expande a outra, reafirmando-a em outras palavras, especificando-a em maiores detalhes, comentando-a ou exemplificando-a, não trazendo, assim, nenhuma informação nova. Ao contrário, na *extensão*, uma oração expande o escopo semântico da outra, adicionando algum elemento novo, apresentando alguma exceção ou oferecendo uma alternativa a ela. Por fim, no *realce/* na *intensificação*, uma

oração expande a outra “embelezando” seu entorno, qualificando-a com algum elemento circunstancial de tempo, causa, condição (Idem, p. 444).

É importante destacar que é possível fazer alguma relação entre o que a GSF propõe e o que a gramática tradicional (GT) prescreve. Entretanto, mais do que uma nomenclatura, é fundamental observar o tratamento semântico que a sistêmico-funcional atribui às estruturas linguísticas que constituem o complexo oracional. Acredita-se que, com esse tipo de abordagem, associando as escolhas léxico-gramaticais aos propósitos comunicativos do gênero, o trabalho com o período composto na Escola Básica se tornará mais profícuo e menos metalinguístico.

### *1.2 A perspectiva de Martin (2000) e Rose (2010) sobre gênero*

Na perspectiva de Martin (2000), com base na Linguística Funcional, os gêneros se desenvolvem no contexto de cultura, ou seja, estão diretamente ligados ao potencial cultural de uma comunidade e às práticas institucionalizadas em grupos sociais. Em outras palavras, as demandas do contexto de cultura, em que se realizam os gêneros, influenciarão as escolhas a serem feitas nas variáveis campo, relações e modo, que formam o contexto de situação.

Conforme Rose (2010),

*Genre is modelled by Sydney School at the stratum of culture, beyond register, as a configuration of field, tenor and mode patterns. In this model, 'situation' and 'culture' are reconstrued as social semiotic strata – register and genre. Following Hjelmslev, language is thus a denotative semiotic realizing social context, and social context is a connotative semiotic realized through language (...).<sup>67</sup> (ROSE, 2010, p. 2)*

Entende-se, então, que “o contexto de cultura é o pano de fundo no qual a situação está inserida, disponibilizando um potencial semiótico de realização” (VIAN Jr. & LIMA-LOPES, 2005, p. 35). Martin e Rose (2008) compreendem que, nesse contexto, os membros de uma cultura interagem entre si para que os gêneros se realizem, enquanto estes “são guiados por objetivos porque foram desenvolvidos a fim de fazer algo

---

<sup>67</sup> Gênero é modelado pela Escola de Sydney no estrato de cultura, acima do registro, como uma configuração dos padrões de campo, relações e modo. Neste modelo, “situação” e “cultura” são reconstruídos como estratos sociossemióticos – registro e gênero. Seguindo Hjelmslev (1961), língua é então um semiótico denotativo que realiza o contexto social, e o contexto social é um semiótico conotativo realizado pela língua (...). (ROSE, 2010, p. 2) [tradução livre]

acontecer; e são graduais porque normalmente os participantes precisam dar mais de um passo para alcançar seus objetivos” (MARTIN, CHRISTIE; ROTHERY, 1987, p. 59 *apud* BAWARSHI; REIFF, 2013, p. 50).

Sob uma perspectiva semântica com padrões de significado, o linguista Martin, em sua palestra inaugural na Universidade de Sydney (2000), caracteriza gênero como um processo social em etapas, orientado para atingir um objetivo específico. Trata-se de um processo social, pois se utiliza o gênero para a interação em sociedade; em etapas, uma vez que é necessária mais de uma fase de significado para se entender um gênero; e orientado por um objetivo, porque suas fases se desenvolvem para o alcance de um determinado fim (MARTIN, 2000, p. 53).

Vian Júnior e Lima-Lopes (2005), à vista disso, consideram essa forma de análise como teleológica:

A perspectiva teleológica sobre gênero define-o como um sistema estruturado em partes, com meios específicos para fins específicos. Tendo em vista que a teleologia “considera o mundo como um sistema de relações entre meios e fins”, os estágios nos quais um texto se estrutura levam o usuário a um ponto de conclusão, podendo ser considerado como incompleto pelo falante/ouvinte caso essa conclusão não seja atingida (MARTIN, *apud* VIAN Jr & LIMA-LOPES, 2005, p. 29).

Tendo o propósito comunicativo como foco para o desenvolvimento da análise de gêneros e o registro funcionando como uma instanciação do gênero, Martin (2000) defende o caráter mutável das fases que compõem um gênero devido às demandas culturais em que a troca de mensagem acontece. O gênero, então, é flexível, visto que se adapta às diferenças advindas das práticas sociais nas quais ocorreu. Essa perspectiva alinha as teorias de gênero e registro, pois defende-se que as motivações contextuais conduzem às diferenças entre os gêneros. Assim,

(...) os textos variam não só de acordo com o contexto imediato de produção, levando a diferentes escolhas léxico-gramaticais mapeadas nas variáveis de registro, como também em termos de sua organização em estágios; cada objetivo social leva a diferentes configurações contextuais. (VIAN Jr. & LIMA-LOPES, 2005, p. 37)

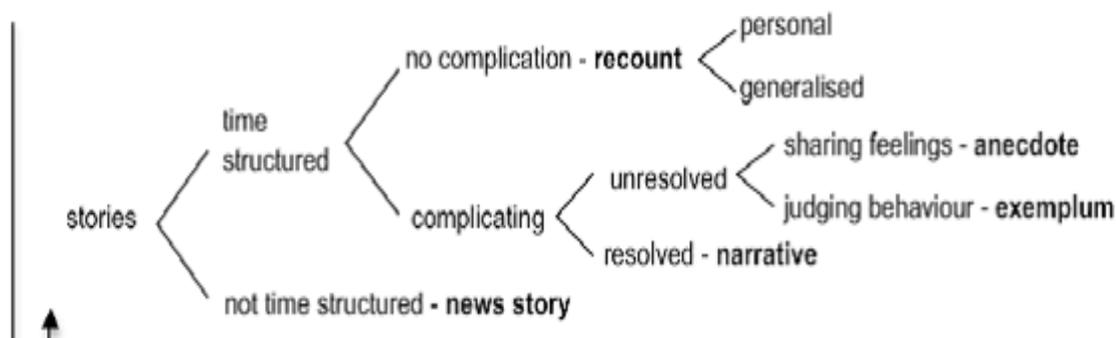
Segundo os autores, a metodologia proposta por Martin (2000) é composta de três etapas: a) descrição detalhada das funções e estruturas da língua, relacionando-as às dimensões contextuais de registro, à organização semântica e gramatical da língua; b) detalhamento dos estágios e das características de cada gênero; e c) reconhecimento de

que as diferenças textuais refletem ideologias, dimensão contextual mais abstrata do modelo de estratificação linguística (VIAN Jr & LIMA-LOPES, 2005, p. 38).

David Rose (2010), no artigo intitulado *Genre in the Sydney School*, compartilha das ideias de Martin sobre análise de gêneros e apresenta-os agrupados por família de acordo com os propósitos sociais mais gerais e com etapas semelhantes. Tem-se, então, as seguintes categorias gerais de classificação dos gêneros escolas ou acadêmicos: *estórias, informativos, procedimentais e avaliativos*.

Considerando que, neste trabalho, tem-se como foco o gênero conto fantástico, serão analisadas, abaixo, as etapas que formam textos exemplares do primeiro grupo, cujo propósito é envolver entreter o público-leitor (ROSE, 2010, p. 3).

Figura 1: Gêneros educacionais comuns



(Fonte: ROSE, 2010, p. 4 - adaptado)

Com base na observação da Figura 1, o gênero conto é classificado da seguinte maneira: tem estruturação de tempo (*time structured*); com complicação (*complicating*); com resolução (*resolved*), sendo, então, uma narrativa. Para Rose (2010), as narrativas são constituídas das etapas: orientação, complicação, avaliação e resolução. Na introdução, o leitor é orientado quanto ao contexto em que se passa a história, obtendo informações sobre personagens, tempo, lugar e situações; no desenvolvimento, estão presentes as etapas de complicação – a qual deve ser solucionada enquanto perpassa a narrativa – e avaliação, pois é momento em que a história se desenvolve com maior tensão; na conclusão, resolve-se o conflito, isto é, tem-se o desfecho da história.

De maneira geral, as etapas propostas por Rose (2010) sobre as narrativas coincidem com a constituição do gênero conto fantástico (PINNA, 2006), como será mencionado na próxima seção.

## 2. O gênero textual conto fantástico

O conto “é a designação da forma narrativa de menor extensão” (SOARES, 2007, p. 54). Apesar de ser constituído pelos mesmos componentes de romances e novelas, o gênero conto apresenta uma narrativa mais curta que os demais gêneros e tem a brevidade como característica principal. Nele, eliminam-se análises detalhadas sobre as personagens, delimitam-se o tempo e o espaço, e seu enredo concentra-se, geralmente, em torno de um conflito gerador.

Como uma narrativa, o conto é constituído por cinco elementos fundamentais, “sem os quais não pode existir” (PINNA, 2006, p. 138): o enredo, o conjunto de acontecimentos que se sucedem de modo ordenado história; as personagens, que vivem esses acontecimentos em tempo, organizador dos fatos em uma sequência passiva de entendimento, e espaço, o lugar onde se passa a ação, definidos; e o narrador, responsável pela mediação entre a história e o ouvinte/leitor/espectador (PINNA, 2006).

Considerando os objetivos deste trabalho, aspectos estruturais do enredo serão mais detalhados, uma vez que é nele que se apresentam as etapas que constroem o gênero. O enredo, conforme Pinna (2006), pode ser dividido em três partes principais: introdução, desenvolvimento e conclusão, correspondentes ao início, meio e fim da história narrada. Essas partes dependem, diretamente, do conflito, componente gerador da tensão, mas têm seus propósitos específicos na estruturação do texto, o que dialoga com Martin (2000) e Rose (2010).

A introdução é a parte do enredo em que se situa o leitor, apresentando-se as personagens, os acontecimentos iniciais, o tempo e o espaço. No desenvolvimento, parte mais longa do enredo, há o conflito e seu desdobramento em direção a uma resolução. Na conclusão, revela-se a essência da obra, resolvendo-se o conflito; fazem parte dessa etapa o clímax, momento de maior tensão da narrativa, e o desfecho, em que há a resolução do conflito e o destino das personagens.

Além dessas características estruturais dos contos de maneira geral, é importante tratar de alguns aspectos que os definem como fantásticos. A narrativa fantástica “se caracteriza pela intromissão brutal do mistério no quadro da vida real” (CASTEX, 1962, p. 8). Nessa intromissão, o elemento fantástico, que foge à lógica da realidade, envolve personagens e leitores em um universo ficcional real no qual surgem inesperadamente o inexplicável, o que gera a sensação de estranhamento, incômodo.

Nessa perspectiva, Todorov (1981) caracteriza como fantástica a narrativa que se passa no mundo “real”, mas que tem em seu enredo algo impossível de acontecer. Quando não há uma explicação possível, tem-se, para o autor, duas possibilidades para compreensão de tal acontecimento: ou ele faz parte da imaginação ou integra a realidade, que é regida por leis ignoradas. É justamente essa incerteza que leva o leitor à hesitação, condição fundamental para a existência do fantástico. A hesitação, portanto, conduz o leitor a avaliar o mundo das personagens, procurando uma explicação natural ou sobrenatural. Dessa forma, o leitor descarta as interpretações alegóricas e poéticas, espelhando-se nas vivências das personagens.

Partindo dessa breve apresentação do gênero conto fantástico, pretende-se analisá-lo segundo a perspectiva de autores da LSF (Martin, 2000 e Rose, 2010), aliando seus propósitos comunicativos e suas etapas de construção à construção do complexo oracional e à produção de significados no texto.

### 3. Resultados

Nesta seção, são apresentados os resultados das análises das escolhas léxico-gramaticais que produzem, nos contos selecionados, produção de sentido no texto literário, uma vez que se compreende que estão relacionadas à construção do enredo e aos propósitos comunicativos do gênero. A apresentação da análise dos tipos de relações táticas e lógico-semânticas se organiza da seguinte maneira: em primeiro lugar, serão apresentados um breve resumo e o resultado do conto *O homem cuja orelha cresceu*, assim como do conto *O arquivo*.

#### 3.1 Análise do conto *O homem cuja orelha cresceu*

Narrado na 3ª pessoa do discurso, o conto *O homem cuja orelha cresceu*, de Ignácio de Loyola Brandão, trata da história de um protagonista cuja orelha cresce contínua e assustadoramente. Por meio descontrolado, ininterrupto e veloz crescimento do corpo, a narrativa provoca a percepção de preocupação do protagonista com a possível rejeição da sociedade, uma vez que, em meio à coletividade, costuma-se buscar a semelhança e não a diferença. No entanto, as ações descritas pelo narrador demonstram como a sociedade procurou fazer com que o inusitado e desgovernado se alinhasse às necessidades, ou seja, precisasse “servir para alguma coisa”, fosse útil.

Desse modo, o enredo consiste, de acordo com Khalil (2008), em expor a problemática do mesmo, do igual em contraposição ao diferente, ao que foge de uma

norma estabelecida. Para a autora, as diferenças corporais configuram-se, no conto e na sociedade, como deformações, monstruosidades: o que foge à regra deve imediatamente realinhar-se a ela ou ser exterminado, como se sugere no final do conto por um menino.

Com a breve exposição do enredo, o que se pode afirmar é que o texto de Brandão (1993) é um conto fantástico, porque apresenta um enredo com elementos que fogem à lógica da realidade. O fato de as orelhas do homem crescerem, serem cortadas por açougueiros e continuarem crescendo são exemplos de acontecimentos estranhos, que não são explicados pela narrativa, sendo, portanto, fantásticos. Em paralelo, há um ambiente real, uma cidade, um escritório, dentre outros, ou seja, apesar dos acontecimentos estranhos, temos ainda uma noção de realidade, conforme se afirma no texto.

Apresentado o breve resumo, será feita, agora, uma análise sobre as escolhas linguísticas e as etapas do conto. Como afirmado, a introdução é a parte do enredo em que se situa o leitor. Na etapa de apresentação do conto de Brandão (1993), há uma sequência de orações justapostas para descrever o personagem principal, como se pode observar no seguinte fragmento:

1. Escriturário de uma firma de tecidos, solteiro, 35 anos, ganhava pouco, reforçava com extras.

Essa predominância de justapostas se cofirma também, na complicação, quando o protagonista é surpreendido por uma situação insólita: o crescimento de sua orelha. Isso pode ser constatado pelos seguinte períodos:

2. Apavorado, passou a mão. Deviam ter uns dez centímetros. Eram moles, como de cachorro. Correu ao banheiro. As orelhas estavam na altura do ombro e continuavam crescendo. Ficou só olhando. Elas cresciam, chegavam à cintura

A preferência pelo uso da extensão paratática<sup>68</sup> parece uma constante até aqui. Na etapa de apresentação, as orações aparecem para acrescentar informações acerca do personagem que está sendo descrito. Na complicação, quando o personagem percebe que a orelha está crescendo e não sabe o que fazer, há, mais uma vez, a recorrência de conexões de extensão paratática sem conectivos explícitos, como em 3 e 4 Isso, exposto

---

<sup>68</sup> Comparativamente, a extensão paratática se assemelha à coordenação na gramática tradicional.

abaixo, sugere a indicação do ritmo acelerado do crescimento da orelha, bem como o desespero do personagem ao se ver naquela situação:

3. Elas cresciam, chegavam à cintura.
4. Procurou uma tesoura, ia cortar a orelha, não importava que doesse.

É possível, também, perceber que, além dessa recorrência inicial, há o uso da conjunção “e”, o que parece começar a desenhar um novo padrão quanto à estrutura linguística:

5. As orelhas estavam na altura do ombro e continuavam crescendo

Durante o desenvolvimento do enredo, parte mais longa da narrativa, aparecem algumas estruturas intensificadoras temporais para marcarem o passar do tempo na história à proporção em que as orelhas vão crescendo, como apontado nos seguintes períodos:

6. Quando chegou na pensão, a orelha saía pela perna da calça.
7. Ao acordar, viu aos pés da cama o monte de uns trinta centímetros de altura.

Apesar de o elemento tempo não ser muito delimitado no conto, o uso de estruturas intensificadoras temporais juntamente com as de extensão paratática é fundamental também para construir o clímax do conto. Por meio delas, o narrador passa a relatar a passagem do tempo, o crescimento incessante das orelhas e a imobilidade do protagonista imerso nessa situação até que as orelhas saem para o quintal e invadem a rua, sendo expostas para a sociedade.

O uso dessas estruturas pode ser explorado também no fragmento 8:

8. E quando todos tinham levado carne para aquele dia e para os outros, começaram a estocar. Encheram silos, frigoríficos, geladeiras. Quando não havia mais onde estocar a carne de orelha, chamaram outras cidades. Vieram novos açougueiros. E a orelha crescia, era cortada e crescia, e os açougueiros trabalhavam.

No trecho acima, as intensificadoras hipotáticas<sup>69</sup> temporais comportam informações qualificadoras, que, no caso de uma narrativa, são essenciais para a marcação do tempo. Além disso, elas ainda apontam para uma nova decisão tomada pela população. Já a repetição do conectivo “e” no trecho selecionado, introduzindo orações de extensão paratática, indica que as ações são praticamente simultâneas, o que sugere ao leitor, novamente, o desespero em que o personagem se encontra.

Por fim, no desfecho, etapa do conto em que há a resolução do conflito e o destino das personagens, um menino, que olhava a rua repleta de carne, sugere matar o dono da orelha:

9. “E quando não havia solução, um menino, diante da rua cheia de carne de orelha, (ø) disse a um policial: ‘Por que o senhor não mata o dono da orelha?’”

Mais uma vez, o uso da oração temporal indica que a história tomará um novo rumo e, dessa vez, derradeiro, uma vez que é sugerido que se mate o dono da orelha. Chega-se ao fim da história juntamente com o possível fim da personagem e o fim do desespero, pelo menos, da população. O desfecho, por sua vez, abre uma lacuna não só para que o leitor imagine como foi definida a vida do personagem, mas também para uma reflexão sobre a voz da criança representar a voz reprimida dos adultos.

### 3.2 Análise do conto *O arquivo*

Narrado também na 3ª pessoa do discurso, o conto *O arquivo*, de Victor Giudice, conta a história de João, um funcionário exemplar que, em seu primeiro ano de trabalho em uma empresa, recebe uma redução de quinze por cento no salário como recompensa. Por sua assiduidade, esforço e pontualidade, o homem teve outros prêmios com a passagem do tempo até completar 40 anos de convívio na empresa. Nesse processo, o personagem principal passa por uma modificação física associada às condições trabalhistas que lhe são impostas: ele se transformou em um arquivo de metal, uma parte da empresa.

Os subsequentes rebaixamentos de cargo e reduções de salários provocam, conforme Scoville (2004), sucessivas mudanças de moradias: à medida em que seu salário

---

<sup>69</sup> A intensificação hipotática seria relacionada à subordinação adverbial na gramática tradicional.

diminui, João vai se mudando para lugares cada vez mais distantes do local de trabalho, como uma coisa sendo mudada para lá e para cá. Não se pode deixar de destacar, nesse sentido, que o protagonista do conto é desprovido até da letra maiúscula no início do seu nome, isto é, o seu nome é um substantivo comum. Em decorrência de sua passividade, a letra minúscula enfatiza sua personalidade também minúscula.

A desumanização de João, conforme Scoville (2004), não se dá apenas no momento final em que se transforma em um arquivo de metal, mas também no decorrer de toda sua vida solitária em que se manteve distante de estabelecer relações afetivas com outras pessoas, apenas profissionais (SCOVILLE, 2004). À vista disso, o conto *O arquivo* é considerado fantástico porque apresenta um enredo com elementos que fogem à lógica da realidade, sem transportar seus leitores para um mundo diferente do real. No mundo de João, personagem, não há monstros, fantasmas ou dragões, mas há neles elementos que parecem ser do próprio mundo humano: empregado, patrão, empresa são reconhecíveis em nosso cotidiano. No entanto, apesar dessa noção de realidade, há o insólito, o irreal: a sobrenatural transformação do homem em um arquivo de metal materializa a desumanização do personagem.

Em todo o desenvolvimento do enredo do conto, há a predominância de orações absolutas, ou seja, são poucos os complexos oracionais. Por isso, vale ressaltar a sua importância nas etapas que constituem o gênero.

Na apresentação, há somente um período composto:

10. Não se mostrou orgulhoso, embora tenha sido um dos poucos contemplados.

O trecho se refere a um corte salarial de 15%. Assim, a ironia é construída por meio de uma hipotática intensificadora concessiva, o que quebra a expectativa do leitor, pois se apresenta um narrador que não é cúmplice de seu personagem. Isso vai permanecer durante todo o percurso textual, como pode-se perceber na etapa de desenvolvimento.

11. Acordava mais cedo, e isto parecia aumentar-lhe a disposição.

No trecho 11, há o uso de extensão paratática para acrescentar informações novas. Novamente, destaca-se a ironia contida na segunda oração. O tom irônico predominante no conto aponta para uma crítica às relações trabalhistas, e, com o desenrolar da trama, percebe-se como a retirada de direitos afeta diretamente a vida pessoal dos trabalhadores.

Como Halliday e Matthiessen (2004, p.384) mencionam, “a parataxe é a ligação de elementos de mesmo status”, já a “hipotaxe é a conexão de elementos de status desigual” [traduções livres]<sup>70</sup>. Então, comparando-se as estruturas utilizadas em 10 e 11, pode-se destacar que, uma vez que a ironia é concretizada por meio de diferentes eixos táticos – hipotaxe, em 10 e parataxe, em 11 –, há um aumento de tensão na narrativa, pois a escolha pela parataxe implica elevar as orações do complexo ao mesmo status informacional. Esse aumento de tensão ocorre justamente na etapa de desenvolvimento da complicação do enredo da narrativa, indicando que o abuso sofrido pelo trabalhador tende a aumentar.

Essa relação abusiva entre empregador e empregado chega ao limite no clímax:

12. A boca tremeu, mas nada disse.

O personagem tenta fazer uma reclamação, porém já não o consegue. Mais uma vez quebra-se a expectativa do leitor (nesse momento com uma extensão paratática), pois até o fim ainda se espera que o personagem principal reagirá àquela situação, o que não acontece. A escolha por uma paratática extensiva de variação (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 407) indica, nesse caso, uma total substituição ao conteúdo apresentado na primeira oração. Como afirmam os autores, “as orações relacionadas dessa forma [variação substitutiva] frequentemente diferem em valor de polaridade, sendo uma ‘positiva’ e a outra, ‘negativa’” [tradução livre]<sup>71</sup>. Ou seja, na etapa de avaliação da narrativa (Rose, 2010), demonstra-se que o personagem principal está fadado a permanecer submisso àquele ambiente trabalhista.

Por fim, no desfecho, não há estruturas em complexo oracional, pois a intenção é marcar a forma gradativa como o personagem tornou-se um arquivo de metal, demonstrando o ritmo lento da transformação durante os anos que passou trabalhando na empresa.

13. João afastou-se. O lábio murcho se estendeu. A pele enrijeceu, tornou-se lisa. A estatura regrediu. A cabeça se fundiu ao corpo. As formas desumanizaram-se, planas, compactas. Nos lados, havia duas arestas. Ficou cinzento.

---

<sup>70</sup> “Parataxis is the linking of elements of equal status (...). Hypotaxis is the binding of elements of unequal status (...).”

<sup>71</sup> “The clauses related in this way [variation replacive] often differ in polarity value, one being ‘positive’ and the other ‘negative’.”

joão transformou-se num arquivo de metal.

Conforme Halliday e Matthiessen (2004, p. 365), semanticamente, o efeito de se combinarem orações dentro de um complexo é de integrá-las mais fortemente ao significado. Ainda de acordo com os autores, isso não quer dizer que orações absolutas não são semanticamente não relacionadas, uma vez que é possível inferir as relações lógico-semânticas que poderiam ser estabelecidas por um elemento léxico-gramatical explícito (Idem).

Como pôde-se perceber, nos dois contos, as estruturas oracionais estão diretamente relacionadas aos objetivos das etapas que constituem o gênero e ao propósito funcional deste. Acredita-se que, associando-se os elementos léxico-gramaticais às suas funções em interações reais de uso, será possível refletir acerca das escolhas linguísticas feitas pelos escritores/falantes da língua.

#### **4. Considerações finais**

Fundamentando-se em uma gramática de base semântica, este trabalho permitiu a interpretação da utilização do complexo oracional na construção das etapas do gênero conto fantástico, o que se aproxima de uma análise de texto como processo.

Nas palavras de Halliday:

Um texto escrito é-nos apresentado como produto; nós o alcançamos como produto, e tornamo-nos atentos a seu aspecto “processual” como um escritor, mas como leitor ou analista, a menos que conscientemente foquemos nas atividades as quais nos levam a sua produção. (HALLIDAY, 1994, p. xxii-xxiii) [tradução livre]

Ou seja, a gramática leva à interpretação adequada e profunda de um texto, pois oferece suporte para uma compreensão textual e contextual, uma vez que texto e contexto têm uma relação recíproca (HALLIDAY & HASAN, 1989, p.11).

Dessa forma, por meio da análise das escolhas linguísticas que foram feitas no momento de produção do texto, pôde-se alcançar os significados gerados pelo uso do complexo oracional. No primeiro conto, o predomínio de orações conectadas por extensão paratática com ou sem conector explícito determina o ritmo como as orelhas vão crescendo e o aumento do desespero do personagem. Já no segundo conto, os poucos complexos oracionais são utilizados para marcar a forma irônica como ocorrem as

relações trabalhistas e o uso de orações absolutas indicam a transformação gradual pela qual passa o personagem.

Assim, buscando-se uma formação crítica e consciente dos alunos no que se refere à funcionalidade de suas escolhas linguísticas, a descrição linguística de caráter semântico oferece ferramentas para um trabalho reflexivo com a língua, despertando no aluno o interesse pelas inúmeras possibilidades pragmático-semânticas que a gramática lhe oferece.

**Abstract:** Portuguese Language teaching, in basic education, should focus on the development of people's discursive competence in different social contexts. Therefore, it is important to stimulate the critical reflection about linguistic resources potential used in texts, since. Based on this assertion, this paper aims to demonstrate how the choices of connection contribute to the textual construction of the short stories *The man whose ear grew* and *The file*. To align the pedagogical practice to a reflexive functional perspective, this analysis was based on the Systemic-Functional Linguistics (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY & MATHIESSEN, 2014). The tactic and logical-semantic relations were identified in each stage of the genre, relating them to the communicative function of the textual parts. So, through the analysis of these stories, this paper intends to observe how textual cohesive linguistic structures influence in the literary textual meanings, once they contribute to the progress of the stages that construct their storyline, aligning the linguistic structures teaching to the literary reading practice, which makes possible not Only a linguistic reflection, as well as the development of aesthetic sense and the literature appreciation (BNCC, 2017, p. 87).

**Keywords:** Systemic-Functional Linguistics, short story, connection, teaching.

## Referências Bibliográficas

BAWARSHI, Anis S.; REIFF, Mary Jo. *Gênero: história, teoria, pesquisa, ensino*. Tradução Benedito Gomes Bezerra. São Paulo: Parábola, 2013.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. O homem cuja orelha cresceu. In: SILVA, Deonísio da (Org.). *Os melhores contos de Ignácio de Loyola Brandão*. São Paulo: Global, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

CASTEX, Pierre-Georges. *Le conte fantastique en France de Nodier à Maupassant*. Paris: Corti, 1962.

FUZER, Cristiane & CABRAL, Sara Regina Scotta. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. 1. ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2014.

GERALDI, João Wanderley. (Org.). *O texto na sala de aula*. Cascavel: ASSOESTE, 1984.

- \_\_\_\_\_. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O ensino de língua portuguesa e a Base Nacional Comum Curricular*. Revista Retratos da Escola, Brasília, DF, v. 9, n. 17, p. 381-396, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/587>. Acesso em: 09 out. 2021.
- GIUDICE, Victor. O arquivo. In: GIUDICE, Victor. *Necrológio*. Rio de Janeiro: Editora do Pasquim, 1972.
- GOUVEIA, Carlos A. Texto e gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional. In: *Matraga*, Rio de Janeiro, v.16, n.24, jan./jun., 2009.
- HALLIDAY, Michael A. K. *An introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold. 2ed. 1994.
- HALLIDAY, M. A. K. & MATHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. Londres: Hodder Education, 2004.
- KHALIL, Marisa Martins Gama-. *O espaço do fantástico como leitor das diferenças sociais: uma leitura de "O homem cuja orelha cresceu"*. **O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira**, [S.l.], v. 17, p. 89-102, dez. 2008. ISSN 2358-9787. Disponível em:  
<[http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o\\_eixo\\_ea\\_roda/article/view/3299](http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/3299)>. Acesso em: 24 abr. 2022.
- MARTIN, J.R. *Grammar meets Genre: reflections on the 'Sydney School'*. Aula inaugural na Universidade de Sydney, 2000, p. 47-95.
- MARTIN, James. R.; ROSE, David. *Genre relations: mapping culture*. London: Equinox, 2008.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- PINNA, Daniel. *Animadas personagens brasileiras: a linguagem visual das personagens do cinema de animação contemporâneo brasileiro*. Rio de Janeiro (RJ): Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Programa de Pós-Graduação em Design, 2006 (Dissertação de Mestrado).
- ROSE, David. Genre in the Sydney School. In: GEE, James Paul; HANDFORD, Mike. *The Routledge Handbook of Discourse Analysis*. London: Routledge, 2010. Disponível em: <https://www.readingtolearn.com.au/wp-content/uploads/2016/01/Genre-in-the-Sydney-School.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- SCOVILLE, André Luiz Martins Lopez de. *Abrindo O Arquivo: Relações Entre Personagem E Espaço Nas Narrativas De Victor Giudice*. 2004. 154f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Letras, Área de Estudos Literários, Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- SOARES, Angélica. *Gêneros Literários*. 7ed. São Paulo: Ática, 2007.

TODOROV, Tzvetan. *Introdução à literatura fantástica*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

VIAN JR., Orlando; LIMA-LOPES, Rodrigo E. de. A perspectiva teleológica de Martin para a análise dos gêneros textuais. In: MEURER, J.L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (orgs.). *Gêneros – teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

## Anexos

### **O homem cuja orelha cresceu, Ignácio Loyola Brandão**

Estava escrevendo, senti a orelha pesada. Pensou que fosse cansaço, eram 11 da noite, estava fazendo hora-extra. Escriturário de uma firma de tecidos, solteiro, 35 anos, ganhava pouco, reforçava com extras. Mas o peso foi aumentando e ele percebeu que as orelhas cresciam. Apavorado, passou a mão. Deviam ter uns dez centímetros. Eram moles, como de cachorro. Correu ao banheiro. As orelhas estavam na altura do ombro e continuavam crescendo. Ficou só olhando. Elas cresciam, chegavam a cintura. Finas, compridas, como fitas de carne, enrugadas. Procurou uma tesoura, ia cortar a orelha, não importava que doesse. Mas não encontrou, as gavetas das moças estavam fechadas. O armário de material também. O melhor era correr para a pensão, se fechar, antes que não pudesse mais andar na rua. Se tivesse um amigo, ou namorada, iria mostrar o que estava acontecendo. Mas o escriturário não conhecia ninguém a não ser os colegas de escritório. Colegas, não amigos. Ele abriu a camisa, enfiou as orelhas para dentro. Enrolou uma toalha na cabeça, como se estivesse machucado.

Quando chegou na pensão, a orelha saía pela perna da calça. O escriturário tirou a roupa. Deitou-se, louco para dormir e esquecer. E se fosse ao médico? Um otorrinolaringologista. A esta hora da noite? Olhava o forro branco. Incapaz de pensar, dormiu de desespero.

Ao acordar, viu aos pés da cama o monte de uns trinta centímetros de altura. A orelha crescera e se enrolara como cobra. Tentou se levantar. Difícil. Precisava segurar as orelhas enroladas. Pesavam. Ficou na cama. E sentia a orelha crescendo, com uma cosquinha. O sangue correndo para lá, os nervos, músculos, a pele se formando, rápido. Às quatro da tarde, toda a cama tinha sido tomada pela orelha. O escriturário sentia fome, sede. Às dez da noite, sua barriga roncava. A orelha tinha caído para fora da cama. Dormiu.

Acordou no meio da noite com o barulhinho da orelha crescendo. Dormiu de novo e quando acordou na manhã seguinte, o quarto se enchera com a orelha. Ela estava em cima do guarda-roupa, embaixo da cama, na pia. E forçava a porta. Ao meio-dia, a orelha derrubou a porta, saiu pelo corredor. Duas horas mais tarde, encheu o corredor. Inundou a casa. Os hóspedes fugiram para a rua. Chamaram a polícia, o corpo de bombeiros. A orelha saiu para o quintal. Para a rua.

Vieram os açougueiros com facas, machados, serrotes. Os açougueiros trabalharam o dia inteiro cortando e amontoando. O prefeito mandou dar a carne aos pobres. Vieram os favelados, as organizações de assistência social, irmandades religiosas, donos de restaurantes, vendedores de churrasquinho na porta do estádio, donas-de-casa. Vinham com cestas, carrinhos, carroças, camionetas. Toda a população apanhou carne de orelha. Apareceu um administrador, trouxe sacos de plástico, higiênicos, organizou filas, fez uma distribuição racional.

E quando todos tinham levado carne para aquele dia e para os outros, começaram a estocar. Encheram silos, frigoríficos, geladeiras. Quando não havia mais onde estocar a carne de orelha, chamaram outras cidades. Vieram novos açougueiros. E a orelha crescia,

era cortada e crescia, e os açougueiros trabalhavam. E vinham outros açougueiros. E os outros se cansavam. E a cidade não suportava mais carne de orelha. O povo pediu uma providência ao prefeito. E o prefeito ao governador. E o governador ao presidente.

E quando não havia solução, um menino, diante da rua cheia de carne de orelha, disse a um policial: “Por que o senhor não mata o dono da orelha?”

### **O arquivo, Victor Giudice**

No fim de um ano de trabalho, João obteve uma redução de quinze por cento em seus vencimentos. João era moço. Aquele era seu primeiro emprego.

Não se mostrou orgulhoso, embora tenha sido um dos poucos contemplados. Afinal, esforçara-se. Não tivera uma só falta ou atraso. Limitou-se a sorrir, a agradecer ao chefe.

No dia seguinte, mudou-se para um quarto mais distante do centro da cidade. Com o salário reduzido, podia pagar um aluguel menor.

Passou a tomar duas conduções para chegar ao trabalho. No entanto, estava satisfeito. Acordava mais cedo, e isto parecia aumentar-lhe a disposição.

Dois anos mais tarde, veio outra recompensa.

O chefe chamou-o e lhe comunicou o segundo corte salarial.

Dessa vez, a empresa atravessava um período excelente. A redução foi um pouco maior: dezessete por cento. Novos sorrisos, novos agradecimentos, nova mudança.

Agora, João acordava às cinco da manhã. Esperava três conduções. Em compensação, comia menos. Ficou mais esbelto. A pele tornou-se menos rosada. O contentamento aumentou.

Prosseguiu a luta.

Porém, nos quatro anos seguintes, nada de extraordinário aconteceu.

João preocupava-se. Perdia o sono, envenenado em intrigas de colegas invejosos. Odiava-os. Torturava-se com a incompreensão do chefe. Mas não desistia. Passou a trabalhar mais duas horas diárias.

Uma tarde, quase ao fim do expediente, foi chamado ao escritório principal.

Respirou descompassado.

– Seu João. Nossa firma tem uma grande dívida com o senhor.

João baixou a cabeça em sinal de modéstia.

Sabemos de todos os seus esforços. É nosso desejo dar-lhe uma prova substancial de nosso reconhecimento.

O coração parava.

– Além de uma redução de dezesseis por cento em seu ordenado, resolvemos, na reunião de ontem, rebaixá-lo de posto.

A revelação deslumbrou-o. Todos sorriam.

– De hoje em diante, o senhor vai passar a auxiliar de contabilidade, com menos cinco dias de férias. Contente?

Radiante, João gaguejou alguma coisa ininteligível, cumprimentou a diretoria, voltou ao trabalho.

Nessa noite, não pensou em nada. Dormiu pacífico, no silêncio do subúrbio.

Mais uma vez, mudou-se. Finalmente, deixou de jantar. O almoço era um sanduíche. Emagreceu, sentia-se mais leve, mais ágil. Não havia necessidade de muita roupa.

Eliminou certas despesas inúteis, lavadeira, pensão.

Chegava em casa às onze da noite, levantava-se às três da madrugada. Esfarelava-se

num trem e dois ônibus para garantir meia hora de antecedência.

A vida foi passando, com novos prêmios.

Aos sessenta anos, o ordenado equivalia a dois por cento do inicial. O organismo acomodara-se à fome. Uma vez ou outra, saboreava alguma raiz das estradas. Dormia apenas quinze minutos. Não tinha mais problemas de moradia ou vestimenta. Vivia nos campos, entre árvores refrescantes, cobria-se com os farrapos de um lençol adquirido há muito tempo.

O corpo era um monte de rugas sorridentes.

Todos os dias, um caminhão anônimo transportava-o ao trabalho.

Quando completou quarenta anos de serviço, foi convocado pela chefia:

– Seu João. O senhor acaba de ter seu salário eliminado. Não haverá mais férias.

E sua função, a partir de amanhã, será a de limpador de nossos sanitários.

O crânio comprimiu-se. Do olho amarelado escorreu um líquido tênue. A boca tremeu, mas nada disse. Sentia-se cansado. Enfim, atingira todos os objetivos. Tentou sorrir:

– Agradeço tudo que fizeram em meu benefício. Mas eu vou requerer minha aposentadoria.

O chefe não compreendeu:

– Mas seu João, logo agora que o senhor está desassalariado? Por quê? Dentro de alguns meses já vai ter de pagar a taxa inicial para permanecer em nosso quadro. Desprezar tudo isto? Quarenta anos de convívio? O senhor ainda está forte. Que acha?

A emoção impediu qualquer resposta.

João afastou-se. O lábio murcho se estendeu. A pele enrijeceu, tornou-se lisa. A estatura regrediu. A cabeça se fundiu ao corpo. As formas desumanizaram-se, planas, compactas. Nos lados, havia duas arestas. Ficou cinzento.

João transformou-se num arquivo de metal.

# TRADIÇÕES DISCURSIVAS NARRATIVA E ARGUMENTATIVA: UMA ANÁLISE DA JUNÇÃO NO MODO ESCRITO DE ENUNCIAR

## NARRATIVE AND ARGUMENTATIVE DISCURSIVE TRADITION: AN ANALYSIS OF THE JUNCTION IN THE WRITTEN MODE OF ENUNCIATION

Mateus Dias Santana (UNESP - FCL Assis-Araraquara)  
Lúcia Regiane Lopes-Damasio (UNESP - FCL Assis-Araraquara)

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo observar relações linguístico-discursivas entre mecanismos de junção (MJs) e tradições discursivas (TDs) narrativa e argumentativa no modo escrito de enunciar. O estudo fundamenta-se na concepção de escrita constitutivamente heterogênea (CORRÊA, 2004), associada a uma concepção de texto dialógica, a partir do conceito de TDs (KABATEK, 2006), e ao modelo funcionalista de junção (RAIBLE, 2001). Nesse quadro teórico-metodológico, a descrição da escrita infantil é fundamentada na consideração conjunta de aspectos linguísticos e discursivos, que assumem os MJs como rastro da circulação do sujeito pelo modo escrito de enunciação (LOPES-DAMASIO, 2020, 2019, 2017). Os resultados alcançados, a partir de uma análise qualitativo-quantitativa, mostram rastros da circulação do sujeito pela escrita no que concerne à constituição sintática da textualização.

**Palavras-chave:** heterogeneidade da escrita; tradição discursiva; junção.

### Introdução

Este artigo propõe uma abordagem linguístico-discursiva dos mecanismos de junção (MJs) em textos de tradições discursivas (TDs) narrativa e argumentativa, produzidos, no modo de enunciação escrito, por sujeitos matriculados no 7º ano do Ensino Fundamental II (EF II). Com essa abordagem, o presente trabalho objetiva analisar as relações linguístico-discursivas entre MJs e as TDs narrativa e argumentativa no modo escrito de enunciar. Nessa direção, desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: (i) descrever e analisar os MJs, em textos pertencentes às TDs *narrativa* e *argumentativa*, no modo escrito de enunciação, a partir das relações semânticas e da interdependência existente entre as porções componentes da oração complexa; (ii) buscar indícios da relação entre o comportamento da junção e a heterogeneidade da escrita, mediante traços do oral/falado e letrado/escrito; e (iii) relacionar o funcionamento dos MJs às características das TDs *narrativa* e *argumentativa*.

Os MJs são aqui definidos como quaisquer técnicas usadas para juntar porções textuais e podem equivaler a conjunções, advérbios, zero (justaposição oracional) e locuções preposicionais (cf. RAIBLE, 2001). Neste trabalho, para além de seus traços

linguísticos, são definidos, ainda, como *rastros* da circulação do sujeito pelo modo escrito de enunciação e tomados como “indícios do que se reconhece como *fixo* (aquilo que reflete o prototípico/sistemático, em termos do uso de estratégias juntivas) e *lacunar* (aquilo que se distancia desse centro prototípico ainda em termos do uso dessas mesmas estratégias) do texto” (LOPES-DAMASIO, 2019, p. 148, grifos da autora).

O texto, enquanto unidade de análise definida em termos teórico-metodológicos, é tratado a partir do conceito de TD e pode remeter, de modo geral, à repetição de uma forma particular de escrever ou falar, a gêneros discursivos, tipos textuais e construções linguísticas, tal como a forma *Era uma vez...* (cf. KABATEK, 2006, 2008).

Assim, o estudo concentra-se em três questionamentos: (i) qual o funcionamento tático-semântico dos MJs nas TDs *narrativa* e *argumentativa*, produzidas por alunos regularmente matriculados no 7º ano do EF II, e de que modo esse funcionamento revelase sintomático das tradições investigadas?; (ii) quais as relações entre as TDs analisadas e questões referentes à fala/oralidade e escrita/letramento, enquanto fatos linguísticos – fala e escrita – e práticas sociais – oralidade e letramento?; e (iii) o que os resultados descritivo-analíticos do funcionamento dos MJs podem revelar acerca da aquisição dessas tradições (narrativa e argumentativa) em correlação com as relações entre o sujeito e a linguagem a partir da (sua) imagem do modo escrito de enunciação? Diante disso, a hipótese para o questionamento (i) é a de que a noção de constituição de TDs, no modo escrito de enunciação, pode ser pautada pelo funcionamento dos MJs tomados como possíveis índices de TDs e de *mescla* de TDs. Para o questionamento (ii), a hipótese é a de que a circulação do escrevente pelos três eixos que determinam o modo heterogêneo de constituição da escrita (o da gênese da escrita, o do código escrito institucionalizado e o da relação com o já falado/escrito, conforme serão apresentados na segunda seção deste artigo) pode indicar, em intrínseca associação aos MJs empregados, as (*mesclas* de) TDs. Por fim, para o questionamento (iii), tem-se a hipótese de que as condições de produção de TDs distintas são determinantes na circulação do escrevente pelo (seu) imaginário sobre a (sua) escrita e, conseqüentemente, no funcionamento dos elementos juntivos no âmbito textual.

Este artigo encontra-se organizado em três partes, além desta introdução, em que se apresentam os objetivos do trabalho sob o escopo teórico-metodológico das TDs e dos MJs no modo escrito de enunciar. Na primeira parte, apresenta-se a fundamentação teórica, destacando aspectos relativos ao tratamento dos dados, a partir de uma abordagem específica: (i) da escrita constitutivamente heterogênea (CORRÊA, 2004), com a

apresentação das relações entre oralidade/letramento e fala/escrita, em coerência com os eixos que orientam a circulação do escrevente pelo imaginário sobre a escrita; (ii) das TDs, com a apresentação de uma breve abordagem do conceito, desde os estudos da Linguística Histórica Românica (KABATEK, 2006, 2008) até sua aplicação na abordagem da aquisição da escrita e/ou da escrita infantil (LONGHIN-THOMAZI, 2011; LOPES-DAMASIO, 2020, 2019, 2017); e (iii) dos MJs, com a abordagem do conceito de *junktions*, a partir de um critério bidimensional, que articula o grau de interdependência dos juntores ao crescente de complexidade cognitiva das relações semânticas (RAIBLE, 2001). A relação entre (i), (ii) e (iii) configura uma abordagem de análise linguístico-discursiva dos MJs, em TDs narrativa e argumentativa, no modo de enunciação escrito. Na segunda parte, apresentam-se o material e o método de análise e, na terceira, apresentam-se os resultados da análise dos dados investigados, primeiro, no que tange à descrição do funcionamento dos MJs, associados às suas características táticas e semânticas, e, em seguida, a uma breve discussão sobre os indícios da relação sintomática entre os MJs e as TDs narrativa e argumentativa, relacionados à heterogeneidade da escrita. Por fim, encerra-se com as considerações finais.

## 1. Pressupostos teórico-metodológicos

Em seus estudos sobre o modo heterogêneo de constituição da escrita, Corrêa (2004) inicia uma reflexão que dialoga com a proposição de Marcuschi (1995) sobre as relações entre oralidade/letramento e fala/escrita, que, segundo o autor, são “fenômenos de fala e escrita enquanto relação entre fatos linguísticos (relação fala vs. escrita) e enquanto relação entre práticas sociais (oralidade/letramento)” (MARCUSCHI, 1995, apud CORRÊA, 2004, p. 2). Consequentemente, o falado e o escrito são assumidos como práticas sociais vinculadas ao letramento e à oralidade.

Portanto, é nessa perspectiva que Corrêa (2004) adota o encontro entre as “práticas sociais” do oral/letrado e os “fatos linguísticos” do falado/escrito e analisa, em sua tese, textos de vestibulandos, para defender a ideia de um modo heterogêneo de constituição da escrita, observável a partir de três eixos de circulação, identificáveis em qualquer tipo de texto escrito. Assim, o autor cria a hipótese de que, em diferentes graus e com diversas possibilidades de adequação ao gênero produzido, essa circulação está sempre marcada.

O modo heterogêneo de constituição da escrita, apresentado por Corrêa (1997, p. 87-88), em suma:

[...] é, pois, uma particularização, para o domínio da escrita, do encontro das práticas orais/faladas e letradas/escritas, considerada, ao mesmo tempo, a dialogia com o já falado/ouvido e com o já escrito/lido. Esse encontro, que está presente nas duas modalidades, embora registrado localmente, regulado pelas instituições; tipicamente particular, é, no entanto, historicizado. Desse modo, em determinados momentos do processo de escrita e de acordo com as circunstâncias em que se pratica a textualização, os escreventes expõem esse movimento de maneira privilegiada.

Partindo da concepção de escrita constitutivamente heterogênea, os eixos que orientam a circulação do escrevente pelo (seu) imaginário sobre a escrita, propostos por Corrêa (2004), são: o primeiro se refere à suposta gênese da escrita, em que o escrevente, ao tentar apropriar-se da escrita, procura representar termo a termo a oralidade; o segundo eixo refere-se ao código escrito institucionalizado e caracteriza-se como apropriação da escrita em seu estatuto, inverso à concepção da escrita em sua suposta gênese, em que o escrevente reproduz o que imagina ser um modo autônomo de representar a oralidade; o terceiro eixo diz respeito à circulação do escrevente pelo imaginário sobre o modo de constituição da escrita, em que é apresentada a relação que o texto mantém com o já falado e com o já ouvido, além de com o já escrito e com o já lido. É através dessa relação que o escrevente coloca-se em contato com a produção escrita em geral.

Segundo Corrêa (2004), os três movimentos sobre o imaginário da escrita, ou, conforme foram descritos, os três eixos de circulação imaginária do escrevente, selecionados como lugares para a análise da relação sujeito/linguagem, apontam que o modo heterogêneo de constituição da escrita é, a partir dessa relação, a materialização textual do processo de escrita do escrevente.<sup>72</sup> Além disso, destaca-se que “a heterogeneidade da escrita permite, por exemplo, avaliar aspectos da ‘fala’ que, em geral, estão na base da segmentação gráfica feita pela criança não como uma intervenção danosa da fala na escrita, mas, sim, como constitutiva e determinante dela” (CAPRISTANO, 2013, p. 674, destaque da autora).

De modo geral, “a circulação do escrevente pelos dois primeiros eixos deixa-se ver por meio das marcas linguísticas – prosódicas, sintáticas e lexicais – e é dirigida pelo terceiro eixo, o da dialogia com o já falado/escrito” (LOPES-DAMASIO, 2020, p. 140),

---

<sup>72</sup> Corrêa (2013) assume que o caráter processual e histórico da escrita é marcado no termo *modo*, enquanto *modalidade* só permite entender a escrita como código alfabético, em uma perspectiva estática. Com esse intuito, compreende-se, segundo o autor, que o uso do termo *modo* seja necessário para explicitar a semântica dos modos de atualização da língua heterogeneamente constituídos, diante da escrita, e, concomitantemente, para abandonar todo entendimento dicotômico por vezes associado ao termo *modalidade* na literatura.

correspondendo-se, assim, à presença do dialogismo em toda a linguagem. É a partir desse caráter de réplica da linguagem que se busca associar, neste trabalho (cf. LONGHIN-THOMAZI, 2011; LOPES-DAMASIO, 2020, 2019, 2017, 2016, 2014; LOPES-DAMASIO e SILVA, 2018), o conceito de TD, a partir da proposta de Kabatek (2006).

O conceito de TD, conforme Kabatek (2006), surge nos estudos da Linguística Histórica Românica, realizados pela Filologia Pragmática alemã, na década 80, respaldado na teoria da linguagem coseriana (cf. COSERIU, 1981), em que a linguagem não é vista como um *produto*, mas como *atividade*, e na recuperação de um diálogo com o pensamento aristotélico de Humboldt, de modo que se assume que a linguagem não possui um caráter acabado, caracterizando-se, portanto, como uma atividade humana universal, estabelecida por normas historicamente determinadas.

Para a construção do conceito de TD, a abordagem coseriana de língua histórica e concreta prevê três níveis linguísticos, a saber: o primeiro nível, denominado de *universal*, diz respeito à capacidade que os seres humanos têm de falar; o segundo nível, *histórico*, corresponde à língua com suas especificidades, isto é, aos idiomas particulares; e o terceiro nível, o *atual* ou *individual*, corresponde à materialização da língua, em enunciados e textos. Em outra perspectiva, na qual este trabalho se fundamenta, Corrêa (2007, 2004, dentre outros) também olha para a escrita como *processo* e não como *produto*, entendendo que o caráter heterogêneo da escrita não se restringe ao *material significante*, mas engloba outras dimensões que constituem o processo de sua produção. Nessa direção, assume que o sujeito-escrevente e seu texto se constituem no processo de textualização a partir do modo escrito de enunciação e adota a ideia de texto a partir da consideração da linguagem como *acontecimento* e não adequação, e a de processo de textualização, em que o texto é não acabado senão na relação entre falante/ouvinte, autor/leitor.

Com efeito, o diálogo entre estes pressupostos e aqueles que estão, inicialmente, nas bases do conceito de TDs demanda, primeiramente, a proposição de algumas ressalvas, que destacam suas principais distinções. Nesse sentido, conforme Lopes-Damasio (2020): a primeira ressalva trata do nível *histórico* e do necessário reconhecimento de que só há história no nível *atual* e, da mesma forma, de que ela só existe porque o ato linguístico não é individual; e a segunda trata do nível *atual* e do

reconhecimento de que esse nível precisa estar subjacente à noção de sujeito da linguagem como *individuação* e não como indivíduo.<sup>73</sup>

Diante dos níveis coserianos, Koch (2008) aponta que o domínio das TDs faz parte do *histórico*, mas se distingue das línguas históricas particulares. Essa modificação demanda, portanto, uma ampliação do conceito de historicidade, possibilitando a distinção de uma historicidade particular da língua e das TDs. Assim, para o autor, as TDs podem ter finalidades fundamentais, como, por exemplo, um “bom dia”, que se materializa como um ato de fala, e também finalidades mais complexas, características de determinadas culturas, como as TDs mediadas pela escrita. Nessa direção, Kabatek (2006, p. 512) apresenta a seguinte definição:

Entendemos por Tradição Discursiva (TD) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou de falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados.

Conforme essa definição, Kabatek (2006) afirma que a origem da existência das TDs é tomada como um fato linguístico universal: falar/escrever não é somente falar/escrever algo, seguindo as regras de uma língua (seu sistema e norma). No entanto, também é falar/escrever algo conforme uma dada tradição textual, que diz como fazê-lo. Segundo Kabatek (2004, p. 252-253), essa perspectiva tem origem na economia da atuação humana.

Portanto, ressalta que uma TD pode se constituir a partir de qualquer elemento significável, formal ou de conteúdo, que constrói uma ligação entre *atualização e tradições textuais*. Para o autor, as TDs implicam na relação de um texto com outro em um determinado período histórico, via repetição, total, parcial, ou apenas formal. Essa relação é definida como evocação, isto é, “a relação de tradição de uma TD tem então

---

<sup>73</sup> Lopes-Damasio (2020), na esteira de Corrêa (2004), ressalta que o sujeito, visto como individuação dialógica, constitui-se em sua relação com a linguagem, considerada como espaço de interação e tomada como atividade. Nessa direção, a concepção de sujeito, apontada pela autora, refere-se à proposta de Corrêa (2004), em que não se assume o sujeito da linguagem como indivíduo, uma vez que não é a singularidade factual, circunscrita a si mesma, que enuncia, e, ao mesmo tempo, não se rejeita integralmente a noção de sujeito assujeitado. Dessa forma, “trata-se da presença do outro como constitutiva do sujeito, neste estudo marcada pelas ideias de heterogeneidade e de representação, as quais, no sentido em que as utilizo, dão pistas da divisão enunciativa do sujeito e das formas discursivas que identificam o sujeito a grupos”. (CORRÊA, 2004, p. 16)

duas faces, a TD propriamente dita e a constelação discursiva que a evoca” (KABATEK, 2006, p. 511). Nessa direção, a repetição de algo, em uma relação temporal, compreende a repetição total do texto, como, por exemplo, da fórmula *bom dia*, de partes desse texto, de seu conteúdo, de seus aspectos formais, ou de uma mistura dessas opções anteriores. Ou seja, para Kabatek (2006), também pode ser considerada apenas a repetição parcial ou ainda a ausência total de repetição concreta e presença exclusiva da repetição de uma forma textual.

Nessa linha, Kabatek (2006) afirma que uma TD pode ser uma forma textual ou uma combinação de elementos, uma vez que não é um texto que se repete sempre da mesma maneira, mas em conformidade com as composicionalidades paradigmática e sintagmática que o configuram enquanto tradição. A composicionalidade paradigmática trata da referência simultânea a diversas TDs em um único texto. A sintagmática trata da propriedade capaz de diferenciar, na linearidade de uma TD complexa, outras TDs que a compõem, ou seja, é a maneira como, na materialidade do texto, a composicionalidade paradigmática se manifesta.

Sob esse viés, Kabatek (2006) parte de estudos diacrônicos com intuito de focalizar os processos de mudança linguística. Por sua vez, Lopes-Damasio (2017, 2016) e Longhin-Thomazi (2011) adotam o conceito de TD também em estudos sincrônicos, voltados à aquisição da escrita. Nesse sentido, segundo Lopes-Damasio (2011), o que subjaz esse caminho é a concepção coseriana de língua, isto é, histórica e concreta, que engloba a história mesmo no recorte sincrônico, tendo em vista que a história é constitutiva da língua (COSERIU, 1979). A partir dessa concepção, fazem-se possíveis as relações teóricas propostas aqui, à luz do conceito central de escrita constitutivamente heterogênea.

Para a realização metodológica de seus estudos, Kabatek (2006, p. 517) parte de uma teoria proposta por Raible (2001) que aborda o conceito de *junktion* (junção), definido como uma dimensão universal da linguagem que permite a sistematização das diferentes técnicas linguísticas usadas para *juntar/combinar* elementos proposicionais. Nessa direção, segundo Raible (2001), os juntores são analisados através da conjugação de dois eixos, com diferentes graus de complexidade, a saber: o eixo sintático (vertical) e o eixo semântico (horizontal). No eixo sintático (vertical), distribuem-se os juntores, daqueles mais agregadores até os mais integradores. No eixo semântico (horizontal), apresentam-se as relações semânticas expressas pelos juntores, de acordo com uma escala de complexidade crescente (cf. KORTMANN, 1997; LONGHIN-THOMAZI, 2011;

LOPES-DAMASIO, 2020, 2019, 2017, 2016, 2014). Dessa forma, a análise se baseia em um modelo bidimensional e funcionalista de linguagem em que a relação entre as orações está pautada na não discretude dos processos e sentidos da junção.

No que concerne ao grau de interdependência, Lopes-Damasio (2017, p. 1046) aponta que:

[...] o sistema de *taxe* se desdobra em *parataxe* e *hipotaxe*, que se distinguem nos aspectos gramaticais das unidades envolvidas: (i) se ambas as orações são livres e constituem, assim, cada uma, um todo funcional, a construção é *paratática* (ordem fixa); (ii) se, por outro lado, uma oração domina/modifica a outra, é dominante e, portanto, nuclear, enquanto a outra é dependente e, portanto, modificadora, a construção é *hipotática* (há dependência).<sup>74</sup>

Observam-se alguns exemplos de ocorrências, na *parataxe* e na *hipotaxe*, extraídos dos textos das TDs narrativa e argumentativa:

- (a) Um dia eu estava no quarto e minha mãe me pediu para pegar o a(l)ho [07/7A/3N].
- (b) Eu sonho em ser uma grande jogadora de volei de praia, Ø formar um time com minha amiga Juliana [03/7A/03N].
- (c) [...] **quando** eu tinha 15 anos eu fui para São Paulo [12/7A/03N].
- (d) Estou aqui hoje **para** pedir o meu presente de natal (rasura)\* antecipado [17/7A/6N].

Em (a), o MJ “e” com sentido mais concreto de adição, permitindo inferir o sentido mais abstrato de tempo simultâneo (Um dia eu estava no quarto [quando/no momento em que] minha mãe me pediu para pegar o a(l)ho) e, em (b), a “justaposição” com sentido de adição, ilustram casos de *parataxe*, em termos de [-dependência] e [-encaixamento]. Em (c), o MJ “quando” com sentido de tempo anterior e, em (d), “para” com sentido de finalidade, ilustram casos de *hipotaxe*, em termos de [+dependência] e [-encaixamento].

O crescente de complexidade das relações semânticas, no eixo horizontal, chama atenção por sua associação com a unidirecionalidade da mudança semântica, que mostra uma relação de derivação entre as categorias *espaciais* e *modais* em direção a *tempo* e

---

<sup>74</sup> Segundo Halliday (1985), o eixo tático está relacionado com a interdependência entre elementos (tais como palavras, sintagmas ou cláusulas), de modo que se divide em *parataxe* (relação entre elementos de igual estatuto) e *hipotaxe* (relação entre elementos de diferente estatuto). A *parataxe* refere-se à coordenação, citação (por exemplo, os casos de discursos diretos e indiretos livres) e aposição; e a *hipotaxe*, às cláusulas relativas não restritivas, cláusulas de fala reportada (por exemplo, o chamado discurso indireto) e cláusulas interligadas por relações circunstanciais.

CCCC (*causa, condição, contraste e concessão*); e entre *tempo* e CCCC, conforme identificado e adotado em diversos trabalhos (ver, por exemplo, KORTMANN, 1997; LONGHIN-THOMAZI, 2011; LOPES-DAMASIO, 2014 etc.).

Destaca-se que, de acordo com esse critério bidimensional e seguindo a perspectiva adotada em Lopes-Damasio (2020, 2019, 2017, 2016, 2014), a análise das relações desempenhadas pelos juntores será utilizada como argumento indicativo da circulação do escrevente pelo (seu) imaginário sobre a escrita e da dialogia com o já falado-escrito, em contexto determinado sócio-historicamente. Para tanto, a particularidade dessa abordagem refere-se ao fato de enxergar a prática de textualização não como produto textual, “no sentido de que há um produtor de texto que se antecipa ao próprio texto, enquanto fonte/origem do dizer, mas como um processo de textualização em que o sujeito se constitui como escrevente num texto que se constitui numa tradição” (LOPES-DAMASIO, 2017, p. 1046).

Para tanto, ao entendimento tático-semântico da junção, para a abordagem de seus aspectos discursivos, acrescenta-se o conceito de *espaço de junção*, que, de acordo com Lopes-Damasio (2020), possibilita analisar as técnicas de junção sem perder de vista o ponto em que ocorrem, mediante um tratamento analítico de natureza linguístico-discursiva. A relação entre *MJs* e *espaço de junção*:

[...] [t]rata-se de uma observação do contexto linguístico, em que se vincula a ocorrência de uma TD à dimensão sintática da língua, sem, com isso, deixar de se tratar, ainda, de uma observação do contexto enunciativo, no qual a sintaxe assume feições de dimensão de contato entre a virtualidade do sistema e a sua realização, permitindo, dessa forma, a observação das junções como memória de realizações já feitas e não apenas como recursos formais da língua. (LOPES-DAMASIO, 2020, p. 142-143)

Assim, “por meio dessa concepção, a abordagem investigativa conjuga aspectos linguístico a discursivos, de modo a reconhecer, na escrita, *rastros* que mostram o movimento do sujeito para a construção dos sentidos no processo de textualização” (LOPES-DAMASIO, 2019, p. 156, grifo da autora). Dessa forma, neste trabalho, na linha de Lopes-Damasio (2019), os *MJs* serão tomados como *rastros* da circulação do sujeito pelo modo escrito de enunciar, identificados diante de seu funcionamento em espaços de junção, nos textos, de modo a privilegiar a observação linguístico-discursiva da movimentação do sujeito, por serem tomados como aspectos sintomáticos da TD em que o texto se encontra e que, ao mesmo tempo, ajudam a compor, enquanto matéria e produto da linguagem.

Para Lopes-Damasio (2019), os MJs podem ser tomados como sintomas da escrita-processo e não como categorias linguísticas previamente estabelecidas. Nessa direção, esses *rastros* são identificados por meio da pressuposição de que as características textuais de diferentes TDs podem estabelecer o uso de determinada forma de junção, por predominância, alternância ou exclusão de técnicas específicas. Assim, são analisados fora do espectro de generalizações que conduz, por vezes, a categorias linguísticas prévias aos próprios atos concretos de anunciação.

Portanto, assume-se, no presente trabalho, a consideração dos MJs – tomados como *rastros* da circulação do sujeito pelo modo escrito de enunciar – vinculada, conforme Corrêa (2004), à forma de compreensão dos fatos linguísticos (individuação dos “rastros”) e à forma pela qual se entende o sujeito da linguagem (individuação do “sujeito”), a partir do reconhecimento, em pistas linguísticas locais, de um modo de constituição desse sujeito.

## 2. Material e método

Para o material de análise deste artigo, foram extraídos, do Banco de Dados de Produções Escritas EF II,<sup>75</sup> quatro textos escritos por alunos do 7º ano, caracterizados a partir de duas TDs: dois da narrativa e dois da argumentativa. Para a produção dos textos narrativos, os alunos foram estimulados a escrever duas narrativas a partir dos temas “Rompimento amoroso” e “Uma grande conquista”. Para a produção dos textos argumentativos, os temas propostos foram “Carta argumentativa” e “Relato de mudança de vida”.<sup>76</sup>

Quanto ao método de análise, conjugam-se as abordagens quantitativa e qualitativa, em três etapas, de naturezas distintas, mas inter-relacionadas:

Etapa (1), voltada à descrição da funcionalidade dos MJs em textos das TDs narrativa e argumentativa, a partir de uma abordagem bidimensional. Nessa etapa, serão focalizadas as relações semânticas – de acordo a escala de complexidade cognitiva crescente, no eixo horizontal – e a interdependência existente entre as porções componentes da oração complexa – de acordo com as arquiteturas paratática e hipotática,

---

<sup>75</sup> Projeto de extensão universitária da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), coordenado pelas Profas. Dras. Luciani Ester Tenani e Sanderleia Longhin-Thomaz, que possibilitou a construção da plataforma *on-line* do Banco de Dados, disponível gratuitamente em: (<http://www.gbd.ibilce.unesp.br/redacoes>).

<sup>76</sup> Embora a proposta solicite, aos escreventes, a produção de um “relato”, os textos apresentam-se em intrínseca associação ao universo do argumentar, conforme se poderá observar na seção de apresentação dos resultados do presente trabalho.

no eixo vertical. Essa análise linguística será associada a aspectos discursivos, a partir dos espaços de junção preenchidos pelos MJs, tomados como *rastros* da circulação do sujeito pelo modo escrito de enunciação, a fim de implementar as duas próximas etapas da investigação.

Etapa (2), voltada à análise da relação entre o comportamento da junção e a heterogeneidade da escrita, mediante traços do oral/falado e letrado/escrito. A partir de um olhar descritivo-analítico, baseado nos resultados da etapa descrita em (1), serão focalizados os rastros da circulação dos sujeitos por dois eixos propostos por Corrêa (2004) – o primeiro, da gênese da escrita; e o segundo, do código escrito institucionalizado; e

Etapa (3), voltada à proposição de relações entre o funcionamento dos MJs e as características das TDs *narrativa* e *argumentativa*. A partir de um olhar descritivo-analítico, baseado nos resultados das etapas anteriores, em (1) e (2), serão focalizados os rastros da circulação dos sujeitos pelo terceiro eixo proposto por Corrêa (2004) – o da dialogia com o já falado/ouvido escrito/lido, em relação com a teoria das TDs.

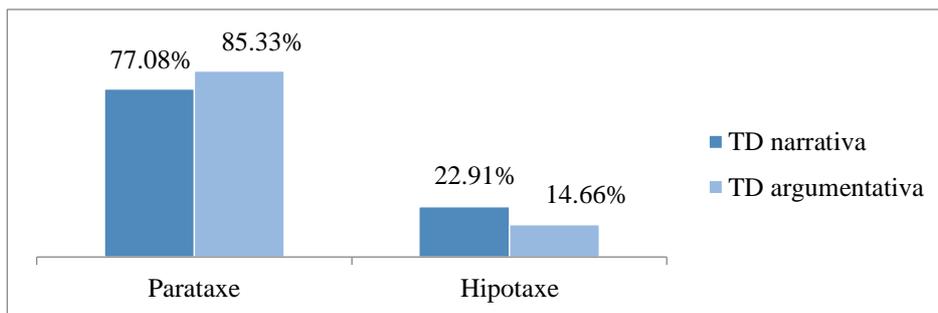
Na análise qualitativa, propõe-se, portanto, uma complementação entre os resultados da descrição bidimensional do material linguístico e da observação dos três eixos orientadores da circulação do escrevente pelo imaginário sobre a (sua) escrita, de modo a caracterizar a heterogeneidade da escrita como um modo de delimitar TDs e mesclas de TDs. A análise quantitativa, direcionada pelos resultados da qualitativa, em suas diferentes etapas, permitirá distintas visualizações dos dados e a extração de conclusões acerca das características dos textos e das tradições em que estão inseridos.<sup>77</sup>

### 3. Resultados

Foram constatadas 123 ocorrências de MJs, nos textos que constituem o universo de investigação deste estudo, sendo 48 MJs observados na TD narrativa e 75 MJs, na argumentativa, conforme Gráfico 1:

---

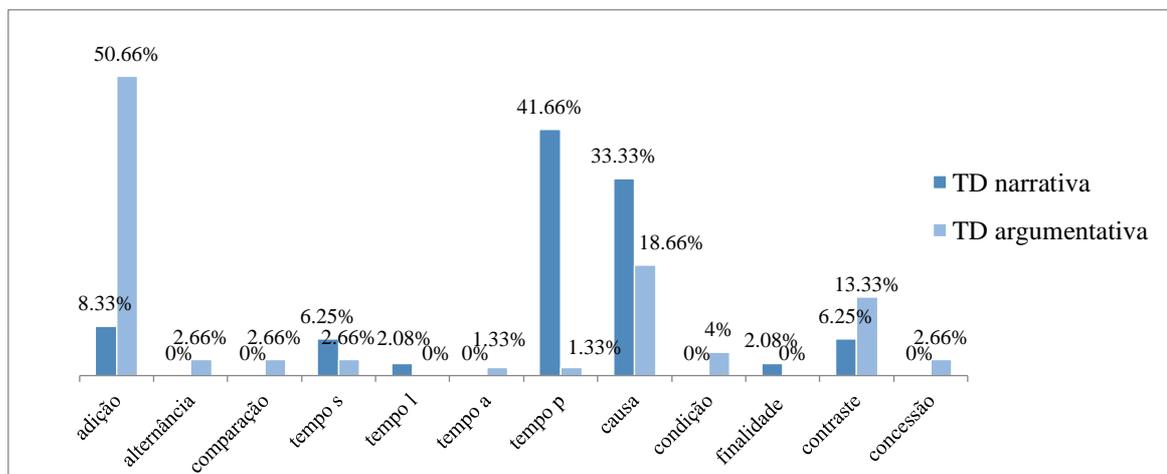
<sup>77</sup> Essa escolha metodológica segue aquela empreendida em trabalhos de Lopes-Damasio (2020, 2019, 2017).



**Gráfico 1. Eixo vertical: arquitetura táctica em TDs narrativa e argumentativa**

Os resultados da análise do eixo vertical mostram que a TD argumentativa apresenta uma frequência maior de MJs (85,33%), na parataxe, em comparação à TD narrativa (77,08%). Conseqüentemente, em relação à hipotaxe, a TD argumentativa apresenta frequência mais baixa de MJs (14,66%) do que a TD narrativa (22,91%). De modo geral, a predominância da arquitetura paratática, em ambas as TDs, pode ser interpretada como um *rastro* que marca aquilo que é *fixo* – a partir de sua repetibilidade – nas TDs narrativa e argumentativa, indiciando aspectos da circulação do sujeito pela escrita no que concerne à constituição sintática da textualização. Com efeito, a maior frequência de hipotaxe, nos textos narrativos, pode, da mesma forma, ser interpretada como *rastro* de uma circulação do sujeito por essa prática discursiva, que lhe permite lançar-se aos modos sintaticamente mais integrados e possivelmente relacionáveis a uma imagem institucionalizada de escrita. Essa dupla possibilidade de interpretação será mais bem detalhada na sequência da apresentação dos resultados deste trabalho, mais especificamente no que se relaciona aos seus objetivos específicos (ii) e (iii).

Por sua vez, observam-se os resultados da análise do eixo horizontal no Gráfico 2:



## Gráfico 2. Eixo horizontal: escala de sentidos em TDs narrativa e argumentativa.

Na TD narrativa, as relações semânticas mais frequentes são: *tempo posterior* (41,66%), *causa* (33,33%) e *adição* (8,33%).<sup>78</sup> De modo geral, o fato de as relações de *tempo* e *causa* serem as mais frequentes, na TD narrativa, está fortemente ligado, mais uma vez, àquilo que é *fixo* e convencionalmente esperado nesses textos, uma vez que o narrar sustenta-se numa intrínseca relação com a sequencialidade dos fatos/eventos, que, por sua vez, sustenta a causalidade, a partir da iconicidade entre mundo e texto, nos esquemas causa-efeito ou asserção-explicação. Em outras palavras, significa encontrar, nos espaços de junção, preenchidos linguisticamente por MJs com os sentidos observados, rastros da circulação do sujeito por práticas discursivas que se mostram tradicionais, porque se mostram no espaço daquilo que se repete no universo dessa tradição.

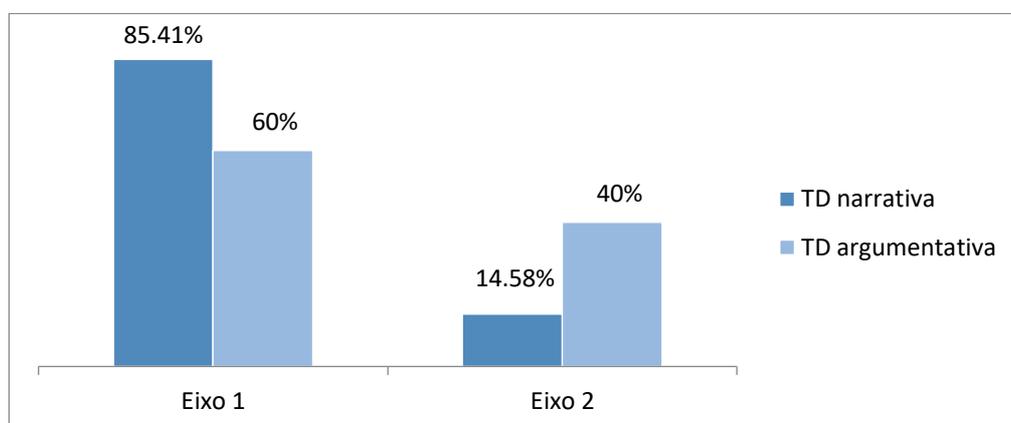
Na TD argumentativa, as relações semânticas mais recorrentes são: *adição* (50,66%), *causa* (18,66%) e *contraste* (13,33%). O sentido de adição é característico do movimento de inserção de informações novas que estão na base do desenvolvimento textual e é característico, ainda, de vários espaços de junção que permitem o reconhecimento de trânsitos semânticos, ou seja, de contextos/cotextos que habilitam a inferência de sentidos mais abstratos a partir do sentido, por isso reconhecido como mais concreto, de adição. Com efeito, a maior frequência de sentido aditivo, nos espaços de junção dos textos argumentativos, pode indiciar aspectos da aquisição dessa tradição de escrever, fundamentada, pois, prioritariamente, na forma semanticamente mais concreta de desenvolvimento do texto. Por sua vez, os sentidos de causa e contraste, nos textos argumentativos, instalam-se em conformidade com o jogo de vozes, presente nos contextos de justificativa/conclusão e de contraste, de acordo com uma visão de argumentação associada à persuasão e ao convencimento do outro.

Esses aspectos do funcionamento linguístico – tático e semântico – dos MJs serão tomados como básicos para o início da discussão dos resultados que relacionam os MJs e as TDs narrativa e argumentativa à heterogeneidade da escrita. Para isso, buscam-se *rastros* que indiquem a associação entre esse funcionamento e essas TDs, no espaço da escrita constitutivamente heterogênea. Nessa direção, o Gráfico 3 mostra o quantitativo

---

<sup>78</sup> Serão apresentadas ocorrências ilustrativas de todas as relações semânticas na sequência do texto.

dos eixos 1 (gênese da escrita) e 2 (código institucionalizado), conforme a proposta de Corrêa (2004):



**Gráfico 3. MJs e os eixos 1 e 2: rastros da heterogeneidade da escrita**

Os resultados apresentados no Gráfico 3 mostram que a circulação dos sujeitos pelo eixo 1 é mais recorrente nos textos das duas TDs investigadas. Na narrativa, essa frequência é de 85,41% e supera em 25,41% aquela constatada na argumentação, equivalente a 60%. Observam-se, nessa direção, ocorrências de MJs que são associadas a indícios da circulação do sujeito pelo eixo 1, nas tradições narrativa, em (1), e argumentativa, em (2):

(1) então a menina falou para a mãe dela que ia buscar frutas, **aí** a mãe falou para a empregada ir junto com a menina [12/7A/1N]

(2) Eu sei que já ganhei esse ano duas, **mas** essa é a nova coleção [15/7A/6N]

Em (1), o MJ “aí”, com sentido de tempo posterior, na arquitetura paratática, funciona como *rastro* da circulação do escrevente por tradições da fala/oralidade, presentes na tradição narrativa e caracterizadas pela relação de temporalidade que permite recuperar a sequencialidade dos fatos/eventos narrados, no fluxo da fala, enquanto pista linguística que indica a gênese da escrita. Nesse contexto específico, o MJ “aí” marca a introdução do discurso indireto. Em (2), o MJ “mas” é interpretado como *rastro* da circulação do sujeito pelo primeiro eixo, porque, sendo o MJ contrastivo mais prototípico, nos esquemas paratáticos, é ele também o mais frequente nas práticas orais, mediadas pela fala, independentemente de serem mais ou menos formais.<sup>79</sup>

<sup>79</sup> A exemplo de “mas”, também os usos prototípicos de MJs, como “porque”, no âmbito da causalidade, e “se”, no da condicionalidade, são interpretados, nesta pesquisa, como *rastros* do primeiro eixo, sempre de

Retomando o Gráfico 3, destaca-se uma inversão no que toca aos resultados referentes ao eixo 2, em que a TD argumentativa passa a apresentar frequência superior (40%), ultrapassando em 25,42% aquela constatada na narrativa, equivalente a 14,58%, conforme ilustram as ocorrências, em (3) e (4), extraídas da TD narrativa, e, em (5) e (6), da argumentativa:

(3) Quando foi 1:00 da tarde ele falou para empregada chamar a menina, **então** a menina falou para a mãe dela que ia buscar frutas [12/7A/1N].

(4) Ø ganhei minha 1ª medalha de bronze, **depois de** participa de 1 campeonato comecei participar de outros [01/7A/03N].

O MJ “então”, em (3), apresenta, no espaço de junção que ocupa, seu sentido prototípico de *tempo posterior*, indicando, portanto, a sequencialidade dos fatos/eventos narrados. Conforme atestado em Chiarelli (2010), esse MJ articula enunciados com distinções semânticas a depender do espaço textual que preenche, podendo apresentar desde sentidos mais concretos, voltados à simples inserção de informações no texto, no âmbito da *adição*, até o sentido que marca sequencialidade temporal (nesse caso, o de *tempo posterior*), culminando em sentidos ainda mais abstratos, por meio de extensão metafórico-metonímica, como o de conclusão, no sistema da *causalidade*. Nesse quadro, é importante diferenciar, nos distintos usos linguísticos desse MJ, rastros também distintos no que tange à circulação do escrevente por práticas discursivas que estão na base desses funcionamentos. Com efeito, em (3), por se tratar do uso prototípico de “então”, com o seu sentido mais concreto de tempo posterior, será aqui interpretado como *rastro* do eixo 2.<sup>80</sup>

Em (4), “depois de” articula hipotaticamente os enunciados, com acepção de tempo posterior. Nesse caso, a maior coesão tática que subjaz o funcionamento dessa técnica juntiva, em contexto de infinitivo (DEPOIS DE + INF.[participar]), configura o critério para sua interpretação como *rastro* da circulação do sujeito pelo eixo 2.

(5) Se vocês me derem, **além de** eu ficar feliz voês estarão contribuindo com a natureza [15/7A/6N].

---

acordo com uma análise que considera a forma como esses MJs preenchem os espaços de junção em cada texto em que ocorrem como técnica juntiva.

<sup>80</sup> Com isso, se aceita que o mesmo MJ poderia assumir-se como *rastro* do eixo 1 se ocupasse um espaço de junção em que o seu sentido fosse atualizado mediante inferências e trânsitos semânticos que o distanciasse de seu uso prototípico e o aproximasse do contexto de enunciação enquanto gesto enunciativo.

(6) Ø Elas são lindas, Ø confortáveis, Ø coloridas e a garota propaganda é a cantora Katy Perry [15/7A/6N].

Em (5) e (6), extraídas da TD argumentativa, ilustram-se, respectivamente, MJs hipotáticos e paratáticos que, nesta proposta, são interpretados como rastros da circulação do sujeito pelo eixo 2, a partir da implementação de diferentes funcionamentos juntivos. O MJ “além de”, com sentido de adição, apresenta-se de forma intercalada, na estrutura condicional. Nesse sentido, o arranjo da articulação tática convencional entre os sentidos de condição e adição, na função de somar argumentos, numa proposição hipotética/eventual, permite associar o uso do MJ, no espaço de junção que ocupa, à circulação do sujeito pela escrita institucionalizada.

Por outro lado, em (6), a associação com o segundo eixo, embora se trate de justaposição com a acepção mais concreta de *adição*,<sup>81</sup> fundamenta-se no modo como os enunciados são acrescentados, obedecendo a um paralelismo sintático, bastante regular, com uma listagem fechada que traz o último elemento inserido por “e”, de forma também convencional.<sup>82</sup>

Para a discussão dos resultados, coloca-se em foco o terceiro objetivo específico deste trabalho, a saber: relacionar o funcionamento dos MJs às características das TDs *narrativa* e *argumentativa*, tomando como base os resultados já apresentados, relativos aos objetivos específicos (i) e (ii). Para tal, parte-se da pergunta de pesquisa: o que os resultados descritivo-analíticos do funcionamento dos MJs podem revelar acerca da aquisição dessas tradições (narrativa e argumentativa) em correlação com as relações entre o sujeito e a linguagem a partir da (sua) imagem do modo escrito de enunciação? Considerando, de partida, a hipótese de que as condições de produção de TDs distintas são determinantes para a circulação do escrevente pelo (seu) imaginário sobre a (sua) escrita e, conseqüentemente, para o funcionamento dos elementos juntivos no âmbito textual – como depreendido nos resultados apresentados –, a análise dos textos da tradição narrativa mostrou uma recorrência das TDs *conto*, *diálogo* e *expositiva* na composicionalidade do narrar, enquanto a dos textos da tradição argumentativa permitiu

---

<sup>81</sup> É recorrente a associação dos usos de justaposição aditiva a indícios da circulação do sujeito por sua imagem de escrita em sua suposta gênese (eixo 1), a partir de uma análise que vincula tais usos a gestos enunciativos que apontam para o momento da enunciação numa relação que plasma escrita/fala (cf. LOPES-DAMASIO, 2020, 2019).

<sup>82</sup> Esse tipo de dado mostra que o mesmo MJ pode assumir efeitos da circulação do sujeito por eixos distintos a depender, exclusivamente, da forma como se mostra na materialidade do texto ou ocupa os espaços de junção no processo de construção dos sentidos no texto.

a constatação de resultados que apontam a tendência de sua composicionalidade com as TDs *descritiva*, *listagem* e *expositiva*.

Nessa linha, os textos narrativos são construídos a partir da relação entre fatos narrados que se sucedem, numa sequencialidade temporal, com pontos de simultaneidade, que indiciam uma dramaticidade maior ao narrado, e com relações causais que se sustentam na intrínseca associação entre esses mesmos fatos. Nesse contexto, no espaço da TD *expositiva*, são apresentadas considerações que contextualizam o leitor acerca do “rompimento amoroso” e da “grande conquista”, que caracterizam, respectivamente, cada uma das duas propostas de produção textual, com base nas quais os textos foram desenvolvidos. A TD *conto* apresenta-se a partir, não apenas de sua relação com a narrativa propriamente dita, mas também de sua composicionalidade com outras tradições, como a TD “*Era uma vez*” e a TD *diálogo*, caracterizada, especialmente, na apresentação de discursos direto e indireto e em trechos que remetem à relação locutor/escrevente-interlocutor/leitor. Desse modo, as TDs identificadas constituem o que é tradicionalmente esperado nos textos do narrar, apontando, pois, para a circulação do sujeito por práticas discursivas que se lhe apresentam de forma convencional.

Por sua vez, de acordo com as propostas de produção textual que fomentaram os textos tomados como pertencentes à TD argumentativa, a TD *descritiva* assume importância no jogo de convencimento do outro/leitor, seja para persuadi-lo, a partir da descrição, a comprar o presente que é desejado e pedido na “carta argumentativa”, seja para persuadi-lo, novamente a partir da descrição, a ficar do lado daquele que “relata uma mudança de vida”. A TD *listagem* associa-se à recursividade que atinge os usos causais, na relação causa-efeito, ao longo dos textos, e também se constitui num movimento de inserção de conteúdo novo, que, ao mesmo tempo, faz o texto progredir e viabiliza a argumentação, por meio do acréscimo de argumentos e contra-argumentos. Por fim, a TD *expositiva* ocorre, principalmente, no início dos textos, quando se introduz o seu tema, e, ao longo dos textos, na exposição dos argumentos ao leitor.

#### **4. Considerações finais**

Os resultados deste estudo, que buscou relações linguístico-discursivas entre MJs e as TDs narrativa e argumentativa, no modo escrito de enunciar, mostraram que, na análise do eixo tático (parataxe e hipotaxe), a arquitetura paratática prevalece, nas duas TDs (narrativa e argumentativa), indiciando, pois, aspectos *fixos* da circulação do sujeito pela escrita, no que concerne à constituição sintática da (sua) textualização.

No eixo das relações semânticas, na TD narrativa, as relações de *tempo*, *causa* e *adição*, nessa ordenação, foram as mais frequentes e mostraram que o sujeito circula por textos que se apresentam, para ele, como tradicionais. Na TD argumentativa, as relações de *adição*, *causa* e *contraste*, nessa ordenação, foram as mais frequentes e estão associadas a dois aspectos: (i) à aquisição dessa tradição de escrever, uma vez que a *adição* é a forma semanticamente mais concreta de desenvolvimento do texto; e (ii) à circulação do sujeito pelo universo argumentativo, indiciada pelas relações de *causa* e *contraste*, que, nos espaços de junção em que se materializam, nos textos, sinalizam o jogo de vozes presente na argumentação. Vale destacar que cada uma dessas relações de sentido se atualiza de formas *lacunares* nos espaços de junção que ocupam, quer nos textos narrativos quer nos argumentativos.

A escrita analisada permitiu reconhecer, nos espaços de junção e nas técnicas juntivas neles presentes, *rastros* mais recorrentes da circulação dos sujeitos pelo eixo da gênese da escrita. Os rastros relacionados à circulação dos sujeitos pelo eixo do código escrito institucionalizado foram mais frequentes nos textos da tradição argumentativa, o que se deve, prioritariamente, aos contextos de mesclas em que a TD listagem assume seu papel no argumentar, agregando informações novas, em esquemas de simples adição, construídos, prioritariamente, por meio do funcionamento da “justaposição” e “e”.

A simultaneidade dos eixos, no processo de textualização, compartimentados exclusivamente para a implementação metodológica desta análise, ao apontar para a dialogia com o já-falado/ouvido e escrito/lido, na composição da escrita, possibilita a identificação de aspectos linguísticos e discursivos que se complementam no funcionamento dos MJs, no espaço do texto, e, ao mesmo tempo, no funcionamento do próprio texto, naquilo que tem de novidade/atualização e experiência/tradição.

**Abstract:** This article aims to reach indications of linguistic-discursive relations between joining mechanisms (MJs) and narrative and argumentative discursive traditions (TDs) in the written way of enunciating. The study is based on a heterogeneous way of constituting writing (CORRÊA, 2004), associated with a conception of dialogical text based on the concept of TDs (KABATEK, 2006) and the functionalist model of junction (RAIBLE, 2001). In this theoretical-methodological framework, the description of children's writing is based on the joint consideration of linguistic and discursive aspects, which assume the MJs as a trace of the subject's circulation through the written way (LOPES-DAMASIO, 2020, 2019, 2017). The results achieved, from a qualitative-quantitative analysis, show traces that mark evidence of the subject's circulation through writing with regard to the syntactic constitution of textualization.

**Keywords:** heterogeneity of writing; discursive tradition; junction.

## Referências bibliográficas

CAPRISTANO, C. C. Um entre outros: a emergência da rasura na aquisição da escrita. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 13, n. 3, p. 667-694, set./dez. 2013.

CHIARELLI, G. A. A relevância do contexto na mudança por gramaticalização tempo>conclusão do juntor *então*. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 39, n. 1, p.132-141, 2010.

CORRÊA, M. L. G. Bases teóricas para o ensino da escrita. **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, v. 13, n. 3, p. 481-513, 2013.

\_\_\_\_\_. Heterogeneidade da escrita: a novidade da adequação e a experiência do acontecimento. **Filologia e Linguística Portuguesa**. 2007; 8, p. 269-286.

\_\_\_\_\_. **O modo heterogêneo de constituição da escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **O modo heterogêneo de constituição da escrita**. Tese (Doutorado em Linguística) Instituto de Estudos da linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

COSERIU, E. Creatividad y técnica lingüística. Los tres niveles del lenguaje. In: \_\_\_\_ **Lecciones de lingüística general**. Madrid: Gredos, 1981. p.269-286.

\_\_\_\_\_. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística*. RJ: Presença, 1979.

HALLIDAY, M. A. K. Above the clause: the clause complex. In. \_\_\_\_ **An introduction to Funcional Grammar**. New York: Arnold; 1985.

KABATEK, J. Introduccion. In \_\_\_\_ (ed.). **Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas**. Madrid: Iberoamericana; 2008.

\_\_\_\_\_. Tradições discursivas e mudança linguística. In: LOBO, T. et al. (Org.). **Para a história do português brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2006. Tomo II.

\_\_\_\_\_. Tradiciones discursivas jurídicas y elaboración lingüística en la España medieval. In: **Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévaux**. N°27, p. 249-261, 2004.

KOCH, P. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el exemplo del tratamiento vuestra merced em español, In: Kabatek J. (ed.). **Sintaxis histórica del español y cambio**

**lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas.** Madrid, Iberoamericana; 2008.

KORTMANN, B. **Adverbial Subordination:** a typology and History of Adverbial Subordinators Based on European Languages. Berlin-New York, Mouton de Gruyter; 1997.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Aquisição de tradições discursivas: marcas de uma escrita heterogeneamente constituída. **Alfa**, São Paulo, 55 (1), p. 225-248, 2011.

LOPES-DAMASIO, L. R. Junção e tradição discursiva na escrita infantil. **(Con)textos linguísticos**, v. 14, p. 136-156, 2020.

\_\_\_\_\_ O movimento linguístico-discursivo na aquisição da escrita: uma abordagem dos mecanismos de junção aditivos na construção de sentidos no texto. **Filologia e Linguística Portuguesa.** (USP), v. 21, n.2, p. 147-170, 2019.

\_\_\_\_\_ Uma abordagem da circulação do sujeito pelo universo da escrita via mecanismos de junção. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 46 (3), p. 1041-1057, 2017.

\_\_\_\_\_ Para uma abordagem linguístico-discursiva da justaposição oracional: oral e escrito em praticas de letramento. **Alfa**, São Paulo, 60 (2), p. 287-317, 2016.

\_\_\_\_\_ Junção em contexto de aquisição de escrita: uma abordagem das tradições discursivas. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v.43, n.3, p.1371-1386, 2014.

LOPES-DAMASIO, L. R.; SILVA, P. C. S. A produção textual escrita: junção e(m) aquisição. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, v.60 n.3 p. 723-742 - set./dez. 2018.

RAIBLE, W. Linking clauses. In: Haspelmath M. et al. (Ed). **Language typology and language universals: an international handbook.** Berlin: Walter de Gruyter; 2001. p. 590-617.

# CONEXÃO E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NOS PCN E NA BNCC

## CONNECTION AND PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING IN THE PCN AND THE BNCC

Lúcia Deborah Araujo (CPII)  
Claudia Moura da Rocha (UERJ)

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo discutir brevemente como os documentos oficiais brasileiros sobre ensino, como PCN e BNCC, abordam o uso de conectivos e a conexão de orações no ensino de língua portuguesa. Os estudos desenvolvidos por Costa Val (2006), Koch e Elias (2006; 2009), Antunes (2005) ofereceram a base teórica para nossa análise. Esses trabalhos conferem relevância a ensinar os alunos a empregarem com eficiência os mecanismos de coesão, especialmente os conectivos. Foi realizada uma análise qualitativa comparando as abordagens e metas estabelecidas tanto pelos PCN quanto pela BNCC para os diferentes níveis de ensino. A pesquisa demonstrou que o tema é abordado em tais documentos em meio à discussão dos fatores de textualidade (coesão e coerência) e do uso de recursos linguísticos responsáveis por garantir a coesão referencial e sequencial. Percebeu-se que a abordagem proposta por cada um dos documentos pode ser bastante diferente. No Ensino Fundamental, os recursos de conexão são apresentados aos alunos de maneira formal. No Ensino Médio, porém, supõe-se que os alunos já administram com eficiência todos esses recursos linguísticos, portanto o assunto não aparece em tópicos individualizados, mas como substrato para leitura e escrita.

**Palavras-chave:** conexão; BNCC; PCN; ensino de língua portuguesa; conectivos

### Introdução

O III Seminário do CCO (Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações) é um evento já consagrado no meio acadêmico por proporcionar a apresentação de pesquisas acerca dos conectivos e da conexão de orações, representativas de diferentes perspectivas teóricas. Dentre essas pesquisas, destacam-se, por sua relevância, as voltadas para o ensino. Por essa razão, a proposta do Simpósio 7, *Conexão e Ensino*, organizado por nós, era congregar trabalhos, de diferentes abordagens teóricas, que demonstrassem o que se tem feito em termos de ensino e conexão de orações, sempre tendo por fundamento o trabalho com o texto e não mais o emprego de frases soltas e descontextualizadas, visando meramente a uma abordagem da nomenclatura gramatical.

Foram apresentados 4 trabalhos que versaram sobre variados temas, como uma análise da ocorrência dos pronomes relativos em textos de graduandos de Letras do Instituto Federal Fluminense; uma reflexão para o ensino da cláusula hipotática de modo e a construção da argumentação; uma análise à luz da Sistêmico-Funcional da leitura literária e a conexão de orações; e um relato de experiência presencial e remota realizada

com o 9º ano do Ensino Fundamental a partir da análise dos conectivos presentes na letra da canção intitulada “Eduardo e Mônica”.

Nosso intuito, com este texto, é fazer uma breve revisão do que os documentos oficiais orientam sobre a abordagem dos conectivos e da conexão de orações no ensino de língua portuguesa, mais especificamente verificar se tais documentos tratam da relevância de se ensinar ao aluno a identificar nos textos lidos e a empregar nos textos produzidos por ele os mecanismos responsáveis pela coesão textual para que alcance a coerência nos textos produzidos.

É comum ouvir que os alunos escrevem mal, têm dificuldades em encontrar o que dizer, ou seja, faltam-lhes ideias sobre o que escrever, no entanto, muitas vezes o que ocorre é que essas ideias são mal organizadas e articuladas no texto. Decorre dessa constatação mais uma evidência da importância de se estudar o tema.

Antes de passarmos à análise dos documentos oficiais, faremos uma breve revisão da literatura sobre o tema em estudos desenvolvidos por autoras de destaque na área e a quem muitos estudiosos e professores recorrem, como Costa Val (2006), Koch e Elias (2006; 2009), Antunes (2005).

Em seguida, procederemos à análise, que não se pretende definitiva nem exaustiva, dos documentos oficiais sobre o ensino de língua portuguesa e o que eles orientam no tocante ao ensino de conexão. Em primeiro lugar, analisaremos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e, posteriormente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em relação ao ensino fundamental (2º segmento) e ao ensino médio.

## **1. Pressupostos teórico-metodológicos (breve revisão da literatura sobre coesão e coerência)**

É inegável a relevância da coesão para a produção de textos coerentes, bem escritos, organizados adequadamente e bem articulados. Não sem motivo, a coesão foi apontada como um dos sete fatores de textualidade por Beaugrande e Dressler. A textualidade é o que caracteriza um texto como tal, o que faz dele um texto propriamente dito.

Segundo Costa Val (2006, p. 6), a partir da contribuição desses dois autores, a coesão é “a manifestação linguística da coerência; advém da maneira como os conceitos e relações subjacentes são expressos na superfície textual”. A coesão é a responsável pela unidade formal do texto, sendo construída pela presença de mecanismos gramaticais (como os pronomes anafóricos, os artigos, a elipse, a concordância, a correlação entre os

tempos verbais, as conjunções, dentre outros) e lexicais (como a reiteração, a substituição e a associação). (COSTA VAL, 2006, p. 6-7)

Irané Antunes (2005, p. 47) esclarece que a coesão é “*essa propriedade pela qual se cria e se sinaliza toda espécie de ligação, de laço, que dá ao texto unidade de sentido ou unidade temática.*” (grifos da autora)

Como se percebe, a coesão está relacionada aos mecanismos presentes na superfície textual (ou seja, dotados de materialidade linguística) responsáveis por ligar os elementos do texto, sejam eles palavras, sintagmas, sejam orações e até mesmo parágrafos, garantindo a produção dos sentidos. No entanto, apesar de relevante, a coesão não é totalmente imprescindível. Há textos com poucos ou nenhum elemento coesivo, mas nem por isso menos coerentes. Há textos com a presença de elementos coesivos e bem pouco coerentes. Isso ocorre porque a coesão não é condição necessária nem suficiente para que um texto se torne coerente:

As noções de coesão e coerência foram sofrendo alterações significativas no decorrer do tempo. Inicialmente, os dois conceitos praticamente se confundiam e, por isso, os dois termos eram, muitas vezes, usados indiferentemente. Mas, à medida que se modificava a concepção de texto, eles passaram a diferenciar-se de forma decisiva.

O primeiro passo foi constatar que **a coesão não é condição necessária nem suficiente da coerência**: as marcas de coesão encontram-se no texto (“tecem o tecido do texto”), enquanto a coerência não se encontra no texto, mas constrói-se a partir dele, em dada situação comunicativa, com base em uma série de fatores de ordem semântica, cognitiva, pragmática e interacional. (KOCH; ELIAS, 2006, p. 186) (grifos das autoras)

Isso ocorre porque há outros elementos que podem auxiliar a estabelecer a coerência de um texto: a presença de palavras pertencentes ao mesmo campo lexical ou o emprego de elementos suprasegmentais, como o ritmo, por exemplo.

Sobre a coerência, Antunes, assim como Koch e Elias, lembra que ela ultrapassa os limites da superfície textual ou de sua materialidade linguística:

A coerência não é, portanto, uma propriedade estritamente linguística nem se prende, apenas, às determinações meramente gramaticais da língua. Ela supõe tais determinações linguísticas; mas as ultrapassa. E, então, o limite é a funcionalidade do que é dito, os efeitos pretendidos, em função dos quais escolhemos esse ou aquele jeito de dizer as coisas. (ANTUNES, 2005, p. 176)

(...) **a noção de coerência não se aplica, isoladamente, ao texto, nem ao autor, nem ao leitor, mas se estabelece na relação entre esses três elementos.** Em outras palavras, isso significa dizer que, na atividade de escrita entendida em perspectiva interacional, a coerência não se “localiza” no texto, também não se localiza apenas nas intenções do autor, nem apenas nos conhecimentos e experiências do leitor, mas na conjunção desses fatores. (KOCH; ELIAS, 2009, p. 194)

Apesar de a coerência não decorrer necessariamente da presença de elementos coesivos, a produção de textos bem articulados, e para tal o emprego de mecanismos coesivos contribui sobremaneira, é o que os professores pretendem para seus alunos. Sobre a relevância desse fator de textualidade para a construção do sentido, esclarece Antunes (2005, p. 47-48):

De certa forma, no segmento anterior, vimos implicitamente definindo qual seja a função da coesão: a de criar, estabelecer e sinalizar os laços que deixam os vários segmentos do texto ligados, articulados, encadeados. Reconhecer, então, que um texto está coeso é reconhecer que suas partes — como disse, das palavras aos parágrafos — não estão soltas, fragmentadas, mas estão ligadas, unidas entre si.

Daí que a *função da coesão* é exatamente a de promover a *continuidade do texto*, a sequência interligada de suas partes, para que não se perca o fio de unidade que garante a sua interpretabilidade. Os autores Halliday & Hasan (1976), definindo a coesão, apelam para a metáfora de “laço”, no intuito de mostrar que, no texto, cada segmento precisa estar atado, preso, pelo menos, a um outro, de sorte que não há “pontas soltas”, ou pedaços que não se juntam a nenhum outro.

A autora é categórica sobre a função da coesão (seu papel de articulação das ideias para a continuidade dos sentidos):

Daí que o conhecimento do valor semântico das palavras de um texto ainda não é suficiente para se apreender seu sentido global. É preciso, antes de tudo, *saber estabelecer relações*, fazer ligações entre as diferentes unidades — indo e voltando.

Em suma — e retomando o ponto da função da coesão —, quando pretendemos que nossos textos sejam coesos, pretendemos que seja preservada sua *continuidade*, a sequência interligada de suas partes, para que se efetive a unidade do sentido e das intenções de nossa interação verbal. Para que, afinal, possamos nos fazer entender com sucesso. (ANTUNES, 2005, p. 49)

É inegável que, para produzir um texto bem escrito, não bastam boas ideias. É comum estudiosos e professores apontarem essa lacuna como uma das causas das dificuldades dos alunos na hora de escrever. No entanto, não é suficiente apenas ter boas ideias. É necessário organizá-las e articulá-las de maneira clara. Organizá-las de acordo com relações de causa, consequência, condição, tempo, concessão, dentre outras, e relacioná-las, articulá-las empregando os conectivos mais adequados a transmitirem essas relações. Nesse sentido, a escola assume protagonismo, ao apresentar ao discente recursos linguísticos e ferramentas discursivas capazes de operar a coesão e construir a coerência textual, oferecendo-lhe condições de enfrentar e superar as dificuldades encontradas no processo de produção do texto.

Passemos ao que os documentos oficiais nos têm a dizer sobre tão relevante tema.

## 2. Análise dos documentos oficiais

Desde o final dos anos 90, o ensino recebeu novos balizadores. Primeiramente, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), documento oficial publicado em 1998 para nortear o ensino no país. Pretendia-se oferecer aos professores indicações do que deveria ser ensinado, a fim de que os alunos de diferentes regiões do país tivessem acesso a um ensino de qualidade e fosse reduzida a desigualdade na apresentação de conteúdos e no desenvolvimento de habilidades. Mais adiante, já nos anos 2000, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pretendeu oferecer detalhamento para o ensino, sugerindo distribuição dos conteúdos por série e por áreas do conhecimento, além de definir abordagens a serem realizadas pelos docentes.

Faremos, a seguir, um apanhado a partir desses documentos oficiais, buscando compreender como o tema da conexão é tratado neles e o que se apresenta como diretriz para o ensino desse tópico.

### *2.1. O tratamento da conexão em documentos oficiais de LP do ensino fundamental (2º segmento)*

No âmbito do ensino de língua portuguesa, os PCN podem ser considerados um documento inovador, pois indicavam que o trabalho pedagógico deveria ser baseado em textos, mais especificamente nos gêneros textuais, e não no ensino descontextualizado de nomenclatura gramatical. Outros aspectos inovadores propostos foram a aceitação da variação linguística, o trabalho com a oralidade e a reflexão linguística, tomando por base o uso.

O documento propõe, além de uma didática voltada para a produção e a interpretação de textos, a atividade metalinguística (a reflexão linguística baseada nos usos). Nessa perspectiva, não se questiona ou condena o ensino de conteúdos de natureza gramatical, mas a abordagem descontextualizada e puramente classificatória que costumava (e ainda costuma) ocorrer:

Assim, não se justifica tratar o ensino gramatical desarticulado das práticas de linguagem. É o caso, por exemplo, da gramática que, ensinada de forma descontextualizada, tornou-se emblemática de um conteúdo estritamente escolar, do tipo que só serve para ir bem na prova e passar de ano — uma prática pedagógica que vai da metalíngua para a língua por meio de exemplificação, exercícios de reconhecimento e memorização de terminologia. Em função disso, discute-se se há ou não necessidade de ensinar gramática.

Mas essa é uma falsa questão: a questão verdadeira é o que, para que e como ensiná-la (BRASIL, 1998, p. 28)

Por outro lado, não se podem desprezar as possibilidades que a reflexão linguística apresenta para o desenvolvimento dos processos mentais do sujeito, por meio da capacidade de formular explicações para explicitar as regularidades dos dados que se observam a partir do conhecimento gramatical implícito.

Entretanto, prática de análise linguística não é uma nova denominação para ensino de gramática.

Quando se toma o texto como unidade de ensino, os aspectos a serem tematizados não se referem somente à dimensão gramatical. Há conteúdos relacionados às dimensões pragmática e semântica da linguagem, que por serem inerentes à própria atividade discursiva, precisam, na escola, ser tratados de maneira articulada e simultânea no desenvolvimento das práticas de produção e recepção de textos.

Quando se toma o texto como unidade de ensino, ainda que se considere a dimensão gramatical, não é possível adotar uma categorização preestabelecida. Os textos submetem-se às regularidades linguísticas dos gêneros em que se organizam e às especificidades de suas condições de produção: isto aponta para a necessidade de priorização de alguns conteúdos e não de outros. Os alunos, por sua vez, ao se relacionarem com este ou aquele texto, sempre o farão segundo suas possibilidades: isto aponta para a necessidade de trabalhar com alguns desses conteúdos e não com todos. (BRASIL, 1998, 78-79)

No tocante à coesão textual, ele nos apresenta as seguintes orientações:

a) quanto à dificuldade apresentada ao aluno ao se relacionar com os diversos aspectos do conhecimento discursivo e linguístico nas práticas de recepção e produção de linguagem, há a menção à organização sintática dos enunciados (tamanho das frases, ordem dos constituintes, inversão, deslocamento e, mais especificamente, a relação de coordenação e subordinação) (BRASIL, 1998, p. 37);

b) quanto ao processo de produção de textos escritos, há menção aos processos de sequenciação e referenciação, respectivamente, quando informa que se espera que o aluno redija diferentes tipos de textos, estruturando-os de maneira a garantir “a relevância das partes e dos tópicos em relação ao tema e propósitos do texto; a continuidade temática” e “a explicitação de relações entre expressões mediante recursos linguísticos apropriados (retomadas, anáforas, conectivos), que possibilitem a recuperação da referência por parte do destinatário” (BRASIL, 1998, p. 51).

Em relação aos conteúdos referentes à prática de produção de textos escritos, há menção aos mecanismos que devem ser empregados a fim de garantir coerência e coesão textuais (observa-se a indicação de recursos relacionados a sequenciação, referenciação e orientação argumentativa):

(...) utilização de mecanismos discursivos e linguísticos de coerência e coesão textuais, conforme o gênero e os propósitos do texto, desenvolvendo diferentes critérios:

- de manutenção da continuidade do tema e ordenação de suas partes;
- de seleção apropriada do léxico em função do eixo temático;
- de manutenção do paralelismo sintático e/ou semântico;
- de suficiência (economia) e relevância dos tópicos e informações em relação ao tema e ao ponto de vista assumido;
- de avaliação da orientação e força dos argumentos;
- de propriedade dos recursos linguísticos (repetição, retomadas, anáforas, conectivos) na expressão da relação entre constituintes do texto (...) (BRASIL, 1998, p. 58-59)

Quanto à prática de análise linguística, no reconhecimento das características dos diferentes gêneros de texto, quanto ao conteúdo temático, à construção composicional e ao estilo, indica que o aluno deve identificar as “marcas linguísticas específicas (seleção de processos anafóricos, marcadores temporais, operadores lógicos e argumentativos, esquema dos tempos verbais, dêiticos etc.)” (BRASIL, 1998, p. 59-60).

Ainda na prática de análise linguística, o documento menciona, ao indicar que se realize com o aluno a comparação dos fenômenos linguísticos observados na fala e na escrita nas diferentes variedades, a predominância da parataxe e da coordenação sobre as estruturas de subordinação (BRASIL, 1998, p. 60-61); e a “expansão mediante coordenação e subordinação de relações entre sentenças em parataxe (simplesmente colocadas lado a lado na sequência discursiva)” (BRASIL, 1998, p. 62).

Quase duas décadas depois, a partir da necessidade de atualizar e adequar o ensino a demandas da atualidade, foi proposta a *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC). Entre as inovações propostas pelo documento, está a reunião das antigas disciplinas de língua portuguesa, arte, educação física e língua inglesa na área das linguagens. A língua inglesa integra essa área apenas nos anos finais do ensino fundamental. O documento propõe mudanças a fim de viabilizar ao aluno “participar de práticas de linguagem diversificadas, que lhes permitam ampliar suas capacidades expressivas, em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, como também seus conhecimentos sobre essas linguagens (...)”. (BRASIL, 2018, p. 63)

O documento dialoga com documentos e orientações curriculares anteriores, buscando atualizá-los em relação às pesquisas recentes; assume perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, como nos PCN. Também é recomendada a centralidade do texto como unidade de trabalho. (BRASIL, 2018, p. 67)

Tal proposta assume a centralidade do **texto** como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses. (BRASIL, 2018, p. 67)

(...) Na esteira do que foi proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o texto ganha centralidade na definição dos conteúdos, habilidades e objetivos, considerado a partir de seu pertencimento a um gênero discursivo que circula em diferentes esferas/campos sociais de atividade/comunicação/uso da linguagem. Os conhecimentos sobre os gêneros, sobre os textos, sobre a língua, sobre a norma-padrão, sobre as diferentes linguagens (semioses) devem ser mobilizados em favor do desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens, que, por sua vez, devem estar a serviço da ampliação das possibilidades de participação em práticas de diferentes esferas/campos de atividades humanas. (BRASIL, 2018, p. 67)

Os eixos de integração propostos na BNCC, segundo o próprio documento esclarece, são os já consagrados em documentos curriculares oficiais de língua portuguesa, correspondendo às práticas de linguagem: oralidade, leitura/escuta, produção (escrita e multissemiótica) e análise linguística/semiótica (que envolve conhecimentos linguísticos — sobre o sistema de escrita, o sistema de língua e a norma-padrão —, textuais, discursivos e sobre os modos de organização e os elementos de outras semioses). (BRASIL, 2018, p. 71)

Também se identifica a preocupação de esclarecer, assim como ocorre nos PCN, que os estudos de natureza teórica e metalinguística não são um fim em si mesmos, mas levam à prática de reflexão da língua, permitindo ao aluno ampliar sua capacidade de uso da língua em leitura e produção textual (BRASIL, 2018, p. 71).

Ao longo do documento, encontram-se menções:

a) aos fatores de textualidade, como a coesão e a coerência, e aos operadores de conexão:

Assim, no que diz respeito à linguagem verbal oral e escrita, as formas de composição dos textos dizem respeito à coesão, coerência e organização típica (forma de composição) do gênero em questão. (BRASIL, 2018, p. 80)

Análise linguística/semiótica – Estilo:

(EF69LP18) Utilizar, na escrita/reescrita de textos argumentativos, recursos linguísticos que marquem as relações de sentido entre parágrafos e enunciados do texto e operadores de conexão adequados aos tipos de argumento e à forma de composição de textos argumentativos, de maneira a garantir a coesão, a coerência e a progressão temática nesses textos ('primeiramente, mas, no entanto, em primeiro/segundo/terceiro lugar, finalmente, em conclusão' etc.). (BRASIL, 2018, p. 144-145)

Leitura – Apreciação e réplica:

(EF69LP31) Utilizar pistas linguísticas — tais como 'em primeiro/segundo/terceiro lugar', 'por outro lado', 'dito de outro modo', 'isto é', 'por exemplo' — para compreender a hierarquização das proposições, sintetizando o conteúdo dos textos. (BRASIL, 2018, p. 150-151)

Produção de textos – Textualização, tendo em vista suas condições de produção, as características do gênero em questão, o estabelecimento de coesão, adequação à norma-padrão e o uso adequado de ferramentas de edição:

(EF67LP10) Produzir notícia impressa tendo em vista características do gênero — título ou manchete com verbo no tempo presente, linha fina (opcional), lide, progressão dada pela ordem decrescente de importância dos fatos, uso de 3ª pessoa, de palavras que indicam precisão —, e o estabelecimento adequado de coesão e produzir notícia para TV, rádio e internet, tendo em vista, além das características do gênero, os recursos de mídias disponíveis e o manejo de recursos de captação e edição de áudio e imagem. (BRASIL, 2018, p. 164-165)

Produção de textos – Textualização de textos argumentativos e apreciativos:

(EF08LP03) Produzir artigos de opinião, tendo em vista o contexto de produção dado, a defesa de um ponto de vista, utilizando argumentos e contra-argumentos e articuladores de coesão que marquem relações de oposição, contraste, exemplificação, ênfase. (BRASIL, 2018, p. 178-179)

b) ao fenômeno da progressão temática:

Sintaxe: Perceber a correlação entre os fenômenos de concordância, regência e retomada (progressão temática — anáfora, catáfora) e a organização sintática das sentenças do português do Brasil. (BRASIL, 2018, p. 83);

Oralidade - Planejamento e produção de textos jornalísticos orais:

(EF69LP12) Desenvolver estratégias de planejamento, elaboração, revisão, edição, reescrita/*redesign* (esses três últimos quando não for situação ao vivo) e avaliação de textos orais, áudio e/ou vídeo, considerando sua adequação aos contextos em que foram produzidos, à forma composicional e estilo de gêneros, a clareza, progressão temática e variedade linguística empregada, os elementos relacionados à fala, tais como modulação de voz, entonação, ritmo, altura e intensidade, respiração etc., os elementos cinésicos, tais como postura corporal, movimentos e gestualidade significativa, expressão facial, contato de olho com plateia etc. (BRASIL, 2018, p. 144-145)

Análise linguística/semiótica – Textualização/Progressão temática:

(EF67LP25) Reconhecer e utilizar os critérios de organização tópica (do geral para o específico, do específico para o geral etc.), as marcas linguísticas dessa organização (marcadores de ordenação e enumeração, de explicação, definição e exemplificação, por exemplo) e os mecanismos de paráfrase, de maneira a

organizar mais adequadamente a coesão e a progressão temática de seus textos. (BRASIL, 2018, p. 168-169)

Análise linguística/semiótica – Textualização/ Progressão temática:

(EF89LP29) Utilizar e perceber mecanismos de progressão temática, tais como retomadas anafóricas ('que, cujo, onde', pronomes do caso reto e oblíquos, pronomes demonstrativos, nomes correferentes etc.), catáforas (remetendo para adiante ao invés de retomar o já dito), uso de organizadores textuais, de coesivos etc., e analisar os mecanismos de reformulação e paráfrase utilizados nos textos de divulgação do conhecimento. (BRASIL, 2018, p. 184-185)

c) à coesão referencial, à sequencial e aos mecanismos linguísticos:

Análise linguística/semiótica – Semântica/ Coesão:

(EF06LP12) Utilizar, ao produzir texto, recursos de coesão referencial (nome e pronomes), recursos semânticos de sinonímia, antonímia e homonímia e mecanismos de representação de diferentes vozes (discurso direto e indireto).

(EF07LP12) Reconhecer recursos de coesão referencial: substituições lexicais (de substantivos por sinônimos) ou pronominais (uso de pronomes anafóricos — pessoais, possessivos, demonstrativos). (BRASIL, 2018, p. 172-173)

Análise linguística/semiótica – Coesão:

(EF67LP36) Utilizar, ao produzir texto, recursos de coesão referencial (léxica e pronominal) e sequencial e outros recursos expressivos adequados ao gênero textual.

(EF07LP13) Estabelecer relações entre partes do texto, identificando substituições lexicais (de substantivos por sinônimos) ou pronominais (uso de pronomes anafóricos — pessoais, possessivos, demonstrativos), que contribuem para a continuidade do texto. (BRASIL, 2018, p. 174-175)

Análise linguística/ semiótica – Semântica:

(EF08LP14) Utilizar, ao produzir texto, recursos de coesão sequencial (articuladores) e referencial (léxica e pronominal), construções passivas e impessoais, discurso direto e indireto e outros recursos expressivos adequados ao gênero textual. (BRASIL, 2018, p. 190-191)

d) à forma de organização dos períodos em coordenação e subordinação:

Sintaxe: Conhecer e analisar a organização sintática canônica das sentenças do português do Brasil e relacioná-la à organização de períodos compostos (por coordenação e subordinação). (BRASIL, 2018, p. 83)

Análise linguística/semiótica – Morfossintaxe:

(EF06LP07) Identificar, em textos, períodos compostos por orações separadas por vírgula sem a utilização de conectivos, nomeando-os como períodos compostos por coordenação.

(EF06LP08) Identificar, em texto ou sequência textual, orações como unidades constituídas em torno de um núcleo verbal e períodos como conjunto de orações conectadas.

(EF06LP09) Classificar, em texto ou sequência textual, os períodos simples compostos (*sic*).

(EF07LP11) Identificar, em textos lidos ou de produção própria, períodos compostos nos quais duas orações são conectadas por vírgula, ou por conjunções que expressem soma de sentido (conjunção ‘e’) ou oposição de sentidos (conjunções ‘mas’, ‘porém’). (BRASIL, 2018, p. 172-173)

Análise linguística/ semiótica – Morfossintaxe:

(EF08LP11) Identificar, em textos lidos ou de produção própria, agrupamento de orações em períodos, diferenciando coordenação de subordinação.

(EF08LP12) Identificar, em textos lidos, orações subordinadas com conjunções de uso frequente, incorporando-as às suas próprias produções.

(EF09LP08) Identificar, em textos lidos e em produções próprias, a relação que conjunções (e locuções conjuntivas) coordenativas e subordinativas estabelecem entre as orações que conectam. (BRASIL, 2018, p. 188-189)

e) aos efeitos de sentido provocados pelo emprego dos recursos coesivos:

Análise linguística/ semiótica - Morfossintaxe:

(EF08LP13) Inferir efeitos de sentido decorrentes do uso de recursos de coesão sequencial: conjunções e articuladores textuais. (BRASIL, 2018, p. 188-189)

Análise linguística/ semiótica – Coesão:

(EF09LP11) Inferir efeitos de sentido decorrentes do uso de recursos de coesão sequencial (conjunções e articuladores textuais). (BRASIL, 2018, p. 190-191)

Observe-se, nos objetivos propostos, o emprego de verbos como *utilizar*, *reconhecer/perceber*, *identificar*, *inferir*. Alguns são mais recorrentes, como *utilizar*, o que denota preocupação com o emprego de recursos coesivos na produção textual; ou ainda o verbo *identificar*, que remete à análise do material linguístico; por sua vez, o verbo *inferir* ocorre duas vezes: relaciona-se aos efeitos de sentido que o aluno não precisa saber explicar, mas é capaz de inferir.

## 2.2. O tratamento da conexão em documentos oficiais de LP do Ensino Médio

A implementação do Novo Ensino Médio, prevista para 2022, mas adiada para 2023, induz a uma revisão dos conteúdos a serem tratados ao longo do percurso escolar do Ensino Médio, tendo em vista a oferta de uma estrutura curricular definida por uma

formação básica, com, no máximo, 1800 horas (correspondentes a 60% da carga horária total dessa etapa escolar), voltada para o atendimento à BNCC, e Itinerários Formativos com foco nas áreas de interesse do aluno e/ou em Formação Técnica (correspondendo aos restantes 40% da carga prevista). Português, Inglês e Matemática atuam como pilares obrigatórios em torno dos quais as demais disciplinas se distribuem, conforme a escolha do estudante, respeitando um mínimo de horas e disciplinas estabelecido para as diferentes áreas.

Assim, para efeito de reorganização curricular, é natural que o foco seja deslocado de alguns conteúdos para outros, podendo haver, inclusive, recortes dentre os assuntos usualmente apresentados no Ensino Médio tradicional. Tais alterações serão objeto de dedicação de escolas em geral e só dentro de algum tempo saberemos como, de fato, as escolhas terão sido definidas. Por ora, concentremos nossa atenção no que já se sabe que será obrigatório: o atendimento à BNCC. Vejamos como os PCN para o Ensino Médio tratam a conexão e, em seguida, abordaremos aspectos da BNCC.

Embora mantenha a linha mestra traçada para o trabalho com Linguagens no Ensino Fundamental, a seção dos PCN dedicada ao Ensino Médio insere o conteúdo de conexões nas Práticas de Análise Linguística, partindo do pressuposto de que já haja conhecimento das relações morfossintáticas inerentes ao estabelecimento de vínculos sintático-semânticos e das formas que as concretizam (conjunções, pronomes relativos, preposições) – conhecimento esse listado entre os conteúdos do Ensino Fundamental (vide habilidades ilustradas na seção anterior). No Ensino Médio, o foco recai no manejo linguístico e no uso social, tendo como objetivo final a eficiência do/da estudante nos variados gêneros textuais e discursivos:

O processo de ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa deve basear-se em propostas interativas língua/linguagem, consideradas em um processo discursivo de construção do pensamento simbólico, constitutivo de cada aluno em particular e da sociedade em geral. (BRASIL, 2000, p. 18)

O trabalho do professor é, então, preconizado como uma atuação focada nos procedimentos de leitura e produção de textos, que parte de uma gramática já internalizada pelo(a) estudante e busca desenvolvê-la e sistematizá-la, com vistas ao manejo eficiente das linguagens, sempre tendo como interesse os usos sociais:

O trabalho do professor centra-se no objetivo de desenvolvimento e sistematização da linguagem interiorizada pelo aluno, incentivando a verbalização da mesma e o domínio de outras utilizadas em diferentes esferas

sociais. Os conteúdos tradicionais de ensino de língua, ou seja, nomenclatura gramatical e história da literatura, são deslocados para um segundo plano. **O estudo da gramática passa a ser uma estratégia para compreensão/interpretação/produção de textos e a literatura integra-se à área de leitura** [*grifo nosso*]. (BRASIL, 2000, p. 18)

A escolha do texto como base para os trabalhos a serem desenvolvidos em torno da língua não é proposta recente; na realidade, remonta a debates pedagógicos que ganharam força nos anos 80. No entanto, sabe-se que a prática verificada em muitas instituições de ensino ainda está filiada a procedimentos escolares de caráter metódico, comuns nos anos 50/60 (e mesmo depois disso), que desconsideravam a sincronia e os usos populares e que, já naquela época, eram questionados por grandes professores e estudiosos da nossa língua, como Said Ali e Mattoso Câmara Jr.<sup>83</sup>, cujo pensamento crítico era impulsionado pelas teorias saussureanas. O que se propõe no documento PCN+, um conjunto de orientações aos docentes para aplicação dos parâmetros curriculares, está alinhado com uma visão aberta dos textos a serem usados em sala e preconiza uma postura pedagógica que valorize a diversidade de usos, parta do repertório linguístico dos alunos e contemple gêneros textuais cotidianos, evitando memorizações e regramentos artificiais:

Cabe à escola aprimorar a competência gramatical dos alunos, de modo a levá-los a gerar sequências próprias, consideradas como admissíveis e aceitáveis no interior da Língua Portuguesa, bem como compreender enunciados distintos. O desenvolvimento dessa competência não se dará, entretanto, pela simples memorização de regras de concordância ou de ortografia, tão alardeadas pela gramática normativa ou prescritiva. Ainda que a abordagem gramatical descritiva e prescritiva possa estar presente no ensino de língua, devem-se considerar as sequências linguísticas internalizadas de que o aluno faz uso nas situações cotidianas. Tal procedimento busca desenvolver, a partir dos níveis morfológico, lexical e sintático da língua, habilidades pontuais que, em seu conjunto, procuram garantir a aquisição paulatina de uma competência gramatical mais abrangente. (BRASIL, 2006, p. 57-8)

Isto posto, vejamos como a conexão surge na BNCC. Na seção que apresenta o trabalho a ser feito em Língua Portuguesa, especificamente, vemos a confirmação da premissa já anunciada pelos PCN de que o conhecimento do/da estudante acerca dos recursos linguísticos já esteja consolidado. Apesar de a realidade escolar muitas vezes

---

<sup>83</sup> Em seu *Estrutura da língua portuguesa*, publicado em 1969 a partir de textos produzidos entre 1956 e 1968, Câmara Jr. apresenta uma visão dos pronomes bem articulada com os usos; Said Ali, no clássico *Dificuldades da Língua Portuguesa*, especificamente no Prefácio à 2a. edição, critica o apego a normatizações artificiais e à “tortura de regras fixas” desconectadas da realidade sincrônica (ALI, Said. *Dificuldades da língua portuguesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: ABL : Biblioteca Nacional, 2008. Prefácio à 2a. edição, p. XII).

desmentir essa premissa, a BNCC também parte dela, entendendo que o trabalho realizado no Ensino Fundamental já constitui base suficiente para que o aluno se dedique a desenvolver formas de manejo do sistema. Portanto, as dimensões, habilidades e conteúdos são exatamente os mesmos do Ensino Fundamental, devendo a escola apenas aprofundá-los:

Uma vez que muitas habilidades já foram desenvolvidas e um grau de autonomia relativo às práticas de linguagem consideradas já foi alcançado, as habilidades passam a ser apresentadas no Ensino Médio de um modo próximo ao requerido pelas práticas sociais, muitas vezes misturando, ao mesmo tempo, escuta, tomada de nota, leitura e fala. (BRASIL, 2018, p. 501)

Realizamos uma varredura na seção do documento relativa às Habilidades de Língua Portuguesa em busca dos seguintes termos: sintaxe, sintático(a), conjunção/conjunções, conectivo(s), argumentação, argumentativo(s), subordinação, coordenação, operadores argumentativos. Obtivemos como resultado apenas uma habilidade, a EM13LP08, que apresenta os vocábulos *sintaxe*, *sintática(s)/o(s)*, *coordenação*, *subordinação*, que vêm grifados por nós para favorecer a identificação. Além desses, ocorrem também os vocábulos *concordância* e *regência*, especificamente relacionados à sintaxe:

**(EM13LP08)** Analisar elementos e aspectos da **sintaxe** do português, como a ordem dos constituintes da sentença (e os efeitos que causam sua inversão), a estrutura dos sintagmas, as **categorias sintáticas**, os processos de **coordenação** e **subordinação** (e os efeitos de seus usos) e a **sintaxe de concordância e de regência**, de modo a potencializar os processos de compreensão e produção de textos e a possibilitar escolhas adequadas à situação comunicativa. (BRASIL, 2018, p. 507)

O verbo *analisar* marca o propósito definidor da habilidade: refletir criticamente sobre parte do conteúdo gramatical. Ele voltará a aparecer com destaque nas demais habilidades de Língua Portuguesa, sobretudo nas que se vinculam explicitamente a conteúdos gramaticais (três no total). Isso permite inferir que o principal interesse desta disciplina, com respeito à língua, seu uso e suas variações, é o desenvolvimento de uma postura mental analítica, o que parece contradizer a vocação da BNCC de trabalhar usos cotidianos. Note-se que, ao selecionar como finalidade dessa análise a potencialização dos processos de compreensão e produção de textos, a Base evidencia o interesse nas potências de manejo do sistema em face dos objetivos específicos do falante, mas não indica a prática efetiva de utilização desses recursos em situações concretas. O mesmo se verifica na habilidade EM13LP09, voltada a uma análise comparativa das teorizações acerca da língua. Nela encontramos a indicação de um procedimento vinculado à

metalinguagem das abordagens gramaticais, ação situada no campo exclusivamente analítico, sem maior exercício prático. Novamente, grifos nossos:

**(EM13LP09) Comparar** o tratamento dado pela gramática tradicional e pelas gramáticas de uso contemporâneas em relação a diferentes tópicos gramaticais, de forma a **perceber** as diferenças de abordagem e o fenômeno da variação linguística e **analisar** motivações que levam ao predomínio do ensino da norma-padrão na escola. (BRASIL, 2018, P. 507)

Há, na verdade, uma única habilidade em que a conexão aparece, como parte do interesse nos processos coesivos, com menção às relações lógico-discursivas envolvidas. Essa habilidade tem como ação principal ‘estabelecer relações entre as partes do texto’ e, secundariamente, assinala o uso e o reconhecimento dos recursos coesivos e de seu papel na estruturação lógica do texto (os grifos são nossos):

**(EM13LP02) Estabelecer relações** entre as partes do texto, tanto na produção como na leitura/escuta, considerando a construção composicional e o estilo do gênero, **usando/reconhecendo adequadamente elementos e recursos coesivos diversos** que contribuam para a coerência, a continuidade do texto e sua progressão temática, e **organizando** informações, tendo em vista as condições de produção e as relações lógico-discursivas envolvidas (causa/efeito ou consequência; tese/argumentos; problema/solução; definição/exemplos etc.). (BRASIL, 2018, p. 506)

Assim, verificamos que os pontos relativos a conteúdos morfossintáticos e semânticos que nos interessaram de perto neste trabalho e no Simpósio proposto, materializados, sobretudo, nos conectivos em geral, não aparecem objetivamente na BNCC do Ensino Médio, nem mesmo na indicação de desenvolvimentos práticos, ligados à leitura e à produção de texto. Ao contrário, encontramos habilidades vinculadas à análise, sobretudo.

### 3. Resultados

Ambos os documentos estão em consonância com os estudos linguísticos do período em que foram publicados, adotando uma perspectiva enunciativo-discursiva, ou seja, levando em consideração o texto, o seu processo de produção, seus atores e seu contexto. Nos dois, o texto assume a centralidade do ensino e a abordagem dos conteúdos de natureza gramatical não visa a uma mera cobrança de nomenclatura, mas ao real domínio dos recursos linguísticos disponíveis, permitindo ao leitor ou ao produtor do texto maior proficiência na esfera comunicativa. No tocante à coesão, à coerência e à conexão das orações, o tema também é contemplado em ambos os documentos. São mencionados, por exemplo, os dois fatores de textualidade (coesão e coerência), os recursos linguísticos responsáveis por garantir a coesão (havendo menção à coesão referencial e sequencial), com destaque para os efeitos de sentido gerados, a progressão

temática e a forma de organização sintática dos períodos em coordenação e subordinação. Ressalve-se, apenas, a postura da BNCC para o Ensino Médio: essa seção do documento não evidencia o trabalho com a conexão, do ponto de vista prático, deixando ao docente o dever de estudar a seção dedicada ao Ensino Fundamental, cujo conteúdo é assumido como ponto de partida já consolidado, a ser revisto e aprofundado no Ensino Médio. Sabemos que há docentes que atuam exclusivamente no Ensino Médio – portanto, há sempre o risco de algum professor inferir equivocadamente que a conexão não demande maior interesse e, por isso, acabe não figurando entre os principais temas de aula. É claro que a realidade, marcada por balizadores como o Enem e concursos vestibulares, se encarrega de direcionar a prática pedagógica, conferindo à conexão a dimensão adequada nas rotinas das aulas de Língua Portuguesa.

O que verificamos comprova que os documentos oficiais reconhecem a relevância da coesão (e dos recursos linguísticos capazes de garanti-la) para a produção de textos coerentes, assim como podemos deduzir que os livros didáticos, uma vez que seguem as orientações e recomendações de tais documentos, também o devem fazer.

O grau de detalhamento quanto às atividades a serem desenvolvidas, observado nos descritivos de várias habilidades da área de Linguagens, nem sempre se verifica, quando analisadas as habilidades de Língua Portuguesa relativas às práticas linguísticas em torno da conexão. Com isso, produzem-se lacunas que deverão ser preenchidas pelo professor de língua materna.

Por fim, faz-se necessária também uma mudança na forma de trabalhar os textos em sala de aula, considerando o ponto de partida e de chegada do ensino de língua. Propostas enriquecedoras podem ser encontradas nos trabalhos que compuseram o Simpósio 7 da edição 2021 do Seminário CCO.

**Abstract:** This paper aims to briefly discuss how the Brazilian official documents on teaching, such as PCN and BNCC, approach the use of connectives and the connection of clauses in Portuguese language teaching. The studies developed by Costa Val (2006), Koch and Elias (2006; 2009), Antunes (2005) offered the theoretical basis for our analysis. These works provided relevance to teaching students how to efficiently manage the cohesion mechanisms, especially the connectives. A qualitative analysis was conducted comparing the approaches and goals established by both the PCN and BNCC for the different school levels. The survey showed that the connection is addressed in such documents amidst the discussion of the textuality factors (cohesion and coherence) and the use of linguistic resources responsible for guaranteeing referential and sequential cohesion. It was noticed that the approach proposed by each of the documents can be quite different. In

Elementary School, the connection resources are presented to the students in a formal way. In High School, however, it is assumed that the students already manage efficiently all those linguistic resources, so they don't show up as individualized topics, but as a substrate for reading and writing.

**Keywords:** connection; BNCC; PCN; portuguese language teaching; connectives

## Referências Bibliográficas

ANTUNES, Irandé. *Lutar com as palavras: coesão e coerência*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. 199 p.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018. 595 p.

BRASIL. *Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+)*. *Linguagens, Códigos e suas tecnologias*. Brasília: MEC, 2006. 244 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1998. 106 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio) – Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*. Brasília, 2000. 71 p.

COSTA VAL, Maria da Graça. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 133p.

KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006. 216 p.

KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda M. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2009. 220 p.

# ORALIDADE E ESCRITA: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MARCADORES DISCURSIVOS NA MODALIDADE ORAL DA LÍNGUA PORTUGUESA

## ORALITY AND WRITING: CONSIDERATIONS ABOUT DISCOURSE MARKERS IN THE ORAL MODALITY OF THE PORTUGUESE LANGUAGE

Bruna Marques Prazeres (PUC-SP)  
Danilo Silva Monteiro (PUC-SP)

**Resumo:** O objetivo deste artigo é trazer à tona algumas reflexões a respeito da oralidade da Língua Portuguesa e, principalmente, do processo de identificação dos marcadores discursivos na língua falada. Versando sobre os aspectos históricos do processo de identificação dos marcadores discursivos, suas funções e como operam, este trabalho pretende levantar pontos significativos que abarquem o estudo da modalidade oral da língua, uma vez que as pesquisas que tratam este assunto ainda têm muito a acrescentar no que diz respeito aos estudos da análise da conversação. Para tal reflexão, fundamentamo-nos teoricamente em Urbano (1999), Castilho (1998), Fávero (2010), Fernandes (2013), Silva (2014), Lourenço (2014) e Marcuschi (1986). Norteados por esse aporte teórico, pretendemos analisar a presença dos marcadores discursivos em recortes de interações da língua falada, realizados pelo Projeto de Norma Urbana Linguística Culta – NURC. Como resultado desta pesquisa, tem-se a compreensão de que os marcadores são elementos cujas funções inserem-se integralmente no campo interacional, colaborando para o desenvolvimento sociocognitivo interacional da língua, exercendo sua função como estratégia linguística.

**Palavras-chave:** Oralidade; Marcadores Discursivos; Marcadores conversacionais

### Introdução

Os estudos acerca dos marcadores textuais têm se mostrado um grande desafio para os pesquisadores, sobretudo no que diz respeito à abordagem realizada nas mais tradicionais gramáticas da Língua Portuguesa, posto que, até os dias atuais, estas são voltadas para a descrição e as reflexões da língua escrita. Sabe-se que, no entanto, a conversação é fundamental para nossa noção de organização social e manifesta-se também de forma estruturada. De acordo com Marcuschi (1986):

Parece claro que na análise da conversação não se podem empregar as mesmas unidades sintáticas que para a língua escrita. Tudo indica que as unidades, na conversação devem obedecer a princípios comunicativos para sua demarcação e não a princípios meramente sintáticos. (MARCUSCHI, 1986, p. 61)

Os sujeitos, ao interagirem através da conversação, recorrem a todo momento a estratégias para estabelecerem relações entre os turnos de fala. Por esse motivo, reafirmando os estudos de Marcuschi (1986), afirmar que a língua é apenas um código de comunicação é esquecer que é pela fala que os sujeitos manifestam e expressam suas

ideias de mundo, suas intenções, firmam seus papéis sociais nos contextos estabelecidos e principalmente, estabelecem, por meio de mecanismos linguísticos e metalinguísticos, relações de coesão e coerência. Nesse contexto, os marcadores discursivos ou marcadores conversacionais aparecem, segundo Marcuschi (1986), como “elos de ligação entre as unidades comunicativas, orientadores dos falantes entre si”. Portanto, para desenvolver o objetivo central deste artigo, tem-se como fundamental, o entendimento de marcadores discursivos na análise da conversação no contexto da língua portuguesa.

## **1. Os estudos da Análise da Conversação no Brasil e os Marcadores Discursivos**

Os estudos da conversação no Brasil apareceram, de maneira tardia em comparação a outros países, por volta do ano 1984. Desde então, muito se reflete a respeito do fenômeno da conversação e todos os seus mistérios e aspectos até então, pouco estudados. Dino Pretti, com a Transcrição dos inquéritos do projeto NURC e, posteriormente, “Projetos Paralelos, NURC-SP”, Luiz Antônio Marcuschi, com a primeira edição de Análise da Conversação, e Ataliba Teixeira de Castilho, com o Projeto Gramática do Português Falado, foram os pioneiros nos estudos da análise da conversação no Brasil e trouxeram visibilidade para o contexto da escrita e da oralidade.

É fundamental ressaltar, no entanto, que embora os pioneiros da análise da conversação no Brasil tenham todo o crédito em se tratando dos estudos dos Marcadores Discursivos, gramáticos da metade do século XX já começavam a observar a incidência de palavras e frases utilizadas em determinadas condições por todos os indivíduos no ato da conversação para uma interação bem-sucedida. Said Ali em 1930 também já pensava o fenômeno da conversação e mesmo sem denominar “Marcadores discursivos ou conversacionais”, o autor já revelava uma sensibilidade e uma visão inovadora sobre alguns tipos desses elementos estudados sob a denominação de "expressões de situação". Em Meios de Expressão e Alterações Semânticas (1930), afirma que:

se trata de palavras, expressões ou frases, típicas da língua falada, e em particular da conversação espontânea; parecem, mas não são, descartáveis, discursivamente falando; são alheias, talvez, à parte informativa, entretanto funcionam como expressões das intenções conversacionais do falante e são determinadas pela situação face a face dos interlocutores.

Fávero et alii (2010, p. 93) afirmam que a conversação é “um processo interacional específico, que implica participação conjunta dos interactantes na dinâmica evolutiva de um evento comunicativo informal, localmente processado”.

Marcuschi (1986) ao refletir sobre os estudos da conversação enfatiza a existência de “relações estruturais entre a organização da conversação” e mais a frente, em *Análise da Conversação*, exemplifica as organizações se aprofundando nos estudos da conversação e constata: “O que sugere, portanto, que os marcadores do texto conversacional são específicos e com funções conversacionais e sintáticas.”

## **2. O que são e como operam os marcadores discursivos**

Há, para os estudos da análise da conversação, alguns conceitos definidos sobre o que são os marcadores discursivos. Para Urbano (1995):

São, na realidade, elementos que ajudam a construir e a dar coesão e coerência ao texto falado, especialmente dentro do enfoque conversacional. Nesse sentido, funcionam como articuladores não só das unidades cognitivoinformativas do texto como também dos seus interlocutores, revelando e marcando, de uma forma ou de outra, as condições de produção do texto, naquilo que ela, e a produção, representa de interacional e pragmático. (URBANO, 1995, p. 85-86).

Para Marcuschi (1986), os marcadores podem ser divididos em três tipos: verbais, não verbais e suprasegmentais. A expressão Unidade Comunicativa (UC), é tratada por Rath (1979) como substituto conversacional para frase. Urbano (1999) ainda acrescenta que os Marcadores são “elementos que amarram o texto não só enquanto estrutura verbal cognitiva, mas também enquanto estrutura de interação interpessoal”.

O desafio de se estudar a conversação talvez seja tão grande para a gramática tradicional, porque se mostra muito complexo entender elementos como os marcadores discursivos e sua natureza. Urbano (1999) afirma:

Trata-se de elementos de variada natureza, estrutura, dimensão, complexidade semântico-sintática, aparentemente supérfluos ou até complicadores, mas de indiscutível significação e importância para qualquer análise de texto oral e para sua boa e cabal compreensão.” (URBANO, 1999, p.81)

Segundo Marcuschi (1986), os Marcadores Discursivos operam como iniciadores de turno (ou de Unidade Comunicativa, UC, segundo Rath 1979) ou finalizadores de turno ou de unidade comunicativa.

As unidades comunicativas, segundo Rath, são tomadas como substituto conversacional para a frase, ou seja, é a expressão de um conteúdo que pode ou não, aparecer numa unidade sintática como frase e são, por via de regra, marcadas por pausas, pela entonação e por certos elementos lexicais ou paralexicaís.

No que diz respeito às pausas, em *Análise da Conversação*, têm-se as colocações de Rath, (1979, apud MARCUSCHI, 1986). Há pausas sintáticas e não sintáticas. As sintáticas podem ser: (i) de ligação, atuando na construção interna da unidade sem, necessariamente, iniciar nova, vindo em lugar de conectores; (ii) de separação, delimitando ou separando as unidades comunicativas. As não sintáticas se dividem em: (i) de hesitação, as quais podem ser idiossincráticas, preenchidas ou não, com motivação cognitiva; (ii) de ênfase, com efeito de sinalizador de pensamento, reforçando e/ou chamando a atenção.

Em se tratando de classe gramatical, os marcadores, para Marcuschi (1986), não são necessariamente uma classe própria, como a Gramática Tradicional estuda. Podem ser assumidos por qualquer classe, já que o sentido do marcador é ser atribuído às situações interacionais, ou até mesmo à organização do texto. Marcuschi (1986), afirma “não é pela classe gramatical que identificamos os marcadores, mas pela função que aquela forma tem na interação”. O “hmm” ou “ahã” são exemplos claros disso, o que veremos mais à frente.

Ainda no que diz respeito às posições dos Marcadores Discursivos e a não “fixação” deles, Marcuschi salienta que podem aparecer: na troca de falantes, na mudança de tópico, nas falhas de construção e em posições sintaticamente regulares.

Com o intuito de sistematizar os marcadores em classes, Marcuschi (1986) apresenta a seguinte classificação: 1) Marcadores simples – formados por apenas uma palavra. 2) Marcadores compostos – aqueles que possuem caráter sintagmático. 3) Marcadores oracionais – se realizam em pequenas orações, podendo se apresentar em todos os tempos e formas verbais ou modos oracionais. 4) Marcadores prosódicos – realizados com recursos prosódicos tais como entonação, a pausa, a hesitação, o tom de voz etc. Os recursos não verbais – ou paralinguísticos –, como o olhar, riso, gesticulação e outros, têm papel indispensável no processo comunicativo de interação face a face. São fundamentais para a orientação dos falantes e para que os interactantes percebam se estão ou não alcançando seu objetivo de fala. É importante ressaltar, portanto, que os marcadores operam como elementos utilizados no ato da conversação para uma operação bem-sucedida e para que a intenção do locutor seja alcançada.

A frequência com que certos marcadores ocorrem em determinadas posições tem levado os estudiosos a classificarem-nos como iniciais, mediais e finais em relação às unidades linguísticas com as quais eles estão envolvidos. Galembeck e Carvalho (1997) classificam os marcadores segundo a posição no turno de fala. Alguns exemplos são: 1) Iniciais: não, mas, acho que, não é assim. Caracterizam o início ou a tomada de turno. 2) Mediais: né?, sabe?, entende?, advérbios, conjunções, alongamentos. Responsáveis pelo alongamento do turno. 3) Finais: né?, não é?, entendeu?, perguntas diretas, pausa conclusa. Assinalam a passagem implícita ou explícita do turno.

Partindo do pressuposto de que Marcuschi (1986) aborda os marcadores como recursos verbais, recursos nãoverbais ou paralinguísticos e recursos suprasegmentais, dão-se algumas classificações importantes: os recursos verbais que operam como marcadores formam uma classe de palavras ou expressões altamente estereotipadas. Ocorrem e recorrem com muita frequência no discurso e podem ser lexicalizados “Sabe? Não é? Então, e aí” e não lexicalizados “hmm, aham, ué”. O autor confirma a ideia de que os marcadores não contribuem propriamente com informações novas para o desenvolvimento do tópico, mas situam-se no contexto geral, particular ou pessoal da conversação.

Marcuschi (1986) ainda divide os recursos verbais em 2 grandes grupos: a) sinais do falante b) sinais do ouvinte. E explica que ainda existem as funções específicas, que cada qual pode ter: (i) funções conversacionais e (ii) funções sintáticas.

Para melhor visualização desse esquema de divisão elaborado por Marcuschi (1986, p. 68), têm-se o quadro abaixo:



Quadro 1: Sinais conversacionais verbais

Ao observar o quadro de sinais do falante e sinais do ouvinte, se torna possível, em um diálogo, percebê-los de maneira mais explícita. Em *Análise de Textos Oraís* (1999), Projetos Paralelos o professor Dino Pretti traz alguns trechos do projeto NURC que exemplificam muito bem como os marcadores operam e serão abordados neste estudo. Marcuschi (1986) utiliza de um pequeno trecho do projeto NURC para exemplificar os sinais do falante e os sinais do ouvinte e suas funções.

(31) NURC — Recife — Inq. 27

...  
 Ele: quando nós falamos em controle de natalidade (+) então as pessoas passam imediatamente a considerar uma outra condição (+) e não-essa essencialmente  
 Ela: [o que eu]  
 Ele: biológica,  
 Ela: o que eu acho engraçado é que toda vez que um biólogo começa falá em controle da natalidade e programação da sociedade (+) ele é tachado imediatamente de nazista e fascista, porque essa ressalva que eles fazem (+) essa reação que o povo tem em geral até hoje eu num entendi (+) porque olhe /.../ outra coisa (+) o controle também de pessoas que não podem ter filhos/.../ eu não sei de onde vem essa reação' esse medo' é um medo' é um medo atávico talvez do homem ou então original de religião (+) o que é que você-acha"  
 Ele: [não eu acho que é mais um comportamento

Figura 1: Recorte do Projeto NURC

digamos assim (++) fundamentado nas necessidades humanas mal compreendidas, (+)/.../ é o caso por exemplo:: (+) da doação de:: órgãos/.../ e o parente mais próximo se negar (++) eu acho isso-uma::  
 Ela: [mas eu tenho a impressão que ISSO T? é uma questão de:: formação religiosa, (+) talvez porque:(+)tem uma [não]  
 Ele:  
 Ela: crença na na ressurreição dos corpos né" (+)  
 Ele: [não  
 Ela: e pensam que dando o:: qualquer outro órgão quando houver a ressurreição/.../ então eu acho que: aí (+) é o ponto onde a religião ainda tem muita coisa né" (+)/.../ tem gente de um nível melhor que também tem o mesmo medo né"  
 Ele: mas às vezes o nível da pessoa (+) não é (+) vamos dizer assim homogêneo/.../  
 ...  
 Ela: veja (+) agora que nós estamos falando sobre educação (+) estou lembrando o seguinte (+) nós somos casados e não temos filhos né" (+) então lembrei a história (+) u um senhor dizendo (+) antes de casá ele tinha seis teorias e não tinha nenhum filho (+) depois que ele casou ele tinha seis filhos e não tinha nenhuma teoria que educasse os filhos ((risos)) acho que esse é o nosso caso sabe" ((risos)) nós estamos falando mas

Figura 2: Recorte do Projeto NURC

As figuras I e II trazem alguns marcadores importantes observados no Quadro I e observados nos conceitos de pausas tratados por Rath (1979) e lembrados por Marcuschi (1986).

Observamos o sinal do falante pré-posicionado nos inícios de turno: “veja”, na UC1. Temos também, o “então” no início da unidade comunicativa 2; os sinais do falante pós-posicionados “né?”, “certo?” “viu?”, aparecem nos finais de turnos. Além dos mencionados, muitos outros podem ser observados no quadro e nos recortes. As funções conversacionais e funções sintáticas aparecem, no diálogo acima, para exemplificar de fato os conceitos levantados pelos autores. No que diz respeito à função conversacional, observa-se que: são sinais produzidos pelo falante que servem para sustentar o turno,

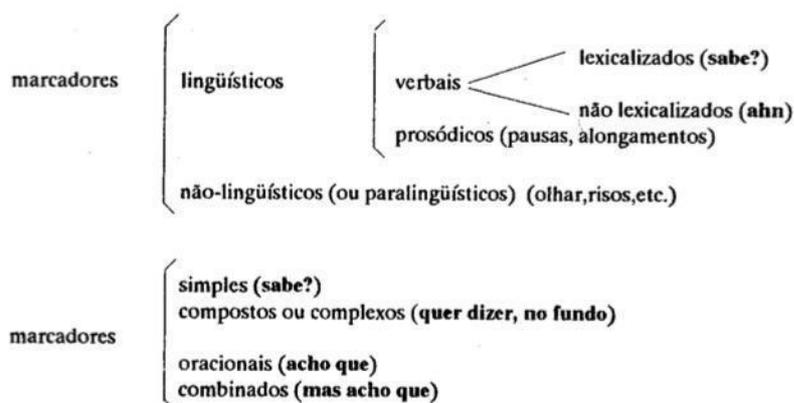
preencher pausas, organizar, reorganizar, marcar Ucs etc. Já os sinais produzidos pelo ouvinte têm com a função de mostrar animação, desanimado, concordar, discordar, adicionar etc.

As funções sintáticas, no caso dos recortes acima são: a) sinais de tomada de turno: olhe, certo mas, você me pergunta se etc.; b) sinais de sustentação de turno: viu? Sabe? Entende?; c) sinais de saída ou de entrega de turno: né? Viu? Entendeu?; d) sinais de armação de quadro tópico: agora que estamos nesse ponto; e) sinais de assentimento ou discordância: aham, não, não, como?; f) sinais de abrandamento: fui incumbido de // os regulamentos prevêm para este caso.

Há, portanto, infinitos aspectos que devem ser observados ao estudarmos um diálogo. No que diz respeito aos recursos verbais, o texto – na medida do possível – dá conta de apresentá-los. No entanto, conforme as classificações feitas pelos estudiosos aqui tratados, temos também os recursos não-verbais ou paralinguísticos, que vão para além do texto e são muito valiosos para a análise da conversação, mas que, no entanto, não podem ser de fato explicitados senão pela interação face a face. São eles: Olhar, riso; maneios de cabeça; gesticulação etc. presentes em todo o diálogo.

Hudinilson Urbano, em *Análise dos textos Oraís sob organização do professor Dino Pretti*, desenvolve um capítulo de muita relevância para os estudos dos marcadores discursivos. O autor aborda os marcadores sob três aspectos: 1. Aspecto formal; 2. Aspecto semântico; 3. Aspecto sintático.

Considerando os aspectos formais dos marcadores, Urbano (1999, p. 87), traz o seguinte quadro:



Quadro 2: Aspectos formais dos marcadores discursivos

Para demonstrar a importância do Quadro II, Urbano faz uma análise muito bem elaborada de um recorte de um diálogo do projeto NURC. O professor, antes da transcrição de texto, contextualiza o leitor a fim de fazê-lo compreender o cenário no qual o diálogo é abordado. Vale ressaltar, que tanto Urbano quanto outros estudiosos da análise da conversação, deixam claro que as gravações do projeto NURC, embora fossem sempre o mais espontâneas possíveis, ainda assim, muitas vezes – pela presença da documentadora e do gravador – deixavam os participantes levemente constrangidos ou acuados. Mesmo assim, o projeto trabalha de forma integral as transcrições, trazendo as pausas, os alongamentos etc. O contexto trazido pelo autor para analisar a transcrição é o seguinte: Há uma documentadora (Doc), uma L1 e uma L2, locutoras. Elas desenvolvem os seguintes assuntos:

- a) "atividades profissionais do marido de L1 (da linha 1160: com a pergunta do Doc.: o seu marido sempre exerceu essa profissão que ele tem agora?, que introduz o segmento tópico, até a linha 1191, que o encerra.)
- b) "avaliação de L1 em relação ao seu afastamento profissional" (da linha 1192 com a pergunta de L2: "e você se sentiu frustrada ... por ter ...ah:: sido obrigada a parar de trabalhar?" até a linha 1215: "que foi melhor") e
- c) "os projetos para o futuro de L1" (da linha 1215: "embora futuramente eu pretenda trabalhar" até a linha 1247).

Após a contextualização do diálogo, Urbano (1999) segue apresentando a transcrição, no entanto, neste artigo será abordado apenas o trecho que segue:

1160	Doc.	o seu marido sempre exerceu essa profissão que ele tem agora?
	L1	não ele teve escritório no início da carreira... teve escritório durante... oito anos mais ou menos... depois... ainda com escritório... e como ele tinha liberdade de advogar ele também...exercia a: a profi/
1165		o a advocacia do Estado né?... e::...depois...é que ele começou a lecionar quando houve...a necessidade do regime de dedicação exclusiva...pela posição de DENTro da carreira...ele precisava optar pela:
1170	L2	dedicação
	L1	dedicação exclusiva
	L2	ahn ahn
	L1	sabe?...então:...ele::...começou a lecionar foi convidado e::
1175	L2	ele leciona onde?
	L1	e:: ele leciona nas FMU
	L2	ahn ahn
	L1	ele::...é especialista em Direito Administrativo...
	L2	ahn ahn
1180	L1	certo?

### Figura 3: Recorte do Projeto NURC

Neste trecho, destacamos os seguintes elementos verbais: **a::a profi I** (linha 1165), o, **né ?**, **é que** (linha 1166), **ahn ahn** (linha 1172), **sabe**, (linha 1173) e outros que não estão no recorte. O autor apresenta uma análise necessária e uma retextualização das transcrições, fazendo uma redução do texto (sem os elementos de caráter cognitivo-informativo que são veiculados, que ficam à margem do assunto realmente conversado):

ele (o marido) teve escritório no início da carreira, durante oito anos mais ou menos; depois, como tinha liberdade de advogar, também exercia a advocacia do Estado. Quando houve a necessidade do regime de dedicação exclusiva, pela posição dele dentro da carreira, ele precisava optar por esse regime. Então ele começou a lecionar. Foi convidado e leciona nas FMU. É especialista em Direito Administrativo e deu-se muito bem no magistério. Ele se realiza em poder transmitir o que sabe. Os processos que recebe são muito bem estudados, tem pareceres muito bem dados. Ele se dedica muitíssimo tanto à carreira de procurador como a de professor. (URBANO, 1999, p. 84)

Em se tratando dos recursos suprasegmentais, Urbano (1999) esclarece que são de natureza linguística, mas não de caráter verbal. Podem ser: pausa e tom de voz, sendo as pausas: curtas, médias ou longas e constituem um fator decisivo na organização do texto conversacional.

No exemplo da conversa anterior do projeto NURC: entre os suprasegmentais, destacam-se as pausas longas (além de 1,5 seg), os alongamentos e os vários tipos de entonação.

Quanto aos aspectos semânticos dos marcadores, Urbano (1999) cita cinco: 1. Elementos prosódicos; 2. Os elementos verbais não lexicalizados, como: eh, ah, ah ah, ahn ahn; 3. Os elementos lexicalizados, como sabe? e certo?; 4. Expressões que continuam semanticamente válidas, como: eu acho que, eu tenho impressão de que, mas a informação que passam não integra nem colabora diretamente para o conteúdo referencial do texto enquanto estrutura tópica e 5. Elementos que mantém, em menor ou maior grau, parcela do seu sentido. Como: assim. O autor (URBANO, 1999, p. 88) traz uma citação a fim de exemplificar o “assim”:

**L1 eu tenho impressão de que quando o menor...  
já:: estiver assim... pela quarta série/terceira  
/quarta série... ele já estará mais... (2 seg)  
independente. (linha 1225)**

**Figura 4: Recorte do Projeto NURC**

Visto apenas sob o aspecto pragmático, assim "preenche" uma pausa indicativa de incerteza, insegurança ou hesitação, que se converteria num silêncio constrangedor sem esse preenchimento acautelador. De acordo com Urbano (1999):

Enquanto preenchimento de pausa, o assim pode ser encarado como ruptura informacional, instaurando momentos facilitadores para a organização e planejamento do texto e dando tempo ao falante para se preparar. Ilari e Geraldini classificam o advérbio com essa função, como "advérbio de enunciação", em oposição ao "advérbio de frase", que incide sobre o conteúdo oracional (1985:39). (URBANO, 1999, p. 88)

Por fim, quanto ao aspecto sintático, costuma-se dizer que são sintaticamente independentes, e Urbano (1999) traz a seguinte observação:

Para tanto deve-se levar em conta, inicialmente, os marcadores verbais lexicalizados ou não, cujas emissões são completas por si e autônomas entonacionalmente, caracterizando, uns e outros, a partir disso, total independência sintática. São marcadores do tipo: sabe?, certo? (URBANO, 1999, p. 89)

E cita outro trecho retirado do projeto NURC, já trabalhado por outros autores, para exemplificar:

**L1 eu acho que me realizaria mais como orientadora do que como  
professora  
(linha 1239)**

**Figura 5: Recorte do Projeto NURC**

Observa-se que o "eu acho que" não é sintaticamente independente, mas o é em relação ao conteúdo da oração seguinte. Ou, no dizer de Moraes (1987, p. 173 *apud* URBANO, 1999):

Observe-se que, em qualquer dessas ocorrências, se poderia suprimir eu acho que, sem prejuízo à quantidade de informação. E de resto, também à sintaxe, embora alterando a estrutura da frase, o que, de acordo com o autor, dá a "eu

acho que” quase o caráter de frase intercalada, não fora a conexão estabelecida pelo que final.

Desse modo, Koch (1987, p. 139 *apud* URBANO, 1999, p. 89), reflete a respeito das posições em que os marcadores podem aparecer e novamente, cita a liberdade posicional dos elementos.

Para exemplificar, reformula as possibilidades do exemplo acima:

- a) me realizaria - eu acho - mais como orientadora do que como professora;
- b) me realizaria mais como orientadora - eu acho - do que como professora;
- c) me realizaria mais como orientadora do que como professora, eu acho.

Os autores acreditam, portanto, na flexibilidade dos marcadores, de fato, todavia, a frequência com que certos marcadores ocorrem em determinadas posições tem levado os estudiosos a classificarem-nos como iniciais, mediais e finais em relação às unidades linguísticas com as quais eles estão envolvidos. Assim, como Marcuschi (1986) posicionou desde o início. Desse modo, entendendo a funcionalidade dos marcadores, é possível observar a necessidade das considerações acerca de sua utilização para a manutenção de um propósito comunicativo. A colaboração com a interatividade dos falantes, faz com que os marcadores discursivos no contexto comunicativo desempenhem papel importante para as relações sociais estabelecidas entre falantes.

### **3. Conclusão**

Com base em todos os estudos abordados a respeito da análise da conversação, com ênfase nos Marcadores Discursivos, têm-se por conclusão que os marcadores são, de fato, elementos fundamentais para os estudos da conversação e que são, principalmente, uma estratégia interacional totalmente ligada à intenção do falante e que, por esse motivo, não podem deixar de ser revisitados.

Marcuschi, em *Análise da Conversação*, teve papel fundamental para o desenvolvimento das relações comunicativas e cuida de destacar as funções interacionais: "E isto me leva a afirmar que as funções e mesmo as posições sintáticas dos MCs são derivadas de outras mais altas, ou, seja, as interacionais." (p.300). Deste modo, em consonância com o autor, entende-se a relevância dos marcadores discursivos como elementos cujas funções inserem-se integralmente no campo interacional, auxiliando e

desenvolvendo, ainda mais, os estudos conversacionais, a fim de apresentar, para o campo da linguagem, aspectos sociocognitivos-interacionais, nos quais os interlocutores utilizam os marcadores como estratégias linguísticas. Para finalizar e reafirmar o objetivo proposto neste artigo, as considerações acerca dos marcadores discursivos na modalidade oral da língua portuguesa se desenvolvem sempre através das proposições interacionais, a fim de desenvolver, dentro da comunicação, informatividade, aceitabilidade, situacionalidade e intencionalidade.

**Abstract:** The objective of this article is to bring to light the orality of the Portuguese language and, mainly, the process of identifying discursive indicators in the spoken language. Dealing with historical aspects of the process of identifying discursive markers, their functions and how, this work intends to raise points that cover the study of the oral modality of the language, since a subject that the research still has much to add with regard to the conversation analysis studies. For this reflection, we are theoretically based on Urbano (1999), Castilho (1998), Fávero (2010), Fernandes (2013), Silva (2014), Lourenço (2014) and Marcuschi (1986). Norte, we intend to analyze the presence of the discs chosen by those chosen by the NU Spoken Language Project, made by Norma Urbana Culta – Norma Urbana Culta –. As a result of this research, there is the understanding that the markers are whose functions insert elements in the interactional field, collaborating for the interactional socio-cognitive development, exercising its function as a linguistic strategy.

**Keywords:** Orality; Discourse Markers; Conversational markers

## Referências bibliográficas

CASTILHO, Ataliba. *A Língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1998.

FÁVERO, L.L. *et al. Interação em diferentes contextos*. In: BENTES, A.C., LEITE, M.Q. (Orgs.). *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez; 2010. p. 91-158.

FERNANDES, Ivani C. S. *Marcadores discursivos e efeitos de sentido: além das fronteiras dos estudos sobre coesão*. São Paulo: GEL Estudos Linguísticos, 2013.

JULIÃO DA SILVA, S. D. *Análise e exploração de marcadores discursivos no ensino de língua estrangeira (PLE), no Brasil*. São Paulo, USP, 2014. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-29112010-124503/publico/2010\\_SergioDuarteJuliaodaSilva.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-29112010-124503/publico/2010_SergioDuarteJuliaodaSilva.pdf)

LOURENÇO, Dayse. *Marcadores conversacionais: um estudo sobre suas funções em um diálogo*. Jacarézinho/PR. *Revista Claraboia UENP*, 2014. Disponível em: <http://seer.uenp.edu.br/index.php/claraboia/article/view/476>

SILVA, L.A. *Análise da Conversação e oralidade em textos escritos*. Filol. Linguíst. Port., São Paulo, v. 17, n. 1, p. 131-155, 2015.

URBANO, H. *Marcadores Conversacionais*. In: PRETTI, D. (Org.) *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 1999. p. 81-102

# ORAÇÕES COORDENADAS: UM ENSINO PAUTADO NA LEITURA CRÍTICA E REFLEXÃO SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS OPERADORES ARGUMENTATIVOS

COORDINATED SENTENCES: A TEACHING BASED ON CRITICAL READING AND REFLECTION ON THE WORKING OF ARGUMENTATIVE OPERATORS

Luciene Maildes da Silva (UFAPE)  
Angela Valéria Alves de Lima (UFAPE)

**Resumo:** O ensino dos períodos compostos na educação básica tem, tradicionalmente, sido feito com a finalidade de levar os estudantes a classificarem os tipos de orações a partir da identificação das conjunções que as introduzem. Neste trabalho, numa perspectiva diferente, buscamos mostrar como o estudo das chamadas orações complexas e, mais especificamente, das orações coordenadas pode ser explorado de forma a ampliar a competência leitora dos alunos. Para isso, apresentamos os resultados de uma sequência didática desenvolvida com base em estratégias de leitura e na reflexão sobre os usos das orações coordenadas nos gêneros textuais artigo de opinião e editorial. Para o desenvolvimento do trabalho, adaptamos a teoria da sequência didática de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) e desenvolvemos uma pesquisa-ação por meio da qual pudemos aplicar a nossa proposta de trabalho construída para uma turma de 9º. ano do Ensino Fundamental. Entretanto, devido à pandemia da COVID-19, as aulas realizadas foram acompanhadas por 8 alunos e apenas 4 deles tiveram a participação efetiva por meio de aulas síncronas e assíncronas. Como *corpus*, analisamos as respostas dos discentes nas atividades de compreensão textual e análise linguística, levando em consideração o papel das orações coordenadas na construção de textos argumentativos. Os resultados da análise do projeto interventivo mostraram uma ampliação da competência leitora e do nível de letramento dos estudantes, evidenciando que estes podem perceber orações coordenadas como estruturas a favor da construção argumentativa dos textos.

**Palavras-chave:** Orações coordenadas; Operadores argumentativos; Leitura.

## Introdução

O trabalho com os períodos compostos na educação básica tem seguido um ritual, há muito tempo estabelecido, com identificação e classificação das orações que compõem as sentenças. Esse tipo de abordagem tem sido criticado por não contribuir adequadamente com a ampliação da competência comunicativa dos estudantes. Isso acontece porque a pura classificação das estruturas não ajuda na compreensão do funcionamento do texto, o que resulta em prejuízo para a aprendizagem dos discentes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Os períodos compostos recebem especial atenção nos estudos da gramática tradicional, com destaque para as conjunções que interligam as orações e são apontadas, muitas vezes, como as responsáveis pela relação que se estabelece entre as partes de um mesmo período. Entretanto, os estudos linguísticos contemporâneos, mais especificamente a linguística textual, lançam um olhar diferenciado sobre esse fenômeno sintático, o que procuraremos discutir ao longo do presente artigo.

Diante disso, passamos a nos perguntar como seria possível abordar o estudo dos períodos compostos e, mais especificamente das orações coordenadas, de maneira a contribuir com o desenvolvimento da competência leitora dos estudantes. Desse modo, iniciaremos com uma apresentação sobre o que a gramática tradicional traz sobre os períodos compostos e, mais especificamente, sobre as orações coordenadas e finalizaremos com o tratamento que a linguística de texto dá à construção do período composto a partir do uso de operadores argumentativos. O objetivo principal do estudo foi contextualizar o ensino das orações coordenadas, de modo que seja feita uma reflexão dos operadores argumentativos nos momentos de leitura e produção para que se percebam os sentidos estabelecidos por esses conectivos entre as diversas partes do texto.

Nesse sentido ao decorrer do texto, são apresentadas algumas reflexões sobre esse fenômeno com base na linguística de texto que nos aponta, além dos critérios sintáticos, aspectos semânticos e pragmáticos na observação e análise dos períodos compostos bem como são expostas as análises de uma atividade proposta a um grupo de estudantes com intuito de fazê-los refletirem sobre o papel desse tipo de oração e dos elementos conectivos que as introduzem na construção de textos argumentativos.

## **1 Estudos sobre as orações coordenadas: da gramática tradicional às recentes investigações sobre o período complexo**

### *1.1 Uma abordagem tradicional no estudo das orações coordenadas*

Na discussão que a gramática tradicional faz sobre as orações coordenadas, há dois aspectos importantes a serem assinalados: o primeiro deles diz respeito à relação de independência que os gramáticos apontam como uma característica peculiar a esse tipo de orações, o que pode ser observado, por exemplo, nas gramáticas de Rocha Lima (2011), Bechara (2006) e Cunha e Cintra (2016); o segundo aspecto corresponde à classificação das conjunções coordenativas que são apresentadas como as responsáveis pelo sentido estabelecido entre as orações coordenadas.

No que se refere ao primeiro aspecto acima destacado, Rocha Lima (2011) defende a independência estrutural das orações coordenadas como podemos perceber na seguinte construção encontrada em sua gramática: “O médico veio e telefonou mais tarde”. (ROCHA LIMA, 2011, p. 235, grifo do autor).

Nessa mesma direção, para Bechara (2006), as orações coordenadas são consideradas sintaticamente independentes umas das outras e seus conectivos marcam a relação semântica existentes entre elas, que são: aditiva, alternativa e adversativa. Podemos ver essa relação de adição em: “Mário lê muitos livros e aumenta sua cultura” (BECHARA, 2006, p. 476). Entretanto, o próprio autor ressalta que as conjunções explicativas e conclusivas são sintaticamente dependentes, pois, nesse caso, a segunda oração faz referência anafórica ao que foi expresso antes: “Será a primeira vez que copiará estes quadros, pois não há oito dias que os comprei [JA.3, 257]”. Podemos observar nesse exemplo, que o valor de dependência entre as orações ultrapassa os limites das fronteiras das orações.

Também os gramáticos, Cunha e Cintra (2016) defendem que as orações coordenadas são autônomas, portanto independentes sintaticamente, como no exemplo apresentado por eles: “Insisti no oferecimento de madeira, / e ele estremeceu./ (CG. Ramos, 5B, p. 29)” (CUNHA, CINTRA, 2016, p. 610, grifo dos autores). Com isso, os autores confirmam o posicionamento de que cada oração apresenta sentido próprio.

Outro critério apresentado pelas gramáticas tradicionais e bastante questionado pelos estudos linguísticos atuais diz respeito à classificação dos períodos compostos. Conforme podemos ver num ensino pautado na tradição, é bastante usual a mera classificação das orações que constituem os períodos a partir da classificação das conjunções que as unem, com análise, sobretudo, em frases isoladas.

Nicola e Infante (2002), opondo-se a essa abordagem, afirmam que o valor das orações é transferido para as conjunções, ou seja, são as orações que estabelecem os tipos de relações os quais são assumidos pelas conjunções. Assim, uma mesma conjunção, por exemplo, pode assumir valor semântico distinto conforme o sentido estabelecido entre as orações do período composto, como se pode notar no seguinte exemplo: “Você me quer justo, e eu não sou justo mais. (Milton Nascimento e Fernando Brant).” (NICOLA; INFANTE, 2002, p. 303), em que a conjunção “e” assume um sentido de oposição.

Sobre esse mesmo ponto de vista, Antunes (2005), lembra que muitos conectores assumem mais de um valor semântico, por isso a classificação com seus respectivos rótulos, não deve ser o principal objetivo do estudo desses elementos linguísticos. Segundo a autora, deve-se procurar entender a conexão que essas expressões sinalizam no texto.

Portanto, o que se percebe com essas considerações é que critérios de independência sintática e classificação são inconsistentes, uma vez que não conseguem

dar conta do real significado das relações estabelecidas entre as orações nos textos o que exige do professor uma maior reflexão sobre tal fenômeno sintático no contexto de sala de aula.

### *1.2 Uma revisão crítica sobre as orações coordenadas: operadores argumentativos*

O ensino dos conteúdos gramaticais na educação básica representa uma das principais preocupações dos professores em sala de aula. Muitos acreditam que tais conteúdos têm um relevante papel na melhoria do desenvolvimento linguístico dos alunos, tanto na leitura quanto na produção de textos. Os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) não se opõem a essa visão, mas defendem que os aspectos gramaticais sejam abordados a partir do texto, a fim de que sejam trabalhados com o estudante os diversos efeitos de sentido construídos pelo uso dos elementos linguísticos ou multisemióticos. Dessa forma, entendemos a importância de diversos estudos linguísticos contemporâneos, que vão nessa mesma direção e afirmam ser necessário estudar a língua em uso, a fim de que se compreenda o seu funcionamento.

Nesse sentido, compreendemos que a língua não pode ser analisada como objeto autônomo, mas como uma estrutura que está sujeita a atender diversos propósitos comunicativos. Assim, percebemos claramente a relevância da conjunção como mecanismo que viabiliza a produção do texto, ou seja, uma construção concatenada e adotada de sentido.

Segundo Vilela e Koch (2001), alguns elementos linguísticos como as conjunções, os advérbios sentenciais e outras palavras (expressões) são chamados de conectores interfrásticos e têm a função de estabelecer relações semânticas e pragmáticas entre os enunciados. Partindo disso, percebemos a importância de trabalhar em sala de aula as orações coordenadas, destacando os marcadores discursivos a partir da leitura de textos argumentativos uma vez que possibilita ao aluno perceber a função de encadear as diversas partes do texto como também compreender as manobras usadas pelos produtores de textos ao direcionar o leitor a determinados posicionamentos.

Koch (2010, p.16) mostra a relevância da coesão quando afirma que “o uso de elementos coesivos dá ao texto maior legibilidade explicitando os tipos de relações estabelecidas entre os elementos linguísticos que o compõem”. Segundo a referida autora,

o uso desses elementos linguísticos tem o papel de orientar os enunciados para determinadas conclusões.

Dessa forma, um texto como um todo tem suas partes relacionadas entre si por meio, por exemplo, de conectivos presente que expressam diversas relações semânticas.

Koch acrescenta que muitos desses conectivos são operadores argumentativos os quais “articulam dois atos de fala em que o segundo toma o primeiro como tema, com o fim de justificá-lo ou melhor explicá-lo, contrapor-lhe ou adicionar-lhe argumentos” (2006, p. 131). Percebe-se, na fala da autora que esses conectivos atuam na progressão textual e assumem funções variadas de ordem discursivo-argumentativa.

A escolha de determinados operadores é fundamental para que se consiga o efeito desejado, portanto, são importantes estratégias que contribuem para adesão do leitor aos argumentos apresentados pelo produtor do texto.

Seguindo os estudos de Ducrot sobre os elementos capazes de indicar a força argumentativa, autores como Koch e Elias (2016) e Guimarães (1987) trazem grandes contribuições. Para Koch e Elias (2016, p. 61), é possível estabelecer uma classe e uma escala argumentativa com base no uso de operadores argumentativos. A classe argumentativa “designa o conjunto de elementos que apontam ou orientam para uma mesma conclusão”, como podemos verificar no seguinte exemplo: “A equipe brasileira deverá vencer a competição. *Não só* possui os melhores atletas, *como também* o técnico é dos mais competentes. *Além disso*, tem treinado bastante *e* está sendo apontado pela imprensa como a favorita” (KOCH; ELIAS, 2018, p. 171, grifo das autoras). Como se pode ver, os conectivos “não só... como também, além disso” introduzem argumentos que vão numa mesma direção de confirmar a possibilidade de vitória da equipe brasileira.

Por outro lado, segundo Guimarães (1987, p. 28), uma escala argumentativa se configura pela “relação de força maior ou menor dos conteúdos dos enunciados”. O autor traz a seguinte proposição “O Brasil estava sem sorte. O Sócrates e até Zico perdeu pênalti hoje. E o Zico é o melhor batedor de pênaltis do Brasil” (p. 28). Nota-se nesse exemplo, que o argumento que apresenta força maior refere-se ao jogador ‘Zico perdeu o pênalti’, a escala argumentativa é sinalizada pelo marcador argumentativo “até”, direcionando o enunciado para determinada conclusão. Percebe-se, dessa forma, uma gradação de uma situação que vai do mais fraco para o mais forte, isto é, o argumento que apresenta uma força maior na escala é o segundo “Zico perdeu o pênalti hoje.”

Vale ressaltar, que os documentos oficiais PCN e a BNCC orientam para um ensino sistematizado por meio da reflexão. Cabe ao professor por meio de práticas de

linguagens de leitura, produção e AL mediar discussões sobre os fenômenos que ocorrem na língua.

Neves (2007, p. 52) afirma que o ensino eficiente: “ é, acima de tudo, propiciar e conduzir a reflexão sobre o funcionamento da linguagem, e de uma maneira, afinal, óbvia: indo pelo uso linguístico, para chegar aos resultados de sentido”. A referida autora defende que estudar gramática leva o usuário a pôr, sob exame, o exercício da linguagem.

Autores como Geraldi (2011) e Mendonça (2006) defendem que a análise linguística deve ocorrer simultaneamente à leitura, quando esta se torna construção de uma compreensão de sentido apresentado pelo texto.

Nesse mesmo sentido, Franchi (2006) aponta a importância de se oportunizar, desde cedo, aos alunos condições, instrumentos e atividades que viabilizem o seu acesso às formas linguísticas diferenciadas para operar sobre elas. Assim, entendemos que isso levará o professor a optar por um ensino por meio de atividades linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas.

Essas atividades ocorrem em situação de interação no cotidiano do aluno, na escola, na família, na comunidade, levando em consideração a sua gramática internalizada, assim é possível o aluno operar sobre a língua, avaliando suas escolhas, transformando-as para atender aos reais propósitos comunicativos. Com isso, por meio da atividade metalinguística ele poderá sistematizar o saber linguístico compreendendo o sentido da gramática, o que possibilitará também uma reflexão sobre a linguagem, além de ter acesso às nomenclaturas que permitirão fazer referência aos fenômenos.

Diante disso, compreendemos que o ensino das orações coordenadas nos gêneros jornalísticos artigo e editorial só fará sentido se for trabalhado de forma contextualizada, de modo que seja feita uma reflexão dos operadores argumentativos nos momentos de leitura e produção para que se percebam os sentidos estabelecidos por esses conectivos entre as diversas partes do texto.

## **2. Pressupostos teórico-metodológicos**

Para alcançar esse fim, elaboramos uma sequência didática com adaptações do esquema proposto por Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), a fim de realizar uma pesquisa-ação com uma turma de 9º. ano do Ensino Fundamental na qual pudemos explorar estratégias de leitura e análise linguística das orações coordenadas, buscando compreender de que maneira esse fenômeno linguístico contribui para a construção de

um texto argumentativo, mais especificamente artigo de opinião e editorial. Para isso, nos fundamentamos nos estudos de Koch (2000; 2010; 2018) e Koch e Elias (2016;2018).

Ao nos debruçarmos sobre o estudo dos períodos compostos, percebemos que a gramática tradicional não consegue abordar adequadamente a relação de sentido estabelecida entre os enunciados pelas conjunções coordenativas, mais precisamente pelos operadores argumentativos presentes nos gêneros textuais artigo de opinião e editorial.

Mediante tais estudos, foi possível verificar que não basta adotar apenas critérios sintáticos para o ensino das orações coordenadas, pois sendo necessário levar em consideração os componentes semânticos e pragmáticos na análise dos enunciados, uma vez que toda “oração ou conjunto de orações veicula significados: forma e conteúdo- como também a maneira pelo qual são veiculados- são conceitos solidários, que não podem e não devem ser desvinculados no estudo da linguagem humana” (KOCH, 2000, p. 111).

Percebe-se, na fala da autora, a importância do ensino da língua a partir dos sentidos estabelecidos pelas unidades linguísticas, as quais não devem ser tomadas como unidades isoladas.

Levando-se em consideração o que foi mencionado, a proposta interventiva apresentada nesse trabalho justifica-se por entendermos que o estudo das orações coordenadas, destacando os marcadores discursivos a partir da leitura e análise linguística, promove uma efetiva aprendizagem dos conteúdos gramaticais, possibilitando a compreensão das diferentes relações de sentidos estabelecidas por esses conectivos, como também a orientação argumentativa dos enunciados.

Assim, com o intuito de colocar em prática uma proposta de ensino que levasse os estudantes a perceberem o papel das chamadas orações coordenadas na construção do texto, optamos pela pesquisa-ação, que tem como base teórica Gil (2002) e Thiollent (2011), que se concretizou com a adaptação de uma sequência didática apresentada por Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004). Para isso, realizamos 9 (nove) oficinas distribuídas em 4 módulos a fim de permitir que os estudantes pudessem produzir debates bem estruturados e com elevado nível de informatividade.

A escolha pela produção desse gênero textual aconteceu para dar sentido ao trabalho de AL com as orações coordenadas, o qual não se limitou apenas à discussão conceitual e classificatória desse fenômeno linguístico. Entretanto, o nosso intuito foi levar os estudantes a perceberem a importância das orações coordenadas na construção

dos gêneros trabalhados durante toda a sequência didática a qual também contou com a análise de editoriais e artigos de opinião. A leitura destes foi de fundamental importância na preparação dos estudantes que necessitam elaborar adequadamente a argumentação para a produção dos debates.

Assim, por meio da AL das orações coordenadas nas produções, mas sobretudo nas atividades de leitura dos editoriais e artigos de opinião, buscamos evidenciar aos estudantes como as conjunções coordenativas auxiliam na construção da argumentação dos textos.

Os sujeitos da pesquisa, foram 04 alunos do 9º ano do Ensino Fundamental que participaram voluntariamente de encontros não presenciais, isto é, devido ao momento de isolamento social, realizamos o projeto interventivo de forma síncrona e assíncrona.<sup>84</sup>

Para apresentar a pesquisa realizada com tais estudantes, organizamos este trabalho da seguinte forma: num primeiro momento, abordamos as orações coordenadas na perspectiva da gramática tradicional, em seguida, discutimos os marcadores discursivos com aporte teórico da Linguística de Texto.

Na sequência, expomos a análise de atividades aplicadas em nosso projeto de intervenção, a fim de discutirmos o desempenho dos participantes na resolução das questões. Por fim, pontuamos algumas considerações sobre a relevância de um trabalho reflexivo sobre as orações coordenadas articulando as práticas de linguagem leitura e AL na ampliação da competência leitora do aluno.

### **3. Resultados**

#### *3.1 As orações coordenadas na construção de textos argumentativos: proposição de atividade*

Para alcançar tal intento, direcionamos nosso trabalho na perspectiva da análise linguística, partindo da leitura de editoriais e artigos de opinião, nos quais levamos os estudantes a refletirem sobre o papel das orações coordenadas e dos operadores argumentativos que as introduzem na construção do sentido do texto. Assim, a partir leitura dos textos, foram realizadas atividades epilinguísticas. Abaixo, reproduzimos a questão 2 de uma dessas atividades realizada com os alunos:

---

<sup>84</sup> A turma escolhida para o desenvolvimento da proposta é composta de 32 alunos, no entanto limitamos o número de estudantes participantes do projeto, pois nos encontrávamos num momento de ensino remoto.

2-Veja os trechos abaixo grifados de um editorial e de um artigo de opinião e verifique o emprego das palavras destacadas, corrigindo-as quando necessário:

### **O poder das redes sociais em tempos de coronavírus**

Qual médico, economista, empresário ou vidente poderia imaginar um ano tão turbulento como 2020 está sendo? E olha que ainda nem entramos no segundo trimestre do ano. O fato é que o novo coronavírus está abalando todos os continentes do planeta Terra e a cada dia que passa temos a sensação de que a luz no fim do túnel fica mais distante. Mas calma. Não é hora de pânico e sim de agir com sabedoria e sensatez. Por mais clichê que possa parecer, é momento de ter otimismo e saber que isso vai passar. É, muitas vezes, no caos que surgem boas ideias e novos caminhos se abrem.

Bom, **ou** não estou aqui para falar com terapeuta ou psicólogo. Até **mas** minha formação profissional é outra. Quero falar sobre o poder das redes sociais nestes tempos complicados. Não é de hoje que redes como Facebook, Instagram, LinkedIn e YouTube mudaram a forma como as pessoas se relacionam e interagem. É algo que já se consolidou **entretanto** que veio para ficar – ainda que muitas transformações continuarão acontecendo.

O que vemos hoje, diante deste cenário de coronavírus + quarentena + mudança de rotina + milhões e milhões de pessoas tendo que se adaptar a uma nova realidade, é que as redes sociais passaram a ter um papel fundamental no nosso dia a dia. São inúmeros benefícios, mas quero destacar principalmente estes dois: a-) a forma de aproximar as pessoas, como famílias que já não podem mais se ver, mesmo morando a poucos quilômetros de distância; b-) o uso profissional para manter o relacionamento com clientes e/ou atrair novos públicos para o seu negócio.

Sabemos que lojistas de segmentos diversos, donos de bares e restaurantes, profissionais autônomos como professores de idioma e personal trainers, entre outros, estão mais do que nunca utilizando as redes sociais para manter ‘vivo’ seus negócios. É a melhor forma para dizer “estou aqui”, “como posso te ajudar?” ou até mesmo “me ajude neste momento turbulento”. Esse relacionamento é vital – o empreendedor que não está fazendo, deveria fazer. Use as redes sociais a seu favor: faça lives, interaja mais com o público, produza posts atrativos e empáticos condizentes com o momento atual, crie uma rede de solidariedade com outros empreendedores que você conhece, faça diferente.

A venda do seu serviço ou produto estará presente dentro destas atitudes e, por isso, não tenha medo de fazer aquilo que não esteja tão acostumado no dia a dia. Estamos todos no mesmo barco e é preciso buscar soluções criativas.

Fabio Barreto, [redacao@gmail.com](mailto:redacao@gmail.com)

Jornal Brasil. Publicado 30, Mar, 2020, 12:03

Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/artigo/2020/03/1023063-o-poder-das-redes-sociais-em-tempos-de-coronavirus.html>

#### **Quadro 1: Atividade epilinguística – questão 2**

Na atividade, os alunos leram o texto com alguns conectores trocados, para que, por meio de uma reflexão sobre tais elementos e a respeito das orações que eles introduziam, os estudantes pudessem perceber o sentido que se estabelecia nos períodos em que estavam presentes. Assim, o exercício foi feito por meio de atividade epilinguística em que os alunos refletiam sobre os usos linguísticos, percebendo que não são as conjunções que estabelecem o sentido das relações construídas entre as orações, períodos ou parágrafos, mas as explicita, o que nos permitiu ir além da orientação tradicional da gramática. Adiante, seguem imagem das respostas dadas pelos estudantes à questão proposta pela atividade epilinguística:

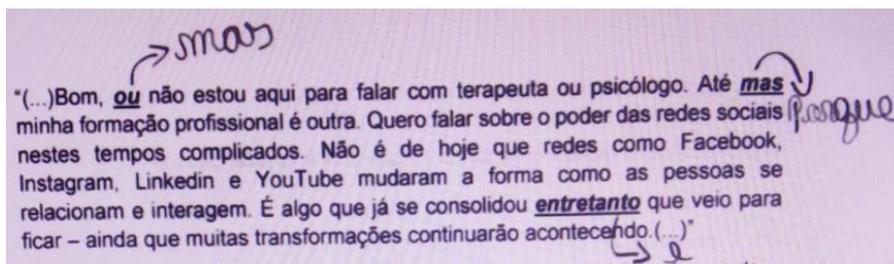


Figura 1: Resposta do aluno 1

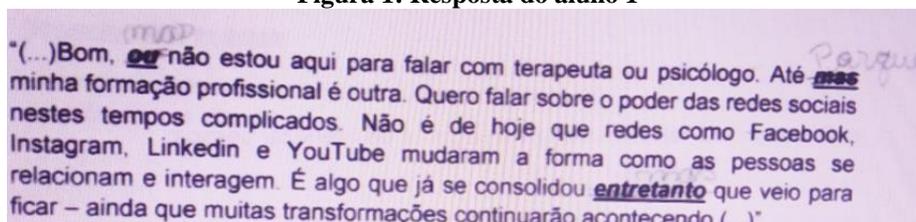


Figura 2: Resposta do aluno 2

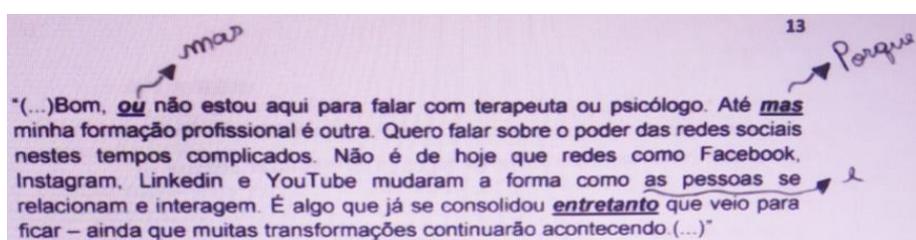


Figura 3: Resposta do aluno 3

Apesar de se depararem com um trecho do texto com operadores inadequados em determinados pontos da construção linguística, os alunos perceberam que o tipo de relação estabelecida entre orações, períodos ou parágrafos eram diferentes daquelas explicitadas no texto reproduzido na atividade, assim conseguiram reconstruir o sentido entre os argumentos, fazendo uso do operador adequado entre as porções textuais.

Além disso, compreenderam a importância desses elementos linguísticos que têm o papel de orientar os enunciados para determinadas conclusões, contribuindo, dessa forma, para a coesão e coerência textual. Retomaremos abaixo o trecho analisado para destacarmos a reflexão realizada com os estudantes:

Bom, mas não estou aqui para falar com terapeuta ou psicólogo. Até porque minha formação profissional é outra. Quero falar sobre o poder das redes sociais nestes tempos complicados. Não é de hoje que redes como Facebook, Instagram, LinkedIn e YouTube mudaram a forma como as pessoas se relacionam e interagem. É algo que já se consolidou e que veio para ficar – ainda que muitas transformações continuarão acontecendo.

Quadro 2: Trecho do texto analisado pelos estudantes em atividade epilinguística (com os conectores originalmente empregados pelo autor do texto)

O autor do texto originalmente emprega o operador “mas” se apoiando no argumento introduzido pelo elemento linguístico, pois, no parágrafo anterior o autor,

aconselha as pessoas a manterem a calma e a agir com prudência nos momentos de desespero, o que poderia sugerir que fosse ele um psicólogo. Em seguida, logo após o conector, ele apresenta uma conclusão contrária àquela que muitos leitores poderiam construir, explicitando que não é psicólogo nem terapeuta. É importante destacar que temos, nesse caso, uma articulação entre parágrafos.

A segunda ocorrência do operador no mesmo parágrafo refere-se ao conector “porque”, que introduz um enunciado que contém explicações ao argumento apresentado antes desse elemento linguístico, como forma de justificar o que foi dito no período anterior. Assim o autor do texto explica que a profissão dele é outra. Além disso, a palavra “até”, usada junto ao operador explicativo “porque”, tem o papel de selecionar um argumento mais forte, orientado em favor de uma determinada conclusão, imprimindo-lhe uma maior força argumentativa.

A intenção do produtor do texto com o uso do terceiro articulador destacado no texto foi de acrescentar um posicionamento de forma positiva em relação ao uso das redes sociais, pois inicialmente ele afirma que elas já estão consolidadas e, em seguida, adiciona outro argumento acrescentando um dado novo, “e que veio para ficar” o que faz com que essa conjunção assuma, a função de somar, apontando, de forma explícita, a orientação argumentativa da oração que introduz.

Conforme podemos observar pelas respostas dos alunos, houve um bom resultado, uma vez que os alunos conseguiram analisar em sua grande maioria, o uso dos operadores argumentativos nos parágrafos, empregando-os corretamente, permitindo dessa forma o encadeamento dos enunciados presentes nos gêneros textuais. A seguir veremos um quadro demonstrativo com a ocorrência do número de acertos e erros dos alunos em relação ao uso dos operadores argumentativos na questão 2 da atividade, apresentada no Quadro 1:

USO DOS OPERADORES ARGUMENTATIVOS			
Operadores argumentativos	Aluno-1	Aluno-2	Aluno-3
Conectivo de adversidade	1	1	1
Conectivo de explicação	1	1	1
Conectivo de adição	1	0	1
Total de acertos	3	2	3

**Tabela 1 - Ocorrência de operadores argumentativos**

Analisando o resultado da tabela acima exposta, observa-se que o trabalho pautado na reflexão sobre o uso dos elementos dentro do texto parece ser mais eficiente, pois não cobra dos estudantes a memorização dos tipos de conjunções. Nesse sentido, procuramos desenvolver, em nossa prática docente atividades de leitura e análise linguística partindo da reflexão para chegar à sistematização metalinguística dos articuladores nas orações tradicionalmente denominadas de coordenadas. Segundo Suassuna (2012), a reflexão sobre a língua assegura ao aluno significativo progresso na compreensão da língua e de seus diversos usos sociais.

É válido salientar, que orientamos os participantes a consultar a tabela dos operadores argumentativos como apoio em caso de dúvida, pois nela consta a classificação e função desses elementos coesivos. Sobre isso, Mendonça (2006) considera que trabalhar com classificações e definições também faz parte do ensino. Entende-se que a atividade metalinguística leva o aluno a refletir sobre os fenômenos e usos de modo consciente e sistemático. Conforme Suassuna (2012), a partir da atividade metalinguística, o aluno constrói de forma consistente e ampla os conhecimentos, que permite ao estudante, lidar com a linguagem de forma autônoma nas diferentes situações comunicativas.

A esse respeito, entendemos que é possível construir explicações e descrições sobre as orações coordenadas e operadores argumentativos através das regularidades observadas nos textos. Nesse sentido, foi possível fazer uma reflexão sobre os conteúdos trabalhados. Assim, por meio dos gêneros textuais jornalísticos, o aluno pôde observar o uso de determinada estrutura linguística, fazendo a relação da classificação e função desses referidos elementos.

#### **4. Considerações Finais**

Neste artigo, procurou-se destacar algumas discussões sobre as orações coordenadas segundo a visão tradicional da gramática e sob o aporte teórico da LT. Cabe ressaltar que foi desenvolvida uma SD com atividades envolvendo os eixos leitura, produção e AL em momentos síncronos e assíncronos, uma vez que devido ao contexto de pandemia e isolamento social, tivemos que nos adequar ao ensino remoto emergencial para a concretização do projeto interventivo.

Nossa proposta didática buscou promover o estudo da língua a partir do texto, considerando seu gênero, seu contexto de produção e sua finalidade. Para isso, foram

desenvolvidas atividades sobre o funcionamento das orações coordenadas em gêneros jornalísticos artigo de opinião e editorial.

Portanto, nas atividades de leitura e reflexão dos efeitos de sentidos estabelecidos pelas conjunções, isto é, pelos operadores argumentativos no texto, empenhamo-nos em destacar sua função como elemento de conexão entre as diferentes partes do texto, sejam elas parágrafos, períodos ou orações. Ademais, procuramos atentar também para a contribuição desses elementos linguísticos na orientação dos argumentos para determinada conclusão.

Durante as análises observou-se um melhor desempenho na realização das atividades, resultando na ampliação da competência leitora dos estudantes.

É importante frisar, que nossa intenção não é indicar um modelo didático como ideal, e sim, mostrar possibilidades de como desenvolver atividades sobre as orações coordenadas em gêneros jornalísticos articulando às práticas de linguagem leitura e AL.

Sob esse ponto de vista, desejamos que tais práticas ajudem a desenvolver a leitura crítica e autônoma, como também contribuir para a formação de um sujeito ativo, capaz de construir seu posicionamento a partir de seus conhecimentos prévios e da reflexão sobre as diferentes posições apontadas a partir da leitura dos gêneros textuais argumentativos.

**Abstract:** The teaching of compound periods in basic education has traditionally been done with the purpose of leading students to classify the types of clauses based on the identification of the conjunctions that introduce them. In this work, from a different perspective, we seek to show how the study of the so-called complex clauses and, more specifically, of coordinated clauses, can be explored in order to expand the reading competence of students. For this, we present the results of a didactic sequence developed based on reading strategies and reflection on the uses of coordinated clauses in the textual genres, opinion article and editorial. For the development of the work, we adapted the didactic sequence theory of Dolz, Noverraz and Schneuwly (2004) and developed an action research through which we were able to apply our work proposal built for a 9th grade class. year of elementary school. However, due to the COVID-19 pandemic, the classes held were monitored by 8 students and only 4 of them had effective participation through synchronous and asynchronous classes. As a corpus, we analyzed the responses of students in textual comprehension and linguistic analyses activities, taking into account the role of coordinated sentences in the construction of argumentative texts. The results of the analysis of the interventional project showed an expansion of the students' reading competence and literacy level, showing that they can perceive coordinated sentences as structures in favor of the argumentative construction of the texts.

**Keywords:** Coordinated sentences; Argumentative Operators; Reading.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. *Lutar com palavras: coesão e coerência*. 1ª ed. 13ª reimpressão. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática portuguesa*. 37ª ed. rev. e ampl. 16ª reimpressão. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC). DF: Brasília, MEC/ CONSED/ UNDIME, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2019.

\_\_\_\_\_, *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. 3º e 4º ciclos do ensino fundamental*. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia. *Português no ensino médio e formação do professor*. SP: Parábola Editorial, 2006.

CUNHA, Celso Ferreira; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 7ª edição. RJ: Lexikon, 2016.

FRANCHI, C. *Mas o que é mesmo “gramática”?* São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

GERALDI, João Wanderley. *O texto na sala de aula*. São Paulo. Ática, 2011.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campina. SP: Pontes, 1987.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A coesão textual*. 22 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. *A inter-ação pela linguagem*. 11.ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

\_\_\_\_\_. *Argumentação e linguagem*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. 1ª edª. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_; ELIAS, Vanda Maria Elias. *Escrever e Argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016.

\_\_\_\_\_; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3 ed., 13ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

NEVES, Maria Helena de Moura. A gramática: Conhecimento e ensino. In: AZEREDO, José Carlos de. (Org.). *Língua Portuguesa em debate: conhecimento e ensino*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 52-73.

NICOLA, José; INFANTE, Ulisses. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 2002.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

SCHNEUWLY, Bernardo; DOLZ, Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas, SP: Mercado de letras, 2004.

SUASSUNA, Livia. Ensino de análise linguística: situando a discussão. In: SILVA, A; PESSOA A.C & LIMA A.(orgs). *Ensino de Gramática: Reflexões sobre a língua portuguesa na escola*. p.08-30. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Villaça Koch. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Editora Almedina, 2001.